número 160

revista







Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

julho • 2021

ISSN 1678-3484

número 160

revista

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 101, n.160, 2021.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1, (jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 158 (2020)
Inclui bibliografia
ISSN 1678-3484
Periodicidade semestral
285p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65
CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza.

Ilustração: Casa antiga da rua Riachuelo, Porto Alegre (RS), de Helio R. Alves, acervo do IHGRGS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil
Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h
Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min
Telefone/Fax: (51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com
Site: www.ihgrgs.org.br
Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2020-2022
Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo
Diretor Administrativo: Euclides Pinto Torres
Diretor Financeiro: Hilda Agnes Hubner Flores
Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal
José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários
Altino Berthier Brasil, Earle Diniz Macarthy Moreira, Sérgio da Costa Franco.

Membros Efetivos
Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Jefferson Teles Martins, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, René Ernaini Gertz, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes
Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores
Alexandre Pena Matos, Alexandre Veiga, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Roberto Winckler, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Daniela Marzola Fialho, Doris Bittencourt Almeida, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo,

Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Henrique Montagner Fernandes, Hilda Jaqueline Fraga, Homero Dornelles, Jaqueline Custódio, João Batista Santafé Aguiar, Jorge Stocker Junior, José Daniel Craidy Simões, José Newton Cardoso Marchiori, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Gransotto, Marcos Pascotto Palermo, Marcus Vinicius Martins Antunes, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Mário Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Câncio da Silva, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Ronaldo Marcos Bastos, Sergio Augusto Pereira de Borja, Simone Steigleder Botelho, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Virgílio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Carlos Roberto Winckler, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS), Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS), Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Adriano Malikoski (UCS), Alan Dutra de Melo (UFPEL), Anderson Romário Pereira Corrêa (PUCRS), Aparecido Pires de Moraes Sobrinho (UEM), Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), Clara Natalia Steigleder (UFPEL), Claudio Kuczkowski (IFRS), Dúnia dos Santos Nunes (UFRGS), Eduardo M. P. Madureira (UNIOESTE), Eloisa de Moraes (UFRGS), Greicy Pinto Bellin (UFPR), Helder Santos Rocha (UFPR), Hermes Gilber Uberti (UNISINOS), Hugues Velleda Soares (UFRGS), Ivana Karine Aver (UFRGS), Jairdilson da Paz Silva (USAL), Laura Machado (UFRGS), Letícia Leal de Almeida (UEPG), Marcos Pascotto Palermo (UFRGS), Margarita Baretto (UFSC), Mariana de Moraes Silveira (USP), Monica Rossato (UFSM),Pablo Rodrigues Dobke (UFSM), Rodrigo Dilelio (UFRGS), Tassiana Maria Parcianello Saccol (PUCRS), Vanessa Teixeira (Unicentro), Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

100 anos
1920-2020

PREFÁCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lança o seu número ordinário 160. A Revista permanece atenta às regras editoriais utilizadas internacionalmente, à publicação de editais para seleção de trabalhos e ao uso de dupla avaliação cega. A principal novidade, nessa continuidade, é o aumento de 9 para 12 artigos como limite de publicação.

No entanto, passa-se longe de simples continuidade. Antes de ser digitalizada, a Revista publicava um volume por ano, normalmente, com 9 artigos. Agora, ele tem organizado um número ordinário e um dossiê a cada semestre - significam quatro número anuais com até doze artigos - um total de até 48 artigos por ano! Ou seja, em seu crescimento controlado e estruturado, nesses cinco anos desde a digitalização, em 2015, a Revista se tornou um periódico que publica cinco vezes mais do que antes. Ela já era um veículo de grande importância, mas agora comporta um número substancialmente maior de pesquisadores. E, com seus dossiês, abre espaços para que outros pesquisadores façam parte da edição, com suas ideias, métodos, propostas, enriquecendo e diversificando a experiência. Os editais nunca foram maiores desde a digitalização, se tornou normal lidar com dezenas de artigos submetidos. Os editores ficam agradecidos com a confiança depositada.

Assim, a Revista continua seu projeto de ser um veículo para publicação de pesquisas sobre o Rio Grande do Sul. E parece haver acolhida também pelo lado dos leitores. Em 2017, os artigos da Revista haviam sido baixados cerca de 14 mil vezes. Em 2018, foram 18 mil; em 2019, 24 mil. No ano passado, alcançamos um total de 38 mil "*downloads*". É uma quantidade de acesso excelente sob qualquer ponto de vista, mesmo em 2017, mas seu aumento é motivo também de grande satisfação para o Instituto. Hoje, não é raro utilizar grandes *sites* de busca e, na procura por assuntos rio-grandenses, encontrar a Revista nas primeiras posições. A transição para o universo digital foi concluída, não apenas para a existência da Revista, mas para seu uso efetivo pela sociedade.

A tudo isso se soma, no final do ano passado, o término do longo processo de digitalização. Está disponível, desde aquele momento, todos os 160 anos de história da Revista. Está disponível o acervo desde a primeira Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro, publicada em 1860. A ela se somam os números do Parthenon Litterario, nas décadas de 1860 e 1870. Depois, vem a sequência que segue até hoje, iniciando a contagem atual da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, iniciada em 1921. Alguns desses volumes digitalizados já estão entre os mais acessados da Revista no ano de 2021. Foi um trabalho grande, com apoio de editores e outros membros do Instituto, e com impac-

to perene, que abre espaço para que o material seja facilmente acessado de qualquer local permanentemente e sem qualquer custo ou dificuldade.

A Revista, então, chega ao seu número ordinário com tranquilidade e excelentes notícias, não são notícias passageiras, sua estrutura é hoje mais ampla do que fora. Enquanto o volume ordinário é trazido a público agora, dois dossiês são planejados para o final desse ano e início do próximo, um sobre imprensa e outro sobre urbanismo, que hão de ser acompanhados também por número ordinários.

Quanto aos artigos publicados, mantêm-se o viés acadêmico e que busca abrir espaços a todas as instituições, do estado e de fora, unidos pela pesquisa de temas que envolvam o Rio Grande do Sul. São dois artigos sobre o século XIX que trabalham a atuação dos Juízes de Paz e a propriedade e família nos Campos de Cima da Cerra. Depois, no século XX, trabalhos sobre a revolução federalista, sobre competições eleitorais na Primeira República, sobre autores como Aureliano de Figueiredo Pinto e Roque Callage. Por fim, o destaque desse número, um grande número de submissões envolvendo urbanismo e defesa do patrimônio, tratando a história do Curso de Urbanismo e várias outras abordagens dentro dessa temática sobre locais e momentos específicos pelo estado.

Esperamos, como sempre, que a Revista seja útil aos leitores e pesquisadores que a acessam. Também, que ela continue cumprindo a missão de mostrar a pesquisa sobre o estado, os assuntos considerados importantes, os modos de abordagem - um papel que ela vem fazendo há cento e sessenta anos e, esperamos, possa continuar e até melhorar.

Porto Alegre, 20 de julho de 2021.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Belª. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

Sumário

ARTIGOS

13 **Juízes de paz em Santa Maria: uma análise das regulamentações, dos indivíduos e suas ações entre 1830-1850**
Judges of peace in Santa Maria: an analysis of regulations, individuals and their actions between 1830-1850
Viviane Siqueira Alves

35 **Propriedade e família nos campos de cima da serra entre o final do século XIX e início do século XX**
Property and family in the top of serra fields between the end of the 19th century and the start of the 20th century
Andréa Pagno Pegoraro

57 **Dias fratricidas: Revolução Federalista na Colônia Militar do Xapecó**
Fratricided days: Federalist Revolution in the Military Colony of Xapecó
Leticia Maria Venson

77 **O cotidiano policial na fronteira oeste do Rio Grande do Sul no início da República: negociações, conflitos e brechas nas relações envolvendo o furto de gado**
The daily police on the west border of rio grande do sul in the beginning of Republic: negotiations, conflicts and breaches in relations involving of cattle theft
Marcelo Bahlis

95 **Entre a situação e a oposição: a competição eleitoral no Rio Grande do Sul durante a Primeira República**
Between the situation and the opposition: the elecoral competition in Rio Grande do Sul during the First Republic
Paula Vanessa Paz Ribeiro

119 **Coronelismo, tradição e dominação: ilustrações possíveis em "Memórias do Coronel Falcão"**
Coronelism, tradition and domination: possibles illustrations in "Memories of Colonel Falcão"
César Andre Luis Beras

143 **Possibilidades de análise e compreensão das crônicas de Roque Callage através de Chartier, Corbin, Febvre e Duby**
Possibilities of analysis and comprehending of the chronicles of Roque Callage through Chartier, Corbin, Febvre and Duby
Henrique Perin

155 **Curso de urbanismo, 1960: documento engajado na disputa pelo campo disciplinar**
Urban planning course, 1960: document engaged in the disciplinary field dispute
Bruno Cesar Euphrasio de Mello

183 **Entre os edifícios teatrais e o fazer cênico: um panorama histórico do teatro em Rio Grande/RS**
Between theatrical constructions and scenic performance: a historical panorama of theater in Rio Grande/RS
Lara Freitas de Oliveira 183
Vivian da Silva Paulitsch

207 **Transformações e permanências geográficas no processo de ocupação humana na Colônia de Pescadores Z3, Pelotas/RS**
Geographical transformations and permanancies in the proccess of human occupation at Colônia de Pescadores Z3, Pelotas/RS
Gustavo Maciel Gonçalves
Ana Paula Neto de Faria

231 **Diálogos entre geografia e literatura: permanências e transformações na paisagem urbana de Porto Alegre reveladas pelo romance "Os Ratos", de Dyonelio Machado**
Dialogues between geography and literature: permanences and transformations in the urban landscape of Porto Alegre revealed by the romance "Os Ratos", by Dyonelio Machado
Jéferson Soares Morais

255 **As exposições universais: destaque para a Bromberg & Cia**
The universal exhibitions: highlight for Bromberg & Cia
Janete Rocha Machado

DOCUMENTAÇÃO

275 **João Pinto da Silva**
Moysés Vellinho

279 **Afonso Guerreiro Lima**
Alexandre Veiga

Artigos

JUÍZES DE PAZ EM SANTA MARIA: UMA ANÁLISE DAS REGULAMENTAÇÕES, DOS INDIVÍDUOS E SUAS AÇÕES ENTRE 1830-1850[1]

JUDGES OF PEACE IN SANTA MARIA: AN ANALYSIS OF REGULATIONS, INDIVIDUALS AND THEIR ACTIONS BETWEEN 1830-1850

Viviane Siqueira Alves[2]

RESUMO

Este trabalho analisa a instituição do Juizado de Paz em Santa Maria entre 1830 e 1850. Através do estudo da sua legislação, investigou-se sobre indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz e seus papéis políticos desempenhados em Santa Maria. O Juizado de Paz, como uma das instituições de justiça mais antigas da história judiciária do Brasil, carrega elementos que possibilitam compreender aspectos da burocracia local, práticas de justiça, entre outras questões importantes para compreender o funcionamento da justiça, das relações sociais e das instituições municipais ao longo do século XIX. O estudo em fontes oficiais permite mapear os Juízes de Paz, possibilitando verificar se havia ou não o cumprimento das leis que normatizavam o cargo. A partir dos nomes desses indivíduos, é possível construir aspectos biográficos que indiquem sua circulação por outros cargos, suas diferentes formas de atuação e a política local que desempenhavam. Dito isso, busco observar essas questões e verificar como elas dialogam com os resultados encontrados sobre a atuação do Juizado de Paz em outros lugares.

Palavras-chave: Juizado de Paz. Práticas de Justiça. Política Local.

ABSTRACT

This study analyzes the Peace Court institute in Santa Maria, in the period between 1830 and 1850. Throughout the study of the legislation, it was investigated about the individiuals that were judges and their political rolls performed in Santa Maria. The Peace Court, as one of the oldest justice institutions of the judiciary history of Brasil, carries elements that allows us to understand aspects of the local burocracy, justice practices and also other important questions to comprehend the justice functioning, the social relationships and the town institutions along the XIX century. The study in official sources allows to map the peace officers, providing the verification about the accomplishment of the laws that regulate that job. Based on the mapping, it is possible to build biographical aspects that shows their circulation among other positions, their diferent ways of acting and their political roles performed. That

1 Este trabalho busca aprofundar discussões iniciadas no Trabalho Final de Graduação, em Licenciatura e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria – RS.

2 Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria – RS. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – RS

being said, I look into these questions and I verify about how they dialogue with the results found about the justice court practicing in other places.

Keywords: *Peace Court. Justice Practices. Local Politics.*

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a instituição do Juizado de Paz apresentam discussões importantes, principalmente quando abordam as diversas questões referentes à justiça, às magistraturas, às burocracias e ao poder local. Presentes tanto no campo da História como no do Direito, esses estudos geralmente versam sobre questões burocráticas do ofício, depositando atenção sobre os aspectos de leis, procurando entender o contexto em que a instituição do Juizado de Paz foi inserida na administração judiciária e as mudanças que ocorreram desde a oficialização do cargo de Juiz de Paz. Além dessas questões, há estudos que buscam entender o perfil dos indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz, importante tópico para compreender as relações políticas sociais e a abrangência do poder exercido pelos juízes.

O Juizado de Paz está entre as instituições mais antigas da história judiciária brasileira, tendo sido inserido num contexto de transformações políticas e sociais (CODA, 2012a, p. 8). Apesar de estar presente na Constituição de 1824, a instituição do Juizado de Paz foi regulamentada somente em 1827, por meio da Lei de 15 de outubro. A regulamentação estabelecia que, em cada uma das freguesias e das capelas filiais, deveria haver um Juiz de Paz e um suplente, os quais deveriam ser eleitos conforme as eleições para vereadores da Câmara Municipal. A regulamentação também esclarecia as exigências para o exercício do cargo e estabelecia as várias competências do Juiz de Paz (VIEIRA, 2001).

No entanto, analisando estudos referentes à instituição, é possível perceber que a adequação da lei por parte das freguesias e vilas não ocorreu de imediato em todos os lugares. Em alguns casos, as eleições para o cargo de Juiz de Paz ocorreram logo após a publicação da regulamentação da instituição; em outros, o processo foi mais tardio.

As diferentes legislações que serão apresentadas ao longo do texto demonstram que a instituição passou por algumas importantes reformas, tornando-se reconhecida por suas atribuições conciliatórias, judiciárias, policiais e administrativas. O cargo também sofreu inúmeras críticas, principalmente pelo fato de ser uma magistratura ocupada por homens leigos, não sendo necessária uma formação jurídica nem algum conhecimento de leis (RODYCZ, 2003). Apesar de as atividades conciliatórias serem da natureza do cargo, poucos estudos apontam fontes que comprovem a prática. Já as práticas administrativas, judiciais e policiais podem ser acessadas em di-

ferentes fontes, como atas da Câmara de Vereadores, processos criminais, correspondências e ofícios.

Apesar do considerável número de trabalhos referentes à instituição do Juizado de Paz, acredita-se que a produção acadêmica ainda carece de pesquisas que tratem das particularidades locais da instituição. Tais pesquisas podem ser de grande contribuição principalmente para que se compreenda o alcance das leis que regulamentaram e ampliaram o cargo. Com isso, será viável identificar possíveis repetições de padrões ou até mesmo irregularidades incomuns no universo dessa magistratura.

Diante disso, o presente trabalho dedica-se a abordar a instituição do Juizado de Paz em Santa Maria entre os anos de 1830 e 1850, depositando atenção sobre a legislação, os indivíduos e a atuação desses Juízes de Paz, cujo cargo, naturalmente, situava-os entre uma ação institucional e informal. Sendo assim, a partir da análise em fontes e do cotejamento de dados de diferentes pesquisas, o estudo de caso desenvolvido contribui para o conhecimento historiográfico sobre os Juízes de Paz no Brasil, em especial na região da Província do Rio Grande do Sul do século XIX.

O trabalho está dividido em três tópicos. No primeiro, trago uma breve contextualização da trajetória da instituição do Juizado de Paz, destacando, principalmente, as reformas ocorridas, as quais estão inseridas no recorte temporal do trabalho. Num segundo momento, procurei observar como o juizado de Santa Maria se adequou a essas novas legislações e reformas, compreendendo como essas questões se aplicaram ou não no caso de Santa Maria e dialogando com resultados encontrados para outros lugares. Além disso, usando os recursos da prosopografia, apresento o mapeamento dos indivíduos, a proporção de juízes por ano, indicações de irregularidades no cargo a circulação de indivíduos por outros cargos e funções administrativas. Por fim, focando mais na atuação dos juízes e fazendo uso de correspondências, apresento algumas atuações e papéis políticos identificados entre os Juízes de Paz, o que possibilita perceber a dimensão de autonomia e poder local exercidos.

1 Juizado de Paz: regulamentação do cargo e reformas (1827-1841)

Retrocedendo nosso recorte temporal e analisando o período que sucede a independência, é possível perceber diversas mudanças no âmbito judicial, especialmente em relação ao Juizado de Paz, que se torna mais presente na sociedade. Dentre as mudanças ocorridas, a Constituição de 1824 foi responsável pela separação dos poderes políticos, de modo que o poder

judiciário passou a ser independente e as garantias básicas da magistratura passaram a ser asseguradas. De acordo com Wilson Rodycz (2003, p. 5), a jurisdição deveria ser prestada por Juízes de Direito, os quais poderiam ter caráter removível e vitalício. No entanto, a demissão desses juízes só poderia acontecer através de uma sentença, o que não se aplicava ao caso dos Juízes Municipais, pois estes eram figuras temporárias. Já os Juízes de Paz eram designados ao cargo por meio de eleições.

No período colonial, alguns fatores contribuíam para que a justiça fosse pouco acessível pela sociedade rural. Segundo Gabriel Cerqueira (2014, p. 8), as posições geográficas do país estavam entre as principais dificuldades de acesso aos poderes judiciários, pois havia apenas dois tribunais de relação – um em Salvador e outro no Rio de Janeiro. Pensando nessas questões, Cerqueira (2014) destaca que as mudanças que ocorreram no âmbito judiciário fizeram com que as práticas de justiça chegassem ao interior do Brasil. Thomas Flory (1987) considera que a criação do cargo de Juiz de Paz foi a primeira grande reforma vivida pelo sistema judicial.

Após a criação do cargo em 1827, a primeira reforma realizada estava na Lei de 1º de outubro de 1828, que reformulou o funcionamento dos Conselhos Municipais. A lei deliberou novas responsabilidades, o que resultou na ampliação do cargo e fez com que os Juízes de Paz se tornassem os responsáveis por questões que antes estavam a cargo da Câmara Municipal e de seus vereadores. Dentre as novas funções, destacamos que os juízes passaram a ser os responsáveis por publicar, nas portas das igrejas, vilas e cidades, a relação de nomes autorizados a participarem das eleições.

Apesar do cargo ter sido regulamentado em 1827, a análise em fontes documentais revelou uma primeira atuação de Juiz de Paz em Santa Maria somente no ano de 1829[3]. No caso de Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande de São Pedro, Alexandra Coda (2012a, p. 25) identificou que a lei parece não ter demorado a chegar, pois documentos datados de 1828 já indicam a atuação de um Juiz de Paz nesse período. No entanto, no termo de Mariana-MG, Joelma Nascimento (2014, p. 194) aponta que a primeira eleição para Juízes de Paz ocorreu apenas em 1829.

De acordo com Michele Casali (2018), os Juízes de Paz não dependiam da Câmara Municipal; no entanto, não se movimentavam muito sem passar por ela. Complementando essa questão, Dúnia Nunes (2013) realizou um estudo sobre a Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores, identificando os exercícios de poder local. A autora destaca que, nesse contexto, as Câmaras eram responsáveis por várias questões que envolviam a socieda-

3 Cf. AHCS. CM/OF/A – 002. Fl. 7v.

de. Uma das atribuições era providenciar a segurança do distrito; todavia, para que tais atribuições fossem realizadas, os vereadores trabalhavam em conjunto com outros servidores, entre os quais estavam os Juízes de Paz.

Após alguns anos da criação do cargo, a magistratura passou a sofrer outra reforma no seu ofício. O Código Criminal de 1830, assim como as leis de 1827 e 1828, estabeleceu medidas que transformaram o cargo de Juiz de Paz, o qual passou a exercer funções de conciliador, pacificador e mantenedor da ordem pública. Para Kátia Motta (2012, p.135), essa mudança contribuiu para um considerável aumento das atribuições do Juizado de Paz. A autora também reafirma o que outros estudos já apontam: a década de 1830 foi um período de mudanças políticas no Brasil e de alterações importantes nas atribuições do Juizado de Paz.

Nesse sentido, o Código do Processo Criminal de 1832 revogou algumas medidas implementadas com a lei de 1827. Regina Faria (2013) explica que o Código Criminal ampliou as competências dos Juízes de Paz, pois concedeu poderes policiais e judiciais ao cargo, tornando esses magistrados mais poderosos numa perspectiva local. Enquanto a lei de 15 de outubro de 1827 determinava que, em cada freguesia ou vila, deveria haver um Juiz de Paz, a lei de 29 de novembro de 1832 estabeleceu que deveriam ser eleitos quatro Juízes de Paz em cada distrito. Cada um deles assumiria o cargo por um ano e, enquanto um juiz estivesse ocupando o cargo, os outros três ficariam como suplentes. No entanto, as eleições continuariam ocorrendo a cada quatro anos:

> O Código de 1832 foi o que causou maior impacto por estabelecer amplos poderes para os ocupantes do cargo, entre eles os de interrogar, solicitar o corpo de delito, inquirir testemunhas, emitir denúncia e sentenciar, mas, também, como cita o artigo 145 da mesma lei, o poder de dizer "nos autos que não julga procedente a queixa, ou denúncia", inocentando o possível criminoso e finalizando o caso. Os poderes que o juiz de paz detinha tornavam-no tão poderoso que o artigo 325 da Lei de 1832 estabelecia que "ninguém é isento da jurisdição do Juiz de Paz, exceto os privilegiados pela Constituição, aos quais será imposta a pena pelo Juiz competente (COSTA, 2019, p. 128).

Como podemos perceber, a instituição do Juiz de Paz vinha sofrendo mudanças ao longo dos anos. Pelo menos até 1832, sofreu incrementos que transformaram e concederam novos poderes ao cargo. No entanto, a lei 261, de 3 de dezembro de 1841, trouxe o decreto de que deveria haver um chefe de polícia atuando junto aos delegados e subdelegados no Município

da Corte e em cada Província. A partir de então, as atribuições que haviam sido conferidas aos Juízes de Paz pelo art. 12 §§ 1º, 2º, 3º, 4º 5º e 7º do Código do Processo Criminal passam a ser competências dos chefes de polícia e seus delegados nos respectivos distritos de atuação.

Nesse sentido, a Reforma de 1841 acarretou no enfraquecimento dos poderes que os Juízes de Paz vinham exercendo até o momento. A criação do cargo de chefe de polícia é um exemplo de como a reforma afetou o cargo de Juiz de Paz, pois, até então, eram eles que exerciam as funções dos chefes de polícia. Outra mudança significativa refere-se à elaboração da lista de votantes. Anteriormente, essa tarefa ficava a cargo do Juiz de Paz, mas passou a ser uma função do delegado da comarca. Cerqueira (2014) ressalta que esse processo fez parte da modernização no meio judiciário. A partir de então, "a atuação do Juiz de Paz limita-se a atividades de vigilância, além da realização das conciliações" (MOTTA, 2012, p. 136).

Cerqueira (2014) ainda aponta que as reformas no Código de Processo Criminal, em 1841, promoveram a centralização da política e das atividades administrativas. Raymundo Faoro (1984) salienta que essa centralização de poder judiciário no governo resultou na retirada de autonomia que as províncias estavam exercendo:

> Ao promover uma enorme centralização do poder de justiça ao governo, esta lei retirou as atribuições autonomistas das províncias, atrelando as influências locais, armadas com a polícia e a justiça, aos agentes do governo. A partir de 1841, em todas as províncias, os chefes de polícia bem como seus subordinados (delegados, subdelegados) passam a ser indicados diretamente pelo poder central ou indiretamente pelos presidentes de província (que por sua vez, eram indicados pelo governo imperial). O juiz de paz perde grande parte de suas atribuições, que passam para a autoridade policial, que além de suas funções de polícia, assume funções judiciárias. (FOARO, 1984 apud CERQUEIRA, 2014, p. 23).

Se considerarmos as leis que haviam sido implementadas até então, verifica-se que a estrutura judiciária vinha sendo reorganizada e estava conquistando um espaço maior na sociedade. Isso porque, apesar de o Juizado de Paz ter um caráter local, exercia diversas funções importantes para manter uma administração nos distritos e fazer com que a justiça fosse mais acessível. Uma vez que a magistratura estava diretamente ligada às Províncias, a partir das reformas ela passa ser mais dependente do governo central.

Contudo, as Reformas de 1841 tinham objetivos – assim como as

outras leis que o país já havia presenciado. Cerqueira (2014) destaca que um dos objetivos evidentes era a modernização e a profissionalização dos poderes judiciários, além da retirada de poderes dos juízes leigos. Para isso, pretendia-se incluir os Juízes Municipais e os Juízes de Órfãos, os quais passariam a ser nomeados com a condição de que fossem bacharéis formados em Direito. Além disso, eles deveriam ter pelo menos um ano de prática no foro.

No entanto, Elaine Sodré (2013) aponta que, além de a lei de 1841 ter trazido reformas no Código do Processo Criminal de 1832, ela trazia consigo objetivos mais abrangentes. Para investigar essa questão, a autora analisa os relatórios do Ministério da Justiça entre os anos 1832 e 1836, destacando alguns tópicos da lei de 1841 a fim de confirmar os pretextos dessa nova Reforma:

> O grande objetivo da Reforma de 1841 era esvaziar o poder dos juízes leigos. Nesse sentido, o foco central das mudanças foram as instâncias acima descritas: juiz de paz e Júri, inegavelmente enfraquecidos. Contudo, era necessário tomar cuidado para não deixar nenhum flanco descoberto, assim também foram "reformados" os outros cargos da magistratura leiga: promotores públicos, juízes municipais e de órfãos. Sobre esse grupo já se havia diagnosticado dois problemas: nomeação e inaptidão. Ambas as características eram descritas pelo ministro da justiça quando analisava a situação dos juízes municipais: "nem a maneira, porque são nomeados deixa ao Governo a necessária liberdade de escolher; nem a ausência de habilitações garante a suficiência dos Juízes" (Relatório do Ministério da Justiça, 1840, p. 15). Já sobre os promotores públicos dizia-se: "as atribuições deste Funcionário, essencial no novo sistema, são pesadíssimas, e assaz odiosas para poderem ser exercidas por um só indivíduo, e gratuitamente, nas grandes Povoações" (Relatório do Ministério da Justiça, 1834, p. 22). Assim, a sugestão era aumentar o número daqueles magistrados, bem como conferir a eles um ordenado. (SODRÉ, 2013, p. 421).

Novamente, fica evidente que a Reforma de 1841 resultou na retirada de poderes dos Juízes de Paz, de modo que a instituição começou a perder sua legitimidade inicial. A importância de se ter uma profissionalização e a criação de novos cargos também contribuíram para que a instituição do Juizado de Paz perdesse parte de suas competências. Isso fez com que os Juízes de Paz não continuassem atuando com todos os poderes policiais e judiciais que o Código do processo Criminal de 1832 lhes havia assegurado.

O Juizado de Paz "assumiu trajetórias políticas e eleitorais diversificadas ao longo do Dezenove, diferenciando-se de país para país" (MOTTA, 2012, p. 136).

Frente ao que foi exposto até o momento, é válido destacar que procuramos tratar – mesmo que brevemente – das reformas sofridas pela instituição do Juizado de Paz, destacando pontos relevantes em relação à legislação brasileira dentro do nosso recorte temporal.

2 O Juizado de Paz em Santa Maria: indivíduos e tempo de permanência no cargo

As fontes que nos deram acesso à instituição do Juizado de Paz em Santa Maria do período em estudo foram os Livros de Atas da Câmara Municipal, os quais possuem textos referentes às reuniões extraordinárias e comunicados. Também foram consultados os Livros de Juramentos e Posses, os quais guardam informações sobre nomeação e posses de diversos cargos, tais como fiscais municipais, ficais de capela, vila, freguesia e câmara, capitão do mato, vereadores, escrivão, Juízes de Paz, entre outros. Por fim, foi examinada a documentação referente aos encaminhamentos dos Juízes de Paz, principalmente ofícios e correspondências. Sendo assim, analisando esses documentos foi possível mapear os indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz e o tempo de sua permanência no cargo.

Com relação ao tratamento das fontes, apoiamo-nos em elementos da prosopografia. De acordo com Stone (2011, p. 115-117), essa metodologia pode auxiliar em problemas referentes à estrutura e às mobilidades sociais, pois possibilita perceber mudanças de elementos na sociedade. Sendo assim, pretende-se, através da aplicação dos recursos metodológicos da prosopografia, investigar características comuns entre os sujeitos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz na cidade de Santa Maria entre os anos 1830 e 1850.

Com os nomes dos indivíduos e as informações contidas nas fontes e bibliografias, partimos em busca de informações biográficas gerais para que fosse possível construir uma trajetória profissional e política dos diferentes Juízes de Paz. Sendo assim, analisando a extensa documentação, foi possível identificar que, entre 1830 até 1850, Santa Maria contou com a atuação de 21 Juízes de Paz, compreendendo os suplentes e os que foram reeleitos. Computando somente o número de indivíduos (sem considerarmos as reeleições), o número fica reduzido para 15 nomes. Na tabela abaixo, listamos os nomes dos Juízes de Paz por ano de ocupação do cargo, incluindo as repetições.

Quadro 1 – Nomes dos juízes e anos de atuação

Nomes dos Juízes de Paz	Ano em que ocupou o cargo
André Ribeiro de Córdova	1830
Baltazar Pinto de Aguiar	1830
João Nicolau Tavares Leiria	1830
Baltazar Pinto de Aguiar	1831
Antônio Pereira da Silva Fortes	1832
João Nicolau Tavares Leiria	1832
Jacinto José de Souza	1833
Constantino José de Oliveira	1833
João Antônio da Silva Cezimbra	1833
Constantino José de Oliveira	1834
José Gomes Porto	1835
João Antônio da Silva Cezimbra	1835
Constantino José de Oliveira	1845
Francisco Ribeiro Pinto	1845
José de Oliveira	1845
Agostinho José Lourenço	1848
Florisbello Manoel Fagundes	1848
Constantino de Oliveira	1849
Francisco Ribeiro Pinto	1849
Geraldo Alves Damaceno	1849
Manoel Luciano de Souza	1849

Fonte: AHCS. Livro de Termos de Posses e Juramentos da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. Livro nº 01 – 1820/1849. Livro de Termos de Posses e Juramentos da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. Livro nº 02 – 1829/1850. Atas da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. Livro nº 001 – 1829/1840. Livro nº 002 – 1829/1832. Livro nº 003 – 1832/1845. Livro nº 004 – 1845/1851.

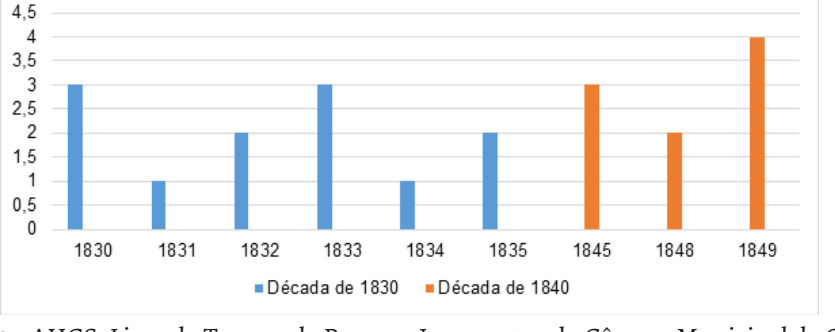
Analisando melhor os dados contidos no Quadro 1, identificamos 3 Juízes de Paz no ano de 1830 e somente 1 em 1831. No entanto, como mencionado anteriormente, a lei de criação do cargo, promulgada em 1827, estabelecia que 1 Juiz de Paz deveria ser eleito, havendo 1 suplente para atuar

nas freguesias, vilas e capelas. Nesse sentido, os números ímpares indicam que havia irregularidades e que as eleições poderiam não estar ocorrendo como o previsto em lei. A primeira mudança em relação às eleições ocorreu em 1832: a partir desse ano, deveriam ser eleitos 4 Juízes de Paz, e cada um assumiria o cargo por um ano, enquanto os demais seriam os suplentes. Contudo, observando o Quadro 1, apenas em 1849 aparecem 4 sujeitos no cargo, ao passo que, nos outros anos, a proporção era de 2 ou 3 juízes.

Essas situações podem ser explicadas a partir da possível existência de irregularidades nas eleições. Ou seja: é possível que as eleições não estivessem ocorrendo conforme previsto na legislação. No entanto, também devemos considerar a lacuna documental causada pela falta de registros das instituições competentes e até mesmo pela perda ou fragmentação das fontes. Outros trabalhos também apontam irregularidades semelhantes nas eleições em outras localidades. Apesar de estarmos falando sobre contextos diferentes, essas situações vão ao encontro dos dados encontrados para Santa Maria, a exemplo do estudo de Casali (2018), que investigou o caso de Rio Pardo, e de Nascimento (2010), que estudou o Termo de Mariana.

Dito isso, é interessante observar que, das 21 atuações mapeadas em Santa Maria entre 1830 e 1850, pelo menos 12 nomeações aparecem na década de 1830, ao passo que na década de 1840 foram encontradas 9 nomeações. Esse dado reafirma o que outros estudos já apontam sobre esse período ter sido o auge da atuação da instituição do Juizado de Paz. Para ilustrar melhor essa questão, elaborou-se um gráfico com os anos e a quantidade de Juízes de Paz em Santa Maria, representando essa proporção.

Gráfico 1 – Proporção de Juízes de Paz por ano



Fonte: AHCS. Livro de Termos de Posses e Juramentos da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. Livro nº 01 – 1820/1849. Livro de Termos de Posses e Juramentos da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. Livro nº 02 – 1829/1850. Atas da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. Livro nº 001 – 1829/1840. Livro nº 002 – 1829/1832. Livro nº 003 – 1832/1845. Livro nº 004 – 1845/1851.

De acordo com Casali (2018, p.55), "é usual vincular o recorte de 1827 a 1841 como o auge e o declínio dos Juízes de Paz, o que na verdade, acaba por destacar o fracasso de uma importante instituição local devido a própria reforma do Código em 1841". No entanto, a autora observa que, para o caso de Rio Pardo, o esvaziamento no ofício de Juiz de Paz não representou a derrota do cargo, pois os indivíduos souberam usufruir do papel que ocuparam para continuarem suas trajetórias profissionais em outros cargos.

O Juiz de Paz poderia exercer outra função, desde ela que não interferisse nos seus deveres como Juiz de Paz. No interior, onde a necessidade de poderes militares e policiais dos Juízes de Paz eram mais agravantes, esses homens geralmente também ocupavam cargos na milícia ou na Guarda Nacional. No Rio de Janeiro, por exemplo, documentos indicam que existiam "juízes semiprofissionais, que por anos seguidos ocuparam o posto, tornando-se uma espécie de 'chefes de bairro'. Na região cafeicultora, as famílias dos fazendeiros geralmente ocupavam o posto" (RODYCZ, 2003, p. 13).

No caso de Santa Maria, analisando as diferentes fontes e utilizando aspectos da prosopografia, foi possível reunir informações biográficas gerais sobre alguns indivíduos. Embora a documentação não revele informações sobre todos os Juízes de Paz, conseguimos associar os dados encontrados e constatamos que, entre os diferentes cargos e funções ocupadas antes, durante ou após esses indivíduos desempenharem o papel de Juiz de Paz no distrito de Santa Maria, havia patentes militares (capitão, alferes e tenente), fiscal de capela, fiscal suplente, vereador, Juiz de Paz em outros distritos e subdelegado de polícia.

Dessa forma, destacamos os juízes sobre quem obtivemos maiores informações. André Ribeiro de Córdova[4] e Baltazar Pinto de Aguiar[5] ocupavam patentes militares enquanto assumiram o cargo de Juiz de Paz. Constantino José de Oliveira[6] foi Juiz de Paz no distrito de Pau Fincado por alguns meses após ter sido Juiz de Paz em Santa Maria. João Antônio da Silva Cezimbra, antes de ocupar o cargo de Juiz de Paz pela primeira vez, em 1833[7], havia ocupado o cargo de fiscal da capela de Santa Maria da Boca do Monte em 1830[8]. Algo semelhante aconteceu com José Gomes Porto, que havia ocupado o cargo de vereador suplente na Câmara Municipal de São

4 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 67v.
5 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 75.
6 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 103v.
7 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 80v.
8 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 68v.

João da Cachoeira em 1833[9], tendo ocupado, dois anos depois, o cargo de Juiz de Paz em Santa Maria[10]. Manoel Luciano de Souza ocupou o cargo de Fiscal suplente da Capela de Santa Maria em 1847[11] e, dois anos depois, ocupou o cargo de Juiz de Paz em Santa Maria[12].

Frente ao que foi exposto até o momento, podemos inferir que, entre os anos 1830 e 1850, em Santa Maria, o cargo de Juiz de Paz foi ocupado ao menos 21 vezes por 15 deferentes homens. Dentre o grupo analisado, pelo menos 6 indivíduos apresentaram a tendência de terem circulado por outros cargos, principalmente em cargos públicos na administração da cidade e em patentes militares. Além disso, a quantidade de Juízes de Paz ocupando o cargo nos passa um indicativo de que as eleições não ocorreram como o previsto em lei. No entanto, devemos considerar a lacuna documental causada principalmente pela falta de registro e pela não conservação de documentos.

3 Atuação e papéis políticos desempenhados por Juízes de Paz em Santa Maria

Como salientado anteriormente, o Juiz de Paz era um cargo central e de extrema importância para a ordem local. Até a implementação da Reforma de 1841, os Juízes de Paz eram os responsáveis pela ordem e pela organização de sua localidade de atuação. De acordo com Casali (2018), até mesmo as vilas mais distantes deveriam eleger seus magistrados, levando em consideração as atribuições da lei de 15 de outubro de 1827. Para que a jurisdição atuasse nesses locais, no entanto, eram necessários cargos que estabelecessem a ordem e exercessem a regulamentação das localidades. É nesse sentido que a autora considera o cargo de Juiz de Paz como um cargo central nas vilas, pois suas atribuições giravam em torno do cuidado com as demandas locais.

Analisando a forma de atuação do Juizado de Paz em Santa Maria, identificamos que, em 1º de fevereiro de 1834, o Juiz de Paz João Antônio da Silva Cezimbra escreveu ao Presidente da Província, José Mariani, com algumas solicitações. Sendo assim, Cezimbra solicitou um lugar adequado para servir de prisão em Santa Maria. Observando as palavras usadas pelo Juiz de Paz, percebe-se indignação e desgosto com o descaso que o governo vinha apresentando em relação à situação em que Santa Maria se encontra-

9 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 83v.
10 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 118v.
11 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 179.
12 Cf. AHCS. CM/CP/TPJ – 001. Fl. 192v.

va. O Juiz de Paz deixa claro não ser a primeira vez que solicitava um lugar adequado para servir de prisão no distrito. Além disso, Cezimbra informa que ele estava há mais de um ano arcando com as despesas do imóvel que vinha sendo usado como cadeia e fez questão de enfatizar que essa atitude não fazia parte das funções de um Juiz de Paz. Salientou, ainda, que o cargo estava passando por sacrifícios e ingratidão por parte dos moradores de Santa Maria[13].

Apesar das reclamações que apresentava em relação ao cargo, como a ingratidão dos moradores diante do sacrifício de arcar pessoalmente com os custos da manutenção da prisão, essa situação nos leva a indagar sobre os outros benefícios que deveriam ser disponibilizados para o ocupante do cargo, para que, ainda assim, valesse a pena ocupá-lo. Possivelmente estamos tratando de uma ampla margem de poder/autonomia local proporcionado pelo cargo, compensando outros prejuízos.

Para Casali (2018, p. 103), os Juízes de Paz usufruíam de uma posição social privilegiada. O privilégio, no entanto, não era necessariamente sobre a riqueza dos indivíduos, mas o *status* que representava ser eleito, pois as qualidades e a capacidade de um indivíduo para exercer o cargo eram elementos importantes e levados em consideração na escolha dos juízes. No entanto, a autora observa que muitos dos homens que eram eleitos já exerciam outras atividades, em especial alguma que lhe desse alguma fonte de renda, fator que poderia influenciar na decisão de aceitar o cargo ou não. Cabia ao indivíduo "avaliar o quanto usufruto e vantagens esse cargo poderia retornar aos seus projetos individuais ou faccionais" (CASALI, 2018, p. 103).

Contudo, o que era vantagem para um indivíduo, poderia não ser para outro, o que dependia do ponto de vista e dos interesses. Marcos Witti (2010) argumenta que cargos públicos nem sempre eram uma boa alternativa para ampliar poderes. Ao falar sobre as vantagens e desvantagens de ser um Juiz de Paz, o autor menciona que muitos homens recusavam assumir tal tarefa por não estarem dispostos a doar o seu tempo para realizar as inúmeras tarefas exigidas pelo cargo. A recusa também se dava pelo "alargamento das fronteiras de amizade, ou seja, ser juiz de paz significava dizer que tais terras eram de fulano e não de sicrano" (WITTI, 2010, p. 264). Além disso, Witti destaca que inimizades, brigas e desentendimentos com vizinhos e amigos eram questões que, em algum momento, estariam presentes no ofício do Juiz de Paz, sendo tais levadas em consideração para

13 Cf. AHRS. Juízo de Paz Santa Maria da Boca do Monte (1831-1837). Maço 38. Correspondência enviada ao Presidente da Província pelo Juiz de Paz João Antônio da Silva Cezimbra em 1º de fevereiro de 1834.

assumir ou não o cargo.

Frente ao episódio que destacamos sobre as ações do Juiz de Paz em Santa Maria e observando o que a bibliografia destaca sobre os benefícios em assumir o cargo, podemos inferir que o ofício carregava aspectos que, aos olhos de alguns homens, poderia ser encarado como vantajoso, mas para outros nem tanto. Contudo, se analisarmos as recusas para o distrito de Santa Maria, elas são em menor número, o que nos leva a inferir que, mesmo sendo exaustivo, o cargo não era recusado tão facilmente.

Passado mais de um ano, o novo Juiz de Paz, Constantino José de Oliveira, escreveu ao Presidente Provincial, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. No documento datado de 10 de junho de 1835, fica claro que o problema da prisão em Santa Maria ainda não havia sido solucionado, pois, na correspondência, o Juiz de Paz solicita novamente um lugar para servir de cadeia no distrito de Santa Maria. Enquanto fazia a solicitação, descrevia situações pelas quais vinha passando na posição de Juiz de Paz e apontava a importância de o seu pedido ser levado em consideração[14].

Explorando o conteúdo do documento escrito por Constantino José de Oliveira, fica evidente que não era a primeira vez que ele escrevia solicitando tais providências ao Presidente da Província. Além disso, ele relatou que o distrito estava sem lugar adequado para resguardo dos presos e da Guarda Municipal, salientando que o local que antes estava sendo usado era mantido pelos seus antecessores desde 1833 – muito provavelmente, por Cezimbra. Sendo assim, Constantino deixa claro que não tinha condições de continuar arcando com tal despesa e revelou alguns detalhes sobre o lugar que estava sendo utilizado como prisão, descrevendo-o como cubículo e espelunca. Isso nos leva a crer que era o mesmo lugar que Cezimbra informou estar ocupando como cadeia em 1834.

Cansado de esperar uma providência dos seus superiores, o Juiz de Paz encerrou seus argumentos informando a solução que encontrou e que colocaria em prática. Constantino revelou que o dono do estabelecimento lhe fez uma proposta: o local poderia continuar sendo usado como casa de cadeia sem custo algum, mas com a condição de que ele ficasse isento do serviço policial aplicado aos demais moradores. O Juiz de Paz justificou que se viu na obrigação de aceitar a proposta, pois, caso contrário, não teria outro lugar para usar como casa de cadeia e resguardo da guarda.

O relato do Juiz de Paz reforçava a ideia de que esses Juízes tinham

14 Cf. AHRS. Juízo de Paz Santa Maria da Boca do Monte (1831-1837). Maço 38. Correspondência enviada ao Presidente da Província pelo Juiz de Paz Constantino José de Oliveira em 10 de junho de 1835.

certa autonomia e poder local em Santa Maria, a ponto de isentarem o dono do estabelecimento do serviço policial que pudesse vir a ocorrer contra ele. Contudo, o número de fontes não nos permite trazer afirmações sobre essas questões, pois seriam conclusões generalizadas. Apesar da documentação não revelar casos de prisões de indivíduos infratores realizadas pelos Juízes de Paz, sabe-se que o Regulamento de 1827 previa que, aos Juízes de Paz, competia, entre outras funções, exercer função policial na sua localidade de atuação. Por isso, não surpreende que pelo menos dois Juízes de Paz apareçam envolvidos em solicitações referentes à manutenção de uma casa de cadeia.

De volta ao cargo, Constantino José de Oliveira entra em contato com o Presidente Provincial, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, e, em 24 de fevereiro de 1835, comunica que havia nomeado um morador local para ocupar o cargo de Juiz de Paz. Suas justificativas eram de que ele precisava se ausentar de Santa Maria por alguns dias e que os outros Juízes não tinham como assumir o cargo por diferentes motivos: o 2º Juiz estava enfermo, o 3º ausente e o 4º ainda não havia sido juramentado.

Observando as palavras de Constantino, fica explícita sua influência, pois, não havendo outro Juiz de Paz disponível para exercer a função em sua ausência, rapidamente nomeou Manoel Batista Maceno para substituí-lo por alguns dias. Contudo, Manoel não assumiu o cargo e se ausentou de Santa Maria, deixando a população sem provisão de Juiz de Paz. Quando Constantino retornou à Santa Maria, encontrou o local sem Juiz de Paz.

Após explicar os acontecimentos, Constantino solicitou, com urgência, uma tomada de providência em relação a essa situação, relatando que o distrito se encontrava sem a autoridade de Juiz de Paz desde que se ausentou. Além disso, Constantino apontou o descaso que a Câmara Municipal de Cachoeira vinha apresentando com relação aos juramentos e à posse dos Juízes de Paz. Isso porque, até o momento, não havia acontecido o juramento do quarto Juiz, fazendo com que Santa Maria continuasse sem jurisdição. Para finalizar, Constantino solicitou ao Presidente Provincial que tomasse providências e ordenasse a Câmara Municipal de Cachoeira a tomar medidas para resolver a situação, realizando o juramento de dois Juízes de Paz para exercerem o cargo em Santa Maria.

Essa correspondência reforça a ideia de que os Juízes de Paz tinham grande autonomia local, o que poderia fazer com que ultrapassassem as funções permitidas por lei. Além disso, as narrativas demonstram uma preocupação e indignação do Juiz de Paz Constantino José de Oliveira, o qual relatou a situação de Santa Maria ao Presidente Provincial. Dito isso, apesar de o cargo ser ocupado por homens leigos e de Santa Maria estar na con-

dição de 4º distrito de Cachoeira, a comunicação dos juízes com o governo parecia ser direta e corriqueira. Nota-se que a solicitação por uma casa de cadeia não era novidade na jurisdição desse Juiz de Paz, o qual já havia feito essa solicitação outras vezes. No entanto, tendo em vista a necessidade de se ter um local apropriado para os presos, Constantino não media palavras para que seu pedido fosse atendido.

Além de buscar demandas para a localidade em que atuavam, os Juízes de Paz também eram responsáveis pelo recrutamento de cidadãos para ocuparem praça na Guarda Nacional, criada com a lei de 18 de agosto de 1831. De acordo com o artigo 6º dessa lei, a Guarda Nacional era uma instituição de caráter civil e estava subordinada ao Juizado de Paz, aos Juízes Criminais, aos Presidentes Provinciais e ao Ministério da Justiça. Além disso, somente essas autoridades poderiam solicitar seus serviços. A lei também determinava regras para o alistamento, do qual os Juízes de Paz eram encarregados. Os Juízes de Paz de cada Freguesia ou Capela Curada deveriam formar um conselho de qualificação composto por seis eleitores do seu distrito; após verificada a idoneidade desses cidadãos, o alistamento era realizado[15].

Segundo José Iran Ribeiro (2001), a Guarda Nacional era composta por cidadãos eleitores e seus filhos. O governo ficava responsável por escolher os Coronéis e os Majores de Legião da Guarda Nacional. Em contrapartida, os demais oficiais eram escolhidos através de eleições, sendo que todos os guardas nacionais votavam e poderiam exercer praça dentro do prazo de quatro anos. Mas essa situação mudou a partir da "promulgação do Ato Adicional (1834), que permitiu a substituição das eleições por nomeações provinciais" (RIBEIRO, 2001, p. 46).

No entanto, o Juiz de Paz em exercício no ano de 1837 escreveu uma correspondência ao Presidente Provincial relatando que encontrava dificuldades no chamamento da Guarda Nacional. O juiz João Antônio da Silva Cezimbra informou sobre a dificuldade de recrutamento e até mesmo dos serviços da Guarda Nacional no distrito de Santa Maria: após reunir os cidadãos, muitos acabavam desertando, fugindo, escondendo-se e até mesmo protestando contra o recrutamento. Por fim, Cezimbra solicitou que o Presidente Provincial tomasse medidas que solucionassem esse problema.

O relato indica que deserções e resistência ao alistamento estavam acontecendo em Santa Maria. Contudo, situações como essas eram comuns dentro da Guarda Nacional, principalmente porque o indivíduo deveria se afastar dos seus afazeres particulares para exercer praça na Guarda Nacional:

15 Cf. Artigos 13º,14º e 15º da lei 18/08/1831.

> Deserções eram comuns, bem como alegações nem sempre verdadeiras para o não comparecimento, em especial a desculpa da doença. Além disso, os atrasos e a moeda com que eram pagos os vencimentos não atraiam os cidadãos para o serviço ativo da milícia destacada [...]. (SCHMITT, 2012, p. 552).

Diante de tais questões, percebemos mais uma forma de atuação dos Juízes de Paz de Santa Maria: além de buscarem demandas para o distrito, comunicavam seus superiores sobre o que vinha acontecendo na povoação, tendo certa autonomia tanto para resolver questões no âmbito local como para manter contato com outras autoridades a partir de sua autoridade local. Outros estudos apontam aspectos importantes das instituições locais, pois "os vereadores e os juízes de paz eram os representantes locais exercendo amplas funções na prática, que extrapolavam todos os limites que eram destacados pelas Leis do período" (PEREIRA, 2015, p. 32).

Nesse sentido, "o poder local é composto por diferentes instituições, com funções que se complementam e tratam de assuntos referentes aos interesses dos indivíduos em âmbito municipal" (PEREIRA, 2015, p. 101). Sem dúvida, o Juiz de Paz era a autoridade mais próxima da população de Santa Maria, sendo a eles que se recorria para prestar queixas. Assim, eles se tornavam uma autoridade com forte poder e influência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar, a partir da análise e do cotejamento das diferentes fontes, que os Juízes de Paz de Santa Maria tentavam se adequar às leis, exerciam poderes policiais e administrativos e eram responsáveis pelo recrutamento de cidadãos para a Guarda Nacional. Diante disso, em diferentes momentos, fica evidente a autoridade local desses Juízes de Paz, a qual, muitas vezes, ultrapassava as vias legais. Nesse sentido, foi possível identificar que parte da população de Santa Maria soube usufruir desse poder local para benefício próprio. Sendo assim, os Juízes de Paz de Santa Maria, eram os representantes locais da população e exerciam variadas funções no âmbito local.

Além disso, foi possível constatar que, mesmo Santa Maria estando na posição de distrito, os Juízes de Paz eram figuras atuantes na política local. Dessa forma, pode-se perceber tendências de conflitos e insatisfação de alguns Juízes de Paz para com a Câmara Municipal de Cachoeira do Sul, principalmente com relação ao atraso das eleições e de juramentos dos Juízes de Paz. Apesar das limitações das fontes, podemos constatar que, no

período de 1830 a 1850, Santa Maria contou com 15 sujeitos ocuparam o cargo de Juiz de Paz. A partir do exame em diferentes fontes, foi possível nos certificarmos que era comum um indivíduo ser reeleito em diferentes anos. Assim, o número passa a ser de 21 atuações nesse período.

Extrapolando o nosso recorte temporal e analisando as diversas informações contidas nas fontes e na construção de aspectos biográficos, foi possível verificar que era comum esses sujeitos circularem por outros cargos. Isso pode ser afirmado pelo fato de que, dos 15 Juízes de Paz, pelo menos seis apresentaram tendência de circulação por outros ofícios, principalmente administrativos e militares. Entre as diferentes formas de atuação dos Juízes de Paz em Santa Maria, podemos inferir que esses indivíduos foram figuras importantes para a construção da burocracia judicial local, atuando de diferentes formas.

As diferentes fontes observadas para a construção deste trabalho revelam esses Juízes principalmente como autoridades locais, os quais usavam de sua autonomia para buscar demandas para a população, comunicando-se com outras autoridades –em especial, os Presidentes Provinciais. Também verificou-se que os Juízes de Paz usavam dos seus poderes policiais para prenderem infratores e manterem a ordem no local. Fazendo uso dos poderes judiciais, tiveram participação em processos criminais. Respeitando a lei de 18 de agosto de 1831, realizavam recrutamentos de cidadãos para ocuparem praça na Guarda Nacional.

Examinando a trajetória do cargo, podemos concluir que a instituição do Juizado de Paz foi inserida em um contexto de mudanças no sistema judicial. Assim como outras pesquisas já indicam, o período inicial aqui analisado pode ser considerado o auge de sua atuação. Dito isso, desde a sua oficialização ocorrida em 1827, a instituição passou por diversas reformas que lhes concederam poderes policiais, judiciais e criminais em um âmbito local. Porém, a Reforma de 1841 ocasionou o esvaziamento de poderes dos Juízes de Paz, e alguns indivíduos foram realocados a outros cargos. Além do esvaziamento de poderes, a nova regulamentação trazia objetivos mais abrangentes, entre os quais podemos destacar a modernização e a profissionalização dos poderes judiciários.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. Fundo A – Câmara Municipal, Série B: CM/CP, Subsérie 3: *Termos de Posse e Juramentos* – CM/CP/TPJ – 001.

_____. Fundo A – Câmara Municipal, Série B - CM/CP, Subsérie 3: *Termos de Posse e Juramentos* – CM/CP/TPJ – 002.

_____. Fundo A – Câmara Municipal, Série D – CM/OF, Subsérie 1: *Atas* – CM/OF/A – 001, 1829-1840.

_____. Fundo A – Câmara Municipal, Série D – CM/OF, Subsérie 1: *Atas* – CM/OF/A – 002, 1829-1832.

_____. Fundo A – Câmara Municipal, Série D – CM/OF, Subsérie 1: *Atas* – CM/OF/A – 003, 1832-1845.

_____. Fundo A – Câmara Municipal, Série D – CM/OF, Subsérie 1: *Atas* – CM/OF/A – 004, 1845-1851.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Autoridades Municipais Cachoeira do Sul 1829-1830*. Correspondências expedidas. Maço 35, Caixa 16.

_____. *Autoridades Municipais Cachoeira do Sul 1831-1832*. Correspondências expedidas. Maço 36, Caixa 16.

_____. *Autoridades Municipais Cachoeira do Sul 1833*. Correspondências expedidas. Maço 37, Caixa 17.

_____. *Autoridades Municipais Cachoeira do Sul 1834-1837*. Correspondências expedidas. Maço 38, Caixa 17.

_____. *Autoridades Municipais Cachoeira do Sul 1840-1845*. Correspondências expedidas. Maço 39, Caixa 18.

_____. *Autoridades Municipais Cachoeira do Sul 1846-1847*. Correspondências expedidas. Maço 40, Caixa 18.

_____. *Autoridades Municipais Cachoeira do Sul 1848-1850*. Correspondências expedidas. Maço 41, Caixa 19.

_____. Fundo Justiça. *Juízo de paz Santa Maria da Boca do Monte* (1831-1837). Correspondência. Maço 38.

_____. Fundo Justiça. *Juízo de paz Santa Maria da Boca do Monte 1832*. Processos. Maço 100.

CASALI, Michele. O. *A Magistratura leiga e eletiva: os Juízes de Paz em Rio Pardo (1828-1850)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CERQUEIRA, Gabriel. S. *Reforma Judiciária e Administração da Justiça no Segundo Reinado (1841-1871)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CODA, Alexandra. *O juiz de paz na esfera criminal - Porto Alegre (1832-1841)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História/Bacharel), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012a.

COSTA, Alex. A. *"Os juízes de paz são todos uns ladrões": autoridades públicas e o tráfico escravos no interior da província de Bahia* (c. 1831 – c. 1841). Estudos Históricos, v. 32, n. 66, p. 123-142, 2019. Disponível em: <http://twixar.me/49hm>. Acesso em: 24 de abr. 2020.

FARIA, Regina. H. M. *Os Juízes de Paz: concepções e práticas*. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013, São Luis. Anais. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 1-11. Disponível em: <http://twixar.me/RZhm>. Acesso em: 24 de abr. 2020.

FLORY, T. *El juez de paz y el jurado enel Brasil Imperial, 1808-1871*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MOTTA, Kátia. S. *O juiz de paz sob perspectiva: o início da participação político-eleitoral no Brasil e na França do oitocentos*. Confluências, v. 13, n. 1, p. 129-142, 2012. Disponível em: <http://twixar.me/b9hm>. Acesso em: 02 mai. 2020.

NASCIMENTO. Joelma. A. *Os "homens" da administração e da justiça no Império: eleição e perfil social dos juízes de paz em Mariana, 1827-1841*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

_____. *Legislação, prática política e aplicação da Justiça na construção do estado Imperial (1827-1841)*. Temporalidades, v. 6, n. 3, p. 185-199, 2014. Disponível em: <http://twixar.me/g9hm>. Acesso em: 02 mai. 2020.

NUNES, Dúnia. dos. S. *A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PERERIRA, Alessandro. de A. *O poder local e a institucionalização da República Rio-Grandense (1836-45)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

RIBEIRO, José. I. *Quando o serviço os chamava: Os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*, Dissertação (Mestrado em História), Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RODYCZ, Wilson. C. *O juiz de paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil.* Justiça e História, v. 3, n. 5, 2003. Disponível em: <http://twixar.me/w9hm>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SCHMITT, Ânderson. M. *Guarda Nacional na Guerra dos Farrapos: a formação das tropas farroupilhas (1835-1845)*. In: XI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, 2012, Rio Grande. Anais eletrônicos. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012. p. 550-570. Disponível em: <http://twixar.me/99hm>. Acesso em: 3 jun. 2020.

SODRÉ, Elaine. L. de. V. *O duplo papel da reforma judiciária de 1841: uma lei para a justiça e um instrumento administrativo para o governo imperial*. In: V Congresso brasileiro de história do direito, 2013, Curitiba: Anais eletrônicos. IBHD, 2013. p. 412-424. Disponível em: <http://www.ibhd.org.br/arquivos/anexos/VCBHD.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011. Disponível em: <http://twixar.me/NZhm>. Acesso em: 18 abr. 2020.

WITT, Marcos. A. *Inobservância ou desconhecimento? Dilemas e limites na atuação dos juízes de paz (Rio Grande do Sul – século XIX)*. Revista Territórios e Fronteiras. Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 260-268, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://twixar.me/J9hm>. Acesso em: 2 abr. 2020.

Recebido em 14/09/2020

Aprovado em 11/12/2020

PROPRIEDADE E FAMÍLIA NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

PROPERTY AND FAMILY IN THE TOP OF SERRA FIELDS BETWEEN THE END OF THE 19TH CENTURY AND THE START OF THE 20TH CENTURY

Andréa Pagno Pegoraro[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir acerca do processo de reconfiguração do antigo território de Vacaria-RS durante a passagem do século XIX para o século XX através de inventários *post-mortem* localizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), além de registros paroquiais e cartoriais. Nosso estudo busca analisar as mudanças que resultaram em um processo de reorganização do espaço gaúcho definido através do conceito de reterritorialização. Partimos do pressuposto de que o início do século XX marcou um período de inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais que se refletiram na organização das fazendas, realização de partilhas, vendas e compras de terras. Buscamos compreender, entre outros aspectos, de que modo a estrutura pecuarista das antigas fazendas vacarienses acabou por ceder ou não lugar a outras atividades econômicas e os desdobramentos associados a fragmentação de suas terras. O presente tema faz parte da sequência de pesquisas iniciadas no curso de mestrado através da dissertação defendida em 2016 pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e atualmente constituem o objeto de reflexão sobre o qual se alicerça o desenvolvimento da tese pela mesma universidade.

Palavras-chave: Família. Propriedade. Fazendas. Século XIX.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the reconfiguration process of the former territory of Vacaria-RS during the transition from the 19th to the 20th century through post-mortem inventories located in the Public Archive of Rio Grande do Sul (APERS), in addition to parish and notary offices. Our study seeks to analyze the changes that resulted in a process of reorganization of the Gaucho space defined through the concept of reterritorialization. We assume that the beginning of the 20th century marked a period of numerous political, economic and social transformations that were reflected in the organization of farms, the realization of divisions, sales and purchases of land. We seek to understand, among other aspects, how the cattle-raising structure of the old farms in Vacaria ended up giving way or not to other economic activities, and the consequences associated with the fragmentation of their lands. This theme is part of the sequence of research initiated in the master's course through the dissertation

1 Universidade de Passo Fundo (UPF)- doutoranda

defended in 2016 by the University of Passo Fundo (UPF) and currently constitute the object of reflection on which the development of the thesis by the same university is based on.

Keywords: *Family. Property. Farms. XIX century.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade analisar o processo de reconfiguração do antigo território de Vacaria, entre o final do século XIX e início do século XX através de inventários *post-mortem* encontrados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e registros cartoriais do município de Vacaria. O presente estudo busca evidenciar o processo de reterritorialização do espaço inicialmente ocupado pelas grandes fazendas pecuaristas, tendo como objeto principal de estudo a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada em Vacaria-RS.

As terras da fazenda do Socorro foram doadas ao tropeiro José de Campos Bandembugo que juntamente com sua única filha Clara Jorge e seu genro Manoel Rodrigues de Jesus deram origem ao povoamento da região através de seus descendentes. Em 1872, a fazenda era propriedade de José Joaquim Ferreira, casado com Gertrudes de Assumpção, neta de Clara Jorge, que era também uma das filhas de Antônio Manoel Velho, proprietário de grandes extensões de terras, entre as quais a fazenda dos Ausentes que deu origem ao município de São José dos Ausentes.

O casal não tinha filhos, na fazenda vivia um sobrinho de Ferreira, Domingos Gomes da Cunha, a quem havia nomeado como seu herdeiro universal, tendo como cláusula que o mesmo continuasse vivendo na fazenda e auxiliasse em sua administração. Mas as discussões entre ambos eram frequentes até que certo dia as desavenças resultaram na decisão de Ferreira em deserdar Domingos, o que acabou provocando a ira do ex herdeiro e o assassinato de Ferreira (PEGORARO, 2014). Através da análise da história da fazenda, seguindo entre o final do século XIX até a primeira metade do século XX podemos analisar o processo de reconfiguração ocorrido no antigo território de Vacaria e de que modo esse espaço se reterritorializou.

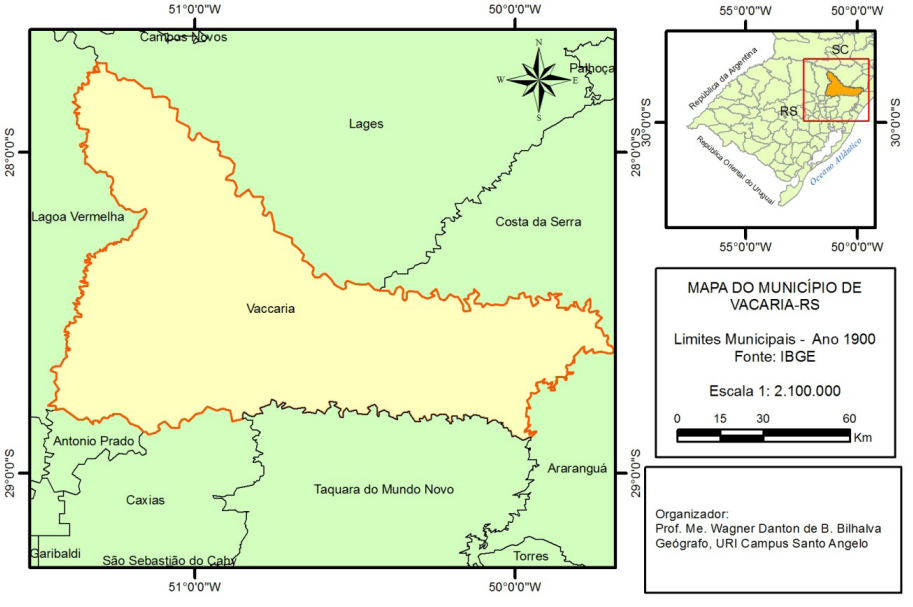
1 O antigo território de Vacaria-RS como um espaço regional

O recorte regional de nossos estudos está alicerçado no antigo território de Vacaria-RS entre os anos de 1890 a 1930, período compreendido pela Primeira República brasileira. Esse recorte foi definido considerando-se não apenas o espaço físico de abrangência territorial, mas também as características de identidade e culturais pelas quais essa região estava ligada. A atividade pecuarista era predominante na região, assim como as

heranças oriundas do tropeirismo, podendo ser definida como um espaço voltado para a criação de gado bovino. No entanto, não podemos deixar de mencionar que diversas localidades desenvolveram atividades agrícolas a partir da chegada dos imigrantes, como é o caso de Ipê e Campestre da Serra onde os imigrantes italianos iniciaram o plantio da uva.

O distrito de Vacaria foi criado por Alvará em 20 de outubro de 1805, subordinado ao município de Santo Antônio da Patrulha e elevado à categoria de vila no ano de 1878. Em 1900 temos a anexação do distrito de São Luís de França e de São João Batista, sendo o distrito de São Pedro integrado em 1808. Também durante o século XIX e início do século XX, ocorreram diversas emancipações de distritos que deixaram de pertencer a Vacaria, entre eles Bom Jesus, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Ipê e Campestre da Serra. *O mapa 1.1 ilustra o espaço ocupado pelo antigo território de Vacaria.*

Mapa 1.1 Território de Vacaria-RS em meados de 1890



A formação do município liga-se diretamente às atividades tropeiras, que ajudaram a consolidar o alicerce econômico, político e cultural que perduram até os dias atuais. No Rio Grande do Sul, as atividades pecuaristas emergiram de um contexto que define a própria formação de seu território através do tropeirismo, processo sobre o qual Vacaria esteve direta-

mente vinculada até por volta de 1930. De acordo com o censo do IBGE[2] de 1900, Vacaria possuía nessa época a área de 8.526 Km,[2,] apresentando uma densidade demográfica de 2,02 hab. Km.[2] De acordo com o mesmo censo na década de 1900 o município de Vacaria abrangia os distritos de 1°Vacaria, 2° Vista Alegre, 3° Capão Alto, 4° São Luís de França, 5° São João Batista, 6° São Pedro, 7° Santo Antônio e 8° Capela da Luz.

Heredia (1996), define região como o espaço que podemos percorrer sem nos sentirmos estranhos, dentro de uma ideia de pertencimento. Assim, uma região não é apenas um espaço físico, mas um local definido por identidades, diferentemente das linhas divisórias que atendem às questões políticas, os conceitos regionais se relacionam às respostas humanas de pertencimento. Nesse sentido, para o historiador, uma região não pode ser definida apenas através de questões geográficos, políticas, sociais, ou econômicas, mas pelo conjunto de experiências que permitem falar em características comuns a um grupo humano, Carbonari (2009) considera que:

> El espacio regional, no es un espacio fijo, sino un espacio social con conjuntos heterogéneos en continua interacción. Es testimonio del pasado que actúa sobre el presente y condiciona el futuro. Analizarlo implica verlo como un espacio dinámico, en continuo movimiento. Por tanto, como producto de la historia y que al mismo tiempo actúa sobre la historia (p. 28).

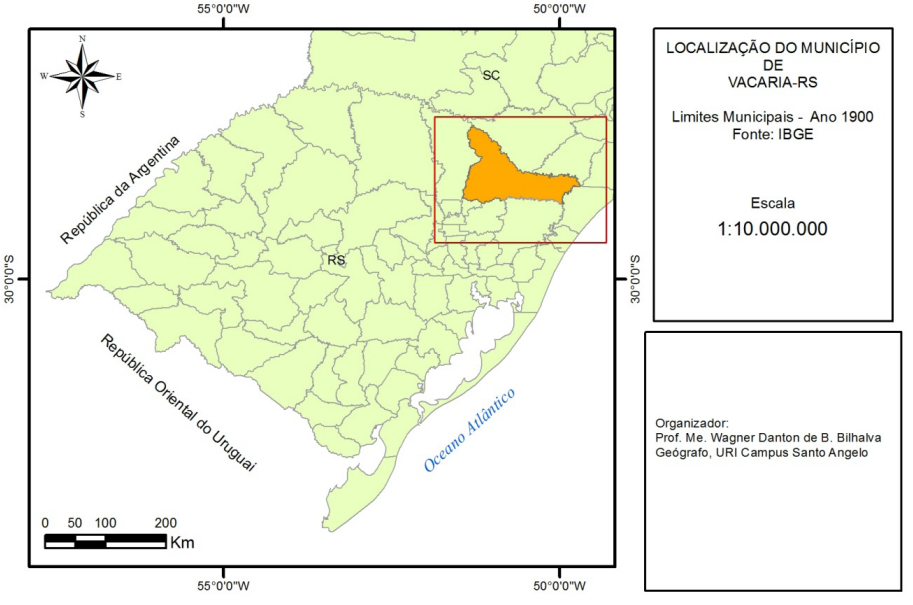
Conforme mencionado pela autora, região é um espaço definido através de questões sociais, onde é possível encontrarmos traços marcantes de heranças culturais e materiais, com uma determinada estrutura social e suas contradições que definem um sentimento de pertencimento a um determinado território e grupo. Como destacado por Heredia, "la región es el resultado de la relación íntima del hombre con su medio, la región es una criatura, o sea una creación singular, la regionalización debe ser entendida como el proceso en el cual la región se desarrolla y toma forma histórica concreta" (HEREDIA, 1996, p. 300). Região, portanto, não é um espaço fixo, demarcado geograficamente, mas um espaço que apresenta mudanças.

O município de Vacaria foi criado em 1850, tendo uma superfície de aproximadamente 16.800 Km², que originaram mais de 13 municípios, sendo que em 1881, por ocasião da emancipação de Lagoa Vermelha a superfície passou a 10.575 Km². Já em 1913, com a emancipação

2 Biblioteca do IBGE. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf. Acesso em 09/08/2017.

do município de Bom Jesus, a área ficou reduzida a 6.681 Km². Vacaria também pertenceu a comarca de Santo Antônio da Patrulha entre 1854 a 1863. Em 1884 havia no município o número de 296 eleitores e, em 1890 existia na sede cerca de 450 habitantes. Também, de acordo com informações extraídas do livro Vacaria dos Pinhais, de Fidélis Barbosa, em 1905 a população era estimada em 30.000 habitantes, havendo 1.521 eleitores. Em 1920 o número de habitantes saltou para 22.718 (BARBOSA, 1978). O mapa *1.2 Localização do município de Vacaria em 1900* nos mostra a abrangência territorial ocupada pelo antigo território de Vacaria.

1.2 Localização do município de Vacaria-RS em 1900



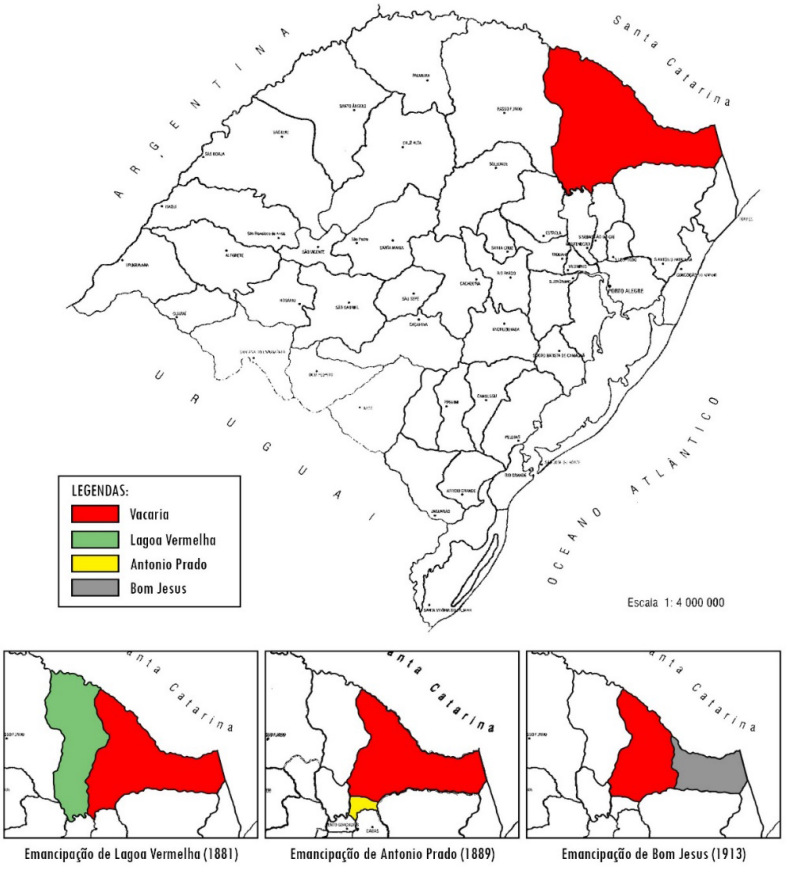
De acordo com o censo do IBGE[3] de 1900 Vacaria possuía nessa época a área de 8.526 Km²,, apresentando uma densidade demográfica de 2,02 hab. Km.² De acordo com o censo realizado pelo IBGE na mesma década o município abrangia os distritos de 1°Vacaria, 2° Vista Alegre, 3° Capão Alto, 4° São Luís de França, 5° São João Batista, 6° São Pedro, 7° Santo Antônio e 8° Capela da Luz.

O distrito de Vacaria foi criado por Alvará em 20 de outubro de 1805, subordinado ao município de Santo Antônio da Patrulha e elevado à cate-

3 Biblioteca do IBGE. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf. Acesso em 09/08/2017.

goria de vila no ano de 1878. Segundo Barbosa (1978), em meados de 1900, a vila de Vacaria possuía 140 casas e 631 habitantes. No mesmo ano, aconteceu a anexação do distrito de São Luís de França e de São João Batista, sendo o distrito de São Pedro integrado em 1808. O *mapa 1.3 Desmembramentos da antiga vila de Vacaria* mostra o antigo território de Vacaria em 1878 quando foi separado de Santo Antônio da Patrulha. Nos detalhes vemos a emancipação dos municípios de Lagoa Vermelha (1881), Antônio Prado (1889), Bom Jesus (1913).

Mapa 1.3 Desmembramentos da antiga vila de Vacaria-RS



Mapa do Rio Grande do Sul em 1878, quando da emancipação do município de Vacaria. Abaixo, as emancipações ocorridas até o início do século XX: Lagoa Vermelha (1881), Antonio Prado (1889) e Bom Jesus (1913). Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão dos Assuntos Municipais. *Evolução municipal do RS 1809-1996*, Porto Alegre, 2002. Adaptado por Alex Antônio Vanin.

Autoria: Alex Vanin.(2019)

Em 1911 o município abrangia 5 distritos: Vacaria, Bom Jesus, São Luís de França, São João Batista e Vista Alegre, não integrando-se o distrito de São Pedro. Bom Jesus desmembra-se do município em 1913, ano em que é criado o distrito de Capão Alto e anexado ao município de Vacaria. Em 1917 é criado o município de Muitos Capões e também anexado à Vacaria, no mesmo ano em que o município de Nossa Senhora da Luz é criado e também vinculado ao município. São José do Pinhal é anexado em 1924, juntamente com São Pedro do Ipiranga. Compondo, portanto, esses distritos a região compreendida por nossos estudos

2 Território e reterritorialidade através de um conceito histórico e geográfico

Ao nos propormos a examinar as transformações ocorridas no antigo território de Vacaria faz-se necessário inicialmente que busquemos elucidar os conceitos espaço e território. Para tanto, é preciso ressaltar que território vem de terra que, formalmente, significa uma porção não pedregosa, asfaltada, ou cimentada da superfície terrestre, e que pode ser argilosa, arenosa ou saibrosa. (Geiger, 1996, 235). Segundo o autor, a rocha viva, o asfalto ou o cimento servindo de cobertura, formam os limites, sendo esta cimentada ou asfaltada passa-se para o termo chão. No entanto, o termo território não pode ser entendido simplesmente como um espaço físico, pelo contrário, o processo de construção territorial ocorre através da ação humana e, suas diferentes dinâmicas que atuam sobre o ambiente, definindo e reconfigurando suas características, nesse sentido:

> A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. Assim, o Brasil que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, através do exercício da gestão do mesmo, só vindo tentar fazê-lo a partir dos meados do século XX, quando o Governo Vargas, no Estado Novo, criou a fundação Brasil Central e pregou a "marcha para o este" procurando expandir a área de ação e de domínio do governo (ANDRADE, 1996, p. 214).

De modo que, a formação territorial está diretamente relacionada a uma composição social na qual as estruturas são alicerçadas a partir das interações do ser humano com o espaço. Segundo Andrade (1996) "o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área"

(ANDRADE, 1996, p.213). Para Santos (1996), "o território são formas, mas o território usado são objetos, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (SANTOS e SILVEIRA, 1996, p. 16).

Andrade (1996), considera que a ideia de território liga-se sempre a ideia de poder, seja a referência feita ao poder público ou estatal. Geiger (1996), também considera que o termo território refere-se à uma relação abstrata de poder. Para Neves (1996) "o poder – como capacidade de decidir – se exerce sobre fragmentos – porções da realidade – é adaptado às circunstâncias contraditórias e particulares no tempo e no espaço cada vez mais diversificado e heterogêneo" (NEVES, 1996, p. 271). O autor enfatiza que a formação e transformação de novos territórios acontece através das desterritorialidades, da luta de classes ou de novas fontes especializadas de produção de mercadorias.

Segundo Costa (2014, p.96), "o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica" (COSTA 2014, p.96). O autor explica que, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode abranger diversas finalidades, sejam elas de abrigo, recurso, controle e/ou referência-simbólica. Nesse sentido, enquanto alguns grupos se territorializam a partir de um processo de integração entre dominação e apropriação outros podem territorializar-se diretamente pela dominação, sendo esta em um sentido mais funcional, não apropriativo.

Nesse sentido, território corresponderia a um nível mais elevado da produção social. Já o "espaço, propriamente dito, como espaço urbano, corresponde a um nível mais elevado da produção social" (GEIGER, 1996, p. 238). Cara (1996), descreve território como uma objetivação multidimensional da apropriação do espaço, sendo a territorialidade "a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida" (CARA, 1996, p. 262).

Assim, territorializar-se representa a criação de mediações espaciais que proporcionem efetivo poder sobre a reprodução dos grupos sociais, que também poderia ser pensada através de um viés individual. De acordo com Costa (2014) "um território, portanto, pode ser visto como o produto agenciado de um determinado movimento em que predominam os campos de interioridade sobre as linhas de fuga, ou, em outras palavras, um movimento mais centrípeto que centrífugo" (COSTA, 2014, p. 123-124). Portanto, os agenciamentos, conforme o autor, excedem o espaço geográfico, de modo que tudo pode ser agenciado, desterritorializado e reterritorializado.

2.1 O território de Vacaria na segunda metade do século XIX através de registros paroquiais

Um dos grandes pilares de transformação do modelo de configuração das terras sul-rio-grandenses pode ser encontrado durante a primeira metade do século XIX, com a Lei de 1822, que extingui a doação de sesmarias no Brasil, intensificando, sendo Kliemann (1986) a posse desordenada e a aglutinação de terras por particulares. Surge também uma política imigratória, com o objetivo de criar mão de obra livre nas áreas de produção para exportação, consolidando um mercado interno consumidor "além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo" (KLIEMANN, 1986, p. 18).

De acordo com Kliemann (1986), a Lei de Terras e o respetivo Regulamento estabelecem a aquisição de terras devolutas somente através da compra em hasta pública "reservando-se as 10 léguas de fronteira, bem como as terras para colonização indígena, fundação de povoados, abertura de estradas, construção naval e de estabelecimentos públicos". (KLIEMANN, 1986, p. 18). As terras devolutas eram definidas como áreas não cultivadas em poder do estado ou posses não legitimadas.

Conforme a autora, com a aplicação da Lei de 1850, o governo imperial precisou se preocupar com a legitimação das antigas posses e medições, além de criar registros e títulos, enquadrando na nova ordem o sistema de colonização vigente desde as primeiras décadas do século XIX. Consideravam-se terras devolutas as terras não cultivadas em poder do estado ou as posses não legitimadas. Isso fez com que o governo imperial tivesse que se preocupar em legitimar as antigas posses e mediações, criar registros e títulos, além de enquadrar na nova ordem todo o sistema de colonização vigente desde as primeiras décadas do século XIX (KLIEMANN, 1986).

Já o regulamento de 1854 resultou na subordinação de todos os assuntos de terras à Repartição Geral de Terras Públicas, então ligadas ao Ministério e Secretaria de Estado de Negócios do Império. O artigo 4° do regulamento, citado pela autora aponta que:

> Todas as ordens da Repartição Geral de Terras Públicas, relativas à medição, divisão e descrição das terras devolutas nas Províncias; à sua conservação, venda e distribuição; a colonização nacional e estrangeira, serão assumidas pelo Ministério e Secretário do Estado dos Negócios do Império, e dirigidas aos presidentes das Províncias. As informações, porém, que forem necessárias para regular o andamento do serviço a cargo da mesma Repartição, poderão ser exi-

> gidas pelo Diretor de seus delegados, ou requisitadas das autoridades incumbidas por este regulamento do registro de terras possuídas na medição, divisão, conservação, fiscalização e venda das terras devolutas e da legitimação ou revalidação das que estão sujeitas a estas formalidades[4].

Nesse mesmo ano de 1854 foram lançados no livro de Registros paroquiais de Vacaria-RS, assinados inicialmente pelo pároco Antônio Manoel Branco todas as posses e propriedades dos moradores do antigo termo da Vacaria. O livro possui 339 registros, sendo que os últimos foram descritos no ano de 1856, com atraso, já que consta que seus possuidores. precisaram pagar uma taxa por terem ultrapassado a data limite estipulada para a realização da ordem.

O primeiro registro realizado foi o de José Silveira de Azevedo, possuidor de um campo denominado Potreiro do Socorro, que possuía "pouco mais ou menos de uma légua de frente e outra de fundos, que comprou de Polycarpo José da Silva e sua mulher Maria Gabriela de Andrade, no ano de 1834". Os campos ao norte se dividiam com o rio Pelotas, pelo leste limitavam-se com José Joaquim Ferreira, proprietário da fazenda do Socorro. José Silveira de Azevedo relata não possuir títulos dos campos por terem sido partes pertencentes a uma sesmaria que foi de Gabriel Roiz de Jesus, cuja carta de sesmaria se encontrava em posse de seus herdeiros[5].

Podemos presumir que Gabriel Roiz de Jesus teria sido um dos descendentes de Manoel Rodrigues de Jesus, casado com Clara Jorge, filha de José de Campos Bandemburgo, quem inicialmente recebeu a carta de sesmaria das terras do Socorro. O fato de Gabriel Roiz de Jesus ter sido possuidor de partes de terras na fazendo do Socorro indica que as mesmas foram deixadas em herança familiar, neste caso pela família Rodrigues de Jesus, proprietário da fazenda após a morte de Bandemburgo.

As terras, conforme o documento foram vendidas a José Silveira de Azevedo ainda no ano de 1834, o que mostra que as terras da sesmaria da fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro já haviam sido fragmentadas diversas vezes antes de chegar às mãos de José Joaquim Ferreira e que seus campos não foram apenas divididos entre herdeiros e descendentes, tendo passado a pertencer a outras famílias que adquiriram as terras através de títulos de compra, antes mesmo da Lei de Terras de 1850.

4 BRASIL. Regulamento para a execução da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Decreto n°1.318 de 30 de janeiro de 1854. In: Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. Coletânea da Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

5 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

Joaquim Ferreira Pereira foi possuidor de um campo que comprou em 1847 de Joaquim da Costa Chaves, pertencendo inicialmente ao capitão José Carneiro Geraldes, tendo sido herdeiros Hermenegildo Pereira Marques e seu genro Joaquim da Costa Chaves que o vendeu ao mencionado Joaquim Ferreira Pereira. Os campos foram descritos como abrangendo "uma légua de frente, pouco menos e duas de fundos, pouco mais ou menos". O possuidor não possuía títulos "mais que posse imemorial de seus possuidores", não estava medido, nem demarcado. Situava-se no lugar denominado Santo Antônio, próximo ao rio Saltinho[6].

De acordo com o livro de registros paroquiais a descrição da fazenda do Socorro foi realizada por José Joaquim Ferreira em 22 de setembro de 1854, nele encontramos a seguinte transcrição:

> Eu, abaixo assinado, sou senhor e possuidor de uma estância nesse distrito de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, no lugar denominado Socorro, cuja estância é composta de várias partes de campos que por diversas vezes ei comprado a seus possuidores, como consta das competentes escrituras que se acham em meu poder. Esta estância ainda não foi medida, nem demarcada e, sua extensão será de duas sesmarias e meia mais ou menos, suas divisas e confrontações são as seguintes: pelo lado do norte é sua divisa o rio de Santa Ana, principiando no Passo da Serra do Pelotas e pelo mesmo arroio acima até onde faz barra o arroio Damaceno e por este acima fazendo divisa com o capitão Miguel Joaquim de Camargo, até um banhado que vai direto ao porto que tinha no Capão D'Andorinha e dali segue por uma vertente abaixo que vai desaguar no rio denominado Socorro, fazendo divisa com Francisco Xavier da Fonseca e com os herdeiros do finado José Rodrigues (ilegível) e dali segue pelo mesmo rio do Socorro abaixo até um lajeadinho que está na frente da casa da viúva Maria Gabriela de Andrade e dali segue por um arroio acima a passar pelo capão denominado Cuscos e, dali cortando em rumo da estrada que segue para o potreiro de José Silveira de Azevedo e pela estrada abaixo até o último passo que está na frente do mesmo potreiro e, dali por um arroio acima agarrando por uma grota de mato abaixo, fazendo divisa com os mesmos Maria Gabriela de Andrade e José Silveira de Azevedo e, cuja grota vai fazer barra no rio Santa Ana.[7]

6 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.
7 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

As compras descritas por José Joaquim Ferreira constam terem sido realizadas a primeira em 1845 a Manoel Rodrigues Lisboa, como procurador de seu pai, a segunda em 1847 a Mancio Ivo da Fonseca, a terceira em 1847, de Maria Gabriela de Andrade e a quarta em 1847 a Jaú Lourenço de Lima e a quinta e última, em 1851 de Manoel Pereira Borges. Fato que nos mostra que a fazenda do Socorro, que em 1872 foi inventariada por morte de José Joaquim Ferreira, não era constituída inteiramente por terras pertencentes a sesmaria inicial do Socorro, a qual José de Campos Bandemburgo havia recebido posse ainda no século XVIII, mas por campos provenientes de compras[8].

As informações do livro de registros paroquiais de 1854 nos apresentam também informações muito valiosas sobre as terras do antigo território de Vacaria e seus possuidores, mostrando que haviam diversas propriedades menores além das grandes fazendas originárias de sesmarias e, que estas em meados do século XIX já apresentavam proporções divergentes das originais.

Além das fragmentações provenientes de partilhas, essas fazendas foram sofrendo processos de reterritorialização derivadas de compras e anexações de territórios, que inicialmente já pertenciam a fazenda, mas que ao longo dos anos passaram a outros proprietários e, através de escrituras de compra foram anexadas novamente. Além disso, os mesmos proprietários por vezes eram possuidores de outros campos em localidades distantes.

3 Reconfigurações do território gaúcho entre 1889 a 1930 através da fazenda do Socorro

De acordo com Pesavento (1980), no final do século XIX o Rio Grande do Sul apresentava-se basicamente como uma região fronteiriça, marcada pela militarização e autoritarismo nas relações de dominação, tendo sua economia diretamente relacionada às atividades agropecuárias. A pesquisadora considera que, sendo a economia mercantilizada com base primária-exportadora, vinculada como periférica ao mercado nacional, o estado fazia jus a designação de celeiro do país, considerando a destinação e o tipo de produtos exportados, os quais se constituíam de charque, couro, gêneros agrícolas de subsistência, banha, vinho (PESAVENTO, 1980).

As décadas finais do século XIX, também marcam um período de grande influência das ideias positivistas de Augusto Comte (1798-1857),

8 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

que se estende até as décadas iniciais do século XX. (GOLIN, 2007). Conforme salienta Golin (2007), a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, marcou uma nova etapa de propagação das ideias positivistas que se refletiram na organização política e econômica do estado. No início do período republicano após o rompimento entre o PRR e o ex-liberal Visconde de Pelotas, diversos militares e conservadores sucederam-se no governo, porém os republicanos mantiveram os postos mais importantes administrativamente (GOLIN, 2007).

Em 1872 a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, mais conhecida como fazenda do Socorro, localizada em Vacaria, atualmente tombada como patrimônio histórico, era propriedade de José Joaquim Ferreira, casado com Gertrudes de Assumpção. A história da fazenda se inicia por volta de 1770 quando as terras em que posteriormente se assentou a propriedade foram doadas em sesmaria ao tropeiro paulista José de Campos Bandemburgo.

Sede da Fazenda do Socorro (2017)



Fonte: Fotografia da autora (2017)

A única filha de Bandemburgo, Clara Jorge, juntamente com seu marido Manoel Rodrigues de Jesus são considerados um dos troncos fundadores do povoado de Vacaria. Conforme informações extraídas do livro do memorialista José Fernandes de Oliveira (1959) as famílias tronco do município de Vacaria seriam: 1° José de Campos Bandemburgo X Maria do Rego Melo; 2° Manoel Rodrigues de Jesus X Clara Jorge Silva; 3° Antônio Borges Vieira X Tereza Rodrigues de Jesus; 4° Manoel de Souza Duarte X Maria Rodrigues de Jesus; 5° Antônio Manoel Velho X Ignácia de Jesus Ve-

lho; 6° Ignácio Fernandes dos Reis X Páscoa Gonçalves de Jesus.

Em 1872, com a morte do fazendeiro José Joaquim Ferreira, o patrimônio familiar acabou seriamente prejudicado devido as desavenças entre herdeiros, tendo sido concluído o inventário apenas em 1880. Um dos sobrinhos de Ferreira, de nome Luiz Jacinto Ferreira tornou-se o novo proprietário da fazenda que já se encontrava arruinada pelas perdas de grande número de animais, abandono administrativo, entre outras questões.

Ao final do processo de inventário *post-mortem* de Ferreira, aberto em 1872 e a realização da partilha em 1880, Luiz Jacintho Ferreira tornou-se o grande herdeiro dos bens deixados pelo fazendeiro. Jacintho Ferreira adquiriu a meação dos demais legatários através de compras e acertos anteriores a realização da partilha, restando apenas 27.959.506 réis à viúva Gertrudes de Assumpção do Senhor. Das heranças que não foram entregues à Luiz Jacintho Ferreira, figuram além da meação da viúva, o legado da escrava Maria, referente à 4.485.000 réis correspondente ao legado deixado a ela por Ferreira, assim como o testamenteiro Daniel Ribeiro Martins que recebeu 344.515 réis[9].

Uma outra escritura de desistência de herança em nome de Luiz Jacintho Ferreira e de "José Narciso dos Santos, sua mulher e outros" apontam que partes de terras na fazenda teriam sido vendidas ilegalmente durante o processo de litígios e prorrogações do inventário de Ferreira. O documento mostra que algumas famílias haviam tomado posse de terras e inclusive efetuado vendas alegando possuírem terras na referida propriedade. No acordo assinado, José Narciso dos Santos, juntamente com outras pessoas, asseguram desistirem de quaisquer direitos que imaginassem ter por títulos injustos na fazenda do Socorro[10].

Entre as descrições das vendas ilegais de terras aparecem o casal João Leonardo Alves e sua mulher Carolina Gertrudes da Costa, cuja escritura consta ter sido lavrada em 19 de junho de 1875, sendo vendedor Serafim Rodrigues Lisboa. Também se inclui a venda de um outro pedaço de campo na fazenda do Socorro, ao qual figuram como vendedores Clementino Antonio Alves e sua mulher Plácida Maximiliana Rodrigues. Os campos foram vendidos ilegalmente pela quantia de 300 mil réis[11].

9 APERS. Inventário de José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1880. Autos n° 170.

10 APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881.

11 APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881.

Proferida a desistência dos terrenos vendidos de modo ilícito, o juiz solicita que os casais José Narciso dos Santos e sua mulher Maria Ignácia Moreira e, Amancio Antonio Ferreira e sua esposa Maria Jacintha Moreira desocupem as terras, retirando delas tudo o que lhes pertencessem. Consta que esses casais já haviam estabelecido mangueiras com criações, mas diante do exposto e sem direito algum para reivindicar, eles aceitam terem sido enganados e não expõem nenhum protesto, pelo contrário, concordam que as terras pertenciam de fato ao herdeiro de José Joaquim Ferreira[12].

Luiz Jacintho Ferreira contraiu matrimônio por três vezes, no entanto, deixou uma única filha, de nome Ottilia, que se casou com Honário Brito. O falecimento de Luiz Jacintho Ferreira ocorreu no dia 14 de janeiro de 1896 na Colônia de Caxias. Os bens listados em inventário, pertencentes ao casal constituíam-se de uma fazenda denominada Socorro, situado no 1º distrito da vila, campo este que já teria sido medido pela Lei Torrens, contendo mais de légua de sesmaria, dividindo-se ao norte com as invernadas da herdeira Ottília, a leste, com Cândido de Camargo Mello, ao sul com João Vieira e a oeste com Virgílio Antônio Rodrigues, Antônio Francisco Rodrigues Tito, e Ernesto de Medeiros Branco. Uma casa de moradia no campo acima discriminado, coberta de telhas, com cozinha, três galpões, mangueiras de pedra, lavoura cercada de pedras, um pequeno potreiro e mais benfeitorias[13].

Ottilia, filha de Luiz Jacintho Ferreira faleceu em 1904, em seu inventário *post-mortem* encontramos descrita a certidão de venda da fazenda com data de 25 de abril de 1903. No documento consta que, Honório Brito e sua mulher Ottilia Ferreira de Brito, moradores na capital Porto Alegre, venderam a fazenda do Socorro ao comprador Marcos Flores de Noronha, residente na República Oriental do Uruguai, tendo sido a referida fazenda adquirida por herança do tenente coronel Luiz Jacintho Ferreira e sua esposa Ottilia Ghertener Ferreira. No documento consta que a fazenda achava-se em parte sob domínio de usufruto da terceira mulher de Ferreira, sendo a venda ajustada no valor de 60.000.000 réis[14].

Consta no Registro de Imóveis do município de Vacaria a transcrição das terras pertencentes a Luiz Jacinto Ferreira[15], sendo este referido no

12 APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881.

13 APERS. Ano: 1896. Autos n° 416. Maço n° 11. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventário. Inventariado: Luiz Jacintho Ferreira. Inventariante: João Antônio Jacques.

14 APERS. Inventário de Ottília Ferreira de Brito, 1904. Autos n° 366.

15 Serviço Registral Imobiliário e Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 12,

livro 3, transcrição número 12, folhas 4, com data de 16 de setembro de 1882, no qual se lê:

> Luiz Jacinto Ferreira, morador no Socorro, município de Nossa Senhora da Oliveira, adquirido de Alves Carneiro e sua mulher moradores no 3º distrito da mesma terra, por escritura pública de compra e venda pelo tabelião José Fernandes da Cunha, relativo a: fazenda de criar denominada Socorro, Nossa Senhora da Oliveira do município do mesmo nome, faz parte da fazenda Socorro, que confronta com terras do tenente e coronel Miguel Joaquim de Camargo e sua mulher, com outras de Lucas de Camargo Mello e sua mulher, de Candido de Camargo Mello e sua mulher, do coronel Felisberto Teles de Souza e sua mulher, de Jeremias Francisco de Souza, de herdeiros de Justino Francisco de Souza, de Polycarpo da Silva e sua mulher, dos herdeiros de Francisco Borges, de Cecilio Baptista de Almeida e sua mulher, de Miguel Primo da Rocha e sua mulher (...)

O documento comprova que pertencia a Luiz Jacinto Ferreira a fazenda, com uma invernada compreendendo duas léguas de frente com seis de fundo, mais ou menos, duas casas, terras, mangueiras, potreiro, invernadas, 500 cabeças de gado vacum, cavalos e burros. Em outra certidão, sendo a mesma referente a transcrição número 13, folhas 05 do livro 3, também com data de 16 de setembro de 1882, em nome do coronel Luiz Jacinto Ferreira é descrito que, o mesmo era morador no Socorro, Nossa Senhora da Oliveira, do município do mesmo nome, adquirido de Gertrudes D' Assumpção do Senhor, viúva de José Joaquim Ferreira, por seu curador.

Após ser vendida pela família Ferreira, que já não possuía mais vínculos com a fazenda, residindo em outro município e mantendo as terras arrendadas, a fazenda do Socorro passa a propriedade de Marcos Flores Noronha. No Registro de imóveis do município de Vacaria encontra-se o documento de escritura de registro da fazenda do Socorro em nome de Marcos Flores Noronha, a transcrição de número 348, pertence a folhas 73 do livro 3 [16], com data de 14 de maio de 1903, aponta que o mesmo era residente na República Oriental do Uruguai.

A fazenda, conforme o documento teria sido adquirida em 25 de abril de 1903 de Honório Brito e sua mulher. Na escritura consta que pertencia a Marcos Flores de Noronha "uma fazenda de meação denominada

folhas 4, livro 3, de 16 de setembro de 1882.

16 Serviço Registral Imobiliário Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 348. Livro 03. Folhas 73. 14 de maio de 1903.

Socorro, com terras de campos e matos, cercas de pedra, potreiros, invernadas, casas de moradia e outras dependências, contendo uma área de 134.380.000 m²",

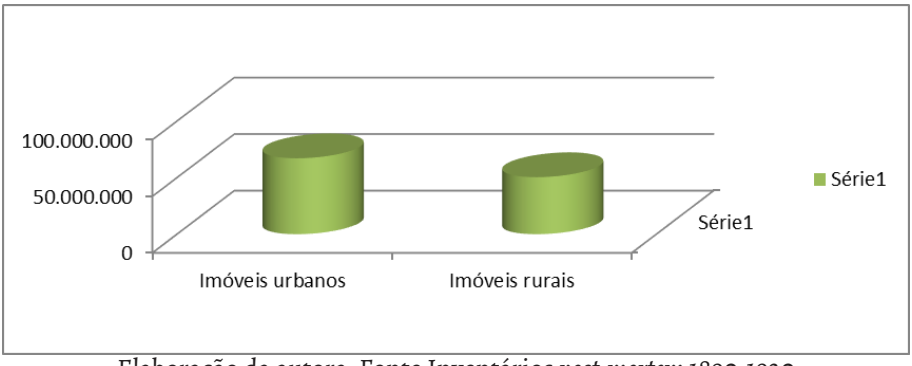
O processo de transmissão da fazenda, assim como a fragmentação de suas terras mostram que o território foi sendo reconfigurado ao longo dos anos, o que evidencia que houve uma reterritorialização do espaço. A venda de partes da fazenda e anexação de outras terras promoveu uma contínua interação com outros ambientes, modificando não apenas o espaço físico da fazenda, mas toda configuração econômica e social presente na mesma. Ao serem dividida as terras adquiriram novas funcionalidades, passando da criação de gado bovino para o cultivo agrícola, por exemplo, além de redefinir suas bases econômicas.

4 A terra e a economia gaúcha entre o final do século XIX e início do século XX

Entre as fortunas familiares deixadas entre 1889 a 1930 em Vacaria, evidenciamos que a terra representou a soma da maior parte das fortunas inventariadas, ficando os rebanhos em segundo lugar. Já as casas e benfeitorias não somaram valores significativos, um exemplo está no inventário de Antônio Telles de Souza (1913)[17] em que os bens deixados foram: "um retaco de campos e matos no lugar denominado Saltinho, 1° distrito deste município no valor de 15 contos de réis, casa e mais benfeitorias no lugar, no valor de 600 mil réis", além de 232 cabeças de espécies diversas.

Observamos que o valor conferido a casa, juntamente com as benfeitorias perfazia apenas a quantia de 600 mil réis, o que contrasta com o valor pelo qual os campos foram avaliados. Entre os bens descritos nos inventários dos fazendeiros encontramos referências a propriedades urbanas, sendo estas terrenos e casas, havendo também casas comerciais. Ao analisarmos a valorização dos bens imóveis urbanos e compararmos com os valores conferidos com os bens imóveis rurais, observamos que os imóveis urbanos foram melhor avaliados quanto ao valor comercial a eles conferidos. O gráfico *4.1 Imóveis rurais e urbanos* apresenta as diferenças entre as somas dos bens imóveis urbanos e rurais.

17 APERS. Inventário de Antonio Telles de Souza. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1913. Autos n° 662.



Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Os imóveis urbanos representavam um investimento maior do que os imóveis rurais, o que evidencia também o preço do terreno urbano. No entanto, devemos considerar que as casas das fazendas eram locais de trabalho, sendo que alguns fazendeiros chegavam a residir na área urbana e outros destinavam as habitações apenas a locais de passeio. Precisamos ponderar ainda os estudos arquitetônicos, que nos mostram que as sedes das fazendas passaram a se modificar apenas a partir do final do século XIX adentrando ao século XX, sofrendo as influências europeias e a crescente industrialização, como referido por Luccas (2006):

> A industrialização urbanizou a sociedade, impondo novas variáveis ao projeto. O adensamento das cidades, o crescente anseio de privacidade e a busca de salubridade pela insolação e ventilação, provocaram o surgimento de arranjos interiores e espaciais mais artificiosos, capazes de satisfazer estas demandas. A partir daquele momento, a edificação não responderia tão somente a poucos problemas semelhantes e de baixa complexidade, mas seria concebida como engenho capaz de satisfazer às variadas pressões dos diferentes contextos e aos apelos mais diversos. (LUCCAS, 2006, p. 15)

Conforme nos explica Luccas (2006), é a partir do século XX que os novos modelos de pensamento passam a modificar os estilos de vida da sociedade sul-rio-grandense, trazendo novas ideias associadas à industrialização e padrões de comportamento. As sedes das fazendas começam a ser reinterpretadas trazendo novas formas de construção associadas ao conforto e ao requinte, como é o caso da fazenda do Socorro que é reconstruída por Lourdes de Noronha.

Segundo Golin (2007), com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul acabou sendo beneficiado, sua economia diversificou-se e o estado conseguiu aumentar o número de exportações. Nesse período também começam a surgir os primeiros frigoríficos, que favoreceu consideravelmente a produção pecuarista, base econômica do estado até o final do século XIX. Concomitantemente os setores da economia buscaram se modernizar para o atendimento das demandas dos produtos alimentícios e vestuários na Europa, através da aquisição de empréstimos. Golin (2007) salienta que o desenvolvimento econômico gaúcho, resultante da exportação dos países envolvidos na guerra, também favoreceu a eleição de Borges de Medeiros para seu quarto mandato em meados de 1917 (GOLIN, 2007).

Em Vacaria, segundo Barbosa (1917) em fins do século XIX a população começou a se intensificar em decorrência do fluxo migratório, neste momento cresceu o mercado de bovinos para a região de Caxias do Sul, São Leopoldo, Canoas e Porto Alegre. As tropas eram então conduzidas pela estrada Júlio de Castilhos e, principalmente, pela Rio Branco, via Korff e daí por Caxias, passando ora por Canela e Taquara Mundo Novo (BARBOSA, 1978).

Surgiram então numerosos tropeiros compradores de gado, que adquiriam os rebanhos na região para vendê-los aos matadouros e charqueadas, a mais importante delas a de Pedras Brancas, de Sapucaia. Entre os maiores compradores estavam os irmãos Pilar Guerreiro. Vidal Pilar Guerreiro, que chegava a transportar tropas de 800 reses, Francelino Pilar Guerreiro, João Pilar Guerreiro, José Osório Pilar Guerreiro e Sérgio Pilar Guerreiro, sendo estes os maiores compradores nas décadas de 1910 a 1950. (BARBOSA, 1978). De modo geral, Vacaria-RS manteve a produção pecuarista como base econômica até meados de 1930, sendo a agricultura destinada apenas a produção para consumo interno nas fazendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar de que modo o território do antigo município de Vacaria passou por constantes processos de reterritorialização ao longo da passagem do século XIX para o século XX. Como base de nossos estudos utilizamos registros paroquiais de terras lançados em livro no ano de 1854, inventários *post-mortem* e registros cartoriais relacionados a fazenda do Socorro e seus antigos proprietários.

Evidenciamos que o espaço territorial ocupado pelas grandes fazendas pecuaristas já haviam sido reconfigurado em meados do século XIX, inclusive através de compras e vendas anteriores a Lei de Terras de 1850. As

grandes transformações políticas e econômicas resultantes da passagem do império para a república contribuíram significativamente para a consolidação de novas bases de produção econômica, o que promoveu a comercialização das terras e o desenvolvimento de novas atividades produtivas.

As diversas fragmentações e reestruturações territoriais havidas na fazenda do Socorro nos mostram que as terras da propriedade já haviam sido reconfiguradas durante o século XIX, sendo que José Joaquim Ferreira, inclusive consegue reincorporar áreas da fazenda que anteriormente já haviam sido fragmentadas. Com a posterior venda da fazenda a Marcos Flores de Noronha, a fazenda que até então destinava-se particularmente as atividades pecuaristas passa a abranger o cultivo extensivo para venda, o que novamente provoca mudanças em sua terrirtorialidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades:* os limites do poder nacional e do poder local. SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

APERS. Ano: 1896. Autos n° 416. Maço n° 11. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventário. Inventariado: Luiz Jacintho Ferreira. Inventariante: João Antônio Jacques.

APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881

APERS. Inventário de Antonio Telles de Souza. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1913. Autos n° 662.

APERS. Inventário José Joaquim Ferreira/ 1872 (1° e 2° volumes). Ano: 1872. Autos: 90. Estante: 119. Maço: 3. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.

APERS. Inventário de José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1880. Autos n° 170.

APERS. Inventário de Ottília Ferreira de Brito, 1904. Autos n° 366.

APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4°Foro Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978.

BRASIL. Regulamento para a execução da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. *Decreto n°1.318 de 30 de janeiro de 1854*. In: Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. Coletânea da Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires. SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perder-se en el intento: repasando e repensando la historia regional. História Unisinos: Jan/abr, 2009.

COSTA, Rogério H. da. *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

GEIGER, Pedro P. *Des-territorialização e espacialização*. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

TAU GOLIN, Nelson Boeira. *República Velha:* 1889-1930. Passo Fundo: Méritos, 2007. Tomo 2.

LUCCAS, Luiz Henrique. *Estâncias e fazendas do Rio grande do Sul:* arquitetura tradicional da Pecuária. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura/ UFRGS: 2006. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01503.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

HEREDIA, Edmundo A. *La región en la globalización e en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas*. Universidad Nacional de Córdoba. In: CASTRO, Carlos J. *Globalización e historia***:** III Jornada de historia de las relaciones internacionales. Provincia de Buenos Aires, 1996.

KLIEMANN, Luiza Helena Schimitz. *RS: terra e poder* – história da questão agrária. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

NEVES, Gervásio Rodrigo. *Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades (algumas notas)*. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

PEGORARO, Andréa P. *Família e patrimônio no sul do Brasil do século XIX:* As transmissões de propriedade através das alianças familiares nos testamentos e inventários post-mortem. Dissertação de mestrado. Universidade de Passo Fundo (UPF), 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento,1980.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território:* Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

Serviço Registral Imobiliário e Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 12, folhas 4, livro 3, de 16 de setembro de 1882.

Serviço Registral Imobiliário Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 348. Livro 03. Folhas 73. 14 de maio de 1903.

Recebido em 16/02/2021

Aprovado em 31/05/2021

DIAS FRATRICIDAS: REVOLUÇÃO FEDERALISTA NA COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ

FRATRICIDED DAYS: FEDERALIST REVOLUTION IN THE MILITARY COLONY OF XAPECÓ

Leticia Maria Venson[1]

RESUMO

No cenário de mudanças sociais, econômicas e políticas do final do século XIX, eclodiu a Revolução Federalista no Estado do Rio Grande do Sul (1893), que se expandiu para os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Com a expansão da revolução para os demais estados, a Colônia Militar do Xapecó, localizada no Paraná, na fronteira com o Rio Grande do Sul, surgiu como uma das possibilidades de invasão, para o fornecimento de armamento e alimentos para os revoltosos. O presente artigo tem por objetivo analisar as consequências da Revolução Federalista na Colônia Militar do Xapecó sob direção de José Bernardino Bormann. Utilizamos como fonte o livro redigido por Bormann intitulado "Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná", publicado no ano de 1901 e dividido em dois volumes. Concluímos que apesar da Colônia não ter sido invadida, a Revolução causou tensão na fronteira, pois houve uma real ameaça de invasão liderada por Prestes Guimarães, e consequências ao diretor do estabelecimento, que teve um mandado de prisão decretado, devido a tentativa de manter um posicionamento de neutralidade e de abrigar e proteger alguns revoltosos na Colônia. Os ânimos foram reestabelecidos, após a chegada da Divisão do Norte, comandada pelo General Pinheiro Machado. Compreendemos que o livro escrito por Bormann foi uma tentativa de esclarecer o seu posicionamento durante a revolução.

Palavras-chave: Revolução Federalista. Colônia Militar. Xapecó. José Bernardino Bormann. Fronteira.

ABSTRACT

In the context of social, economic and political changes at the end of the 19th century, the Federalist Revolution broke out in the State of Rio Grande do Sul (1893), which expanded to the States of Paraná and Santa Catarina. With the expansion of the revolution to the other states, the Colônia Militar do Xapecó, located in Paraná, on the border with Rio Grande do Sul, emerged as one of the possibilities of invasion, for the supply of arms and food

1 Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS- Campus Chapecó. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS - Campus Chapecó (2018). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: sudoeste paranaense e oeste catarinense, colônia militar, fronteira, povoamento e colonização.

to the rebels. This article aims to analyze the consequences of the Federalist Revolution in the Colônia Militar do Xapecó under the direction of José Bernardino Bormann. We used as a source the book written by Bormann entitled "Dias Fratricidas: Memories of the Federalist Revolution in the State of Paraná", published in 1901 and divided into two volumes. We concluded that although the Colony was not invaded, the Revolution caused tension at the border, as there was a real threat of invasion led by Prestes Guimarães, and consequences for the establishment's director, who had a warrant for his arrest, due to the attempt to maintain a positioning of neutrality and of sheltering and protecting some rebels in the Colony. Moods were restored after the arrival of the Northern Division, commanded by General Pinheiro Machado. We understand that the book written by Bormann was an attempt to clarify his position during the revolution.

Keywords: *Federalist Revolution. Military Colony. Xapecó. José Bernardino Bormann. Border.*

INTRODUÇÃO

O final do século XIX foi marcado por acontecimentos políticos, nos quais a disputa pelo poder fomentou atos de violência e revoltas por todo o Brasil. Com a Proclamação da República em 1889, Marechal Deodoro da Fonseca e uma junta militar estabeleceram o governo provisório, marcando um período de constantes conflitos nos quais diversos políticos buscavam um espaço no novo cenário. O governo provisório foi marcado pelo autoritarismo que gerou desentendimentos nos diferentes níveis da sociedade (ANDRADE, 2017, p.15).

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao sistema econômico colonial, o que afetou a política da província (FRAGA; GRITTI, 2015, p.191), pois, num primeiro momento os Partidos Liberal e Conservador se alternaram no governo local durante o Segundo Reinado (1840-1889), com o tempo, o Partido Liberal tornou-se hegemônico, e passou a usufruir sozinho o poder político provincial. Com isso surgiram tardiamente os interesses republicanos no Rio Grande do Sul, com a criação em 1882 do Partido Republicano Rio-Grandense, que congregou jovens republicanos de orientação positivista, sendo destaque Júlio de Castilhos. Ou seja, na época da Proclamação da República o Partido Republicano local ainda era pequeno e sem força política (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Nos primeiros anos da República a rivalidade entre republicanos e federalistas ocasionou uma guerra civil no ano de 1893, que perdurou até 1895. De um lado haviam os republicanos, defensores do desenvolvimento econômico geral, com o apoio dos empresários, pequenos comerciantes e agricultores e do Exército, liderados por Júlio de Castilhos e do outro, os federalistas, defensores da República parlamentar liberal, com o apoio dos pecuaristas do interior, que tinham como principal representante Gaspar

Silveira Martins (SÊGA, 2001).

A Revolução Federalista não se limitou ao Rio Grande do Sul, chegando a se expandir para os estados de Santa Catarina e do Paraná. Nesse contexto destacamos a Colônia Militar do Xapecó, criada em 1859 e instalada em 1882 na campina Xanxerê, na Província do Paraná, que tinha como um dos objetivos, proteger e fomentar o desenvolvimento da região, devido ao conflito diplomático com a Argentina, pelo território, na chamada Questão de Palmas. A Colônia fazia fronteira com o Rio Grande do Sul, ficando a cerca de 80 quilômetros da então freguesia de Nonoai. Apesar de ser um posto militar seu destacamento não chegou a ser expressivo, porém, desenvolveu um núcleo populacional considerável, e manteve seu funcionamento até o ano de 1908, quando passa para o regime civil, onde parte desse território é cedido para empresas colonizadoras.

Durante a Revolução Federalista (1893-1895), José Bernardino Bormann era o diretor da Colônia Militar do Xapecó e Comandante da Fronteira de Palmas, cargos que exerceu até o ano de 1898, portanto era o responsável por fazer o policiamento da região bem como de proteger a população de conflitos internos e externos. Durante a Revolução, a tentativa de manter um posicionamento neutro lhe rendeu diversas críticas tanto de federalistas, quanto do próprio Ministério da Guerra, que chegou a lhe expedir um mandado de prisão. José Bernardino Bormann era veterano da Guerra contra o Paraguai, escritor e político, chegando a ser eleito deputado estadual, vice-governador do Estado do Paraná, assumindo a cadeira de governador por um mês entre abril e maio de 1899, e Ministro da Guerra, no governo de Nilo Peçanha (1909-1910), portanto, era considerado um personagem de prestígio político e militar.

No presente artigo, temos como objetivo analisar a tensão estabelecida na Colônia Militar do Xapecó na fronteira de Palmas, devido a presença de federalistas na região, bem como as consequências da Revolução Federalista para a Colônia e para José Bernardino Bormann. Como fonte de análise utilizamos o livro "Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná" escrito por José Bernardino Bormann, e publicado em dois volumes, pela editora Aníbal Rocha e Companhia, de Curitiba, no ano de 1901. O livro foi resultado das experiências de José Bernardino Bormann como diretor da Colônia Militar do Xapecó e Comandante da Fronteira de Palmas, quando da eclosão da Revolução Federalista. Foi uma tentativa de contar a sua versão dos fatos, devido a nebulosidade que pairou sobre a sua tentativa de posicionamento neutro durante a Revolução.

1 General Bormann e a Colônia Militar do Xapecó

José Bernardino Bormann era gaúcho, nascido em Porto Alegre, filho de Guilherme Bormann, militar alemão, contratado pelo Império do Brasil para servir de artilheiro no Corpo de Estrangeiros de Dom Pedro I e de Ricarda Manoela da Maia Bormann, brasileira, natural do Rio Grande do Sul (VENSON, 2020a). A carreira militar de José Bernardino Bormann é extensa[2], nos limitamos a destacar a sua participação na Guerra contra o Paraguai (1864-1870), participando de várias batalhas e servindo como enfermeiro dos coléricos. É importante salientar que em 1875, formou-se em bacharel em matemática e ciências físicas e foi nomeado ajudante das ordens de Duque de Caxias, então Ministro da Guerra (1875-1878), posteriormente foi enviado a Europa com o objetivo de estudar a telegrafia militar e as fortalezas (VENSON, 2020a, p.102). Em foi nomeado em 1880 como responsável pela comissão de fundação da Colônia Militar do Xapecó, em território litigioso e de fronteira na Província do Paraná. Ou seja, um dos motivos para ser nomeado para a comissão de criação da Colônia Militar, foi sua experiência com as fortalezas da Europa e com o telégrafo, que era um meio de comunicação muito importante no período, devido a rapidez das mensagens, conectando os locais longínquos a Capital da província, no caso do Paraná, a Curitiba.

Após um estudo estratégico na região de instalação da Colônia, foi liberado de suas funções de responsável pela comissão de instalação, sendo nomeado diretor do estabelecimento, cargo que ocupou até o ano de 1898. Além de diretor da Colônia Militar do Xapecó, foi designado como Comandante da Fronteira de Palmas, responsável por policiar e proteger o território, tanto de inimigos internos, quanto externos. Era visto como um militar que poderia trazer muitos frutos positivos para o Paraná na administração da Colônia Militar, porém, o contingente das praças, responsáveis pela manutenção, criação de estradas, policiamento sempre foram escassas, dificultando um melhor desenvolvimento desse núcleo.

José Bernardino Bormann também foi um político influente no Estado do Paraná, chegando a ser eleito vice-governador do Estado e Deputado Estadual e escritor. A sua obra se caracteriza por incursões em diversas áreas, como história, romance novelesco e da literatura militar técnica. No campo da história lançou "O Marechal Duque de Caxias", "Fotografia Militar", "História da Guerra do Paraguai", "Dias fratricidas: memórias da

2 Ver mais em: VENSON, Leticia Maria. **"Donde se avista o caminho da roça":** José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

Revolução Federalista no Estado do Paraná", "A Campanha do Uruguai", "Rosas e o exército aliado", "A Batalha de Leipzig" e a "Campanha de 1851-52". Entre os romances estão "Os amores de D. João III de Portugal" e "Dona Mariquinha de Passo do Carneiro" (GELLER, 2018, p.59). Publicou vários artigos relacionados a história militar, usando o pseudônimo de B. de Marbon e de Wilagran Cabrita, em homenagem ao militar de mesmo nome (GELLER, 2018, p.59). De acordo com Odair Eduardo Geller, José Bernardino Bormann desenvolveu sua obra literária em um ambiente de transformações sociais e materiais, porém, com dificuldades relacionadas a publicação e distribuição de livros, o classifica como um fenômeno literário, pois, publicou mais de duas dezenas de livros, em um momento onde os autores nacionais ainda não eram tão valorizados (2018, p. 59-60).

No decorrer do século XIX, o Império brasileiro incentivou a colonização da região de fronteira, território até o momento ocupado principalmente por populações indígenas. Os militares entendiam que a implantação de Colônias Militares eram uma forma de garantir a integridade do território. Durante o século XIX, foram instaladas cerca de 26 Colônias Militares em diversos pontos do território considerados estratégicos do ponto de vista militar e econômico. A instalação de Colônias Militares em território nacional tinha como objetivo a proteção da população de localidades do interior das "hostilidades" indígenas, bem como auxiliar as comunicações, o comércio e os núcleos civis em suas vizinhanças. As Colônias Militares possibilitaram o conhecimento do território, auxiliando na administração da população e do espaço fronteiriço (VENSON, 2020a).

Compreendemos o conceito de fronteira com base nas reflexões do sociólogo José de Souza Martins, que afirma que a fronteira é ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. A fronteira não se resume a fronteira geográfica, ou seja, pode ser fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem, e principalmente, fronteira do humano (2016, p.11). De acordo com Adelar Heinsfeld a fronteira passa a ser ponto de equilíbrio político fixado entre duas pressões, onde o Estado controla esses espaços (2007, p.25).

A Colônia Militar do Xapecó foi criada em 1859, porém foi instalada somente em março de 1882, sendo escolhida para sede da Colônia a campina do Xanxerê, localizando-se a margem esquerda do rio Chapecó, em território não litigioso com a Confederação Argentina, ficando a sudoeste da vila de Palmas, abrangendo os atuais munícipios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes (VENSON, 2020b, p. 57). Em local considerado estra-

tégico, pois possuía terras favoráveis para a agricultura e para a atividade pastoril, porém, não dispunha de estradas em boas condições o que prejudicou o desenvolvimento econômico da Colônia, pois o comércio se limitou a permuta de gêneros produzidos pelas pequenas lavouras.

De acordo com o Ministério da Guerra, a Colônia Militar do Xapecó, era destinada a defesa da fronteira, a proteção dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão de índios com o auxílio da catequese e dos aldeamentos e também para a proteção do território devido ao conflito territorial com a Argentina, conhecido como Questão de Palmas, que foi resolvido em 1895, por arbitramento internacional de Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, tendo sentença favorável ao Brasil. Porém, apesar dos objetivos propostos, a Colônia Militar manteve um quadro reduzido de militares, possuindo pouca munição e armas e não conseguiu desenvolver uma economia auto suficiente (VENSON, 2020b, p.59).

Todos os colonos e militares obedeciam a um regulamento elaborado para o estabelecimento e assinavam um contrato chamado de "Contrato de Colonos". De acordo com o contrato, as propriedades variavam de 25 a 50 alqueires, dependendo do tamanho do núcleo familiar, recebendo um título provisório da terra, substituído para um título definitivo, após dois anos de atividade pastoril ou agrícola (VENSON, 2020a, p.47). O território da Colônia era de cerca de 57.600,00 hectares, que abrangia os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes, divididos em lotes rurais e urbanos (VENSON,2020a, p.52).

O final do Império no Brasil e início da Primeira República foi marcada por uma crise econômica que ficou conhecida como "Encilhamento". A política monetária e as grandes fraudes no mercado foram responsáveis por uma retração econômica, inflação e quebra de instituições financeiras (ALMEIDA; CROCE, 2016, p.20). Com isso ocorreu o encarecimento dos produtos importados e aumento da demanda e de consumo, resultando em uma inflação generalizada e duplicação dos preços. Com a queda do câmbio os produtos de importação encareceram ainda mais e para piorar a situação, o governo aumentou os impostos de importação e passou a cobrá-lo em ouro contribuindo ainda mais para a exacerbação do custo de vida (ALMEIDA; CROCE, 2016, p.20).

As consequências do Encilhamento não se limitaram as capitais das províncias, chegando também a Colônia Militar do Xapecó, o que fez com que José Bernardino Bormann, em janeiro de 1892 se desloque para a Capital Federal, então, Rio de Janeiro, expor ao vice-presidente brasileiro, Marechal Floriano Peixoto, e ao Ministro da Guerra Francisco Antônio de Moura, as necessidades da Colônia do Xapecó. De acordo com José Bernar-

dino Bormann, a verba:

> [...] não chega sequer para dar trabalho aos colonos e assim conte-los no estabelecimento de sorte que muitas e muitas vezes temos retribuído os serviços prestados ao Estado com os pequenos recursos de nossa bolsa particular. Chegou, pois, a ocasião, como dissemos, do patriótico governo da República dar começo ao plano de engrandecimento desta região (BORMANN, 1892).

O valor destinado a Colônia não era suficiente para a sua manutenção, pois, a maioria dos prédios eram de madeira e havia a necessidade de reformas ou até mesmo a reconstrução, pois, utilizavam a araucária nas construções, que tem resistência inferior a madeira de lei. Outra questão salientada acima era a falta de praças do exército com habilidades no caso "ofícios" para fazer essa manutenção, sendo necessário chamar pessoal de fora da Colônia, o que geraria mais custos. Portanto, não havia recursos para contratar trabalhadores para a manutenção e muito menos verba para a compra de todo o material necessário para tal empreitada (VENSON,2020a).

Outra mudança que já vinha ocorrendo durante todo o século XIX e que se intensificou após a Proclamação da República foi a reavaliação das políticas de terras. Houve uma expansão das áreas cultivadas para fins comerciais resultando na expansão da fronteira agrícola, para territórios até então considerados de terra virgem (COSTA, 1999). Na Constituição da República de 1891, a primeira republicana, houve a transferência das terras de uso público da União para os Estados, o que acarretou numa desarmonia federativa, pois, cada Estado deu solução diversa para a questão fundiária, não havendo controle da União. De acordo com Paulo Pinheiro Machado a legislação dos estados sobre as terras e a colonização não diferiam do que era praticado durante o Império, pois os Estados herdaram as contradições e ambiguidades da política imperial de terras. Destaca que as fraudes, grilagem e açambarcamento de terras públicas modificaram os objetivos iniciais da legislação de terras (MACHADO, 2011).

As terras devolutas pertencentes à União eram somente as consideradas indispensáveis para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais (ARAUJO, 2009), ou seja, o perímetro que compreendia a Colônia Militar do Xapecó era considerada devoluta e de posse da União, tendo em vista as construções militares e o número reduzido de títulos definitivos expedidos por aquele núcleo militar. Na atual Constituição Federal Brasileira (1988), o território que compreendia a Co-

lônia Militar ainda é considerado território da União, por se localizar em território de fronteira, considerado "indispensável" para a defesa do território, apesar de haver a possibilidade de usucapir esse território, há muitos pequenos agricultores lutando judicialmente pelo direito a terra.

2 Tensão na Fronteira de Palmas

O Rio Grande do Sul, constituiu-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agro exportação, voltado para o mercado interno. Apesar do setor agrícola colonial ser o mais dinâmico, no século XIX, era o setor pecuarista o predominante do estado, tendo representatividade na política. O Partido Liberal, majoritário no Rio Grande do Sul, dominado por pecuaristas, negociavam com o poder central, por meio da atuação de seu líder, Gaspar Silveira Martins (PESAVENTO, 1992, p. 65). Estavam descontentes com a dependência por meio da subordinação política do centro sobre o sul, e com a pouca autonomia que o Rio Grande do Sul detinha para resolver seus problemas (PESAVENTO, 1992, p.65).

Com o fim do Império em 1889, Gaspar Silveira Martins foi desterrado do território nacional, em direção a Europa, junto com outros companheiros do Partido Liberal. O desterro teve como justificativa, a articulação de Gaspar Silveira Martins, que levaria a "uma possível instabilidade na instituição republicana recém implantada" (ROSATTO, 2016, p.147). Retorna ao Brasil no início de 1892, quando se filia ao Partido Federalista, e continua atuando na mobilização e articulação de forças para o Partido e para a Revolução Federalista, combatendo a influência do positivismo na Constituição do estado do Rio Grande do Sul, defendendo um regime parlamentar (ROSATTO, 2016, p. 150).

O golpe que iniciou o Governo Provisório (1889-1891) de Deodoro da Fonseca, contou com o apoio e a pressão do Partido Republicano que era composto em sua maioria por agricultores, fazendeiros, profissionais liberais e proprietários cariocas, paulistas, mineiros, paranaenses insatisfeitos com a abolição da escravidão. O golpe promoveu o estabelecimento de alianças políticas para a manutenção do poder. Foi um período de constantes conflitos políticos. O governo de Marechal Deodoro da Fonseca, devido ao seu autoritarismo criou desentendimentos a nível nacional, estadual e municipal. A principal preocupação no período era de evitar uma guerra civil, o que justifica o fato de que várias guarnições militares e Câmaras Municipais, reconheceram e declararam obediência ao governo (ANDRADE,2017, p.15).

Com a Constituição da República de 1891 o sistema federativo foi

instituído e confirmou Deodoro da Fonseca como presidente do país, que deveria governar até 1894. O presidente concedeu anistia aos exilados políticos e Gaspar Silveira Martins pode retornar ao Rio Grande do Sul (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012). A Constituição dava liberdade para os Estados se organizarem, sendo assim no Rio Grande do Sul, formou-se uma Assembleia Constituinte composta apenas por Deputados do Partido Republicano rio-grandense (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012). Na prática a Assembleia instituiu poder centralizado nas mãos do presidente do Estado e permitiu ao Legislativo apenas funções de análise e aprovação de orçamento, ou seja, o Legislativo não tinha mais autonomia. Em 1892, reformulando o antigo Partido Liberal foi fundado o Partido Federalista, para ser oposição a Júlio de Castilhos, tendo como um dos principais líderes Gaspar Silveira Martins.

Com relação aos primeiros anos da República José Bernardino Bormann (1901) faz a seguinte análise:

> Foi a má política do início do regime republicano a fonte dos nossos males. Ela derruiu moral e materialmente o país e extremando os partidos, dividiu, por tanto, profundamente a família brasileira ao ponto de seus ódios levá-la a luta armada, imprimindo-lhe um aspecto de perversidade repugnante. [...] Homens completamente desconhecidos foram guindados até as altas regiões políticas e administrativas, sem competência, e o resultado foi não passarem de títeres nas mãos dos mais hábeis.

Ou seja, de acordo com José Bernardino Bormann, a origem da Revolução Federalista foi a má política desenvolvida por Deodoro da Fonseca nos primeiros anos da República, que dividiu os partidos brasileiros e fomentou a violência partidária principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, entre Federalistas e Republicanos e destaca a falta de competência dos ministros que faziam parte do Congresso que não souberam mediar a situação.

Outro fato que José Bernardino Bormann destaca é o Golpe de Estado proferido por Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891:

> O velho soldado, ferido em seu amor-próprio, sentiu dolorosamente a ingratidão daqueles que julgará sustentáculos de sua política e, para vingar agravos pessoais, atirou-se ao congresso, dissolveu-o, perseguiu os oposicionistas; enfim, opôs à força ao direito sem medir a extensão dos males que fatalmente produziria esse ato violento, injustificável e imprudente (BORMANN, 1901, p.20).

Ao dissolver o congresso e perseguir oposicionistas Deodoro da Fonseca teria desencadeado diversos fatores que contribuíram para a sua renúncia. O Estado do Paraná apoiou o golpe, gerando ataques da oposição por meio da imprensa (BORMANN, 1901, p.22). Deodoro da Fonseca acreditava contar com apoio da Marinha, das Forças Armadas e do povo, o que não se concretizou. Diante das pressões e falta de apoio, o Marechal Deodoro da Fonseca renunciou ao poder e seu vice Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República (BORMANN, 1901). Em um primeiro momento a renúncia de Deodoro da Fonseca restabeleceu os ânimos, porém, as medidas que Floriano Peixoto adotou, deram fôlego a novos descontentamentos.

Uma das primeiras medidas adotadas por Floriano Peixoto foi exonerar a maioria dos chefes de governo estaduais que haviam apoiado Deodoro da Fonseca, trazendo intranquilidade e ferindo a autonomia dos Estados (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).No Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos apoiou o golpe de Deodoro da Fonseca, porém mesmo assim foi apoiado por Floriano Peixoto, pois de acordo com o Marechal, o Partido Federalista era muito radical. Tal situação propiciou mais rivalidade política entre os federalistas e republicanos. O Partido Federalista opunha-se, no plano local, a Júlio de Castilhos, e no plano Federal, ao governo do Marechal Floriano Peixoto (PESAVENTO, 1992, p.78). No Rio Grande do Sul, além da eclosão da Revolução Federalista houve a adesão a Segunda Revolta da Armada, tendo como um dos líderes Almirante Custódio Melo que se posicionou contrário ao apoio de Floriano Peixoto a Castilhos. Os marinheiros formaram focos de conflito no Rio de Janeiro e tomaram a ilha de Desterro, aliando-se aos federalistas do Rio Grande do Sul (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Compreendemos o conceito de revolução como um fenômeno político-social de mudança radical na estrutura social, confronto entre a classe que detém o poder do Estado e as classes que se acham excluídas desse poder, marcada principalmente pela rapidez com que as mudanças são processadas e a violência com que são feitas (SILVA; SILVA, 2009, p.362). De acordo com Kalina e Vanderlei Silva (2009) "uma revolução é sempre traumática porque tira a sociedade de sua inércia, movimentando a estrutura social". Sendo assim, compreendemos que a Revolução Federalista, foi uma Guerra Civil e não uma revolução, pois tinha como objetivo uma maior autonomia para o estado rio-grandense e não modificações de caráter político-social.

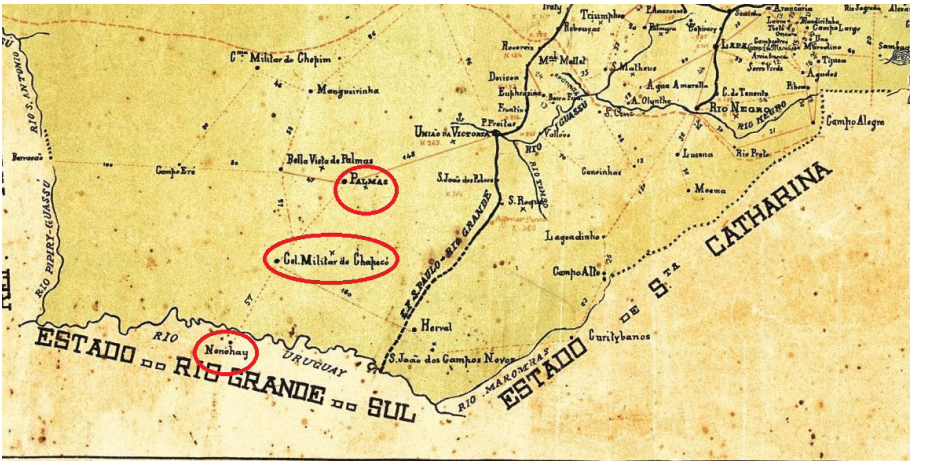
Sobre as causas da Revolução Federalista, Gunter Axt diz que:

> O objetivo direto da Revolução era a derrogação da Constituição estadual de 14 de julho de 1891, que aluía a separação dos Poderes e facultava ao mandatário reeleições indefinidas, bem como a remoção de Castilhos do Governo. Se combatia também, entretanto, o Regimento Eleitoral Alvim e o presidencialismo florianista. Já, para os castilhistas, resistir tratava-se de consolidar a hegemonia republicana positivista e não parlamentar, além de afastar o fantasma da restauração monárquica, igualmente temido por Floriano Peixoto (2018, p.115).

A revogação da Constituição Estadual e a derrubada de Júlio de Castilhos como governador do Estado era o grande objetivo, demonstrando que o conflito tinha o formato de uma Guerra Civil e não de uma revolução, pois, não pretendiam alterar as estruturas sociais, econômicas ou políticas da província, mas promover modificações políticas de acordo com os interesses do partido. Os castilhistas resistiram, pois, tratava-se da consolidação da República.

Com a expansão da revolução para os demais estados, a Colônia Militar do Xapecó, na província do Paraná, surgiu como uma das possibilidades de invasão, pois, poderia fornecer armamentos e alimentos para os revoltosos. Uma importante fonte para analisarmos as consequências da Revolução Federalista na Colônia Militar do Xapecó é o livro redigido por José Bernardino Bormann, que no momento da Revolução era diretor da Colônia Militar, intitulado "Dias Fraticidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná", dividido em dois volumes e publicano no ano de 1901, pouco tempo depois de deixar a direção da Colônia. O livro é uma tentativa de retratação devido a nebulosidade que pairou sob seu posicionamento durante a Revolução Federalista e os acontecimentos que acometeram a fronteira de Palmas – PR nos anos de 1893 a 1895.

FIGURA 01 – Localização da Colônia Militar do Xapecó



Fonte: Coletâneas de Mapas do Paraná, 1908. Adaptado por Leticia Maria Venson.

Com o avanço dos ideais da revolução para os territórios de Santa Catarina e do Paraná, bem como a suposta presença de federalistas no interior da Colônia Militar do Xapecó, José Bernardino Bormann foi chamado a capital do Estado do Paraná para prestar esclarecimentos. Foi dispensado do cargo de diretor da Colônia e de Comandante da Guarnição e Fronteira de Palmas e transferido para a segunda classe do Exército. Em seu desfavor também, foi expedido uma ordem de prisão" (XAVIER, 1944, p.28). O que justifica a escrita de um livro relatando os mínimos detalhes da movimentação na Colônia Militar durante a Revolução Federalista.

Além de relatar a movimentação com relação a Revolução, faz uma análise sobre os primeiros anos da República e sobre a situação da fronteira de Palmas:

> Mas, se na capital do Estado, e na maior parte do seu território, tudo apresentava um aspecto tranquilizador, não sucedia o mesmo na Fronteira de Palmas, onde os acontecimentos do Rio Grande faziam impressão, agitavam o espírito público, segundo sua importância e gravidade (BORMANN, 1901, p.29).

A agitação na fronteira era consequência da deposição de Júlio de Castilhos. Seus amigos e correligionários que constituíam o partido republicano, eram perseguidos no interior e nas fronteiras do Estado e o Paraná e a Colônia serviram de refúgio a republicanos que residiam na região norte do Rio Grande do Sul (BORMANN, 1901, p.56).

Nesse cenário de possível invasão da Colônia Militar do Xapecó pelos federalistas o telégrafo, instalado as vésperas da Revolução, se tornou uma ferramenta utilizada a favor dos federalistas devido as falsas informações disseminadas por Henrique Widikim, telegrafista de Palmas, assim descrito por José Bernardino Bormann:

> Um telegrafista de Palmas, exaltado federalista, chamado Henrique Widikim, quer fosse enganado pelos seus colegas das estações telegráficas de Curitiba e do interior quer das estações do Rio Grande, ou quer de motu-próprio, o que parece mais provável enviava notícias a Prestes Guimarães, telegramas falsos de amigos e correligionários deste informando que a revolução tinha irrompido, que Castilhos caiu do poder e refugiara-se na campanha, onde reunia gente contra o Marechal Floriano Peixoto (1901, p.190).

As informações passadas por Henrique Widikim a líderes federalistas da região tencionaram ainda mais a fronteira do Paraná com o Rio Grande do Sul. Os telegrafistas deveriam ser bem treinados, a fim de conseguir transcrever com êxito as mensagens passadas com o Código Morse. A maioria das informações recebidas por Widikim vinham de Curitiba, o que nos faz pensar sobre as intencionalidades desse telegrafista. Mesmo que as informações não fossem modificadas ou geradas por ele, a disseminação era por sua própria conta e risco, o que demonstra o seu interesse para que elas chegassem a Colônia Militar e a Prestes Guimarães.

Levantamos a hipótese de que as falsas informações divulgadas por Widikim tinham o intuito de promover conflitos e levar à invasão da fronteira de Palmas, o fato de José Bernardino Bormann acreditar ser de "motu-próprio" decorrente das falsas informações divulgadas anteriormente. No decorrer do livro, José Bernardino Bormann destacou várias vezes em que os telegramas eram falsos ou que foram divulgados para outras pessoas além dos destinatários, ou seja, o telegrafista não respeitou a privacidade dos telegramas. As falsas informações tiveram consequências para a Colônia Militar. Fomentou a possibilidade de um conflito armado entre a tropa de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, que estava no Goio-En e forçou José Bernardino Bormann a tomar um posicionamento, que até o momento constituía-se em neutralidade.

Antônio Ferreira Prestes Guimarães foi, ainda durante a monarquia, vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul e um dos líderes maragatos na região de Passo Fundo, chegando a comandar a Divisão do Exército Libertador Federalista (NASCIMENTO; DAL PAZ, 2014. p. 27). Após a deposição de Júlio de Castilhos em 1891, ocupou a cidade de Passo

Fundo e tomou o poder municipal. Os republicanos não aceitaram o fato e liderados pelo Coronel Francisco Marques Xavier Chicuta, que estava na chefia do Partido Republicano em Passo Fundo (FERREIRA, 2014, p.56), iniciaram a concentração reunindo-se em armas na sede do município. Prestes Guimarães, juntamente com Frederico Schultz, Veríssimo da Veiga e Borges Vieira organizaram a liderança do Partido Federalista em Passo Fundo, com centenas de adeptos O assassinato de Chicuta provocou o acirramento do confronto no município e levou Prestes Guimarães e sua família a se retirar para Nonoai, posteriormente Curitiba e na Colônia Militar do Xapecó (FERREIRA, 2014, p.57-59).

A presença de Prestes Guimarães na Colônia foi um dos principais motivos que fundamentaram a desconfiança de uma possível traição por parte de Bormann que esclareceu a presença de Preste Guimarães e de outros federalistas na Colônia consequência do seguinte "nessa época tínhamos ordens para dar proteção a esses emigrados e elas persistiam enquanto os acontecimentos no Rio Grande apresentavam uma feição puramente local ou doméstica por consequência, esses fugitivos eram perfeitamente recebidos e tratados"(BORMANN, 1901, p,56). Ou seja, a presença de federalistas na Colônia é justificada devido a ordens, possivelmente da Província do Paraná ou do Ministério da Guerra, de abrigá-los, outra questão que justifica tal decisão é que a "população de Palmas era em sua maioria federalista, de modo que os emigrados ainda tinham a seu favor as simpatias do povo, e isso facilitava-lhes tudo" (BORMANN, 1901, p.72). Portanto, para manter a tranquilidade da Fronteira de Palmas, era necessário um bom relacionamento com os federalistas.

José Bernardino Bormann tinha ordem de manter a neutralidade até o momento em que a luta se mantivesse no Estado do Rio Grande do Sul a irradiação da revolução por outros estados modificou todas as relações mantidas até então naquela fronteira. A situação era complicada. Enquanto militar deveria ser leal ao Ministério da Guerra, porém, estava em uma região cheia de federalistas e a Colônia estava muito mais próxima de Palmas do que de Curitiba e do Rio de Janeiro, por uma questão estratégica era necessário manter as boas relações com os federalistas de Palmas, principalmente se levar em consideração a vida política de José Bernardino Bormann no estado do Paraná.

As falsas informações contidas nos telegramas fizeram com que José Bernardino Bormann, ocupasse a vila de Nonoai com o intuito de manter as comunicações entre o Paraná e o Rio Grande do Sul (BORMANN, 1901, p.71), sem as intervenções de Henrique Widikim. Afirma que tinha sob suas ordens apenas meia dúzia de praças de linha, e para fazer os ser-

viços na colônia reunia os colonos mais jovens, enfatiza que se tivesse que ocupar militarmente Nonoai não poderia fazer sem chamar as armas todos os jovens da colônia.

Com a circulação das falsas informações de Henrique Widikim ficou impossível para José Bernardino Bormann manter a neutralidade. Com a deflagração do conflito seu posicionamento seria a favor da República e não dos federalistas. A ameaça de invasão dos federalistas fez com que José Bernardino Bormann construísse um sistema de fortificação na Colônia, além de convocar todos os homens válidos, cerca de 300, que foram distribuídos da seguinte forma: 200 praças de infantaria, comandadas pelo capitão honorário Tertuliano Albuquerque, 60 de cavalaria, sob o comando de João Batista Xavier e 30 para as guarnições da artilharia, subordinadas ao capitão Vitorino Geolás (XAVIER, 1944, p. 107). Grande maioria dos convocados não tinha a mínima instrução militar, ou seja, em caso de ataque seriam facilmente rechaçados. Uma das constantes reclamações de José Bernardino Bormann era sobre as poucas praças militares disponíveis para aquela Colônia, o que tornava o policiamento da região quase impossível. José Bernardino Bormann destaca que "A força do exército que guarnecia a colônia era insignificante: requisitámos mais gente e ordem para arregimentar os colonos a vista do estado de coisas. Era, então, Comandante do Distrito o General Sebastião Raymundo Ewerton Quadros, soldado valente".

José Bernardino Bormann tentou contato com o Comandante do Distrito e com o Governador do Estado, a fim de pedir notícias, mas "o telégrafo conservava-se mudo para nós, então diretor da Colônia e Comandante da Fronteira" (BORMANN, 1901, p.71). Por consequência da à atuação de Widikim, o telégrafo mudo teria sido proposital, para deixar José Bernardino Bormann sem saber do que estava acontecendo no restante do Estado impossibilitando-o de estabelecer comunicação com quem pudesse esclarecer a situação.

Com relação a tropa de Prestes Guimarães:

> Prestes Guimarães preparava-se, a vista da insistência das notícias favoráveis, para transpor o Goio-En, e com efeito, passou o rio a frente de 100 homens; mas, encontrando forças muito superiores retrocedem. A notícia da invasão foi transmitida para Passo Fundo e Palmeira e rapidamente destas localidades marcharam forças civis contra o invasor, e reuniram-se em Nonoai. Não chegaram as respostas dos vários telegramas dirigidos ao governo pelo Comandante da Fronteira de Palmas (BORMANN, 1901, p.71).

O falso telegrama de Widikim causou muita tensão entre a Colônia do Xapecó e Prestes Guimarães que só não invadiu a Colônia Militar devido número de homens que José Bernardino Bormann conseguiu reunir e a repressão que sofreu das forças civis de Passo Fundo e Palmeira que rapidamente reuniram-se em Nonoai. De acordo com José Bernardino Bormann "Os telegramas que levaram esse chefe federalista a invasão, sem dúvida eram forjados pelos próprios telegrafistas, pois, não é admissível que particulares pudessem transmitir notícias falsas e tão alarmantes pelo telegrafo" (BORMANN, 1901, p.75). O uso do telégrafo como meio de transmissão de informações sobre a Revolução Federalista causou um impacto na Colônia Militar do Xapecó e se demonstrou como um instrumento eficaz nas disseminações rápidas de falsas informações, que trouxeram prejuízos a José Bernardino Bormann e a Colônia Militar.

A Colônia Militar não chegou a ser invadida. A Divisão do Norte comandada pelo general Pinheiro Machado se aproximou da região, passando pela Colônia Militar do Xapecó, onde se abasteceram de armamento, munição, equipamento e animais (BORMANN, 1901, p.108). Caso houvesse a invasão, em função do pequeno contingente militar e os combatentes paisanos, sem a mínima instrução de guerra, a Colônia seria facilmente tomada.

Em abril de 1894 José Bernardino Bormann foi dispensado do cargo de diretor da Colônia e de comandantes da Guarnição e fronteira de Palmas, além de ser transferido para a segunda classe do Exército, resultante de uma denúncia de suposta traição. De acordo com o Ministério da Guerra José Bernardino Bormann estaria abrigando federalistas na Colônia Militar do Xapecó. As acusações foram posteriormente revogadas e houve retratação por parte do Ministério da Guerra (XAVIER, 1944, p.28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de Colônias Militares nas fronteiras do Império, foi uma estratégia adotada por D. Pedro II com auxílio e acordo dos governos provinciais, visando a proteção, a ocupação e administração das regiões de fronteira, além de ser um órgão de concessão, uso e fiscalização das terras devolutas destinadas a colonização. As primeiras Colônias Militares datam da década de 1840 e eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, porém, não foram vistas como exitosas, pois, não ocorria uma fiscalização efetiva e não havia um plano comum para os estabelecimentos, o que resultou na criação do Plano para uma Colônia Militar no Brasil elaborado por José Joaquim Machado de Oliveira, apesar de cumprir com o objetivo inicial, as Colônias não obtiveram melhores rendimentos econômicos e

populacionais, devido à falta de investimentos efetivos para que ocorresse um melhor desenvolvimento. Ainda que a historiografia sobre as Colônias Militares tenha abordado várias facetas de seu funcionamento, ainda são necessárias a realização de pesquisas visando aprofundar temas sociais, ambientais e econômicos.

Ao instalar uma Colônia Militar, a hierarquia do exército foi reproduzida nesse ambiente. A administração era responsabilidade dos militares, principalmente do militar nomeado como diretor, que deveria ter a patente mais alta que os demais, ou seja, a administração só era feita por militares com formação, os militares sem formação eram os praças que faziam o policiamento da Colônia e os trabalhos necessários para o seu desenvolvimento, como a construção de casas, estradas, entre outros. Foi durante a Revolução Federalista que a Colônia Militar do Xapecó sofreu uma possibilidade de invasão devido a sua representação enquanto Governo Oficial e ao armamento que ali se encontrava, foi o único momento em que houve a possibilidade da formação de uma "praça de guerra". Nos relatórios e documentações analisadas é notável a falta de preparação do estabelecimento para qualquer tipo de conflito, primeiro por causa do número reduzido de militares treinados e armamentos e segundo devido à falta de boas vias de comunicação com o restante do estado.

Apesar dos esforços de José Bernardino Bormann em juntar 300 homens, no caso de uma invasão federalista a Colônia seria facilmente rechaçada. O seu posicionamento ambíguo lhe trouxe consequências, em primeiro momento foi julgado por "auxiliar" os federalistas, devido a recepção de um líder federalista na Colônia, porém, foi provado que todas as medidas que tomou com relação a revolução eram de comum acordo com o Ministério da Guerra. Pudemos perceber as consequências das falsas informações no contexto do século XIX em Palmas, o que nos alerta para as consequências desse tipo de desinformação no século XXI, onde temos um sistema de comunicação globalizado e extremamente rápido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*: memória, história e estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana crise financeira republicana. *Rev. Econ. do Centro-oeste*, Goiânia, v. 2, n. 2, p.19-36, jun. 2016.

ANDRADE, Gustavo Figueira**.** *Trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares):* Família, Comunicação e Fronteira. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ARAUJO, Ionnara. Regularização Fundiária e Terras Devolutas**.** *R. Fac. Dir.*: UFG, v.33, n.2, p.112-127, jul./dez. 2009.

A REPÚBLICA: Órgão do Partido Republicano. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1895.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil. Rio de Janeiro**:** *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 107-136, 2018.

BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. *Separata do Boletim XXXIII do Instituto Histórico*, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1977.

BORMANN, José B. *Dias Fraticidas*: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typ. Da Livraria Economia Annibal Rocha e Cia, 1901.

BORMANN, José B. *O Xapecó*. Xanxerê, 1892.

CARVALO, José Murilo**.** *Os Bestializados*: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Marcus. *A Revolução Federalista (1893-1895):* O Contexto Platino, As Redes, Os discursos e os Projetos Políticos Liberal-Federalistas. 2006. 290 f. Dissertação (Mestrado) – História Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*: Momentos decisivos. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1999.

FRAGA, Gerson; GRITTI, Isabel. Os farroupilhas em três tempos: aspectos da Guerra dos Farrapos e suas celebrações na imprensa sul-rio-grandense por ocasião de seu centenário e sesquicentenário. In: RADIN, José; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (Org). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Editora da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015.

FERREIRA, Mariluci. *A trajetória política de Prestes Guimarães*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio:* Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011, p.1-18.

MENDONÇA, Reginaldo. *Revista Sintonia*: Imprensa e Poder Político no Amazonas (1939-1943). 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amazonas, 2015.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira*: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina. *Vultos da História de Passo Fundo.* Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

OLIVEIRA, Rodrigo. *Os 120 anos da Guerra Civil de 1893*. Rio Grande: Historiae, v. 4, n.2 p. 137-147, 2013.

ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria. A trajetória de Gaspar Silveira Martins: Relações de Poder entre a Região Fronteiriça Platina e a Europa. Porto Alegre. *RIHGRGS*, n.151, p.139-159, dez. 2016.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana; AMÂNCIO, Silvia; IPÓLITO, Veronica. *História do Paraná:* séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-03.pdf. Acesso em 28 out. 2019

SÊGA, Rafael. Revolução Federalista, 110 anos. Uberlândia: *História e Perspectivas*, p 177-215, 2003.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto 2009.

SILVA, Márcio. "Quero ser senhor do meu fucinho": a face agrária da Revolução Federalista nas matas do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: *História: Debates e Tendências*, v. 17, n. 2, jul./dez, 2017. P.275-292

SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do Imperador:* D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOTH, Pedro. *A evolução Comunicativa dos Mecanismos de Busca*: do telégrafo à Web Semântica. 2017. 163f. Dissertação (Mestrado) – Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

VENSON, Leticia Maria. *"Donde se avista o caminho da roça"*: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Fede-

ral da Fronteira Sul, Chapecó, 2020a.

VENSON, Leticia Maria. *Colonização Militar no Oeste Catarinense:* José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. Passo Fundo: Acervus, 2020b.

VENSON, Leticia Maria. *José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó 1880-1898*. 2018. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro, São Paulo e Recife: Laemmerte e Cia, 1897.

XAVIER, Aristóteles. *O Centenário do Marechal Bormann*. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944.

XAPECÓ. Xanxerê, 7 de março de 1893.

Recebido em 19/09/2020

Aprovado em 11/12/2020

O COTIDIANO POLICIAL NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DA REPÚBLICA: NEGOCIAÇÕES, CONFLITOS E BRECHAS NAS RELAÇÕES ENVOLVENDO O FURTO DE GADO

THE DAILY POLICE ON THE WEST BORDER OF RIO GRANDE DO SUL IN THE BEGINNING OF REPUBLIC: NEGOTIATIONS, CONFLICTS AND BREACHES IN RELATIONS INVOLVING OF CATTLE THEFT

Marcelo Bahlis[1]

RESUMO

O presente artigo procura analisar o cotidiano da polícia rural nas cidades de Alegrete e Uruguaiana no pós-abolição. As fontes da pesquisa foram os processos-crime abertos contra o furto de gado. As duas cidades localizadas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul possuíam os maiores rebanhos bovinos do Estado e, apesar da desigualdade, a pecuária era exercida por todos os estratos sociais. Ao longo da segunda metade do século XIX, a supervalorização do preço da terra gera uma reorganização dos negócios do campo. Os contratos de arrendamentos de terra aumentam e os rebanhos se tornam mais concentrados. O contexto era de conflito pelo acesso das famílias mais pobres, que viviam tradicionalmente nas margens dos campos em relações de reciprocidade envolvendo trabalho e possibilidades de autonomia. Com o advento da República, surge o Novo Código Criminal em 1891 e, pela primeira vez, o furto de animais, que vinha tendo um aumento significativo, aparece destacado como lei. No entanto, o abigeato se tornou uma denúncia de caráter privado, sofrendo ação pública somente em caso de flagrante, dificultando a prisão de sujeitos envolvidos nos delitos. Foi possível perceber um novo aumento de casos somente quando surge uma nova lei em 1899, que tornou o crime de abigeato novamente de ação pública e de caráter inafiançável. O estudo dos agentes da dominação estatal, recrutados em sua maioria, nos mesmos meios em que atuavam reprimindo e controlando, procura ressaltar estratégias sociais que atravessavam esses conflitos rurais.

Palavras-chave: Ação Policial. Cotidiano Rural. Furto de Gado. Pós-Abolição. Rio Grande do Sul. Século XIX.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the daily life of rural police in the cities of Alegrete and Uruguaiana in the post-abolition period. The sources of the research were the criminal proceedings opened against cattle theft. The two cities located on the west border of Rio Grande do Sul

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

had the largest cattle herds in the state and, despite the inequality, livestock was exercised by all social strata. Over the second half of the 19th century, the overvaluation of land prices led to a reorganization of rural businesses. Herds became more concentrated while access to land was increasingly given through leases. The context was one of conflict for access by the poorest families, who traditionally lived on the margins of the countryside in reciprocal relationships involving work and possibilities for autonomy. With the Republic, the New Criminal Code emerges and, for the first time, the theft of animals, which had been significantly increasing in this context, is highlighted as a law. However, the cattle theft became private, suffering public action only in case of blatant and it ended up becoming more difficult to imprison people involved in the crimes. It was possible to notice a new increase in cases when a law appeared in 1899 that made the crime of cattle thieves public again and unreliable. The study of agents of state domination, recruited mostly, in the same neighborhood which they acted repressing and controlling, seeks to highlight social strategies that crossed these rural conflicts.

Keywords: *Cattle Theft. Police Action. Post-Abolition. Rio Grande do Sul. Rural daily life.19th. Century*

Introdução

No início do século XIX, o território que constitui a fronteira oeste do Rio Grande do Sul estava se consolidando como área de conquista portuguesa. A recém criada província do Rio Grande de São Pedro, nas três primeiras décadas do Oitocentos, foi caracterizada pela pecuária em expansão na região da Campanha e pela exportação do charque no litoral. Ao longo de todo o século XIX, essas atividades mercantis fomentaram a maior integração da província aos circuitos de comércio coloniais.

À população local, de indígenas, provenientes das reduções jesuíticas, e as famílias de proprietários de terras, arrendados, agregados e posseiros, se uniram os imigrantes proveniente dos quatro municípios da província (Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo). Até a década de 1880, trabalhadores escravizados realizaram, junto com a população livre e pobre, todos os ofícios da lida do campo (ARAÚJO, 2008, p. 25). Eram roceiros, campeiros e domésticos que foram encontrados pela historiografia em todos os estratos sociais. As diversas condições de posse da terra da população local e a inserção destes nas relações de trabalho formaram um mosaico de relações verticais e horizontais de reciprocidade neste universo fronteiriço (FARINATTI, 2007; GARCIA, 2010; MATHEUS, 2016; VARGAS, 2013; XAVIER, 2012; ZARTH, 1997).

Com o Código do Processo Criminal de 1832, a região passou a fazer parte da comarca das Missões, que abrangia os termos de Cruz Alta, São Borja e Alegrete. Uruguaiana, nesse momento, ainda era parte de Alegrete. Foi com esse Código que a burocracia estatal passou a contar com juízes

municipais, tabeliães, escrivães, tribunais de júri e delegados de polícia (ARAÚJO, 2008. p. 28). Nesse período ainda era possível conseguir terras a baixos custos: por ocupação simples, por doação de sesmarias ou pela compra a preços muito menores do que viriam a alcançar nos anos seguintes (FARINATTI, 2007, p. 100).

Na segunda metade do século XIX, ocorreu um processo de mercantilização da terra e do gado e, consequentemente, um aumento da repressão aos furtos e transações de propriedade. A chamada Lei de Terras de 1850 buscou reordenar o sistema jurídico da propriedade da terra somente através da compra.[2] A credibilidade dos títulos e documentos considerados legais e os registros de ações policiais e judiciais indicam um Estado cada vez mais atuante na mediação dos conflitos rurais. O direito aparece como valor cristalizador das relações sociais e a polícia e o judiciário, enquanto instituições de representação concreta do poder organizam condições para a defesa da propriedade privada.

O projeto de modernização capitalista, envolvendo padrões de acumulação, mercantilização da propriedade e organização do aparato coercitivo por parte do Estado, é visto como elemento de força e estratégia de frações da classe proprietária. Como afirma Ironita Machado, se configura um amálgama entre o universo normativo-operacional jurídico e os imperativos da economia de mercado (MACHADO, 2013).

Esse processo pode ser observado a partir das terras, que estavam sendo valorizadas e dos cercamentos, que se tornavam mais comuns na região. A camada da população, que vivia de forma relativamente autônoma nos limites das grandes propriedades praticando agricultura e criação em troca de prestação de serviços com possibilidades de autonomia, estava se tornando menos tolerada. A introdução do aramado, portanto, não trouxe apenas a modernização mas também trouxe a pobreza (GARCIA, 2010, p. 190).

Na década de 1870, um terço dos criadores de Alegrete tinha até 100 cabeças de gado. Em Uruguaiana, no início do século XX, essa quantia correspondia à metade dos criadores. (LEIPNITZ, 2016, p. 66). Eram pequenos criadores que não conseguiam reproduzir sua capacidade produtiva e procuravam trabalho nas estâncias da região, como jornaleiros ou trabalhadores sazonais. Os dados indicam que no fim do século proprietários de

2 Lei n° 601 de 18 de Setembro de 1850: Dispõe sobre as terras devolutas no Império. Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601impr.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condições%20legais. Acesso em: 5 jun. 2021.

médio e pequeno porte passaram a realocar seus investimentos em títulos ou contratos de campo e, consequentemente, passaram a ter rebanhos menores. Os rebanhos reduzidos parecem indicar que a terra, mais cara, ganhava importância para o patrimônio das famílias, enquanto o gado estava se tornando concentrado entre os grandes produtores.

Na década de 1830, 47% da população de Alegrete não possuía título da terra registrado. Já na década de 1870 esse percentual cai para 21% e, em 1890, são apenas 12%. Os números indicam que as possibilidades de se estabelecer em campos alheios diminuíam e os investimentos estavam sendo direcionados para a compra ou arrendamento da terra (GARCIA, 2010, p.112). No fim do século, para uma parcela da população, o acesso cotidiano e autônomo da terra esteve relacionado a um ônus financeiro. Leipnitz, pesquisando Uruguaiana, encontrou na década de 1880 um aumento de seis vezes nos contratos de arrendamentos de terra em comparação com as décadas anteriores (LEIPNITZ, 2010. p. 22).

Os estudos feitos por Garcia e Farinatti, para Alegrete, e Leipnitz, para Uruguaiana, permitem identificar as dificuldades do acesso à terra e ao gado pelos trabalhadores e trabalhadoras mais pobres da região. É sobre esse contexto de conflitos rurais que procuro refletir sobre a atuação da polícia rural a partir dos depoimentos deixados em inquéritos e tribunais. Será dedicada atenção para as negociações entre a repressão dos agentes do Estado e contornos próprios dos conflitos locais, seja nos distantes distritos rurais ou nas salas formais da justiça. Também foi importante notar as mudanças de leis a respeito do furto de animais ao longo do período, alterando a questão de flagrantes e denúncias de crime público ou privado.

O surgimento de uma lei exige a ação de um aparato repressivo para se fazer cumprir. Estudar o crime, portanto, se torna necessário para compreender práticas e pensar historicamente as transformações que se dão a partir das categorias do legal e do social (BRETAS, 2018. pp. 13-32). Na medida em que se estuda o direito apenas para justificar a ordem vigente, o seu significado se esvazia. Este artigo se soma aos trabalhos que procuram compreender o cotidiano a partir das fontes criminais e refletir sobre os resultados que ocorrem ao sair do campo do direito e adentrar no território da cultura. Temas socialmente importantes como círculos de sociabilidade, interesses, rivalidades, negociações e troca de favores passam a fazer parte da investigação.

1 Questões de método e técnicas de pesquisa

O recorte de tempo compreendido pelo presente estudo, de 1888 a 1910, foi selecionado, pois o final do século XIX e início do século XX foi um período pouco estudado pela historiografia. As pesquisas já citadas, em sua maioria, encerram suas análises em torno da década de 1890, ou antes. Procurei compreender como se manifestaram os conflitos rurais na Campanha após a abolição. No início, o recorte se daria a partir do ano de 1890, porém, conforme as fontes no arquivo indicaram, houve uma considerável incidência de processos abertos denunciando o furto de animais nos anos de 1888, 1889 e 1890, de modo que foi necessário retornar alguns anos para problematizar o abigeato no fim do Império.

O levantamento de todos os processos crimes existentes no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) referentes aos municípios de Alegrete e Uruguaiana entre os anos de 1888 e 1910 totalizava 779 processos criminais, sendo 322 processos para Alegrete e 457 processos para Uruguaiana. Estavam organizados em 22 caixas e 44 caixas, respectivamente. Foram selecionados aqueles que tinham afinidade com o recorte estabelecido. Os critérios utilizados partiram da denúncia do promotor relatar o crime de furto de animais, conhecido pelo artigo 257 do Código Criminal do Império e 330 e 331 no Código Criminal da República.[3] Também foram selecionados os processos que não foram denunciados por crime de furto de animais,

3 CÓDIGO Criminal de 1830. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm Art. 257. Tirar a cousa alheia contra a vontade de seu dono, para si, ou para outro. Penas - de prisão com trabalho por dous mezes a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor furtado. Código Criminal da República de 1890.http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049. (Acesso em 07/02/2021). Art. 330. Subtrahir para si, ou para outrem, cousa alheia movel, contra a vontade do seu dono: § 1º Si o objecto furtado for de valor inferior a 50$000: Penas - de prisão cellular por um a tres mezes e multa de 5 a 20 % do valor do objecto furtado. § 2º Si de valor inferior a 100$000: Penas - de prisão cellular por dous a quatro mezes e a mesma multa. § 3º Si do valor inferior a 200$000: Penas - de prisão cellular por tres a seis mezes e a mesma multa. § 4º Si de valor igual ou excedente a 200$000: Penas - de prisão cellular por seis mezes a tres annos e a mesma multa. Art. 331. E' crime de furto, sujeito ás mesmas penas e guardadas as distincções do artigo precedente: 1º Apropriar-se alguem de cousa alheia que venha ao seu poder por erro, engano, ou caso fortuito; 2º Apropriar-se da cousa alheia que lhe houver sido confiada, ou consignada por qualquer titulo, com obrigação de a restituir, ou fazer della uso determinado; 3º Apropriar-se de cousa alheia achada, deixando de a restituir ao dono, si a reclamar; ou de manifestal-a, dentro de quinze dias, á autoridade competente; 4º Apropriar-se, em proveito proprio ou alheio, de animaes de qualquer especie pertencentes a outrem. § 1º si os animaes forem tirados dos pastos de fazendas de criação ou lavoura: Penas - A mesma multa, accrescida com a sexta parte a pena corporal § 2º Nas penas do paragrapho precedente incorrerá aquelle que subtrahir productos de estabelecimentos de lavoura, qualquer que seja a sua denominação e genero de cultura; de estabelecimentos de salga ou preparo de carnes, peixes, banhas e couros, não estando esses productos recolhidos a depositos, armazens ou celleiros fechados.

mas que tinham relação com este, como assassinatos motivados por desavenças envolvendo o abigeato e também processos de *habeas corpus* onde o solicitante havia sido condenado pelo mesmo crime. Os furtos de gado contabilizavam cinquenta e seis processos. Os homicídios eram sete. Os *habeas corpus*, onze e, ainda havia um sequestro. Assim, setenta e cinco processos estavam de acordo com o objeto da pesquisa, o equivalente à cerca de 10% do total de processos abertos nos municípios.

Os processos-crimes são permeados pela subjetividade dos escrivães que transcrevem os diálogos para os documentos que ficam para a posteridade. E como toda fonte, revelam traços inconscientes ao controle do criador. Os documentos são formados por peças adicionadas, começando pela denúncia do promotor, seguido pelos depoimentos de testemunhas e réus, que vão formando um compilado a ser desvendado pelo historiador. Cada peça do processo foi construída em determinado momento e conta com a participação de representantes da lei e sujeitos que se encontravam à frente destes representantes. Essas descrições, porém, também possuem um limite, e deve-se ter em conta que ao serem transcritos os depoimentos, todas as pausas, interrupções e sentimentos perdiam-se no caráter homogêneo das transcrições.

Empreguei o método de construção serial de dados para coletar e catalogar os dados do arquivo. As perguntas que guiam a pesquisa, porém, não se limitaram ao resultado deste método. A crítica feita pela micro-história ao método serial se mostrou valiosa na análise dos casos. Ao questionar os potenciais riscos de tornar homogêneas certas categorias sociais e deduzir escolhas e comportamentos de sujeitos a partir das ocupações profissionais, como a dos policiais, pode se acabar descrevendo um sujeito médio abstrato que assumiria "características médias ou estatisticamente mais frequentes dentro da categoria sócio-profissional." (FARINATTI, 2008, p. 63).

A contrapartida ao sujeito determinado fortemente por sua posição social é pensada a partir de uma liberdade limitada, que condiciona os indivíduos ao mesmo tempo em que permite espaço para escolhas e estratégias. Para ser possível verificar estas estratégias, o foco de observação deve ser alterado, reduzindo a escala de análise. Jacques Revel afirma que a escala particular de observação produz efeitos no conhecimento (REVEL, 1998). Desse modo, não se toma apenas o contexto para justificar, mas a partir de casos contraditórios que também tiveram parte na sua formação, temas como o processo de mercantilização da terra e os conflitos agrários se tornam mais plurais e menos esquemáticos.

2 O novo Código Criminal da República

A burocracia estatal na fronteira oeste se desenvolveu com o Código do Processo Criminal de 1832, a partir de comarcas, termos e distritos de paz. Assim, a comarca das Missões, incluindo os termos de Cruz Alta, São Borja e Alegrete passaram a ter juízes municipais, tabeliães, escrivães, tribunais de júri e delegados de polícia (ARAÚJO, 2008. p. 28). A estrutura judicial do antigo Código do Processo Penal de 1832 era formada por cada comarca com um juiz de Direito, e cada município com um juiz municipal, um promotor público e um conselho de jurados, considerados probos na sociedade. Os municípios ainda dividiam-se em Distritos de Paz, que contavam com inspetores de quarteirão, oficiais de justiça e o juiz de paz.

Na década seguinte ocorre a Reforma Judiciária de 1841, que altera a hierarquia judicial em alguns pontos. Surgiu na capital de cada Província um novo posto que era o Chefe de Polícia, nomeado pelo Imperador ou pelo Presidente da Província, sob a qual todas as autoridades policiais estariam subordinadas. Os municípios continuavam dispondo do juiz municipal, mas passaram a contar com a figura do delegado de polícia, junto com os juízes de paz e inspetores de quarteirão pelos distritos. A novidade na hierarquia se dava pela divisão da parte investigativa sob responsabilidade da polícia, e do julgamento, subordinado aos juízes municipais ou de Direito. A intenção era retirar dos poderes locais as prerrogativas das questões judiciais, reduzindo significativamente o poder dos juízes de paz (THOMPSON FLORES, 2014. p. 376).

Contudo, a estratégia para uma maior centralização do poder acabou falhando, pois somente o juiz de Direito e o promotor do município eram nomeados pelo poder central. Os outros cargos do poder coercitivo de primeira instância eram escolhidos ou votados pelo poder local. Algumas medidas seriam alteradas a partir da Reforma Judiciária de 1871, aprovada oito dias antes da Lei do Ventre Livre. Esta reforma criou os inquéritos policiais. Assim, o processo de formação de culpa foi duplicado, com a primeira parte dos processos sob responsabilidade da polícia e a segunda, da justiça. O resultado desse modelo acabou sendo o predomínio da versão policial e o afastamento do controle judicial dos procedimentos policiais (KOERNER, 1998. pp.113-116). O modelo jurídico institucional da Reforma de 1871 perdurou até a queda do regime monárquico sem alterações (TORCATO, 2011.p.20).

O novo Código Penal de 1890 da nova República foi implementado no Rio Grande do Sul em fevereiro de 1891, quando pela primeira vez há menção ao furto de animais na legislação brasileira. No Código de 1890, os crimes de furto, quando não houvesse prisão em flagrante, deixaram de ter

ação pública.[4] Tal fato pode ser observado como no meio de um processo de furto de gado, onde o promotor público relata:

> Pelo novo código penal promulgado pelo dec. de 11 de outubro de 1890 e mandado por execução neste Estado de 1° de fevereiro do corrente ano [1891] por diante, pelo decreto de 6 de dezembro de 1890, o crime de furto de gado passou a ser considerado de ação particular, só cabendo ação pública em caso de flagrante prisão como se vê nos artigos 3 e 407S2 do citado Código e portanto não se dando a isso no caso vertente, requeiro ao mesmo juiz que seja julgada perempta a presente ação ordenando o que for de direito com o que se faça a devida justiça.[5]

Do total de setenta e cinco processos selecionados entre 1888 e 1910, trinta e cinco aconteceram até fevereiro de 1891. É possível que esta concentração de casos no momento de implementação de uma nova lei esteja relacionada como uma forma de repressão das autoridades que, sabendo do novo Código Criminal em vias de ser implementado, buscavam perseguir conhecidos ladrões de gado ou suspeitos de cometer furto do alheio, que a partir de então estariam mais respaldados pela nova lei que poderia punir somente casos em flagrante. Os anos anteriores à implementação da lei são chamativos pelo expressivo número de prisões em flagrante pelas autoridades policiais, enquanto os anos seguintes ao novo Código revelam uma queda no número de casos de abigeato.

3 A atuação da polícia rural em meio à mudança de leis

Nos processos-crime após a descrição da denúncia, que poderia ser feita pelo promotor público ou por particulares contendo a narrativa em detalhes do fato, aparecem os inquéritos policiais, depoimentos de réus e testemunhas e por fim, a sentença. O material que aparece nos inquéritos policiais é a principal fonte para a análise desse artigo. Os sujeitos

4 Art. 407. Haverá logar a acção penal: § 1º Por queixa da parte offendida, ou de quem tiver qualidade para represental-a. § 2º Por denuncia do ministerio publico, em todos os crimes e contravenções. Exceptuam-se: 1º, os crimes de furto e damno, não tendo havido prisão em flagrante; 2º, os crimes de violencia carnal, rapto, adulterio, parto supposto, calumnia e injuria, em que sómente caberá proceder por queixa da parte, salvos os casos do art. 274. § 3º Mediante procedimento ex-officio nos crimes inafiançaveis, quando não for apresentada a denuncia nos prazos da lei.

5 Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 009.0095 - Estante 147-A. n°. 3080, 1890

que tinham relação com o aparato coercitivo aparecem sessenta vezes. São cabos, guardas municipais, praças de polícia, inspetores, comandantes de polícia, entre outros. Em número maior que estes estão apenas os criadores e trabalhadores informais da Campanha. Em algumas situações que serão debatidas posteriormente, em mais de uma ocasião os homens que representavam o aparato coercitivo do Estado aparecem nos processos.

Tabela 1: Ocupações de militares e policiais em Alegrete e Uruguaiana

POLICIAIS/ MILITARES	
Alferes	2
Cabo da guarda municipal	4
Capitão de Infantaria	1
Carcereiro	10
Comandante da Polícia	10
Guarda Fiscal da Alfândega	2
Guarda Municipal	2
Inspetor de Polícia	2
Inspetor de polícia/Comandante da Polícia Rural	1
Praça da Polícia	20
Sargento da Polícia	5
Tenente Coronel	1
Total	**60**

Fonte: APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. *Processos-crimes*. Alegrete e Uruguaiana, 1888-1910.

A grande presença de policiais e militares está de acordo com as pesquisas sobre a região no século XIX. Thompson Flores e Farinatti defendem que os homens probos eram comuns nos casos como testemunhas, mesmo que não houvessem presenciado o crime (THOMPSON FLORES, 2014 p. 47). Assim como os autores, considero militares e policiais, testemunhas que legitimavam narrativas nos depoimentos, de modo que se torna clara a importância das redes de reciprocidade, uma vez que conhecer ou ser reconhecido pelas testemunhas poderia significar uma relação de tole-

rância, bem como gerar desconfiança e possibilidades de prisão.

Em um processo do ano de 1889 se encontra um dos agentes policiais que aparece em outros processos ao longo da pesquisa. Trata-se de Theodoro José da Rocha, comandante da polícia rural de Alegrete, que prendeu em flagrante delito Onofre Pinto no momento em que estava carneando uma vaca nos campos de Antônio Silva Trindade. Com Onofre, também foi apreendido o couro do animal. O réu era agregado da vítima João Rodrigues e alegou tomar a rês de seu vizinho por estar passando fome.[6] Além de Theodoro, dois praças de polícia também eram testemunhas do caso. Um deles chamado Martins Gomes, disse que o acusado na hora de ser preso resistira, dizendo que não se entregava por não ter cometido crime algum, não obstante ter confessado ter furtado uma vaca alheia.[7]

Theodoro da Rocha aparece também em outro caso que elucida as relações da polícia com a população local. Aqui há uma tensão na relação entre um dos réus e o comandante da polícia. O caso se passou no primeiro distrito de Alegrete, no dia vinte e seis de dezembro do mesmo ano de 1889, quando Pedro Ângelo Rodrigues furtou duas vacas e as carneou no décimo quinto quarteirão do distrito, local onde foi preso. Em seu depoimento, o réu afirma que o comandante Theodoro José da Rocha é seu inimigo. Pelo inquérito policial, Pedro tinha como cúmplice do crime Galdino Mendonça, que há anos é conhecido como ladrão de gado na região e procurado pela polícia. Pelo depoimento, o réu disse que não furtou, mas comprou as reses de Galdino Mendonça, que o conhece há muitos anos, sem saber que haviam sido furtadas. Porém, a possível venda das vacas não contava com certificado de Galdino e o réu nem conhecia a marca deste, fato que contribuiu para o aumento das suspeitas.[8]

Os dois casos acima ocorrem nos anos anteriores ao Novo Código Criminal da República que instaura novos procedimentos a respeito do furto de gado que só poderia ser punido em flagrante. É possível que o comandante da polícia rural de Alegrete, Theodoro José da Rocha estivesse buscando coibir os furtos e punir conhecidos ladrões de gado da região. Os réus nos processos expõem algumas estratégias comuns em suas defesas,

6 Thompson Flores alerta que, apesar das justificativas alegando fome estarem crescendo no final do século, é importante ressaltar que pode estar relacionada com o costume de consumo diário de carne. Os dois fatos, contudo, se relacionam com o fechamento do acesso aos recursos da região. (THOMPSON FLORES, 2014, p. 311).

7 Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Alegrete. acondicionador: 009.0077 - Estante 147-A. n°. 3493, 1890.

8 Em Uruguaiana, a obrigatoriedade do registro de marcas e sinais utilizados por criadores e fazendeiros, foi determinada pelo artigo 131° das Posturas Municipais, sendo que os que desobedecessem a lei, deviam arcar com multa de 10$000 réis. (LEIPNITZ, 2016, p. 187).

como afirmar o costume agrário de tomar uma rês, alegando que no futuro abonaria a vítima ou alegando carestia como pretexto.

Não é objetivo deste artigo realizar uma pesquisa sobre os réus dos processos. Procuro desenvolver um estudo sobre o aparato coercitivo, em particular a polícia rural nos dois municípios da fronteira oeste. É notório que os furtos de gado estavam incomodando as autoridades locais e uma das alternativas recorridas pelos subdelegados, foram as investigações para o controle antecipado. Em alguns casos são comentadas vigílias por parte de praças e comandantes da polícia nas casas dos suspeitos.

Essas vigílias poderiam acontecer à noite como no caso que aconteceu em treze de julho de 1890, em Uruguaiana. O comandante do primeiro distrito da polícia rural Modesto Duarte Jardim, havia passado a noite vigiando a residência de Justiniano Gonçalves, por suspeitar que ele havia comprado carne sem procedência. Pela manhã, o comandante encontrou uma cabeça de boi e um mondongo pendurados no arame da residência de Justiniano. Ao interrogar o suspeito, descobriu que este havia comprado carne de José Duarte. Aproximando-se então da casa de José Duarte, o comandante da polícia rural encontrou deitados do lado de fora da casa em completo estado de embriaguez José Duarte junto com dois homens. Ao entrar na sala da casa o comandante da polícia encontrou dois couros de bois, e em um quarto contíguo, a carne de um boi (a carne do outro boi estava com Justiniano). Na casa também estavam duas mulheres, a companheira de José Duarte e de outro sujeito envolvido no furto, presos pelo comandante da polícia. [9]

Modesto Jardim também se encontra em outro caso ocorrido em 1891 que demonstra a importância das relações estabelecidas na vizinhança, pois, quando mal construídas, poderiam acabar com uma denúncia à polícia. O caso envolve João José Medina desconfiado que seu vizinho Manoel Oliveira, um simples jornaleiro, não poderia dispor continuamente de cavalos para vender. João José disse que chegou a questionar Manoel Oliveira sobre os animais, e recebeu como resposta que Manoel havia trazido os cavalos do Estado Oriental, e que os cavalos pertenciam a um sujeito que não disse o nome. Sabendo que Manoel Oliveira era conhecido pelo costume de vender cavalos roubados, João José relatou o ocorrido ao comandante da polícia Modesto Duarte Jardim.

O comandante da polícia rural, não encontrando o réu, informou-se na vizinhança e descobriu que ali costumavam tratar-lhe pelo nome

9 Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 009.0095 - Estante 147-A. n°. 3080, 1890.

de Ramos e lhe indicaram a casa onde este morava. Ao chegar à casa do suspeito, Modesto Jardim encontrou uma mulher que morava na casa de Manoel e informou que ele não estava. Foi então que uma vizinha fez sinal de que Manoel Oliveira estava em casa. O comandante chamou em voz alta e não sendo atendido, disse que iria voltar com ordem verbal do delegado. Quando retornou, Manoel estava saindo acompanhado de dois praças que haviam lhe prendido. Aqui, a importância das relações entre vizinhos e proprietários pode ser percebida. Testemunhas do caso, como o vizinho Zeferino e o jornaleiro Sérgio Pereira relataram desconfiar do comércio de cavalos de Manoel e foram utilizadas pela acusação para legitimar a narrativa do caso. [10]

4 A reação das autoridades contra o furto de gado

O aparato burocrático e militar que consolidou a vitória dos republicanos esteve vinculado com uma alteração na estrutura policial e jurídica do Estado. Com a lei n°11 de 04/01/1896, a polícia passou a ser dividida em duas funções: a polícia administrativa e a polícia judiciária. A primeira, responsável pelo policiamento extensivo, estava subordinada aos intendentes municipais. A segunda, responsável pela investigação dos crimes já ocorridos, estava subordinada às autoridades estaduais. Esta estrutura conferiu ao chefe de polícia e aos sub-chefes do interior uma importância política, que para além da ordem pública, deveriam mediar disputas entre lideranças locais (MAUCH, 2004, pp. 165-172).

Como já debatido, a lei contra os furtos do início da República acabou gerando uma maior dificuldade das autoridades para autuar os ladrões de gado, porque passou a depender de flagrantes e iniciativas privadas de denúncias. De fato, o número de autuações encontradas denunciando os furtos de gado volta a aumentar após a aprovação da lei n° 628 de 28/10/1899, a qual retrocede de certa forma, tornando o crime de abigeato de ação pública e inafiançável.[11] Esta lei foi uma resposta das autoridades contra a

10 Poder Judiciário: 1° cível e crime Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 009.0095 - Estante 147-A. n°. 3031, 1890.

11 Lei n° 628 de 28 de Outubro de 1899. Art. 1º Compete a acção penal por denuncia do Ministerio Publico nos crimes de: I. Furto; II. Damnos em cousas do domínio ou uso publico da União, dos Estados e municipios, ou em livros de notas, registros, assentamentos, actos o termos, autos e actos originaes de autoridade publica. Paragrapho unico. A acção publica será iniciada sob representação do offendido, si o furto se der entre parentes e affins até o 4º gráo civil, não comprehendidos na disposição do art. 335 do Codigo Penal que continúa em vigor. Art. 2º São inafiançaveis os crimes de I. Furto de valor igual ou excedente de 200$ (Codigo Penal, art. 330, § 4º) II. Furto de animaes nas fazendas, pastos ou campos de criação ou cultura.http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-628-28-outubro-1899-540691

impunidade dos furtos, e suas sanções tornaram o abigeato crime de ação pública inafiançável. A citação abaixo do promotor público de Uruguaiana demonstra que a insatisfação com os furtos na fronteira permanecia ainda em 1901:

> Antes de tudo: no quarto distrito Municipal, os furtos de gado campeiam impunimente, tudo dorme, ninguém importa-se em garantir as propriedades e ultimamente, a plena luz do dia os furtos praticam-se. Há muito tempo os fazendeiros do 3° distrito policial clamam contra os constantes roubos que são cometidos em suas propriedades, semcontudo poderem obter uma medida mais forte que possa lhes garantir e estancar o mal. Ultimamente até a luz do dia se roubam, e os que roubam são apontados entre eles o réu, jovem educado no vício se havendo obrigado a andar refugiado algum tempo na República Argentina devido ao mau comportamento.[12]

São trinta e cinco casos encontrados entre 1888 e 1890. Doze somente nesse último ano. De 1891 a 1899, os crimes de abigeato, são pouco representativos. Dessa data até 1899, somente doze processos-crime são abertos. Já de 1899 a 1910, vinte e oito novos processos foram encontrados. Mesmo depois da lei de 1899 que voltou a tornar público o crime de abigeato, pode ser percebido o descontentamento com os furtos, como no caso de Julio Ferreira, criador e morador do primeiro distrito de Uruguaiana, reclamando por ser vítima constante de furtos em seu rebanho, levou o fato ao conhecimento do delegado de polícia João Saturnino Reis. A investigação os levou até a rua Benjamin Constant, onde moravam os irmãos uruguaios André e Bartolomeu Moneta. Na casa dos uruguaios houve prisão em flagrante, pois foram encontradas diversas marcas de couro que pertenciam a Matheus Rodrigues da Silva, Francisco Urupienes, Julio Ferreira e Estevam Duarte, moradores do município. [13]

Os processos selecionados para análise da presente pesquisa contam em sua maioria com o questionamento nos tribunais para réus e testemunhas sobre o tempo em que conhecem os outros depoentes. É comum encontrar casos de vizinhos que depõem afirmando sobre a moralidade

publicacao original-41447-pl.html. Acesso em: 7 fev. 2021.

12 Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 095.0104 - Estante 147-A. n°. 3186, 1900.

13 Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 009.0102 - Estante 147-A. n°. 3159, 1901.

do réu e da vítima. Em dezesseis processos, as testemunhas definem o réu como mau vizinho ou que sabiam que a rês havia sido roubada por conhecer o animal ou marca da vítima. Ser avistado na região e não conhecer moradores próximos também era um fato que poderia gerar suspeitas sobre estar furtando animais, de modo que era necessário ter um conhecimento da vizinhança e das autoridades locais para conseguir escapar da repressão. Certamente as relações entre militares e a população local envolvia uma série de reciprocidades e vínculos que ultrapassavam o simples cumprimento de suas funções. Os vínculos comerciais ou de vizinhança encontrados nos depoimentos de testemunhas, vítimas e réus, demonstram que as relações anteriores ao crime eram importantes para o desenrolar do processo, seja para ir atrás de sua propriedade furtada, seja para não ser pego em atitude ilícita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XIX, a polícia ocupou espaço nos conflitos de poder local com medidas para regulação das relações sociais e de propriedade no campo vinculadas à Lei de Terras, às reformas judiciárias e ao novo Código Criminal da República. Essas medidas tornavam oficial uma série de costumes rurais, ao mesmo tempo que criminalizavam outros, abrindo espaço para um modo privado e exclusivo da propriedade. A atuação da polícia visava acomodar as relações sociais aos valores mercantis, onde situações de conflito estavam sendo julgadas através de uma racionalidade e objetividade que, ao longo do século, se tornou fator de excelência e eficácia simbólica.

O ano 1890, um ano antes do novo Código Criminal ser implementado, foi o ápice de casos abertos contra abigeatos encontrados na pesquisa. Pela primeira vez, criou-se um Código penal no Brasil para a punição dos furtos de animais em flagrante. Os anos seguintes ao novo Código revelam uma queda no número de casos de abigeato. A lei contra os furtos do início da República acabou gerando uma maior dificuldade das autoridades para autuar os ladrões de gado, porque passou a depender de iniciativas privadas de denúncias. O número de autuações encontradas denunciando os furtos de gado voltou a aumentar após a aprovação da lei de 1899, a qual retrocede de certa forma, tornando o crime de abigeato de ação pública e inafiançável.

O acesso à terra e a um pedaço de carne, muito alegado pelos réus como parte dos costumes rurais, encontrava-se em um momento de valorização e cada vez mais reconhecido como propriedade privada. A alternativa do furto poderia estar vinculada às brechas de legitimidade das posses, que

até o fim do século XIX eram imprecisas em muitos locais de Alegrete e Uruguaiana. Nesse contexto é que se encontra a ação da polícia rural debatida ao longo do artigo. Os processos-crime relatam vínculos envolvendo moradores que recorriam à polícia para resgatar seus bens, utilizando estratégias como conhecer algum homem da lei ou reivindicar coletivamente junto com outros vizinhos suas perdas. As negociações também poderiam envolver réus com rivalidades construídas frente às autoridades e suspeitos pelos moradores da vizinhança. Assim, foi possível perceber que as estratégias sociais dos moradores da fronteira oeste, os homens do aparato coercitivo e os sujeitos que transgrediam as leis, abarcavam vínculos previamente estabelecidos e reconhecimento e fama entre os moradores próximos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thiago Leitão de. Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, Dissertação (Mestrado em História), 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei n° 628 de 28 de Outubro de 1899. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-628-28-outubro-1899-540691publicacaooriginal--41447-pl.html>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Código Criminal da República de 1890. Disponível http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRETAS, Marcos Luiz: *O crime na historiografia brasileira*: uma revisão da pesquisa recente, *BIB*, n. 32, p. 49-61, 2° sem 1991.

BRETAS, Marcos Luiz. Entre crimes e leis: imaginação e a história brasileira do crime. In: VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Lepoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. pp. 13-32.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CÓDIGO *Criminal do Império do Brazil de 1830.* Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1977.

FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado

em História). Programa de Pós Graduação em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

------. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. Anos 90, 15 (28): 57-72, 2008.

GARCIA, Graciela. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha Rio Grandense no final do período imperial (1870-1890).* Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

KOERNER, Andrei. Judiciário e cidadania na constituição da República Brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEIPNITZ, Guinter. T. *Entre contratos, direitos e conflitos.* Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910). Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LEIPNITZ, Guinter T.: *Vida Independente, ainda que modesta:* dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil. (1884-1920). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016.

MACHADO, Ironita P. *História e Judiciário:* um diálogo necessário. Autos e Baixas: Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul. v. 1. n. 1, 2013.

MATHEUS, Marcelo dos Santos. *A produção da diferença:* escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870). PPGH/ UFRJ, 2016.

MAUCH, Cláudia. Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC/ AMPUH-RS, 2004.

Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 009.0095 - Estante 147-A. n°. 3080, 1890.

Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 009.0095 - Estante 147-A. n°. 3031, 1890.

Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Alegrete. acondicionador: 009.0077 - Estante 147-A. n°. 3493, 1890.

Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 095.0104 - Estante 147-A. n°. 3186, 1900.

Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Uruguaiana. acondicionador: 009.0102 - Estante 147-A. n°. 3159, 1901.

Poder Judiciário: 1° cível e crime: Processos crime. Alegrete. acondicionador: 009.0083 - Estante 147-A. n°. 3591, 1902.

REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas – A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes de fronteira:* A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. A repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917). Dissertação (Mestrado em História) em Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VARGAS, Jonas M. *Pelas Margens do Atlântico:* Um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.

XAVIER, Regina Célia Lima. (org.) *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

ZARTH, Paulo Alfonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÌ, 1997.

Recebido em 15/02/2021

Aprovado em 24/06/2021

ENTRE A SITUAÇÃO E A OPOSIÇÃO: A COMPETIÇÃO ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

BETWEEN THE SITUATION AND THE OPPOSITION: THE ELECORAL COMPETITION IN RIO GRANDE DO SUL DURING THE FIRST REPUBLIC

Paula Vanessa Paz Ribeiro[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica político-eleitoral no Rio Grande do Sul para as vagas na Câmara dos Deputados durante a Primeira República. Por meio do método comparativo, busca-se mensurar a competição eleitoral entre a situação e a oposição, através do levantamento do número de candidatos que disputaram às vagas da bancada gaúcha em treze eleições e do percentual de sucesso eleitoral. De modo a aprofundar esta investigação, serão analisadas as eleições de 1906, 1909, 1912 e 1915, com o intuito de identificar as estratégias empregadas pelos partidos durante as etapas do processo eleitoral. Por meio deste artigo, pretendemos demonstrar que a bancada gaúcha não pode ser meramente caracterizada como um espaço fechado e controlado pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Pelo contrário, deve ser compreendida como um espaço disputado tanto pela situação quanto pela oposição.

Palavras-chave: Eleições. Competição. Bancada Gaúcha.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the political and electoral dynamics in Rio Grande do Sul for the jobs in the Chamber of Deputies during the First Republic. By means of a comparative method, it is intended to measure the electoral competition between situation and opposition, through the survey of the number of candidates that disputed the vacancies in the Gaucha's bench in thirteen elections and the percent of electoral success. In order to go deepen in this investigation, the elections of 1906, 1909, 1912 and 1915 will be analyzed with the goal of identifying the strategies utilized by the political parties during the rounds of electoral process. With this paper, we aim to demonstrate that the Gaucha's bench can't be just characterized by a closed and monitored by Rio-Grandense Republican Party. In contrast, it must be understood as a space disputed by the situation as well as the opposition.

Keywords: *Elections. Competition. Gaucha's Bench.*

1 Professora de História da Prefeitura Municipal de Alegrete. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

INTRODUÇÃO

A competição político-eleitoral da Primeira República brasileira foi marcada, predominantemente, pela ausência de partidos nacionais e pelo domínio dos estaduais. Havia estados, tais como Minas Gerais e São Paulo, que se mantiveram, durante muitos anos, com apenas uma agremiação partidária no âmbito estadual (exceto os partidos distritais que tiveram existência efêmera) e outros que possuíam dois ou mais partidos políticos, como eram os casos do Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro.

A condição do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de agremiação dominante no Rio Grande do Sul lhe proporcionou o controle sobre os processos eleitorais. Isso se deu por meio de um aparelho institucional legitimado pela Carta Constitucional de 14 de julho de 1891, que garantiu o acesso irrestrito do PRR a máquina administrativa do estado e, consequentemente, produziu estabilidade política. Entretanto, isso não quer dizer que nos processos eleitorais o partido republicano fosse o único a pleitear as cadeiras da bancada, ou que controlou todas as vagas em cada nova legislatura da Câmara. Pelo contrário, a oposição partidária foi atuante na maioria dos pleitos: competiu com no mínimo um candidato por distrito eleitoral e obteve sucesso nas urnas.

A existência de uma situação e oposição partidária permanente no Rio Grande do Sul produziu uma margem significativa de competição na maioria das eleições para deputado federal. Diversas estratégias eleitorais foram empregadas pelas siglas partidárias, desde a fase preparatória do pleito (alistamento e composição das mesas) até o reconhecimento dos diplomas para elegerem seus candidatos. Além disso, as alterações dos códigos eleitorais influenciaram na competição e colaboraram para o ingresso e ampliação da representação da oposição na bancada.

Em virtude da necessidade de uma atenção especial a temática da competição eleitoral no Legislativo Federal, este artigo tem como objetivo analisar, a partir da perspectiva comparada, o desempenho da situação e da oposição política do Rio Grande do Sul nas eleições de 1894 a 1930. Além disso, será investigado as quatro primeiras eleições (1906, 1909, 1912 e 1915) que a oposição partidária concorreu, de modo a aprofundar a análise e identificar as estratégias empregadas pelas agremiações para eleger seus candidatos.

A análise da competição política nas eleições de 1894 a 1930, possibilita verificar as alterações sucedidas na dinâmica eleitoral ao longo do tempo e identificar o impacto produzido pelas reformas da legislação na configuração da competição e do seu resultado. O recorte temporal desta investigação inicia pelo pleito de 1894, pelo fato de ser o primeiro realizado

após a promulgação da Constituição de 1891 – que regulamentou os processos eleitorais do Legislativo Federal – e encerra na última eleição da Primeira República, realizada em 1º de março de 1930.

A investigação dos processos eleitorais no Rio Grande do Sul deu-se através da consulta do jornal *A Federação* (órgão oficial do PRR) e dos diários e anais da Câmara dos Deputados, nos quais constam minuciosas informações sobre o desenvolvimento do processo eleitoral em cada distrito e as contestações apresentadas à Comissão de Inquérito da Câmara. Ademais, por meio do estudo dessas fontes, será possível compreender a dinâmica da competição eleitoral no Rio Grande do Sul durante a Primeira República.

1 Eleição e competição no Rio Grande do Sul para a Câmara dos Deputados

Durante a Primeira República o estado do Rio Grande do Sul experimentou uma intensa atividade partidária em diferentes momentos. Isso se deu por meio da mobilização de diversas agremiações que fizeram oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense – fundado em 1882 e dominante na arena política estadual desde a instituição da República – e ao controle político de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros no governo do estado.

Conforme a historiografia (TRINDADE, 1979, p. 133-145; FRANCO, 1988, p. 76-101; ALVES, 1995; FRANCO, 2007, p. 131-139), somente na última década do século XIX foram criadas as seguintes agremiações: o Partido Republicano Federal (1891); o Partido Federalista (1892); e o Partido Republicano Liberal (1895). Estes reuniram os correligionários dos extintos Partido Liberal e Partido Conservador, assim como os dissidentes republicanos. Entretanto, a maioria dessas agremiações não atuou ao mesmo tempo e teve breve existência.

A existência dessas agremiações oposicionistas, embora efêmera, intensificou ainda mais a instabilidade política no estado durante a primeira década republicana. Isso se deu ao disputarem as vagas da Assembleia Constituinte Estadual[2] e ao contestarem o controle político do PRR sobre o governo do estado. Dessas legendas, apenas o Partido Federalista (PF) sobreviveu à chegada do século XX, exercendo intensa atividade política por cerca de 30 anos. Concorreu às vagas da Câmara dos Deputados, da Assem-

2 Segundo Sérgio da Costa Franco (1988, p. 101) o Partido Republicano o Federal apresentou chapa de candidatos para a eleição da Assembleia Constituinte estadual. Disputou a eleição com os candidatos: Gaspar Silveira Martins, Demétrio Ribeiro, Francisco Antunes Maciel, Francisco da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Barros Cassal, Cel. José Bonifácio da Silva Tavares, Antão de Faria e entre outros.

bleia dos Representantes e das intendências e conselhos municipais[3].

Na primeira década do século XX surgiu na arena política sulina o Partido Republicano Democrático (1908), que foi criado por meio da articulação de diversas gerações de dissidentes republicanos, após a campanha de Fernando Abbott ao governo do estado em 1907. Essa agremiação disputou as eleições da Câmara dos Deputados em 1909 e atuou na campanha civilista de Rui Barbosa em 1910.

Na terceira década, mais precisamente em 1922, formou-se a Aliança Libertadora, coligação constituída pelos democratas, por grande parte dos federalistas e pelos dissidentes republicanos, que disputou as eleições para o governo do estado com a candidatura de Assis Brasil. A Aliança Libertadora foi atuante nas eleições federais dos anos de 1924 e 1927, e mais tarde deu origem ao Partido Libertador (1928), que unificou as agremiações oposicionistas do Rio Grande do Sul (TRINDADE, 1979, p. 168; FRANCO, 2007, p. 169).

Desse modo, uma diversidade de siglas (PRF, PF, PRL, PRD, AL e PL) se organizou no Rio Grande do Sul durante a Primeira República para fazer oposição ao domínio *castilhista-borgista*. Em alguns momentos, o antagonismo da disputa entre situação e oposição ultrapassou a esfera eleitoral, resultando em confrontos armados que pretenderam fragilizar o governo do Partido Republicano Rio-Grandense, destituir suas principais lideranças (primeiramente Júlio de Castilhos e, mais tarde, Borges de Medeiros) do poder do estado e reformar a Constituição estadual[4].

Por meio do controle da instituição do estado e de uma rede de clientela, o partido situacionista exercia forte pressão sobre o eleitorado, que era instruído a votar e se filiar nele. Diante desse cenário político, era difícil a oposição partidária competir com o PRR em número de eleitores e votos, mas não impossível, como se verificará a seguir a partir da análise das estratégias empregadas pela oposição.

Nos meses que antecediam o dia da eleição, um aparato burocrático

3 Conforme o estudo realizado por Eduardo Rouston Júnior (2016, p. 13-14) em 1913 foi a primeira vez que a oposição partidária conseguiu eleger um representante na Assembleia dos Representantes. Foi eleito o federalista Jorge Silveira Pinto.

4 Em 1893 e 1923, a oposição partidária pegou em armas em protesto ao controle *castilhista-borgista* da máquina administrativa do estado. No primeiro confronto, o Partido Federalista deu início a um dos conflitos armados mais duradouros e cruéis do período republicano, com o interesse de destituir Júlio de Castilho e o PRR do poder do estado e extinguir a Constituição estadual de 14 de julho de 1891. No segundo conflito, a Aliança Libertadora lançou-se em um movimento armado em contestação ao resultado da eleição para governador do estado em 1922, que visava chamar a atenção do Governo Federal para a intervenção no estado e também reformar a Constituição estadual.

eleitoral era organizado e montado nos municípios, a fim de dar funcionamento às etapas preparatórias do pleito, isto é, a formação das comissões de alistamento, a qualificação dos eleitores, a distribuição das seções eleitorais e a escolha dos componentes das mesas seccionais.

O processo eleitoral era organizado em quatro etapas: a pré-eleitoral, mencionada acima; a etapa eleitoral que iniciava com a votação e terminava com a abertura das urnas pelas mesas seccionais, que somavam os votos e redigiam as atas que eram enviadas ao município sede do distrito; a apuração dos pleitos, sob a responsabilidade das Juntas Apuradoras[5], que emitiam a ata geral com a relação dos eleitos no distrito eleitoral; e, por fim, a Verificação de Poderes da Câmara, incumbida de analisar e reconhecer os candidatos eleitos à bancada estadual.

Durante os contextos eleitorais, os partidos do Rio Grande do Sul montavam uma estrutura centralizada e obediente à Comissão Executiva, que orientava os diretórios municipais nas etapas do processo eleitoral. Segundo o estudo realizado por Carina Martiny (2018, p. 254-282), a estrutura institucional do PRR funcionava através da mediação dos diretórios municipais, que atuavam em duas frentes: na inscrição de novos eleitores para o partido; e na arrecadação de votos para os candidatos distritais. Essas duas frentes de ação eleitoral eram acionadas tanto pelos governistas quanto pelos oposicionistas, com o interesse de garantir uma margem considerável de votos para seus candidatos.

A imprensa também foi um instrumento importante na difusão e promoção do alistamento. Através dela, os partidos convocavam os aptos ao voto a solicitarem seu título eleitoral, inclusive, colocavam-se à disposição para orientações e para encaminhar o requerimento ao escrivão do juiz. Tanto a situação quanto a oposição apresentavam na imprensa notas que traziam a lista dos candidatos, artigos que criticavam os adversários e manifestos que exaltavam a trajetória, as virtudes e as realizações dos seus candidatos. Além disso, era comum a divulgação do percentual de eleitores do partido em cada município, de modo a comparar e chamar atenção para a quantidade de eleitores que o partido e a oposição contabilizavam nas eleições.

Os processos eleitorais no Rio Grande do Sul para o Legislativo Fe-

5 A apuração das eleições nos municípios sede dos distritos eleitorais funcionou até a implantação da Lei 3.208, de 1916, que criou uma única Junta Apuradora, situada na Capital do estado, que contou com a participação ativa da justiça federal. Essa lei colaborou para a redução da interferência política local no trabalho da Junta Apuradora, que antes contava com a participação dos representantes dos poderes (intendência e conselho municipal) dos municípios do distrito eleitoral (NICOLAU, 2012, p. 65; FIGUEIREDO, 2016, p. 121-127).

deral eram competitivos, tanto na disputa entre correligionários pela inclusão na chapa do partido (em especial a agremiação oposicionista) quanto entre oponentes partidários. As estratégias eleitorais – recrutamento de eleitores; combinação de votos; fraudes; contestações – eram empregadas por ambas as siglas partidárias, sobretudo desde a fase preparatória do pleito até o reconhecimento dos diplomas na Comissão de Verificação de Poderes da Câmara.

Os códigos eleitorais da Primeira República nada determinavam acerca da inscrição dos candidatos nas eleições, se deveria ser chapa incompleta ou completa. Nem mesmo exigiam que os candidatos fossem filiados a um partido para concorrerem e serem eleitos. A própria existência de partidos políticos não era mencionada na Constituição Federal (1891) e nem regulamentada na legislação eleitoral (RICCI; ZULINI, 2014b, p. 17). A única orientação que existia era em relação ao voto do eleitor, isto é, a obrigatoriedade do voto incompleto. Segundo essa determinação, o eleitor votava em dois terços da quantidade de representantes a serem eleitos no distrito.

Na maioria dos processos eleitorais (1906, 1909, 1912, 1915, 1918, 1921 e 1924, 1927 e 1930) o PRR apresentou chapa incompleta de candidatos, ou seja, reservou uma vaga em cada distrito eleitoral para a representação das minorias. Mas, em alguns pleitos, de forma não oficial patrocinou a candidatura dos próprios correligionários que concorreram fora da chapa, aparentemente como independentes. Esses eram chamados pela situação política como avulsos e pela oposição como caranchos[6].

Em síntese, os avulsos eram candidatos filiados ao partido situacionista que disputavam as eleições de modo independente com o patrocínio extra oficial da Comissão Executiva do partido. Esses candidatos, em geral, possuíam uma trajetória política consagrada no distrito eleitoral e conservavam uma base fiel de eleitores, mas eram inexperientes no Legislativo Federal. O PRR, ao patrociná-los nas eleições, não renovava a candidatura de alguns dos seus deputados de modo a abrir vagas para os calouros. Também, como estratégia, priorizava manter na Câmara os representantes mais experientes na política federal, que eram úteis ao partido e aos interesses do estado.

O PF promoveu inúmeras críticas na imprensa ao emprego da cha-

6 O termo literal do conceito "carancho", segundo o Dicionário Priberam, significa ave rapina da família dos falconídeos, e também é conhecido pelo termo carcará. O emprego desse termo da linguagem política tinha o sentido de depreciar o adversário, ao compará-los com uma ave que se alimenta de carniças. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/carancho>.

pa completa e à apresentação dos candidatos avulsos. Para a oposição partidária, o PRR infringia a lei eleitoral ao não empregar a chapa incompleta em todos os distritos eleitorais e ao não reservar vagas à representação das minorias. Entretanto, essa denúncia não tinha legitimidade para impugnar a vitória dos candidatos avulsos, tendo em vista que os códigos eleitorais não determinavam a chapa incompleta, nem a obrigatoriedade da inscrição dos candidatos.

Vítor Figueiredo (2016), ao estudar a composição da chapa do PRM para os pleitos do Legislativo Federal, identificou que nem sempre o partido situacionista mineiro empregava a chapa completa. Segundo o autor (2016, p. 12-44) em algumas eleições o PRM lançou lista incompleta de candidatos pelas seguintes razões: por não haver consenso sobre a indicação dos candidatos distritais; ou pela presença de candidatos oposicionistas que contavam com muitos votos; ou até mesmo para enfraquecer a oposição, ao estimular candidaturas independentes. Devido à essas circunstâncias, alguns filiados do PRM que não foram indicados na chapa da legenda concorreram de forma independente e sem o seu patrocínio.

Ao contrário do caso de Minas Gerais, no Rio Grande do Sul os aspirantes a deputado federal que não foram incluídos na chapa oficial do PRR não concorreram sem o seu patrocínio, não ousavam desafiar as orientações do partido. Em geral, a maioria dos candidatos que concorreu uma vaga no Legislativo Federal pelo Rio Grande do Sul esteve vinculado à uma agremiação partidária, mesmo como avulso.

De modo a identificarmos a existência da competição para as vagas da bancada gaúcha, investigamos nos jornais e nos diários da Câmara dos Deputados a relação dos candidatos da situação e da oposição partidária. Os dados apurados foram organizados na Tabela 1, na qual consta o total de candidatos em treze eleições, a quantidade dos representantes da chapa do PRR, dos avulsos (candidatos independentes patrocinados pelo PRR) e dos candidatos da oposição (PF, PRD, AL, CFRC e PL), assim como o total dos eleitos de cada agremiação partidária.

Tabela 1 – Quantidade de candidatos da situação, dos avulsos e da oposição que disputaram as eleições, de 1894 a 1930

Eleições	Candidatos na disputa	Candidatos da situação	Eleitos	Candidatos avulsos	Eleitos	Candidatos da oposição	**Eleitos**
1894	16	16	16	---	---	---	---
1897	16	16	16	---	---	---	---
1900	16	16	16	---	---	---	---

1903	16	16	16	---	---	---	---
1906	18	13	12	1	1	4	3
1909	24	13	13	1	1	10	2
1912	18	13	13	2	2	3	1
1915	21	13	12	3	2	5	2
1918	20	13	13	3	3	4	---
1921	17	14	14	---	---	3	2
1924	23	13	9	---	---	10	7
1927	23	13	13	---	---	10	3
1930	16	11	11	---	---	5	5
Total	244	180	174	10	9	54	25

Fonte: Elaboração própria a partir do cruzamento de dados coletados nos Diários da Câmara dos Deputados de 1891 a 1930, e nos boletins eleitorais publicados no jornal *A Federação*

Em treze eleições, 244 candidatos disputaram as vagas para representação do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados. Desse número, 180 concorreram na chapa do PRR, 10 como avulsos e 54 pela oposição partidária. O PRR, por ser o partido dominante e por controlar a máquina administrativa e eleitoral do estado, apresentou mais candidatos em comparação com a oposição e, consequentemente, obteve mais sucesso, conseguindo eleger 96,7% dos candidatos que apresentou e 90% dos candidatos avulsos que patrocinou[7]. Já a oposição partidária concorreu em nove das treze eleições analisadas e obteve 46,3% de sucesso eleitoral, uma taxa significativa para um estado onde o partido situacionista permaneceu no poder por mais de 30 anos.

Apesar de a oposição ter alcançado um relevante resultado nas urnas em relação ao número de candidatos que apresentou na disputa, conquistou apenas 17,4% das 144 vagas abertas (16 vagas x 9 legislaturas = 144) na bancada gaúcha. O baixo percentual de representação da oposição na Câmara deveu-se a dois fatores: ao controle do PRR sobre a máquina administrativa do estado, que operava em todas as etapas do processo eleitoral; e também a falta de unidade da oposição, que dividia os votos dos eleitores entre os candidatos de duas agremiações ou facções internas.

7 O percentual de vitória dos candidatos do partido dominante no Rio Grande do Sul, PRR, condiz com a taxa nacional. Conforme Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2014b, p. 9), cerca de 84,9% dos eleitos as bancada dos estados pertenciam a mesma sigla partidária, à situação política no estado.

A ausência da oposição partidária gaúcha nas primeiras eleições do Legislativo Federal, deveu-se à crise produzida com o advento da República, que desmobilizou a atuação dos partidos imperiais – Partido Liberal e Conservador – na arena política do estado. Segundo Carina Martiny (2018, p. 252-253), muitos membros do Partido Conservador, e até mesmo liberais, aderiram às fileiras do Partido Republicano Rio-Grandense, que neste momento eram minoria nos municípios. O fortalecimento do PRR na máquina político-eleitoral no estado se deu por meio da negociação com os antigos conservadores e liberais e da submissão dos chefes locais ao presidente do estado, que concentrava também a posição de presidente do partido.

Por dominar a arena política eleitoral até o ano de 1903, o PRR lançou lista completa de candidatos nos cinco distritos eleitorais, ou seja, apresentou o mesmo número de candidatos à quantidade de vagas. A partir da eleição de 1906, o cenário político se alterou e a situação passou apresentar lista incompleta, tendo em vista o crescimento da adesão do eleitorado às vertentes oposicionistas, federalistas e dissidentes, e à implantação de um novo código eleitoral (Lei n. 1.269, de 1904). A oposição entrou na disputa para a Câmara dos Deputados em 1906, no momento em que o PRR enfrentava uma grave crise interna. A morte de Júlio de Castilhos produziu a competição pela chefia do partido, entre os republicanos Borges de Medeiros e Fernando Abbott.

A Lei n. 1.269, instituída em 1904, reduziu o número de distritos eleitorais nos estados da federação e possibilitou ao eleitor acumular seus votos no mesmo candidato. O Rio Grande do Sul passou a ser dividido em três distritos eleitorais, que elegiam seis candidatos no 1º distrito, este que recebia a capital do estado; e cinco candidatos no 2º e 3º distritos eleitorais (NICOLAU, 2012, p. 63). Assim, nos distritos que elegiam cinco representantes, o eleitor poderia listar na cédula quatro vezes o nome do mesmo candidato, obedecendo o voto limitado (instituído pela Lei n. 35 de 1892) e usando o direito de exercer o voto cumulativo.

Em vista das novas regras eleitorais e do aumento da oposição, o PRR passou a apresentar lista incompleta, proclamando 13 candidatos na chapa oficial do partido em vez de 16, reservando uma vaga em cada distrito para representação das minorias. Tratava-se de uma estratégia para invalidar as críticas da oposição, que alegava que a situação controlava o ingresso na bancada ao não oferecer condições justas para a disputa.

Desse modo, o PRR simulava ceder às pressões da oposição, que defendia a reserva de vagas à representação das minorias – não prevista nos códigos eleitorais – por meio da limitação do número de candidatos governistas apresentados na eleição. Ao deixar aberto uma ou mais vagas,

o partido situacionista passou a patrocinar correligionários aspirantes à representação nacional que não foram incluídos na chapa oficial.

A introdução do voto cumulativo estimulou a participação da oposição nos processos eleitorais e aumentou as chances de vitória dos seus representantes. Tanto é que o PF apresentou uma média de um candidato por distrito eleitoral, de modo a incentivar seus eleitores a votarem tantas vezes o nome desse candidato. Na eleição de 1906 o PF obteve vitória nos três distritos eleitorais, elegeu os três candidatos proclamados pela comissão do partido.

Na eleição do ano de 1909, o PF conseguiu reeleger dois dos seus três representantes na Câmara. Em 1912, apenas um dos seus candidatos obteve a vitória, esse foi reeleito ao terceiro mandato legislativo pela legenda. Na eleição de 1915, os federalistas recuperaram mais uma cadeira na bancada. Em 1918, nenhum candidato oposicionista foi eleito. Depois de uma legislatura (1918-1920) afastados da Câmara, os representantes da oposição retornaram em 1921, quando foram eleitos dois candidatos.

Nas eleições que obteve vitória, o PF apresentou um candidato por distrito com o intuito de não dividir os votos dos eleitores do partido e de obter uma boa classificação nos três distritos eleitorais. Entretanto, teve momentos em que a Comissão Executiva do partido não conseguiu chegar a um consenso com as lideranças locais quanto a escolha do candidato distrital e, consequentemente, teve que apresentar mais de um nome na disputa.

A ausência de representantes do PF na 31ª legislatura da Câmara (1918-1920) é explicada em parte por causa dessa falta de consenso. A rivalidade entre as facções federalistas produziu a derrota dos seus candidatos Pedro Moacyr e Raphael Cabeda. Na eleição de 1921, mais uma vez, a disputa intrapartidária fez com que no 3º distrito eleitoral fosse apresentado dois candidatos pela sigla, os candidatos Raphael Cabeda e Arthur Pinto da Rocha.

A crise institucional do PF chegou a seu ápice quando o candidato Raphael Cabeda entrou com recurso à Sexta Comissão de Inquérito, contestando a vitória de Arthur Pinto da Rocha. Conforme Sérgio da Costa Franco (2007, p. 161-162), este evento prejudicou a própria existência da agremiação, ao estimular parte dos federalista a se aliarem com os democratas e dissidentes republicanos na eleição para governador do estado em 1922, na formação da coligação oposicionista denominada Aliança Libertadora.

A eleição à 33ª Legislatura da Câmara em 1924 foi a segunda mais disputada no Rio Grande do Sul. Contou com um total de 23 candidatos que disputaram as 16 vagas da bancada. Encontravam-se na disputa os candi-

datos do situacionista Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), da Aliança Libertadora (AL) – coligação oposicionista que apoiou a candidatura de Assis Brasil à presidência do estado em 1922 – e do Centro Federalista Raphael Cabeda (CFRC) – agremiação partidária surgida do desentendimento político dos membros do diretórios do Partido Federalista de Porto Alegre e de Santana do Livramento com os correligionários que aderiram à institucionalização da Aliança Libertadora.

Nessa eleição, a oposição partidária conquistou a maior taxa de sucesso eleitoral, elegeu sete dos dez candidatos que apresentou a representação federal. A perda de vagas do PRR para os representantes da Aliança Libertadora se deveu ao fato de ter se oposto à candidatura de Arthur Bernardes à presidência da República em 1922. Logo, a condição do PRR de opositor ao governo federal, somada à reorganização da oposição partidária no estado, fizeram com que os candidatos da Aliança Libertadora obtivessem sucesso no pleito. Além disso, esse foi o primeiro processo eleitoral em que a Comissão de Inquérito impugnou o diploma de um candidato da situação, e também a primeira vez que um candidato do PRR contestou a vitória de um correligionário.

Já na eleição de 1927, à 34ª Legislatura da Câmara, a oposição partidária perdeu quatro vagas na bancada, dos dez candidatos que concorreram a deputação federal apenas três foram eleitos. Em 1930, o cenário político se alterou, a rivalidade entre situação e oposição foi neutralizada pela campanha política da Aliança Liberal, que promoveu a união das agremiações políticas do estado em defesa da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Em razão dessa aliança, o Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Libertador entraram em um acordo na distribuição das vagas da bancada gaúcha na eleição de 1930, a situação apresentou onze candidatos e a oposição cinco.

1.1 A disputa entre a situação e a oposição nas eleições de 1906, 1909, 1912 e 1915

Na eleição de 1906, a situação política do Rio Grande do Sul (PRR) apresentou candidatos experientes na chapa oficial do partido, que disputaram a reeleição dos seus mandatos. Sendo a experiência e a capacidade de captar votos os requisitos adotados na indicação dos correligionários. Eis os nomes: Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, Manoel de Campos Cartier, Diogo Fernandes Alvares Fortuna, James Darcy e Luiz Soares dos Santos pelo 1º distrito eleitoral; Homero Baptista, Germano Hassloocher, Rivadávia Correa e Victorino Monteiro Carneiro pelo 2º distrito eleitoral; Cassiano do Nascimento e Domingos Mascarenhas pelo 3º dis-

trito eleitoral. Por esse distrito, ainda foram conduzidos Ildefonso Simões Lopes e João Abbott na chapa do PRR, estreantes na disputa pela representação nacional.

Entre os candidatos da situação, encontrava-se uma personalidade política que estava retornando às fileiras do PRR após uma longa passagem na dissidência. Tratava-se do republicano histórico Homero Baptista, que retirou-se do partido entre os anos de 1894 e 1895. A reaproximação da Comissão executiva do PRR com a família Baptista, que fez parte da primeira dissidência, cumpriu dois objetivos: o de fortalecer a instituição partidária, ao atrair políticos influentes capazes de arregimentar aliados; e também conquistar novos eleitores, tendo em vista a implantação de uma nova lei eleitoral (Lei 1.269 de 1904) que colaborava com o aumento da representação das minorias.

Segundo Tassiana Saccol (2018, p. 105-107), a indicação de Homero Baptista para deputado federal, e a nomeação do seu irmão Álvaro ao cargo de secretário da Fazenda no governo de Carlos Barbosa fizeram parte das negociações que resultaram no retorno desses dissidentes às fileiras do PRR. Segundo a autora a estratégia política de atrair possíveis adversários também foi empregada na indicação de João Abbott para deputado federal pelo 3º distrito eleitoral, em pleno contexto no qual era cogitada a candidatura do seu irmão Fernando Abbott – pertencente à ala liberal do PRR – ao governo do estado.

Para reconduzir Homero Baptista, oportunizar a candidatura de João Abbott e apresentar chapa incompleta nas eleições (13 candidatos), a Comissão Executiva do PRR teve que excluir da chapa do partido cinco correligionários que atuaram na legislatura anterior. Desse modo, fez-se a exclusão dos deputados Marçal Pereira Escobar, Arthur Homem de Carvalho, Ângelo Gomes Pinheiro Machado, Alexandre José Barbosa Lima e Alfredo Varella da lista dos candidatos do PRR à 27ª legislatura da Câmara (1906-1908).

A necessidade da substituição da chapa completa pela incompleta na eleição de 1906, deveu-se à implantação do voto cumulativo pelo novo código eleitoral de 1904, que possibilitou que os candidatos recebessem mais votos. Em razão disso, a direção do PRR temeu que alguns de seus representantes fossem derrotados nas urnas pelos federalistas, que contavam com um crescente número de eleitores e dispunham do voto cumulativo. Para evitar a derrota eleitoral, a Comissão Executiva do partido optou por deixar três vagas em aberto como estratégia para reduzir a disputa entre republicanos e federalistas. Entretanto, patrocinou a candidatura de José Carlos de Carvalho, como avulso no 1º distrito eleitoral.

Na eleição de 1906, o PF apresentou quatro candidatos à representação federal. No 1º distrito eleitoral lançou a candidatura de Wenceslau Escobar; no 2º distrito, Francisco Antunes Maciel; e no 3º distrito Pedro Moacyr[8] e Carlos Ramos. Nessa eleição, ocorrida no dia 30 de janeiro de 1906, os candidatos do PF foram os mais votados nos três distritos eleitorais. Dos candidatos da oposição, somente Carlos Ramos não foi eleito. Este apresentou à Sexta Comissão de Inquérito contestação ao diploma de Domingos Pinto Figueiredo Mascarenhas (PRR), eleito em último lugar, alegando indícios de fraude em algumas seções e contagem ilegítima de votos. Entretanto, sua contestação não foi aceita, consequentemente não conseguiu alterar o resultado da eleição (BRASIL, 26-04-1906, p. 26-31).

A classificação dos candidatos federalistas em primeiro lugar nos três distritos eleitorais sugere que houve mobilização da oposição nos municípios e a adesão dos eleitores aos seus candidatos. Além disso, esse dado indica que na primeira década do século XX o PRR não tinha o controle total da máquina administrativa do estado, pelo fato de não ter sido tão eficiente a ponto de coibir o desempenho dos adversários nas urnas. Em relação ao desempenho do PRR na eleição de 30 de janeiro de 1906, dos treze candidatos da chapa, apenas Luiz Soares dos Santos não foi eleito. Em compensação o candidato avulso do 1º distrito obteve a vitória.

O candidato avulso José Carlos de Carvalho, apesar de não ter construído uma carreira política no estado do Rio Grande do Sul, não era um principiante na política federal. Havia sido eleito a 23ª e 24ª legislaturas da Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal, assim como tinha uma trajetória pública atuante em nível nacional, como inspetor especial de Terras e Colonização em 1888; inspetor geral da imigração em 1889; como capitão de Mar e Guerra honorário; e um dos diretores da Companhia Novo Lloyd Brazileiro em 1906 (A FEDERAÇÃO, 09-01-1906, p. 2). Sua vitória na eleição no Rio Grande do Sul deveu-se ao patrocínio do PRR à sua candidatura e a visibilidade da sua carreira pública, que fez com que fosse o segundo candidato mais votado do 1º distrito eleitoral.

A competição política na eleição de 1906 foi produzida pelo fortale-

8 Pedro Moacyr iniciou sua carreira política nas fileiras do PRR, inicialmente exerceu a função de redator do jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense. Em 1892, foi eleito deputado para a Assembleia dos Representantes do estado do Rio Grande do Sul. Em 1894, foi eleito deputado federal pelo PRR. Durante essa legislatura passou a discordar das orientações de Júlio de Castilhos nas votações da Câmara. No mesmo ano que ingressou na Câmara afastou-se da redação do jornal e, em seguida. passou a atuar na dissidência. Não disputou as eleições de 1897, 1900 e 1903. No ano de 1905, Pedro Moacyr filiou-se ao PF, pelo qual disputou as eleições de 1906 e obteve sucesso (LOVE, 1975, p. 85-86; SACCOL, 2018, p.158-160).

cimento da oposição e também pela crise interna do PRR. Segundo Tassiana Saccol (2018, p. 145-158), após a morte de Júlio de Castilhos a competição pela liderança do partido – e de todas as vantagens advindas dela – produziu o segundo movimento dissidente do PRR, que resultou na disputa eleitoral de Fernando Abbott contra o candidato borgista Carlos Barbosa Gonçalves ao governo do estado em 1907.

Apesar da derrota eleitoral de Fernando Abbott, a coligação que sustentou sua candidatura se manteve articulada. Esta era formada pelos ex-deputados federais Assis Brasil, Arthur Pinto da Rocha, Aureliano Pinto Barbosa e Aparício Mariense da Silva, que se encontravam na dissidência do PRR. Em março de 1908, fundaram o Partido Republicano Democrático (PRD), sob a direção de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

O surgimento de mais uma agremiação oposicionista fez com que a eleição para deputado federal em 1909 fosse mais disputada que a anterior. O PRD lançou a candidatura de Plínio Casado pelo 1º distrito eleitoral, Aureliano Pinto Barbosa e Raphael Escobar pelo 2º distrito, e Arthur Pinto da Rocha pelo 3º. O PF apresentou a candidatura de Raphael Cabeda, Wenceslau Escobar e Fortunato Barreto pelo 1º distrito, a candidatura de Francisco Antunes Maciel a reeleição pelo 2º distrito, e de Pedro Moacyr (a reeleição) e Carlos Ramos pelo 3º (A FEDERAÇÃO, 15-01-1909, p. 01).

Na eleição de 1909, o PRR apresentou novamente chapa incompleta (13 candidatos no total) e proclamou os seguintes candidatos: Campos Cartier, Diogo Fortuna e José Carlos de Carvalho à reeleição pelo 1º distrito eleitoral; Homero Baptista, Germano Hasslocher, Rivadávia Correa à reeleição pelo 2º; e Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas, Alexandre Cassiano do Nascimento e João Abbott à reeleição pelo 3º distrito. Entre os estreantes da chapa do PRR estava Evaristo Teixeira do Amaral, que concorreu pelo 1º distrito, e José Thomas Nabuco de Gouveia, candidato ao 2º distrito. Também foram reconduzidos à chapa do PRR os ex-deputados federais Luiz Soares dos Santos (1º distrito eleitoral), que perdeu a eleição de 1906, e Ângelo Gomes Pinheiro Machado (3º distrito), que ficou de fora da chapa do PRR na última eleição. Além desses candidatos, o partido patrocinou o estreante João Vespúcio de Abreu e Silva, que concorreu como avulso pelo 1º distrito eleitoral.

Entre situacionistas, avulsos e oposicionistas totalizou-se 24 candidatos na disputa pelas vagas da bancada à 28ª legislatura da Câmara (1909-1911), sendo este o pleito mais disputado no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Contou com a mobilização eleitoral de dois partidos oposicionistas, o tradicional PF (fundado em 1892) e o calouro PRD (fundado em 1908). Apesar da mobilização eleitoral dos oposicionistas, apenas

dois candidatos foram diplomados à Câmara dos Deputados, os federalistas Francisco Antunes Maciel (que recebeu 9.333 votos), reeleito pelo 2º distrito eleitoral, e Pedro Moacyr (que obteve 10.048 votos), reeleito pelo 3º.

Em termos de votação, de acordo com o boletim eleitoral emitido pela Junta Apuradora e publicado em *A Federação* (19-02-1909, p. 01), os candidatos oposicionistas obtiveram classificação em primeiro lugar em apenas 5 municípios dos 23 que constituíam o 1º distrito eleitoral; em 6 dos 21 municípios do 2º; e em 16 dos 23 municípios do 3º distrito eleitoral. Dessa forma, apesar do crescimento da oposição no estado do Rio Grande do Sul (desde a última eleição federal), o PF e o PRD não contavam com a adesão dos eleitores em todos os municípios. Enquanto o PF tinha como reduto eleitoral os municípios da região da campanha gaúcha, principalmente Bagé, Livramento, Dom Pedrito e Caçapava (municípios que pertenciam ao 3º distrito eleitoral) e também Passo Fundo, localidade do norte do estado (do 2º distrito), o PRD contava com um expressivo eleitorado em Alegrete (que pertencia ao 2º distrito eleitoral), São Gabriel (3º distrito eleitoral) e São Sebastião do Caí (do 1º distrito eleitoral).

O candidato do PRD, Arthur Pinto da Rocha, teve a votação mais baixa do 3º distrito eleitoral, recebeu 2.889 votos no total. O baixo desempenho deste candidato na eleição de 1909 surpreende, pelo fato de ser um político experiente e ter exercido pela sigla PRR três mandatos na Câmara dos Deputados antes de concorrer pelo PRD. Logo, podemos supor que o dissidente republicano Pinto da Rocha não contava com uma base de eleitores fiéis, a ponto de se eleger por uma nova sigla partidária que estreava nas eleições federais. O fato de ter sido proclamado deputado federal nas eleições de 1894, 1897 e 1900 deveu-se, sobretudo, ao amparo político do PRR.

A vitória dos candidatos do PRR e do candidato avulso deveu-se à mobilização da Comissão Executiva do partido e dos diretórios locais no recrutamento dos aptos ao exercício ao voto e no levantamento da quantidade de eleitores que o partido dispunha em cada localidade. Por meio desta mobilização, o PRR conseguiu colocar em prática a estratégia da combinação de votos, que consistia no envio de instruções ao eleitorado sobre o modo como deveriam distribuir seus votos entre os candidatos distritais do PRR.

A combinação de votos foi essencial para que todos os candidatos da situação política – da chapa oficial e os avulsos – fossem eleitos, de modo a evitar que alguns não recebessem uma quantia altíssima de votos enquanto outros recebessem uma quantia irrisória. A aplicação dessa estratégia eleitoral buscou reduzir o risco de derrota dos candidatos do PRR, visto que a oposição contava com o voto cumulativo para se eleger. Segundo Carina

Martiny (2018, p. 274-276), a Comissão Central do partido dividia os eleitores de cada mesa seccional em quatro grupos iguais, e cada grupo recebia a instrução de votar em uma das séries formuladas pelo partido.

No boletim eleitoral de 1909, identificamos que os candidatos do PRR tiveram a mesma quantidade de votos ou um número muito próximo na maioria dos municípios dos três distritos eleitorais. Esse dado revela a abrangência do controle do partido governista nos municípios, tanto na fase preparatória do pleito quanto no dia da votação. Embora o pleito de 1909 tenha sido o mais disputado no Rio Grande do Sul no período de 1894 a 1930, o PRR controlou a maioria das vagas da bancada e elegeu todos os candidatos da chapa e mais o avulso que patrocinou.

Dos dez candidatos oposicionistas que disputaram a eleição apenas dois obtiveram a vitória: Francisco Antunes Maciel, pelo 2º distrito; e Pedro Moacyr, pelo 3º. Ambos foram reeleitos pela sigla PF. Apesar da derrota de oito candidatos oposicionistas, quatro do PRD e quatro do PF, nenhum deles registrou denúncias de irregularidades à Junta Apuradora nem encaminhou pedidos de contestação de diplomas à Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados (BRASIL, 04-05-1909, p. 44).

Em 1912 concorreram à eleição pelo 1º distrito eleitoral os seguintes candidatos: pela sigla PRR, Evaristo Teixeira do Amaral, Diogo Fortuna, Luiz Soares dos Santos, João Vespúcio de Abreu e Octávio Francisco da Rocha; como candidato avulso, Gumercindo Taborda Ribas; e pela sigla PF, Raphael Cabeda. Pelo 2º distrito eleitoral, foram proclamados candidatos: pelo PRR, Carlos Maximiliano Pereira, João da Fonseca Hermes, Homero Baptista e José Nabuco de Gouveia; pela candidatura avulsa Victor Brito; e pelo PF, Francisco Antunes Maciel. Concorreram à representação do 3º distrito eleitoral: pelo PRR, João Simplício Alves de Carvalho, Joaquim Luiz Osório, João Benício da Silva e Domingos Pinto Figueiredo Mascarenhas; e pela sigla PF, Pedro Moacyr. Chama nossa atenção o desaparecimento dos representantes do PRD nessa eleição e nas seguintes, dado que em 1909 a sigla concorreu com quatro candidatos, apesar de nenhum ter alcançado a diplomação.

Além disso, cabe destacar que dos treze candidatos da chapa do PRR e dos dois avulsos por ele patrocinados oito estavam estreando na eleição oficial da Câmara dos Deputados (Octávio da Rocha, Gumercindo Taborda Ribas, Carlos Maximiliano, João Severino Fonseca Hermes, João Simplício, João Benício, Joaquim Osório e Victor Brito)[9], depois de terem exercido as

9 No levantamento dos estreantes, foram incluídos dois representantes que entraram na Câmara no meio da legislatura anterior, logo, estes estreavam na eleição oficial da nova legislatura, que ocorria regularmente a cada três anos.

funções de intendentes municipais e deputados estaduais, com exceção de Gumercindo Ribas e Victor Brito que estreavam na política já como candidatos a deputado federal.

Na eleição de 30 de janeiro de 1912, todos os candidatos do PRR foram eleitos, inclusive os dois candidatos avulsos, Gumercindo Taborda Ribas e Victor Brito. Por outro lado, dos três candidatos oposicionistas que concorreram à representação das minorias, apenas Pedro Moacyr obteve sucesso, reelegendo-se ao terceiro mandato pelo PF e ao quarto da sua carreira parlamentar.

Mas, ao contrário do pleito anterior, foram encaminhadas reclamações às Juntas Apuradoras e apresentadas contestações de diplomas à Sexta Comissão de Inquérito da Câmara. O candidato federalista do 1º distrito eleitoral, Raphael Cabeda, contestou o diploma do candidato avulso Gumercindo Taborda Ribas (eleito em terceiro lugar), ao alegar que este era inelegível por exercer a função de magistrado estadual (BRASIL, 27-04-1912, p. 62-63). A outra contestação foi apresentada por Francisco Antunes Maciel (PF), que disputou a representação pelo 2º distrito eleitoral. Este contestou o diploma do candidato avulso Victor Brito por motivo de irregularidade na apuração das seções eleitorais de Cachoeira, Santa Maria e Santa Cruz, que, inclusive, foram os únicos municípios onde o contestado obteve votação (BRASIL, 17-05-1912, p. 352-354).

Conforme o boletim eleitoral publicado no jornal *A Federação*, o candidato avulso Victor Brito foi votado em apenas três municípios dos 21 que formavam o 2º distrito eleitoral, com uma soma altíssima de votos. No município de Cachoeira, o avulso recebeu sete vezes mais votos em comparação com a soma total dos quatro candidatos oficiais do PRR, obtendo 4.482 votos. Em Santa Cruz, Victor Brito contabilizou 2.039 votos e os candidatos da chapa do PRR receberam não mais que 7 votos, sendo que Nabuco de Gouveia não foi votado. Em Santa Maria os dados são ainda mais surpreendentes: enquanto Victor Brito obteve 4.887 votos, os candidatos da chapa do PRR não foram votados (A FEDERAÇÃO, 02-02-1912, p. 04). Nesse município, os candidatos do PRR sempre obtinham votações altíssimas. Na última eleição, os quatro representantes do partido receberam, cada um, 802 votos.

O curioso na eleição do 2º distrito eleitoral é que nenhum dos candidatos da chapa do PRR apresentou pedido de contestação à Comissão de Inquérito da Câmara contra o diploma de Victor Brito[10], e sequer solicita-

10 Victor Brito era natural da cidade baiana de Valença, nasceu em 15 de outubro de 1856. Formou-se na Faculdade de Medicina na Bahia em 1891, e, em 1902, passou a clinicar em Porto Alegre. Também dirigiu a Casa de Saúde Porto-Alegrense e foi fundador da Faculdade de

ram nova apuração nos municípios onde não contabilizaram votos nem nas seções que obtiveram uma votação irrisória. Três hipóteses podem explicar o elevado número de votos obtidos por Victor Brito em Cachoeira, Santa Maria e Santa Cruz e a baixa ou inexistente votação dos candidatos do PRR nesses municípios: primeiro, tratou-se do emprego da estratégia da combinação de votos dos eleitores, com o intuito de eleger o candidato avulso e impedir a reeleição do federalista Antunes Maciel; segundo, os mesários ou os membros da Junta Apuradora adulteraram os votos, por serem ligados ao partido situacionista e obedientes ao presidente do estado; e a última explicação para o caso é que o candidato Victor Brito gozava de prestígio e popularidade entre os eleitores desses municípios, a aponto de conquistar a maioria dos votos, dado esse que não se repetiu nos demais municípios da circunscrição eleitoral.

Das hipóteses levantadas, a primeira e a segunda são as que mais condizem com a forma como o PRR e os demais partidos situacionistas da federação agiam durante os processos eleitorais. Isso se dava ao utilizarem o recurso da distribuição dos votos dos eleitores e, igualmente, pelo controle do aparelho do estado e da máquina eleitoral. Que ocorria tanto pela interferência exercida sobre o eleitorado quanto pela ação dos membros das mesas seccionais e da Junta Apuradora, que em sua maioria eram filiados e adeptos do partido dominante.

Na eleição de 1915, para a 30ª legislatura da Câmara dos Deputados, o PRR manteve a mesma estratégia eleitoral: apresentou chapa incompleta e patrocinou candidaturas avulsas. A chapa oficial do PRR ficou assim constituída: pelo 1º distrito eleitoral, Evaristo do Amaral (reeleição), Gumercindo Ribas (reeleição), João Simplício de Carvalho (reeleição), João Vespúcio de Abreu (reeleição) e Soares dos Santos (reeleição); pelo 2º distrito, Augusto Pestana (estreante), Fonseca Hermes (reeleição), José Nabuco de Gouveia (reeleição), Marçal Escobar (reconduzido); pelo 3º distrito, Domingos Mascarenhas (reeleição), Ildefonso Simões Lopes (reconduzido), Benício da Silva (reeleição) e Luiz Osório (reeleição). Além desses candidatos, o PRR patrocinou os estreantes Álvaro Baptista, Ildefonso Soares Pinto e Flores da Cunha como avulsos. Dos representantes do PRR eleitos na última legislatura, apenas Victor Brito e Carlos Maximiliano não concorreram à reeleição (A FEDERAÇÃO, 16-01-1915, p. 01).

A eleição de 1915 foi bastante concorrida: 21 candidatos disputaram as 16 vagas da bancada gaúcha. A oposição concorreu com um total de 5

Medicina de Porto Alegre. Foi eleito deputado federal sem antes ter exercido qualquer posição política, era um calouro na bancada gaúcha quando ingressou na 29ª legislatura da Câmara dos Deputados (LOPES, 2012).

candidatos: Pedro Moacyr (PF) e Alfredo Ludwig (independente – representante do povo germânico) pelo 1º distrito eleitoral; Antunes Maciel Júnior (PF)[11] e J. J. Silveira Martins (PF) pelo 2º distrito; e Raphael Cabeda (PF) pelo 3º distrito eleitoral. Conforme o boletim eleitoral, dois dos cinco candidatos da oposição foram eleitos: Francisco Antunes Maciel Júnior e Raphael Cabeda, que estrearam na representação federal. Dos candidatos apresentados e patrocinados pelo PRR, somente João da Fonseca Hermes e Flores da Cunha (avulso) não foram eleitos.

O mais votado pelo 1º distrito eleitoral foi o candidato avulso Álvaro Baptista, que contabilizou 20.896 votos; pelo 2º distrito foi o federalista Francisco Antunes Maciel Júnior, que recebeu com 18.185 votos; e pelo 3º distrito, foi o também federalista Raphael Cabeda, que obteve 17.839 votos (A FEDERAÇÃO, 11-02-1915, p. 02). Ao analisarmos a votação de todos os candidatos, percebemos a similaridade da votação dos representantes do PRR na maioria dos municípios, que revela o emprego da distribuição dos votos em mais um processo eleitoral. Além disso, para eleger o candidato avulso no 2º distrito eleitoral, o partido situacionista aplicou a mesma estratégia utilizada na última eleição: acumulou uma soma altíssima de votos em seis municípios, onde os candidatos da chapa oficial não receberam votos. O emprego destas estratégias reflete o aumento da competição e o quanto o PRR temia que a oposição conquistasse mais cadeiras na bancada.

Na fase do reconhecimento de poderes, a Sexta Comissão de Inquérito reconheceu todos os diplomas emitidos pelas Juntas Apuradoras e incluiu apenas um acréscimo à votação de algumas mesas eleitorais, que não alterou a ordem dos classificados. Conforme o parecer da Comissão, não foi registrada nenhuma impugnação ao processo eleitoral nos três distritos e nem apresentada contestação de diploma (BRASIL, 13-04-1915, p. 46-52). Um aspecto chama atenção nessa eleição, os candidatos Fonseca Hermes, da chapa do PRR, e Flores da Cunha, avulso patrocinado pela mesma sigla, não contestaram o diploma dos oposicionistas eleitos. A não contestação do diploma dos oposicionistas pode ser explicada pela posição do Rio Grande do Sul na política federal, diante a divisão da Câmara e do governo federal entre *perrecistas* e *coligados*.

Conforme Cláudia Viscardi (2001, p. 236), a definição *perrecista* estava associada à liderança política do senador gaúcho Pinheiro Machado e ao

11 Francisco Antunes Maciel Júnior era filho do Conselheiro Antunes Maciel que exerceu dois mandatos na Câmara dos Deputados pela legenda do PF, na 27ª (1906-1908) e 28ª (1909-1911) Legislatura. Segundo Sérgio da Costa Franco, Antunes Maciel Júnior nasceu em Pelotas (RS) em 1879, diplomou-se em Direito em 1902 na Faculdade de Livre de Direito do Rio de Janeiro (FRANCO, 2010, p. 129).

Partido Republicano Conservador (PRC). Já a *coligação* referia-se ao grupo contrário a Pinheiro Machado, que era formada pelos representantes dos estados (PE, CE, AL, BA, PA e RJ) que foram atingidos pelas *salvações* – política interventora de Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca – ou, então, que eram contrários à sua posição política. Segundo a análise da autora, o Presidente da República Wenceslau Brás impôs sua interferência no Legislativo na montagem das Comissões de Verificação de Poderes da Câmara em 1915, com o intuito de equilibrar a representação dos *coligados* e *perrecistas* na Comissão dos Cinco e nas Comissões de Inquérito (VISCARDI, 2001, p. 253).

A partir desse arranjo, as vagas da Comissão dos Cinco foram distribuídas entre *perrecistas* e *coligados*, sendo escolhidos Soares dos Santos (RS), Cincinato Braga (SP), Antônio Carlos (MG), Manoel Borba (PE) e Cunha Machado (MA). Já a Sexta Comissão de Inquérito, responsável pela avaliação da eleição no Rio Grande do Sul, foi composta majoritariamente pela corrente dos *coligados,* que fazia oposição a Pinheiro Machado (BRASIL, 30-04-1915, p. 08).

Provavelmente, os representantes do PRR optaram por não contestar o resultado da eleição por temerem represálias dos adversários do senador Pinheiro Machado na Sexta Comissão de Inquérito e no plenário provisório da Câmara. Isso se explica porque a situação política do Rio Grande do Sul estava ligada diretamente ao senador, que era o representante mais influente do estado na política federal. Além da constatação de que o PRR não contava com apoio da maioria da Câmara para reverter o resultado eleitoral e, portanto, depurar o diploma dos oposicionistas, também podemos deduzir que não houve a interferência dos membros da Junta Apuradora no resultado eleitoral. Caso contrário, os candidatos oposicionistas teriam sido eliminados antes de chegarem à Comissão de Inquérito.

Dessa forma, é possível admitir que esses fatores refutam a visão de que durante a vigência do pacto da Política dos Estados, as situações políticas estaduais sempre eram favorecidas e as oposições afastadas do parlamento, uma vez que essa situação dependia da condição política do momento e das respectivas alianças na Câmara. Além disso, leva-nos a perceber que as eleições da Primeira República para o Legislativo Federal eram competitivas e marcadas pela presença da oposição (apesar de minoritária) nas bancadas estaduais. Esse aspecto foi identificado por Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2014b, p. 2-24) ao realizarem um levantamento sobre a composição partidária das bancadas eleitas de 1900 a 1930; e por Vítor Figueiredo (2016, p. 31-92), ao analisar a competição eleitoral em Minas Gerais.

Na análise das treze eleições realizadas no Rio Grande do Sul no

período de 1894 a 1930, constatamos que em apenas cinco pleitos (1906, 1912, 1918, 1921 e 1924) foram encaminhados pedidos de contestações de diplomas à Comissão de Inquérito. Das 13 contestações registradas, apenas uma foi de autoria de um candidato situacionista (em 1924). Este solicitou a anulação de algumas seções por motivo de irregularidade, que reverteria em seu reconhecimento e produziria a depuração do diploma de um correligionário.

Geralmente, a contestação se dava sobre o diploma de um candidato de outra sigla e não de um colega de chapa. A maioria das contestações encaminhadas pelos candidatos do Rio Grande do Sul foi de autoria da oposição partidária, cerca de 92,3% delas. No total de 12 contestações apresentadas pelos candidatos oposicionistas, 4 delas, o equivalente a 33,3%, obtiveram sucesso e alteraram o resultado eleitoral, isto é, reconheceram um candidato não diplomado pela Junta Apuradora. Logo, 66,7% das contestações de autoria da oposição partidária do Rio Grande do Sul foram rejeitadas pela Comissão de Inquérito. Esses dados demonstram o quão difícil era reverter o resultado eleitoral, principalmente se o autor da contestação fosse candidato da oposição.

O reduzido número de contestações revela que as disputas eleitorais ocorridas entre os anos de 1906 e 1930 foram resolvidas no âmbito dos municípios, nas etapas pré-eleitoral, eleitoral e na apuração dos escrutínios. Os candidatos do partido situacionista, em todas essas eleições, nunca apresentaram contestações contra o diploma dos oposicionistas. Mesmo nos casos em que os candidatos da chapa do partido governista ou os avulsos foram derrotados nas urnas (nos pleitos de 1906 e 1915), não formalizaram queixas e sequer apresentaram pedidos de contestação.

Isso demonstra que a sigla dominante no Rio Grande do Sul evitou não se lançar em litígio eleitoral, de modo a não expor a dinâmica eleitoral do estado à interferência do Legislativo. A impugnação poderia ser rejeitada pela Comissão de Inquérito ou sair do controle da agremiação, revelando as irregularidades não apresentadas pelos contestantes. Isso poderia resultar na anulação da votação das mesas eleitorais nas quais os candidatos da chapa e os avulsos receberam muitos votos.

Por meio da análise das reclamações apresentadas à Comissão de Inquérito e dos boletins eleitorais publicados em *A Federação*, podemos constatar que, apesar de desigual, a competição entre situacionistas e oposicionistas para as vagas da bancada gaúcha foi permanente de 1906 a 1930. Às vezes chegou a envolver uma ou duas legendas contrárias ao PRR, acontecendo de apresentar dez candidatos na disputa, como foi no caso das eleições dos anos de 1909 e 1924.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa da competição eleitoral entre a situação e a oposição do Rio Grande do Sul revelou que apesar do controle político do PRR na máquina administrativa do estado, a oposição concorreu com um número significativo de candidatos e elegeu representantes no Legislativo Federal. A participação da oposição nas eleições foi identificada a partir do ano de 1906, a primeira regulamentada pela Lei n. 1.269, de 1904, que reduziu o número de distrito eleitorais e possibilitou o voto cumulativo. Isso permitiu que a oposição concentrasse todos os votos de seus eleitores em um único candidato distrital. Dos 54 candidatos apresentados pelos partidos de oposição (PF, PRD, AL, CFRC e PL) no total de nove eleições (1906 a 1930) 46,3% foram eleitos.

O sucesso dos candidatos oposicionistas foi oportunizado principalmente pelas mudanças nas regras do sistema eleitoral, que influenciaram na competição política, fazendo com que os partidos se adaptassem às condições da disputa ao empregarem estratégias que buscaram reduzir as incertezas do sufrágio. Por meio da identificação dos candidatos que concorreram às vagas da bancada em treze eleições e da análise aprofundada do contexto eleitoral dos anos de 1906, 1909, 1912 e 1915, identificamos as estratégias empregadas pela situação (patrocínio de candidatos avulsos; e a combinação de votos dos eleitores) e pela oposição política (contestação de diploma) para eleger seus candidatos.

Além disso, percebemos o quão complexa era a disputa partidária no Rio Grande do Sul, a ponto de revelar que a ausência de contestações em alguns pleitos não se deveu ao fato de os candidatos derrotados pertencerem a mesma sigla dos eleitos, mas que estes optaram por não apresentar contestações em razão do risco desse procedimento. A partir deste estudo, buscamos chamar atenção para a temática dos processos eleitorais do Legislativo Federal, que tanto revela sobre a atuação das agremiações partidárias do Rio Grande do Sul e a dinâmica eleitoral da Primeira República.

REFERÊNCIAS

BOLETIM eleitoral. *A Federação.* Porto Alegre, 19 fev. 1909, ed. 43, p. 01. Localização: BNDigital.

BOLETIM eleitoral. *A Federação.* Porto Alegre, 02 fev. 1912, ed. 47, p. 04. Localização: BNDigital.

BOLETIM eleitoral. *A Federação.* Porto Alegre, 11 fev. 1915, ed. 35, p. 02. Localização: BNDigital.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados. Parecer n. 13 – 1906.* Rio de Janeiro, 26 abr. 1906, p. 26-31. Localização:imagem.camara.leg.br.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional.* Pareceres n. 21, n. 22 e n. 23 – 24 abr. 1909. Rio de Janeiro, 04 mai. 1909, p. 44. Localização:imagem.camara.leg.br.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados. Parecer n. 19– 1912.* Rio de Janeiro, 27 abr. 1912, p. 62-63. Localização: imagem.camara.leg.br.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional.* Contestação do Sr. Antunes Maciel ao diploma do Sr. Victor de Brito. Rio de Janeiro, 17 mai. 1912, p. 352-354. Localização: imagem.camara.leg.br.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados.* Pareceres n. 9, n. 10 e n. 11 – 1915. Rio de Janeiro, 13 abr. 1915, p. 46-52. Localização: imagem.camara.leg.br.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional.* Sorteio das seis comissões de inquérito – sessão de 7 de abril de 1915. Rio de Janeiro, 30 abr. 1915, p. 08 Localização: imagem.camara.leg.br.

CARANCHO. DPLP, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Priberam Informática, S. A., 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/carancho>. Acesso em 27/01/2021.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República:* o caso de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época.* 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. *In:* GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 129-170.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937).* Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

LOPES, Raimundo Hélio. Victor Brito. *In:* ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário da elite política republicana (1889-1930).* Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRITO,%20V%C3%ADtor%20de.pdf> Acesso em 17 dez. 2018.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINY, Carina. *"O chefe político dos mais avançados republicanos":* Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História). –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

NICOLAU, Jairo Marconi. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: 2012.

OS CANDIDATOS. *A Federação*. Porto Alegre, 15 jan. 1909, ed. 15, p. 01. Localização: BNDigital.

OS CANDIDATOS. *A Federação*. Porto Alegre, 16 jan. 1915, ed. 13, p. 01. Localização: BNDigital.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 443-479, 2014a.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. As eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil Republicano. *In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 2014b.

ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. *O Partido Federalista na Primeira República Brasileira:* imprensa e discursos parlamentares. 2016. Tese (Doutorado em História). – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos à opositores:* as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907). Tese (Doutorado em História). – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SERVIÇOS telegraphico. A Federação. Porto Alegre, 9 jan 1906, ed. 8. Localização: BNDigital.

TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. *In:* DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS:* Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1979, p. 119-191.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias:* uma revisão da política do "café com leite". Belo Horizonte: C/Artes, 2001.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira:* o papel do parlamento no regime oligárquico de 1889-1930. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Recebido em 15/02/2021

Aprovado em 31/05/2021

CORONELISMO, TRADIÇÃO E DOMINAÇÃO: ILUSTRAÇÕES POSSÍVEIS EM "MEMÓRIAS DO CORONEL FALCÃO"

CORONELISM, TRADITION AND DOMINATION: POSSIBLES ILLUSTRATIONS IN "MEMORIES OF COLONEL FALCÃO"

César Andre Luis Beras[1]

RESUMO

O presente artigo busca responder a uma pergunta central: "Como o presente se atualiza a partir do passado?", e tem como pressuposto de que as tradições culturais e políticas são construções humanas em permanente atualização. Neste sentido, se realiza três reflexões complementares entre si: a) As principais características de uma dominação com base na tradição, a partir de Weber onde constatou-se três mecanismo possíveis de atualização: os laços materiais pragmáticos, a reprodução simbólica (educacional) e o utilitarismo nas relações sociais; b) A caracterização, a partir de Victor Leal Nunes do fenômeno do coronelismo no Brasil como expressão principal de uma cultura antidemocrática e tradicional com base em nosso processo de formação sócio histórico que tem por sua vez dois mecanismos de atualização: a dependência estrutural e a privatização e mistificação da democracia; c) A ilustração a partir do romance de Aureliano de Figueiredo Pinto sobre um recém coronel no interior do Rio Grande do Sul, que nos ajuda a compreender, por dentro, a dinâmica de dominação com base na tradição a partir de 06 atos (momentos do texto) da construção da rede de dependência e da mistificação da democracia.

Palavras-chave: Coronelismo. Tradição. Dominação. Dependência e Democracia.

ABSTRACT

This article seeks to answer a central question: How the present is updated from the past and has with presupposition that cultural and political traditions are human constructions in permanent update. In this sense, three reflections are made that complement each other: a) The main characteristics of a domination based on tradition starting in) where three possible updating mechanisms were found: the pragmatic material ties, the symbolic reproduction (educational) and utilitarianism in social relations; b) The characterization, based on Victor Leal Nunes of the phenomenon of coronelism in Brazil as the main expression of an antidemocratic and traditional culture based on our process of socio-historical formation, which in turn has two updating mechanisms: the dependence structural and the privatization and mystification of democracy; c) The illustration from the novel by Aureliano de Figueiredo

1 Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e Pós-Doutorado em Ciência Política na UFRGS (2016).

Pinto about a newly colonel in the interior of Rio Grande do Sul, who help us to understand from the inside the dynamics of domination based on tradition from 06 acts (moments of the text) of the constructions the dependency network and the mystification of democracy.

***Keywords**: Colonelism. Tradition. Domination. Dependence and Democracy.*

INTRODUÇÃO

> "Compreendi logo que eu, o obscuro criador no meu rincão de campo, estava transformado, de então por diante, em uma legítima aspiração do povo. E, sem remédio, promovido a coronel distrital" – Coronel Falcão[2]

A democracia no Brasil é um processo em franca construção que dialoga diretamente com a nossa formação sócio-histórica desde a colonização até os dias de hoje, e simultaneamente contraditório, pois, perpassado por momentos democráticos e não democráticos, que em síntese configuram uma tessitura histórica marcada por concentração de renda, desigualdade social e a busca da construção de instituições democráticas. Há neste diálogo uma tensão entre o passado com suas tradições e o presente onde hoje vivenciamos um Estado democrático e de direito. Neste sentido, partimos, portanto, da seguinte pergunta, que busca orientar nossa pesquisa e esforço reflexivo: Como o presente se atualiza a partir do passado?

Busca-se perceber de que maneira a nossa formação sócio histórica[3] configura um determinada tradição que remonta o processo de colonização e a dominação de uma elite rural, cotejada por outras formas de elite, mas onde a primeira subsiste quer economicamente, quer culturalmente afirmando cotidianamente elementos que conformam por sua vez um processo de racionalização da política e da democracia, que se torna um campo altamente pragmático, exercida do ponto de vista privado e completamente oposto ao bem comum e onde as situações de desigualdade e concentração de renda reproduzem práticas autoritárias, antidemocráticas e de aparelhamento do Estado, transformando e minando sua capacidade de ser um instrumento de promoção do bem comum.

Neste complexo cenário, um elemento que embora datado historicamente, está longe de ter sido abandonado nas curvas da realidade brasi-

2 Frase do personagem principal de "Memórias do Coronel Falcão (1986:24) durante o processo de seu recrutamento como futuro prefeito do município

3 Vide para aprofundar tal reflexão sobre as características autoritárias e nossa formação sócio-histórica entre outros: Freyre (1975), Holanda (2004), Prado Jr (2004) e Carvalho (2002)

leira, é o coronelismo[4], um sistema de poder político baseado no compromisso entre o poder central e o poder local. Assim o coronel é representante político da elite rural e com ascensão popular que em troca do apoio para resolver os problemas da localidade e se manter no poder obtém os votos necessários para a legitimação do poder central.

Buscando dar conta de referido problema de pesquisa vai-se realizar três reflexões iniciais e sintéticas que buscam nos aproximar tanto da dinâmica sócio-histórica brasileira como da complexidade da relação entre o passado sócio-histórico do país e o seu presente buscando perceber os possíveis impactos nos processos democráticos.

Primeiramente vamos resgatar alguns elementos centrais, com base nas reflexões de Max Weber (1986), do processo de dominação com base na tradição que apresenta uma dimensão sacra, pois internalizada subjetivamente como algo eterno e legítimo e ao mesmo tempo emocional, pois se torna um elemento sentimental na base da ação humana, constituindo-se assim uma fidelidade entre dominantes e dominados, tal como entre pais e filhos, por exemplo. Seus componentes centrais são: os laços materiais pragmáticos, a reprodução simbólica (educacional) e o utilitarismo nas relações sociais; temos assim um processo de dominação que pode criar - material e subjetivamente- mecanismos de atualização do passado, ou seja, tornar presentes traços sócio-históricos e culturais de forma nova, mas afirmando valores e posições da elite brasileira.

Em segundo, vamos focar diretamente no fenômeno do coronelismo no Brasil buscando compreender sua gênese e sua dinâmica a partir da obra de Victor Nunes Leal(2012) que em "Coronelismo, Enxada e Voto" nos apresenta elementos *sui generis* do supracitado processo de dominação: uma elite rural decadente que consegue manter sua posição do poder em um simples mas potente compromisso coronelista que se sustenta duplamente, de um lado, em redes de dependência material quer pelo poder patrimonial do "coronel', quer pelas situações de pobreza encontradas e de outro lado pela privatização do Estado, que deixa de ser um esfera pública voltada para o bem comum e vira um instrumento de afirmação de interesses privados, o que por sua vez levar-se-á a mistificação da democracia, como algo negativo.

E por último, na sequência das reflexões anteriores vamos buscar ilustrar a dinâmica coronelista a partir do romance do gaúcho Aureliano de Figueiredo Pinto (1986): "Memórias do Coronel Falcão" que ao contar a história do nascimento de um coronel, recrutado em sua "Estância" nos

4 Vide Victor Leal Nunes (2012) e Faoro (1975)

"pagos gaúchos" nos permite adensar e ilustrar a reflexão de Weber (1986) e Leal (2012), pois nos possibilita entender os bastidores da vida no campo e a dinâmica política que ali ocorre. Serão duas ilustrações (referente aos dois mecanismos de reprodução do coronelismo supracitados), retiradas das páginas do romance, divididas em seis atos, que nos permitiram com uma extraordinária riqueza de detalhes em uma linguagem erudita e reflexiva do clima político da época, perceber a dinâmica específica e complexa dos elementos que sustentam o compromisso coronelista.

1 Possíveis elementos de atualização da tradição no presente

Podemos, com base em Weber (1986), perceber de que a dominação com base na tradição, que se expressa a partir do reconhecimento pelos indivíduos de "poderes há muito existentes, tem duas premissas articuladas entre si: a sacra e a afetiva. A premissa "sacra" como motivação central da tradição traz em si um elemento que seria inviolável, e traço central de sua legitimação: a autoridade por trás de toda temporalidade, de sua ancestralidade inquestionável[5]. Assim, de geração em geração afirma-se uma forma de servidão auto reconhecida como necessária e suficiente para dar conta das necessidades sociais.

Mas, esta primeira premissa é contemplada por outra: dos laços afetivos, que se expressam pela natureza geral desta forma de relação que se dá de forma comunitária e com sólidas relações de fidelidade entre servos e senhores ou para generalizar entre dominantes e dominados. Assim, de um lado a tradição se enraíza pela experiência comum dentro da sociedade e de outro tem a confiança, a lealdade como centros de interdependência social. Neste sentido há vínculos sentimentais solidamente estruturados e o poder embora racionalizado tem como base desta não, pelo menos ainda, o cálculo somente material, mas o reconhecimento imaterial de determinadas questões (família, relações amorosas, valores religiosos, sentimento de solidariedade e de dívida pessoal, etc.). A partir dessas duas premissas do modelo puro de dominação patriarcal podemos perceber três possíveis elementos que podem via a atualizá-lo em nosso cotidiano: a) os laços materiais pragmáticos, b) reprodução simbólica (educacional) e c) o utilitarismo nas relações sociais

O primeiro elemento[6] que pode atualizar a dominação com base na

5 Para aprofundar sugerimos Economia e Sociedade (1999) - seção 3 -dominação patriarcal x dominação patrimonial de Weber

6 Cada elemento é extraído de uma análise que Weber realiza entre os tipos ideais da dominação patriarcal e patrimonial, que nos servem como o ponto de partida para a construção de nosso modelo didático e ideal. Neste sentido, ora usamos elementos do patriarcalismo, ora

tradição é o pragmatismo nas relações materiais expresso na conexão entre o movimento de alargamento das esferas de decisão e os interesses privados dos indivíduos. Isto vai ser possível a partir do deslocamento do modelo puro de dominação (patriarcal) para um modelo híbrido (patrimonial), que vai permitir a atualização constante das tradições e inclusive a própria possibilidade de a tradição vir a ser algo racional e não somente uma expressão e situação do campo da irracionalidade por falta de cálculo, mas também, uma relação sólida entre meios e fins. Ou seja, a tradição intencionalmente se reproduz como forma de dominação, não de forma natural, mas como projeto de vida[7]. Assim se oscila do poder do patriarca (com base na personalidade pura) para uma forma patrimonial (com base em bens materiais).

Portanto, dentro das formas de dominação pela tradição, temos uma forma inicial e predominante: a patriarcal, com base em uma autoridade reconhecida coletivamente mas majoritariamente pessoal e um modelo familiar como referência das relações econômicas, sociais e políticas, a autoridade legítima do provedor, do mais antigo, do responsável mor. Mas, historicamente surgirá uma derivação combinatória: uma autoridade patrimonial, pois há já uma especialização de uma dependência pura e direta do senhor patriarcal e logo de uma relação de poder pouco equilibrada, pois totalmente pessoalizada e centralizada, para um alargamento do poder, deste prestígio, desta forma de decidir e influir no destino comum.

Teremos como síntese uma relação social pautada pela dominação estamental, onde os indivíduos adquirem uma certa autonomia e independência na busca de seus objetivos, buscando afirmar e isso é um elemento central de seus privilégios, tendo como base desse processo, seus interesses privados. Ressalta-se que este processo de alargamento de poder portanto está longe de representar uma aproximação com a democracia, mas sim de equilibrar o poder entre os seus detentores e seus interesses particulares. E aqui já verificamos indícios de uma disputa pelo poder com base em um sentimento pragmático: a dominação estamental parte de uma relação de interesses entre no mínimo duas partes, sendo que para isso ambas possuem algum tipo de patrimônio material:

do patrimonialismo sem se preocupar com a distinção realizada a todo momento por Weber, mas simplesmente coletando traços que podem se atualizar independente da época histórica, embora gerados em uma época datada.

7 Neste ponto nos descolamos um pouco de Weber para quem a tradição estaria no campo do irracional, supomos que embora ela possa ter uma reprodução naturalizada, também tem seus mecanismos calculados de reprodução ou seja também é um projeto de poder, uma forma de manter determinados *status quo* e logo algo racionalizado.

> Estão investidos em seus cargos (de modo efetivo ou conforme a ficção de legitimidade) por privilégio ou concessão do senhor, ou possuem, em virtude de um negócio jurídico (compra, penhora ou arrendamento) um direito próprio do cargo, do qual não se pode despejá-los sem mais. Assim, sua administração, ainda que limitada, é autocéfala e autônoma, exercendo-se por conta própria e não por conta do senhor. É a dominação estamental.... (WEBER, 1986, p.133)

Esta conexão entre o alargamento das esferas de poder - no caso da capacidade de participar das decisões que afetam a todos - e os interesses privados indiferente de qualquer bem comum, com base no patrimônio, na aquisição material que se transforma na principal forma de reprodução da existência humana torna-se um elemento atualizador da tradição. Pois se repõe simultaneamente a necessidade de disputa por interesses materiais quer os já acumulados, quer os novos objetivos de ampliação de sua posição de poder. Isto vai se dinamizar no cotidiano a partir de alianças mutáveis, de movimentos se necessário contraditórios, de concessões com o contemporâneo, desde que alarguem e afirmem sua posição privada inicial. A tradição é vista aqui como fonte do status quo e para isso permanentemente renovada.

O segundo elemento atualizador da dominação com base na tradição, a reprodução simbólica (educacional), tem por base a naturalização da dominação tradicional, e isto será a base do processo de especialização da própria tradição, pois desde a idade infantil os membros das famílias (dos dominados e dominantes) são submetidos a um processo educacional primário com hábitos e costumes tradicionais ligados a seu contexto específico. Há já na construção da base simbólica e material de se apropriar do mundo, de como interagir com este, uma valorização da forma estamental/patrimonial.

Portanto, a dominação com base na tradição tem em sua base dinâmica a reprodução cultural impressa em hábitos e costumes que perpetuam uma autoridade do 'assim como está é como deve ser, pois sempre foi' e logo há um compromisso ético-moral com a tradição, mas este também - e aqui está o fundamento da especialização que ocorre simultaneamente e internamente a tradição – condicionado por interesses, neste momento e talvez isso seja uma característica ainda presente, de caráter originalmente doméstico desta forma de dominação, ou seja, premida pelo imediato e tangível no aqui e no agora:

> A fidelidade inculcada pela educação e pelo hábito nas relações da criança com o chefe de família constitui o contraste

> mais típico com a posição do trabalhador ligado por contrato a uma empresa, de um lado, e com a relação religiosa emocional do membro de uma comunidade com relação a um profeta, por outro. E efetivamente, a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio. (WEBER, 1986, p.133)

Esta constante especialização da tradição além de partir dos interesses privados, traz fortemente a dimensão já aludida da afetividade, pois percebe-se que não se parte somente de elementos materiais e objetivos dados pela conjuntura econômica dada, mas sobretudo por sentimentos, emoções e logo em valores culturais que internalizam e reproduzem a tradição, ou seja, aprendemos a ser "assim ou assado", em nosso caso aprendemos a respeitar uma determinada tradição e se esta for autoritária, reproduziremos este autoritarismo como fundamento de nossa ação. Portanto se na política a cultura é autoritária e pragmática, advém da naturalização de hábitos e costumes que sustentam, reconhecem e reproduzem politicamente tal forma. Este autoritarismo e pragmatismo político se renova a partir da atividade doméstica cotidiana fortemente enraizada educacional, material e emocionalmente nos indivíduos.

O terceiro elemento atualizador da dominação com base na tradição se constitui no utilitarismo nas relações sociais, assim o que se especializa aqui no seio da tradição, é sua capacidade de combinar-se com necessidades materiais que expressam certa justiça social e garantem determinada igualdade como forma de manter seus interesses privados e, portanto, a tradição que embasa isto. Assim a tradição se amplia para além dos seus domínios iniciais: família, quadro administrativo, patriarcas, soberanos, enfim da elite dominante para o conjunto da sociedade livre (homens livres em Weber) a partir da solução de necessidades objetivas dos súditos, ou dos dominados, pelo patriarca ou pelo soberano, enfim o que detém o poder material:

> O patriarca, assim como o senhor patrimonial, rege e decide segundo princípios da "justiça do Cadi" [islâmico], ou seja: por um lado preso estritamente à tradição, mas por outro e na medida em que esse vínculo deixa liberdade, conforme pontos de vista juridicamente informais e irracionais de equidade e justiça em cada caso particular, e "com consideração da pessoa". Todas as codificações e leis da dominação patrimonial respiram o espírito do chamado "Estado- -providência": predomina uma combinação de princípios ético--sociais e utilitários-sociais que rompe toda rigidez jurídica formal. (WEBER, 1986, p.134)

Neste sentido a dominação com base na tradição torna-se referência de bem-estar para a sociedade a partir de sua riqueza patrimonial estender certos benefícios e logo afirma alguns princípios jurídicos para além das formas racionalizadas, sistemáticas e processuais. E, consequentemente, a base dessa autonomia, o patrimônio, se reverte em dominação que tem como base central: o acúmulo material e toda a influência daí decorrente distribuída para o conjunto da sociedade: prebendas, recompensas, fidelidades, baseada então em um princípio de justiça, que tem como centro as relações pessoais e materiais.

Verifica-se, a emergência de uma sólida característica permanente da dominação com base na tradição: a pessoalização da atividade política que afirma uma relação pragmática de troca de interesses entre dominantes e dominados desde que estes coincidam com objetivos particulares de ambos. A providência social prestada parte da primazia do material e das relações pessoais e logos dos interesses privados e, portanto, da importância estratégica para os indivíduos das relações econômicas como prioridade das próprias relações sociais e logo utilitárias por excelência, regidas pelo pragmatismo do "que vou ganhar com isso?".

Temos, portanto, por dentro do processo de dominação a emergência de um utilitarismo social que vai transformar a relação política com o outro, não necessariamente a partir de uma condição de igualdade, mas de troca de interesses, onde o indivíduo se torna um ponto de apoio de outro indivíduo, sendo a negociação e a afirmação dos interesses privados o que importa. Há então, uma plasticidade de configurações de ação com base na tradição que se articula de acordo com a posição no tabuleiro (alianças, acordos, apoios, etc.). Neste processo utilitário, temos a utilização de práticas que operam as trocas e garantam tais posições: o assistencialismo, o paternalismo e toda a forma de benefício que consagre as posições do dominante.

2 Os mecanismos constitutivos centrais do sistema coronelista: nossa peculiar dominação pela tradição

Buscando dar conta de nosso problema de pesquisa: Como o passado atualiza o presente? Partimos da possibilidade de que um grande elemento atualizador da dominação[8] com base na tradição, no Brasil, seria o

8 Este artigo é parte de um processo reflexivo sobre a dominação com base na tradição no Brasil ainda em franca construção, logo este elemento apresentado de atualização de relações políticas autoritárias a partir do pragmatismo privado, ou seja, da orientação da conduta de ação por finalidades práticas, materiais e que deem conta de interesses privados pode e

pragmatismo privado, que afirma a renovação e permanência de traços coronelistas em nossa dinâmica política contemporânea. Esta possibilidade tem como pressupostos, a reflexão realizada em Weber: a) os laços materiais pragmáticos, b) reprodução simbólica (educacional) e c) o utilitarismo nas relações sociais vistas na seção anterior.

Neste sentido, uns dos centros das relações sociais e do compromisso coronelista é a troca de votos e prestígio entre uma elite local e uma elite nacional que busca se manter no poder. Isto vai acontecer a partir de dois mecanismos sistemáticos que racionalizam (no sentido de especialização) e atualizam esta forma política: a) A dinâmica coronelista da dependência estrutural e da troca de interesses privados, b) A privatização do Estado e a mistificação da democracia.

2.1 A dinâmica coronelista da dependência estrutural e a troca de interesses privados

O primeiro elemento que sustenta a dominação com base na tradição, e vai permitir sua atualização em tempos atuais, alia a dependência estrutural dos dominados de forma sinergética com a maximização dos interesses materiais privados (de dominados e dominantes). De um lado teremos as condições de pobreza dos dominados e de um prestígio, mesmo decadente, do coronel que vai estabelecer vínculos sentimentais que por sua vez vão se transformar no devido momento em apoio eleitoral. Por outro lado, se alimenta no seio desse processo, as trocas materiais, culturalmente afirmadas de consecução e reprodução de interesses privados: cargos, dinheiro, comida, emprego etc. Tudo que possa valer um voto e ao mesmo tempo dar conta pragmaticamente de uma boa posição social.

Neste sentido há um elemento central para a constituição, manutenção e reprodução da dominação com base na tradição: o sentimento de fidelidade[9], compreendida como um reconhecimento prático e emocional da dominação. Nesta perspectiva, de garantida lealdade do dominado, o pragmatismo privado vai se sustentar em uma situação de dependência estrutural entre o camponês e o senhor fundiário e uma troca de interesses materiais pessoais. Neste sentido, conforme Leal (2012) há no início do século XX uma situação de decadência social, política e econômica deste último, mas isto não impede ainda, uma certa proeminência econômica e principalmente simbólica. nos pagos campeiros, ou seja, concretamente

provavelmente será acrescido futuramente em trabalhos posteriores de outros elementos atualizadores.

9 Abordada com detalhes na seção anterior.

a sobrevivência dos dominados depende do dominante, que vê neste, sua única chance prática e efetiva de algum tipo de oportunidade social:

> (...) o roceiro vê sempre no "coronel" um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio "coronel" que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades. (LEAL, 2012, p. 24)

Conquanto, o coronel tem relações privilegiadas, seu prestígio e influência continuam presentes, pois possui meios para empréstimos (terras, gado, plantações) que interessa imensamente aos bancos. Assim, as condições objetivas de vida determinam e conformam redes de apoio, onde a ajuda econômica se transforma em apoio político sólido e inegável, principalmente nos tempos eleitorais. Portanto, as condições sociais do país, advindas de uma estrutural de desigualdade social e concentração de renda, vai afetar a capacidade de resposta do Estado e as estratégias de sobrevivência individuais, que acontecem sobre o signo da tradição coronelista. Vamos verificar que há na base do compromisso coronelista além da apropriação do Estado e da esfera pública (elemento discutido mais abaixo) uma apropriação da fragilidade social humana (situação de pobreza).

A situação de dependência estrutural sustentada por trocas privadas, por sua vez, tem um interesse central. Este preside e estrutura os demais: a vitória eleitoral. Será ela que afirmará melhores oportunidades para todos e que demonstra factualmente a força e a validade do apoio eleitoral. Assim o coronel é parte de um sistema de alargamento do poder que busca legitimar a ação do Estado e para isso principalmente legitimar seus representantes locais. E assim estão dadas as condições para o pragmatismo privado, ou seja, garante-se os interesses particulares do coronel e dos seus e se terá os votos necessários para que o sistema funcione.

Portanto o coronel vira chefe municipal por ser dono de terras e por isso terá grande influência, ele praticamente será o conjunto das instituições legais, terá prioridade total nos assuntos municipais. Com uma base social que depende deste financeiramente e que reforça não somente a sua fonte de votos como a sua autoridade pública, sendo o elo principal para o desenvolvimento da localidade que mora e chefia. Há, portanto, um siste-

ma de reciprocidade instituído como hábito (do toma lá, dá cá), que busca conformar uma estabilidade política da elite.

Essa reciprocidade pragmática se completa no nível interno da relação entre os coronéis que também exercem determinada reciprocidade, a partir de uma situação de interdependência nos níveis, municipais, estaduais e federais, hoje intendente, amanhã deputado, enfim um troca pragmática com base nas relações pessoais, alianças e/ou a especificidade política de determinado momento: "(...) e todo o edifício vai assentar na base, que é o "coronel", fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários."(LEAL, 2012, p.34).

Percebe-se, portanto, que um dos elementos que está na base da tradição coronelista, expressão da dominação com base na tradição, o pragmatismo privado tem sua atualização, como vimos acima, a partir de traços culturais que permanecem mesmo com o crescimento da população urbana, pois o reflexo sócio-histórico de uma elite escravagista e não preocupada com o desenvolvimento civilizacional do país reforça o pragmatismo como mecanismo de dominação e de sua sobrevivência.

2.2 A privatização do Estado e fragilização da democracia

O segundo elemento que se atualiza e sustenta as relações de dominação com base na tradição a partir do pragmatismo privado é a própria privatização do Estado que simultaneamente acaba por fragilizar a democracia transformando - a de um valor universal em um elemento do cálculo pragmático. Pois para se dar conta dos interesses privados, para se manter as redes de dependência e para se afirmar a dominação de uma elite de forma excludente e predatória é necessário que haja meios para isso. E o Estado fornece os recursos materiais a partir de seus impostos e financiamentos e os recursos simbólicos, a partir da autoridade constituída e do prestígio inerente ao exercício de sua administração. Assim uma apropriação pragmática do Estado, que vai torná-lo um patrimônio exclusivo da elite nacional agrária, é uma condição central para dar conta de necessidades efetivas: status, prestígio e principalmente a apropriação deste para seus interesses privados.

Como temos buscado demonstrar, o apoio político se baseia em trocas, que constituíam um sólido compromisso coronelista. Mas se os coronéis estavam decadentes, o que se poderia trocar com eles? Por que pagar o preço solicitado? Sabendo-se inclusive da possibilidade objetiva de práticas corruptas?[10] Percebe-se, um duplo pragmatismo: local e central, um mais

10 Perguntas refletidas por Leal (2012)

perverso que o outro. Em nível local, para materializar o apoio e aumentar a dependência estrutural entre o coronel e seus apoiadores, este precisava de recursos materiais que permitisse satisfazer as diferentes demandas e interesses e para isso os recursos do Estado eram fundamentais, estratégicos para manter a dominação. Em nível central, que precisava desse apoio, valia a pena, pois no limite, pelo quadro jurídico legal, a responsabilidade direta de uso dos recursos era local, cabia ao centro somente fazer chegar e ampliar tais recursos e assim poderia romper o apoio e sair "ileso" a qualquer momento.

Assim, ao compreender-se o Estado como um patrimônio, concebe-se este como propriedade privada, e, portanto, verifica-se também que este já tem um dono a priori, um patriarca por direito, já legitimado pela tradição e investido por esta: a saber o coronel. Isto exemplifica de forma nítida uma concepção patrimonialista de poder, em ação, que advém da cultura patriarcal e estamental presente no sistema colonizador[11]. Mas mais que somente ser um momento de nossa história nacional, ela se atualiza, se reproduz. Temos um "upgrade" do poder privado, assim como uma renovação/ampliação das formas de dominação da elite.

Neste sentido, o objetivo, pragmático e com base no interesse privado, de manter o poder da elite expresso no compromisso coronelista, se complexifica, pois atua não só no nível legal, mas é principalmente no nível extralegal, pois conforme percebemos em Leal (2012) a conquista do poder ultrapassa a própria legalidade do processo democrático. Ou seja, se cria um poder informal e superior inserido culturalmente e politicamente na relação direta entre o coronel e o poder central:

> Opera-se, pois, uma curiosa inversão no exercício da autonomia local. Se garantida juridicamente contra as intromissões do poder estadual e assentada em sólida base financeira, a autonomia do município seria naturalmente exercida, no regime representativo, pela maioria do eleitorado, através de seus mandatários nomeados nas urnas. Mas com a autonomia legal cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual. ((LEAL, 2012, p. 37)

Aqui se vê, em toda a sua pungência, o pragmatismo na base das relações sociais e políticas: a obtenção do poder político não pelo processo democrático, mas por redes informais que desconhecem tal processo e o

11 Para aprofundar essa reflexão vide Holanda (2004) e Faoro (1975)

tornam uma coisa pró-forma, a troca de interesses mediada por benesses e não por programas ou ideais e o Estado capturado em sua função pública sendo fiador do interesse privado. Vamos perceber a transformação da dependência estrutural em também uma dependência cultural, pois, vai se conformar socialmente o hábito de que somente quem pode resolver é o coronel, pois "ele" tem o apoio do poder central e "somente ele". Assim a "ele" será concedido os recursos necessários e ao outro qualquer que seja eleito será cerceado os recursos necessários.

Temos assim, a dádiva pessoal ao invés da distribuição pública, impessoal e universal dos recursos do Estado, o reforço da capacidade do Coronel de atender os interesses privados, e, portanto, temos a pragmatização da atividade política transformada em meio para obtenção de benesses. E daí, o apoio se torna inevitável, pois uma alternativa, digamos real, mas que não seja a escolha do poder central, tende a ser ineficaz e a localidade permanecer em situação de penúria. Esta situação de "dependência gerada", cria hábitos e costumes tanto entre os que disputam o voto (coronéis e partidários), como entre os que votaram.

3 Ilustrações da dinâmica coronelista em Memórias do Coronel Falcão

Buscou-se até aqui construir uma primeira e provisória aproximação, a partir de Weber, trazendo os principais elementos constitutivos de um dominação com base na tradição: o pragmatismo, a reprodução simbólica e o utilitarismo como possíveis mecanismos de atualização da própria tradição, para em segundo buscar captar a singularidade desta forma aqui no Brasil, a partir da análise sintética do sistema coronelista nos apresentada por Victor Leal Nunes, queremos agora ilustrar tal sistema e suas duas principais características: a dependência estrutural e a privatização do Estado a partir de um romance gaúcho que retrata a realidade da década de 20/30 no país.

Para isto, e partindo do princípio de que a literatura, em quaisquer de seus gêneros, expressa de forma crítica e figurada elementos da realidade político e social que nos rodeia, vamos ilustrar os elementos teóricos apresentados a partir do romance do gaúcho Aureliano de Figueiredo Pinto[12]: "Memórias do Coronel Falcão" que através do personagem título nos demonstra o nascimento de um coronel, a construção do compromis-

12 Nascido em 1898 em Tupanciretã/RS, participa da Revolução de 1930 como acadêmico de medicina, curso que se forma em 1931.Iniciando a clinicar no ano seguinte em Santiago do Boqueirão. Torna-se simultaneamente poeta e escritor renomado. Faleceu em 1959

so coronelista, o funcionamento instável e pragmático deste sistema e sua reconfiguração com detalhes e dentro do pano de fundo da decadência da elite rural gaúcha, que como vimos é a realidade em todo o Brasil.

"Memórias"[13] iniciou a ser pensada pelo autor em 1931, sendo escrita em 1936 e concluída em 1937[14], mas lançada somente, postumamente em 1973 por Carlos Jorge Appel, amigo, advogado e escritor. Uma obra complexa, de inspiração nitidamente da literatura francesa no tangente a construção dos personagens (de Baudelaire a Flaubert, passando por Balzac e Rimbaud), mas sobretudo calcado na realidade após as duas revoluções contemporânea de sua época: a de 1823 (Borges de Medeiros) e a de 1930 (Getúlio Vargas) focando, conforme Appel (1986) os "desmandos do poder e as gerações traídas".

Em linhas gerais temos um campônio, na própria autodefinição do Coronel Falcão que bem-sucedido e respeitado é convocado politicamente por uma comissão de notáveis do lugar e com a chancela do governador da época (Borges de Medeiros) após a ida capital e a campanha se elege prefeito da localidade. No meio deste processo se apaixona pela esposa de um amigo e apoiador, fato que o leva à violento julgamento moral e paralelamente ele vai acumulando dissenso de sua base de apoio inicial, assim como entrando em profundas contradições entre sua forma de ser, a política e a realidade local (de muita miséria social). E desta forma, os 17 capítulos descrevem com muita riqueza de detalhes, de idas e vindas, sua ascensão e queda, quando além de perder o cargo, perde suas propriedades e vira um "peão lutando pela sobrevivência."

Assim, vamos organizar nossa proposta de ilustração do sistema coronelista e da sua conexão com a forma como acontece um processo de dominação com base na tradição, a partir dos dois mecanismos estruturais da afirmação da primazia do interesse material privado: a) a rede de dependência estrutural, e b) a privatização do Estado e a mistificação da democracia construídos a partir da leitura de Victor Leal Nunes, conforme refletida na seção anterior.

13 Único romance do escritor.

14 Romance escrito na mesma época de Músicas ao longe (Erico Verissimo) e Os Ratos (Dyonelio Machado) que haviam conquistado o Prêmio Machado de Assis. Conforme Jorge Appel: "Se Aureliano de Figueiredo Pinto não conseguiu ressonância foi simplesmente por não haver publicado seu romance no devido tempo." (Introdução de "Memórias"-1986-3ªedição)

3.1 A dependência estrutural

Foi possível verificar nas reflexões realizadas nas sessões anteriores que um dos elementos que constitui e estrutura as formas de dominação com base na tradição - é a lealdade, base da dependência pessoal em uma situação de dominação com base na tradição, ou seja, a confiança recíproca e constante entre dominante e dominado quer porque "foi sempre assim", quer porque desta maneira existem resultados práticos efetivos.

A ilustração que selecionamos que busca dar conta desta situação em "Memórias" é a de uma autorreflexão, do Coronel, que faz um pequeno balanço de sua vida para ponderar o aceite ou não ao convite lhe feito para ser candidato a prefeito. No sentido de aproveitar o rico conjunto de informações e detalhes, vamos dividir os dois parágrafos originais em 03 atos para extrairmos alguns elementos centrais das formas de dependência estrutural em nível local:

> Porque nestes 16 anos de intenso labor pecuário, toda minha atividade como razão de viver, e o universo como necessidade social, ou motivo de pensamento, tiveram por limites as divisas da Estância. E exercia, então como Don Estanislau Lopes, de Santa Fé, a plenitude do Poder, de *gobernador propriet*á*rio* do meu pequeno Estado.
> Cada rincão acrescentado à custa de incríveis insônias e terebrantes juros – o Pelotense, o da Província, o do Comércio – (q'os pariu!) dava-me a impressão de que incorporara uma nova Cisplatina ao meu império. (PINTO, 1986. p. 28/29)

Nosso primeiro ato ilustra inicialmente e com precisão o significado da Estância que emerge como um espaço simultâneo de trabalho, sustento e forma de ver o mundo. A sua propriedade equivale a de um Estado, a de um poder pleno. Ou seja, percebe-se a força material, mas também simbólica que anima a elite rural e simultaneamente o sistema coronelista. Temos o centro da motivação da ação de um coronel, sua fazenda, sua terra. E aqui temos também a unidade básica de manutenção e reprodução do coronelismo e substancialmente da rede de dependência, pois a Estância é uma razão de viver e isto suplanta o economicismo e confere a propriedade e ao trabalho nesta, uma dimensão sacra e emocional. Sacra por significar a terra uma forma de sustento e de dar sentido à vida humana. Emocional, porque o envolvimento cotidiano transforma essa terra em algo querido, uma parceira de vida.

Mas também em nosso primeiro ato, temos a ilustração, da progressiva decadência da elite rural em dívidas constantes e cada vez maiores com

os bancos, o que não obstante dava a possibilidade de ampliar as posses de terras, vistas como um "império", ou seja, como uma fonte patrimonial permanente que precisa ser ampliada. E aqui, temos a Estância, como uma fonte motivacional objetiva do necessário aumento patrimonial. Assim a razão de viver tem a si acrescida um motivo a mais: adquirir terras, adquirir gado, adquirir pessoas(trabalhadores) e isto de forma incessante.

Logo quanto mais terra, mais dependentes e mais necessidade de terras. No meio disto tem-se a necessidade da mediação política como forma de provimento de recursos, proteção e consolidação do poder dos estancieiros. Temos assim no primeiro ato a centralidade do patrimônio, assim como a necessidade de sua expansão. Mas isto é só uma ponta da rede de dependência estrutural:

> E deste as seções departamentais centralizavam-nas os rodeios, sujeitos todos à ação proconsular dos posteiros. Por eles propiciava aos meus súditos ordem servil e vigilância militar. Também um pouco de assistência social e eugenia: o sal, a creolina e o esterco em pó para as bicheiras. E a faca, na primavera, para os quadrupedes adolescentes, mutilados pela seleção e para o lucro. E lá em cima, no coxilhão sobrestante, a casa do governo, com *el supremo* daqueles cinco mil cabeças, lanígeras, equinas, vacuns e humanas. (PINTO, 1986, p. 28/29)

O segundo ato, ilustra, outro momento constitutivo da rede de dependência estrutural, afinal todo império necessita de súditos, a saber todos os trabalhadores rurais que vão ser leais ao coronel e converter isto em uma tradição rural e substrato cultural de uma dominação com base na tradição. Pois, como vimos o veículo principal de uma dominação patrimonial é a sua efetivação em benesses materiais, ou seja, bem como demonstrado no primeiro ato, o coronel administra suas terras como se administrasse um Estado e logo cumpre as funções deste aqui neste segundo ato: pois dá conta de funções básicas e necessárias para reprodução da vida humana e para consolidar isto, se encontra mais perto do camponês e logo sua dominação se torna mais eficiente.

Portanto temos um "toma lá, dá cá", com base na exploração patrimonial da terra e dos benefícios que decorrem disto, encarnados na figura do coronel: temos controle em estilo militar com disciplina e justiça própria, teremos o fornecimento de bens básicos para a sobrevivência (comida, remédios, condimentos) e logo teremos uma servilidade instituída e logo naturalizada e transformada em lealdade. Neste caso o pragmatismo das elites se aproveita da situação de pobreza existente no campo e torna-se

o poder regulador e responsável pelo "bem comum", bem entendido, dos seus, daqueles que lhe são leais.

A riqueza de detalhes colocada por Aureliano em "Memórias" é admirável, pois há símbolos que estruturam toda essa rede de servilidade e lhe tornam velada, lhe tornam quase que natural: a ação pró consular dos posteiros[15] que vão ter um função militar no controle do gado e dos limites da fazenda, a realização de eugenia e assistência social, como uma coisa natural e já contada, ou seja, já incluída no cálculo de sobrevivência de vida das pessoas, o sacrifício do gado não comercializado como fonte de festas e banquetes e no alto da coxilha a casa do estancieiro, símbolo do poder do coronel. Temos assim, a conformação da rede de dependência estrutural, a partir da relação cotidiana entre dominados e dominantes que trabalham juntos em prol do seu sustento, embora mantendo as divisões socioeconômicas:

> Campônio de velha raça, criado entre gaúchos, o meu poderio se exercia sem demasias odiosas. Fazia-me querer à moda caudilhesca. Generoso, positivo para mandar, punir ou perdoar. Demais, furtava-me a competições com os meus subalternos. Todos, porém sabiam que as minhas rédeas, se necessário, eram manejadas com bravura, o donaire com que as exercita o atleta dos campos. E havendo o lance, entreolhavam-se apenas, compreendendo o melindre que me molestava, ante o suspeito aplauso dos dependentes... (PINTO, 1986, p.28/29)

O terceiro e último ato, que busca ilustrar o funcionamento da rede de dependência, traz o último elemento que a conforma e potencializa: o coronel, que encarna a tradição caudilhista, como bom senhor patrimonial que equilibra as virtudes da dádiva e da penitência. Ou seja, o exercício do poder era sutil, mas presente e cotidiano, parafraseando Weber[16], "não adianta ser coronel, há que demonstrar que se é coronel" e isto aumentava e consolidava a rede de dependência. Evitava-se, como demonstra nossa ilustração, os conflitos, mas não fugia aos momentos de usar sua força, traduzida, nas palavras de Falcão em "bravura", ou seja, o "coronel faz o que dele se espera".

Assim temos o reforço da tradição da autoridade do dono da terra aliada às suas qualidades intrínsecas, mas também o espaço para o seu li-

15 Trabalhadores que colocaram os postes nos limites da propriedade do coronel

16 Frase original utilizada por Weber em Economia e sociedade: "Não basta ser Cesar é preciso mostrar que é Cesar"

vre arbítrio, ou seja, para a sua autodefinição de equidade e de justiça. Mas há um detalhe interessante na ilustração, a consciência de que a obediência pode ser suspeita ou seja, condicionada pela situação de dependência e logo, da necessidade de ser sempre reforçada.

3.2 A privatização do Estado e a mistificação da democracia

Podemos perceber, a partir de Weber, que uns dos elementos centrais que sustenta, a dominação com base na tradição - e confere a sua dimensão sacra e emocional caracterizando as relações sociais pragmáticas e utilitárias, solidamente enraizadas em nossa subjetividade, ou seja em nosso processo de ensino aprendizagem 'do' e 'sobre' o mundo- são as relações materiais, ou em termos weberianos "da equidade ética material, da justiça ou da utilidade prática" (WEBER, 1986, p.132).

Neste sentido é a troca, essencialmente material, que permite a sobrevivência dos dominantes e dominados, e que cria, portanto, substratos culturais que se perpetuam em forma de tradição. Logo para que a rede de dependência estrutural funcione é necessário como vimos que tal imperativo, de troca funcione, ou seja que o voto tenha como contrapartida benefícios materiais para o conjunto dos participantes da elite local, mas também para os "súditos" a partir de pequenas coisas fornecidas pelo coronel. Este processo, de patrimonialismo político[17] é elemento central do coronelismo, é algo presente, ou seja, temos uma cultura patrimonialista na política, que traz elementos de racionalização da própria democracia, como um instrumento de obtenção de interesses materiais privados, ou seja o "jeitinho", o nepotismo, o uso de recurso públicos para interesses particulares etc.

Em "Memórias", separamos uma ilustração, longa- dois parágrafosmas que traz, com ricos detalhes, o processo de corrupção na gênese da atividade política brasileira, plasmado por interesse pragmáticos privados , a partir da crítica ácida do Dr. Camerino[18], médico da localidade, ao Cel. Falcão, após um dia visitando a população pobre e doente do município, que traz uma crítica estrutural a prática política da época, mas que choca pela atualidade de alguns elementos que buscamos organizar em três atos: a ação corrupta e antidemocrática, a reprodução da corrupção em nível local e a violência como elemento de sustentação da corrupção:

> Vocês são uns bichões...Uns bichões! De Presidente da República a comissário de quarteirão, quando candidatos, cada um de vocês é um Amazonas de promessas. Na pos-

17 Vide Faoro (1975) e Sergio Buarque (2004) por exemplo.

18 ´Conforme Appel (1986) um possível álter ego do Coronel Falcão, sua consciência crítica portanto.

> se dos cargos, são outros homens. Faltam à palavra empenhada. Como se não tivessem esgaravatado plataformas. Zorrilhado entrevistas que o repórter floreia. Papagueando manifestos de uma velhacaria para imbair imbecis. Vocalizando arengas, que me tem dado ganas de correr o tribuno a pauladas, a berrar-lhe na imensa orelha: - some-te, pedaço de charlatão e fariseu de truque conhecido. Tu já não iludes a ninguém. Como não iludia, em Bocage, certo orador sacro à escarmentada madama. Antes de vires, com todas as vozes d'animais, cacarejar sandices, vai suar ao arado. Pensar um pouco. Estudar qualquer coisa útil. Ensinar o abc. Valer um doente. Tu! Corrupto e sonoro zangão de colmeia. PINTO, 1986, p.134)

O primeiro ato demonstra em toda a sua crueza (e crueldade) os elementos centrais do pragmatismo privado no que tange às relações políticas, que estão presentes em toda a estrutura governamental e alimentam o processo eleitoral: A contradição entre as promessas de campanha *versus* o exercício do mandato. A utilização da mentira se torna algo natural. Se fala, se prometem coisas que depois jamais se realizaram e isso gera um duplo sentimento: de utilitarismo e de desconfiança com a política. Camerino ainda lembra de que isto é conhecido e que não enganaria mais ninguém, ou seja, de que há uma prática consolidada, mas também um sentimento de aversão por ela, um pequeno germe de resistência ou talvez da inocência devido a utilização da erudita lembrança de Bocage[19]. E completa sua crítica buscando demonstrar que a ação política corrupta e que se apropria do Estado está longe, distante da realidade social e das necessidades efetivas da população: educação, saúde, agricultura, ou seja, a atividade política dos indivíduos não como algo público, mas totalmente privada e nenhum pouco vinculada ou preocupada com o voto que os elegeu.

Percebe-se nitidamente em um romance de meados do século XX, a retratação simbólica de sentimentos ainda atuais: a desconfiança da atividade política e a consequente relação utilitária com o Estado, pois alicerçado em uma prática política histórica, provavelmente em sinergia como uma tradição colonizadora predatória e totalmente pragmática que não preocupa-se com a construção de uma nação, mas da riqueza pessoal, que expressa a relação direta de política como uma fonte de maximização dos interesses pessoais e logo fonte de troca para tal.

19 Poeta lusitano do século XVIII

Assim, "Memórias" nos coloca em contato direto, a partir de uma crítica totalmente indignada, com um personagem imerso na realidade de profunda desigualdade e de concentração de renda, uma contradição entre o dito e o feito, entre o prometido e cumprido, enfim entre a verdade e a mentira. Estas contradições maculam a atividade política e ao mesmo tempo constituem uma dominação com base na tradição, pois aprende-se a não gostar ou a não significar tal atividade que pelo senso comum constituído se torna uma coisa, uma atividade ruim:

> Um exemplo? Aqui em nosso município, o coronel Falcão... que realizou você, Falcão, neste ano de atividade administrativa, do seu avançado programa? Nomeou o castelhano Vélen cabo de polícia. Adquiriu esta vivenda para fazer dela uma Cápua. Viver às turras com a paranoia literária do Nazareth. Acirrar a demagogia do Barros. Fazer ciúme politicamente ao podrérrimo Moreira. Ostentar amizades com o Barroso cáften e assassino. Enfim, mentir, falhar, fugir a palavra empenhada. Para não fazer exceção à regra na profissão política. (PINTO, 1986, p. 134)

O segundo ato da ilustração selecionada, nos traz a reprodução em nível local da prática corrupta, onde o coronel, por mais que quisesse ser diferente, recai-se e vai afirmar os vícios do sistema: nomeia os seus para cargos públicos, sem a capacidade técnica ou o conhecimento necessário, ostenta patrimônio e fica em comodidade afastado dos problemas da vida real, neste sentido a referência a Cápua[20] é fantástica, e entra em disputas locais e se relaciona com criminosos. Mas o médico sintetiza com muita objetividade: mentira, falhas e traição que seriam a base da "profissão política".

Temos aqui uma ilustração que permite perceber algumas questões essenciais, para buscar captar a dinâmica de dominação com base na tradição: primeiro, o funcionamento sistemático da prática de corrupção, sendo ela nitidamente um meio para o alcance de fins pragmáticos privados. Ou seja, a tradição incorpora a corrupção e se generaliza a partir de sua estrutura sócio-histórica, a saber, de sua dimensão agrária. A economia se centra no latifúndio e na monocultura e a Estância, como já visto é unidade angular, o ponto de partida e de chegada desta forma patrimonialista de fazer política.

20 Cidade italiana onde Aníbal se abrigou e optou por ficar tranquilamente longe da batalha, porém em pleno cenário de guerra.

E a aqui vai entrar outro elemento que advém e se retroalimenta com o primeiro, o da sedução da atividade política corrupta que está na base da reprodução do sistema coronelista e que age sobre o indivíduo capturando sua subjetividade em diversos níveis de forma transversal à dominados e dominantes que compartilham e naturalizam uma forma cultural possível, não a única evidentemente, de "fazer" a política. Assim a corrupção vira a regra do jogo, um elemento de planejamento, de estratégia, de cálculo e é elemento central da pragmatização das relações sociais.

Mas, temos o terceiro elemento que a ilustração suscita, de que há também decepção, ou seja, a tradição que vai- se construído, insistimos desde o processo de colonização, vai criando seus desafetos e logo não é um bloco monolítico. Isto quer dizer que não obstante a força econômica, política e cultural do "coronel" e do sistema em si, há possibilidades de brecha, há descontentes e como, se percebe ao decorrer de "Memórias", a situação de decadência dos proprietários rurais convive com a situação de pobreza dos campônios em geral, da falta mínima de condições de sobrevivência. O discurso que utilizamos para ilustrar a pragmatização política, parte justamente desse fato da pauperização e da mortalidade e doenças decorrentes disto. Assim, a mesma situação que por um lado sustenta a rede de dependência (já comentada) pode estimular a resistência:[21]

> "Entretanto, apesar da perfeita execução desse octálogo você tem grandes virtudes para esta "democracia protoplasmática" segundo besteiriza o nosso jornalista. Você não manda matar, surrar, espancar, dar um jeitinho, multar, cobrar, executar os seus adversários com a ferocidade sorridente e sutil de muitos dos seus colegas. Já é alguma coisa. Mas do programa do candidato? (PINTO, 1986. p. 134)

Portanto, o terceiro e último ato de nossa ilustração, traz uma questão muito enfatizada por Victor Leal Nunes como constitutiva central do sistema coronelista e logo da forma de "fazer" política, a saber a violência, pois como já vimos, há possibilidades e inclusive formas de resistência, tanto dos contrários ao sistema (dominados geralmente) como dos que participam deste (as disputas entre os dominantes). Assim, o Dr. Camerino, ao destacar as virtudes do Cel. Falcão expõe a crueza por trás da postura corrupta e que a sustenta em muitas situações, de práticas violentas que vão no nível físico do extermínio ao espancamento, que traduz toda herança

21 A questão da resistência demandaria praticamente um outro artigo ou no mínimo uma sessão, mas foge dos limites propostos para esse artigo que busca discutir a dominação com base na tradição. Destacamos ela aqui rapidamente somente para não perder sua importância dentro da ilustração selecionada e da reflexão como um todo.

colonial de violência do senhor de engenho em relação a seus escravos, até as práticas sutis de a partir do Estado perseguir e dificultar ou arruinar a vida de seus adversários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro da reflexão pretendida foi de pensar repostas à pergunta "Como o presente se atualiza a partir do passado?" e tem como pressuposto central, de que o presente, entendido quer como a atualização cotidiana das relações sociais, quer como as novidades que invadem esse mesmo dia a dia, quer como as estruturas cambiantes que interferem em nossa vida(economia, sistemas educacionais, Estado e etc.) são construções sócio culturais que afirma determinados status quo, determinadas relações econômicas, políticas e sociais. E, portanto, nestas construções o passado não é eliminado, mas transmutado, reconfigurado a partir da presença constante de diferentes tradições. Assim, por mais que os hábitos e costumes se inovem e se transforme eles "trazem algo consigo" que está presente nas relações sociais para antes de sua existência e que se adapta e permanece por dentro das próprias relações sociais.

Logo, para buscar captar este fenômeno, partimos de Weber e as principais características de uma dominação com base na tradição. Assim verificamos que a tradição parte de uma sacralidade auto assumida pelos dominantes e dominados e que legitima a relação de obediência. Há o reconhecimento na dignidade do patriarcal ou do senhor patrimonial, que seria exemplar, pois daria conta de manter determinadas regras, ritos e garantias e condições de segurança do dominado, não obstante ter um grande espaço para seu livre-arbítrio, porém desde que garantido certos critérios de equidade, principalmente de caráter material e/ou utilidade prática.

Este respeito ao patriarca/patrimônio, a partir de tais preceitos se enraíza emocionalmente, por sua vez, compondo a tessitura motivacional da própria ética do indivíduo, assim a tradição que se plasma na afirmação de um eterno "sempre foi assim" engendra um sistema de reciprocidade que tende a se reproduzir através de gerações, se adaptando elasticamente a cada nova situação sócio-histórica. Serão três os mecanismos de atualização, como alhures colocados: o pragmatismo material, a reprodução simbólica (educacional/moral/mental) e a troca utilitária de apoios, interesses, etc. A partir deste modelo possível, experimental e provisório é possível pensar as relações sociais como marcadas permanentemente por tradições ora mais fortes, ora menos fortes.

Buscando perceber este fenômeno na sociedade e brasileira, princi-

palmente no seio das relações políticas entre Estado e Sociedade Civil e nos mecanismos de democracia representativa, partimos para compreender o modelo montado a partir de Weber, dos estudos e ensinamentos de Victor Leal Nunes que demonstra, a constituição do compromisso e sistema coronelista que coloca em contato o poder central e o poder local e realiza uma sólida troca de apoio político expresso em disponibilização de recursos públicos, na autorização da ação irrestrita do coronel na distribuição de cargos e na sua ação, de seu livre arbítrio, por votos, comandados por esse coronel que domina as relações sociais locais e logo o acesso aos votantes.

Neste sentido, buscando completar este breve e introdutório artigo, optamos por trazer ilustrações retiradas do romance "Memórias do Coronel Falcão" de Aureliano de Figueiredo Pinto, entendidas aqui como pequenas imagens que ajudam a demonstrar maiores detalhes e logo a complexidade do sistema em si. Assim, a partir das breves e significativas ilustrações expostas na seção quatro, podemos inferir que junto com a rede estrutural de dependência do poder patrimonial do coronel, temos a privatização do Estado, *"lócus"* das possibilidades de ampliação da própria rede assim como da influência deste na atividade política.

E aqui se percebe uma conexão entre as elites em um cenário capitalista, onde, tanto importa a independência e soberania do país, tanto importa também a sua submissão, suas formas de desenvolvimento, pois o centro é o lucro privado. "Memórias" mesmo sendo e talvez por ser, um romance, nos permite perceber que este fenômeno se alimenta de condições existentes e recolocadas permanentemente a partir da exclusão social que geram necessidades, assim como práticas e éticas: geralmente utilitárias, desconfiadas, precarizadas subjetivamente por estragos simbólicos causados pela escravidão, violência e o patrimonialismo. Isto está na base da dominação com base na tradição em um país que já foi colônia e hoje tenta viver seus momentos democráticos.

Tais conexões entre passado e presente encarnam e denotam não uma única forma de fazer, ou algo natural e inexorável, mas como vimos em Weber e Victor Leal Nunes, um determinada forma "de fazer", a partir de uma determinada ética utilitária e material que se expressam no Brasil a partir do pragmatismo privado , ou seja com base em interesses privados e jamais comuns (como vimos, mesmo por dentro das elites) que constitui-se e se tece emocionalmente sustentada em relações de lealdade pessoal e que transitam e se naturalizam de geração em geração.

Há, portanto, a consolidação de uma sinergia entre o público e privado, onde o segundo revive, atualiza-se e confere nova energia ao primeiro, ou seja, o poder privado da elite colonialista que serviu a "Coroa", trans-

mutada em elite agrária (e alguns de seus setores depois em elite urbana) e que mesmo decadente está ainda estruturalmente comandando o Estado que deveria ser público, porém se torna na maioria das vezes privado. O desafio é resistir e apostar em uma tradição democrática, prosa necessária, mas para outra reflexão.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho* (3a ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COHN.G(Org). *Weber*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

FAORO.R. *Os donos do poder – formação do patronato político Brasileiro* – vol. 1 –São Paulo: Ed. Globo/Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975

FAORO.R. *Os donos do poder – formação do patronato político Brasileiro* – vol. 2 –São Paulo: Ed. Globo/Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (17a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio Editora,1975.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LEAL, V. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo: Schwarcz S.A, 2012.

PINTO. A. *Memorias do coronel Falcão.* Porto Alegre: Editora Movimento, 1986.

PRADO JUNIOR.C *Formação do Brasil Contemporâneo.* 7º impressão da 23º. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER. M. *Ciência e Política: duas vocações.* São Paulo: Ed. Cultrix, 2011.

WEBER.M. A *Ética Protestante e o espírito do Capitalismo***.** São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

WEBER. M. *Economia e Sociedade – vol 2*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

Recebido em 22/12/2020

Aprovado em 24/06/2021

POSSIBILIDADES DE ANÁLISE E COMPREENSÃO DAS CRÔNICAS DE ROQUE CALLAGE ATRAVÉS DE CHARTIER, CORBIN, FEBVRE E DUBY

POSSIBILITIES OF ANALYSIS AND COMPREHENDING OF THE CHRONICLES OF ROQUE CALLAGE THROUGH CHARTIER, CORBIN, FEBVRE AND DUBY

Henrique Perin[1]

RESUMO

A cidade de Porto Alegre, enquanto local de sociabilidades, oferta uma gama de possibilidades para o pesquisador que queira se debruçar sobre o cotidiano da capital sul-rio-grandense. Nas primeiras décadas do século XX, dentre os inúmeros periódicos que circularam na cidade sulina, poucos tiveram o protagonismo que O Diário de Notícias assumiu durante seus mais de 50 anos de existência. Dentre os colaboradores do jornal, Roque Callage se destacou como principal cronista, sempre atento às modificações em sua cidade. Este artigo abordará uma seleção de crônicas de Callage e as apresentará sob diversas lentes e conceitos, como a representação social de Roger Chartier, o estudo de sensibilidades de Alain Corbin, a possibilidade de compreender Callage como um agente da história das mentalidades, proposta por Lucien Febvre, assim como o imaginário social de Porto Alegre analisado através de Georges Duby.

Palavras-chave: Roque Callage. Crônicas. Porto Alegre.

ABSTRACT

The city of Porto Alegre, as a place of sociability, offers a range of possibilities for the researcher who wants to focus on the daily life of the capital of Rio Grande do Sul. In the first decades of the twentieth century, among the countless periodicals that circulated in the southern city, few had the role that O Diário de Notícias assumed during its more than 50 years of existence. Among the newspaper's agents, Roque Callage stood out as the main chronicler, always attentive to changes in his city. This article will address a selection of Callage chronicles and present them under different lenses and concepts, such as Roger Chartier's social representation, Alain Corbin's study of sensibilities, the possibility of understanding Callage as an agent of the history of mentalities, proposed by Lucien Febvre, as well as the social imaginary of Porto Alegre analyzed through Georges Duby.

Keywords: *Roque Callage. Chronicles. Porto Alegre.*

1 Mestre em história (bolsista CNPq) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e atualmente realiza doutoramento em história (bolsista CAPES) também pela PUCRS.

INTRODUÇÃO

A tarefa de analisar as transformações sociais e urbanas de Porto Alegre através de crônicas, colunas, artigos e reportagens, no recorte temporal que abrange o final da República Velha (1889-1930) e o início do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), é imprescindível para a compreensão do imaginário social de uma cidade que busca transpor sua herança colonial e bucólica enquanto se vê cosmopolita e moderna. O estudo de mentalidades e das sensibilidades, assim como da representação social, se não proporcionarem um vislumbre do *zeitgeist*, o "espirito de uma época", ao menos pode indicar o modo como alguns indivíduos inseridos na elite intelectual sul-riograndense percebiam sua capital. O rol de escritores seria demasiado extenso para uma análise minuciosa, pois nomes como Antônio Coruja, Achylles Porto Alegre, Vivaldo Coaracy, Roque Callage, Paulino Azurenha, Zeferino Brasil, Alcides Maya, Álvaro Moreira e tantos outros registraram de modo brilhante – e muitas vezes inovador – o crescimento de uma cidade cosmopolita e vibrante, que sempre conviveu com a dicotomia entre o rural e o urbano.

Propõe-se, então, para a realização deste trabalho, a análise da obra de apenas um cronista, Roque Callage. A razão para esta escolha é simples: a produção jornalística de Callage, entre os anos de 1925 e 1931, com a coluna *A Cidade*, no então neófito jornal Diário de Notícias, realizou o ímpar trabalho de representar um cotidiano que em um primeiro momento apropriou-se de acontecimentos reais para, em seguida, criar uma visão "imaginada" da cidade, uma representação própria do cronista que não se afastava de uma Porto Alegre "real", mas a complementava. O "moderno" e o "novo" tomavam lugar nas colunas de Callage, transformando a cidade em algo mais que um elemento ou cenário, mas um personagem que interagia com seus habitantes, modificando-os conforme se expandia e ampliava, agindo como agente catalizador de inovações na sociedade sul-riograndense.

Este ensaio analisará algumas crônicas de Callage sob diferentes perspectivas, e, portanto, utilizará alguns autores como suporte teórico, como o conceito de representação social apresentado por Roger Chartier, o estudo de sensibilidades, por meio de Alain Corbin, a questão da "história das mentalidades", abordada por Lucien Febvre, e o imaginário social de Georges Duby.

1 Chartier, Corbin, Febvre e Duby: um olhar social sobre a crônica de Porto Alegre

Quando se inicia uma análise crítica de um *corpus* documental tão extenso quanto o de Roque Callage – foram escritas aproximadamente 1500 crônicas – é imprescindível utilizar algum arcabouço teórico para sua plena realização. Iniciando por Roger Chartier e seu conceito de representações sociais, deve-se partir de alguns pontos já estudados por Bourdieu, como as determinações de classe e de posição social. A consciência de representação coletiva feita pelo grupo, de si mesmo, e a representação externa, feita "para" o grupo, retorna brevemente a Durkheim e articula-se de modo mais palatável que o conceito de "mentalidades", retomado por Lucien Febvre. O esforço em compreender esta noção de mentalidade, assim como as inúmeras relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social, apontam algumas diretrizes caras à Chartier. A relação entre a prática da leitura e o conceito de apropriação, por exemplo, criaria os mecanismos de compreensão e posterior superação entre a objetividade de estruturas conflitantes e a subjetividade das representações.

Assim como Bourdieu, Chartier retoma a questão das lutas de representação, na qual, partindo da violência física direta e da compreensão que o poder está intrinsicamente relacionado ao crédito concedido à representação social, permite-se avaliar a "violência simbólica", onde sua existência está condicionada à predisposição do reconhecimento e consentimento de quem a sofre (CARVALHO, 2005). Além de Bourdieu, as contribuições de Durkheim também são utilizadas por Chartier (2002a), principalmente quanto à possibilidade de analisar as representações sociais por dois olhares. O primeiro como uma incorporação de categorias mentais de classificação da própria organização social; o segundo como matrizes que constituem o próprio mundo social ao passo em que comandam seus atos e definem suas identidades (CHARTIER, 1990). A partir deste ponto, onde alguns pressupostos de Durkheim e Bourdieu são utilizados para a metodologia de Chartier de representação social e coletiva, é possível discorrer por um caminho possível: a construção da representação social parte do conflito entre representações impostas pelos grupos e agentes que detêm o poder de classificar e nomear as representações construídas pela própria sociedade (CHARTIER, 2002b). O poder e a dominação se fazem presentes, pois as representações não são apresentadas como discursos neutros e elaboram estratégias e práticas predispostas a impor autoridade e legitimar escolhas.

Deste modo, a análise das crônicas de Callage pode tomar o rumo da representação social de um grupo, ou "campo", utilizando o conceito

de Bourdieu, no qual o capital simbólico do cronista lhe conferia trânsito. Como exemplo é possível apontar uma crônica, publicada em 30 de junho de 1928, onde o tema é o gradual "empobrecimento" da vestimenta utilizada pelos frequentadores do teatro São Pedro:

> Com o início da temporada lírica no teatro São Pedro, vimos observando ali um fato que, apesar de curioso, não deixa de ser perfeitamente justificável. É o que diz respeito aos trajes de rigor, tanto para damas como para cavalheiros. Na noite da estreia da companhia, os espectadores estavam em uniformidade de traje. Muito decote, muita manga curta, muitas casacas e muitíssimos smokings. Havia exceções, como sempre as há, mas em número muito resumido. Na segunda noite, porém, as exceções aumentaram. A variedade de trajes era flagrante. Ainda assim predominava a roupa escura entre os homens. Mas, anteontem e ontem, as exceções continuaram a regra geral. Os frequentadores do São Pedro na atual temporada lírica apresentaram-se vestidos de todo jeito, só faltando alguém aparecer em pijama... Assim, que apenas em quatro noites de espetáculos a decadência do vestuário foi completa, como, aliás, já tem sucedido em outras temporadas de inverno (CALLAGE, 30/06/1928).

O alto padrão simbólico estabelecido pela elite intelectual da cidade – e certamente podemos incluir Roque Callage nesta elite – pressupõe que a participação de determinados indivíduos nos círculos culturais de Porto Alegre pode assumir a forma de "luta simbólica", estabelecida por Chartier (1990). A questão principal não repousa na discussão sobre a existência de um público apto a apreciar uma "noite lírica" em um teatro, mas as escolhas deste público que raramente correspondiam ao padrão de gosto refinado estabelecido em um período no qual as formas populares de cultura eram estigmatizadas pelas plateias instruídas.

As sensibilidades, os odores da cidade, sua temperatura "senegalesa" e a lama, dejetos e toda sorte de obstruções passíveis de afetar qualquer um dos cinco sentidos do cronista, não foge à sua atenção. Estudando Alain Corbin e sua abordagem quanto à história da sensibilidade, da utilização dos sentidos e das correspondências eventualmente estabelecidas entre eles, é possível identificar mais um elemento que permite construir imagens da sociabilização e cotidiano da cidade. Em outras palavras, é possível dar forma ao imaginário social através da construção de sonoridades, odores, e sabores que impregnam Porto Alegre. Influenciado por Lucien Febvre, Corbin postula sobre as dificuldades de compreender uma sociedade em um espaço temporal inacessível sem pensar nos "desníveis" de tal

comunidade. É árdua a tarefa de escrever sobre um determinado período histórico sem valer-se da sensibilidade que os traços, relatos e vestígios propiciam, já que não existem documentos que não estejam envoltos por uma multiplicidade de sentidos, o que, simultaneamente, deixa suas marcas no pesquisador e o ajuda a compreender o mundo e a entendê-lo. A pesquisa historiográfica não é realizada em um espaço estéril, sem percepções, sem significados ou sentidos, e o papel do historiador que trabalha pontualmente com as sensibilidades de um determinado recorte temporal e espacial, deve tomar como ponto de partida a maneira como as pessoas se representam, em distintos momentos históricos, cabendo-lhe interpretar a coerência, as conexões dessas representações em seu universo (CORBIN, 1998).

Roque Callage, em diversas crônicas, traz à luz a sensibilidade de quem vive e "sente" as mudanças da cidade. O calor que assola Porto Alegre, o "cheiro nauseabundo" oriundo da exposição de uma "vaca de cinco pernas" na Rua dos Andradas, a precária condição sanitária decorrente da temperatura invernal, enfim, uma série de elementos sensíveis à percepção do cronista, fazem-se presentes em sua coluna e corroboram com a possibilidade de construir o imaginário da capital não apenas por meio de sua arquitetura ou paisagem estática. A crônica do dia 26 de agosto de 1927 pode ser tomada como exemplo desta mixórdia de sensibilidades:

> A Rua dos Andradas, em certas ocasiões, em determinados dias, é uma artéria insuportável. Há quem se queixe, com sobrada razão, da inconveniência de se andar por ali em dias de extração da Loteria do Estado, isso por um motivo muito lógico e simples. É que, em certos dias, as campainhas das inúmeras agências que anunciam os bilhetes do dia fazem um ruído infernal que começa às primeiras horas da manhã e vai até às duas horas da tarde. Na semana passada tínhamos, além desse ruído impertinente, um outro muito mais desagradável. Referimo-nos ao reclamista da vaca de cinco pernas, que, à frente da casa onde estava exposto o fenômeno, se punha de tal maneira a berrar que parecia ele e não ela o estranho exemplar *vacum*. Felizmente, essa exibição já terminou, ficando apenas uma lembrança o cheiro nauseabundo que a gente sente ao passar pela frente do prédio que durante tantos dias esteve transformado em espetáculo (CALLAGE, 26/08/1927).

As enchentes, ventos e perturbações diversas causadas pelas forças naturais também são alvo das crônicas de Callage. O final do inverno de 1926, conforme o autor, trouxe "chuva, lama, e enchentes" para a capital.

Vastas partes da cidade encontraram-se submersas durante os últimos dias do mês de setembro, e a inconstância climática, onde dias de "frio intenso, de forte e congeladora neblina" procedem a dias de "calor senegalesco", não escapou à atenção do colunista:

> A nossa capital tem sofrido nesta entrada de novembro as inconstâncias da nossa inconstante temperatura. Assim é que, depois de dois dias de calor senegalesco, verdadeiramente asfixiante, tivemos logo em seguida dois dias de frio intenso, de forte e congeladora neblina, que matou toda a vida e o movimento todo da cidade, domingo último.
> Foram dois aspectos completamente diversos que se registraram com uma pequena diferença de horas: intenso calor e intenso frio! (CALLAGE, 10/11/1926).

Questões e relações com a "história das sensibilidades" e representações sociais não são as únicas encontradas na coluna *A Cidade*: também é possível encontrar o ponto da construção do saber e da história das "mentalidades" através de Lucien Febvre. Este historiador elucida que em muitas ocasiões, é nas fronteiras das ciências que as grandes descobertas são feitas. Seria, então, vista com bons olhos a necessidade de utilizar os conhecimentos psicológicos e científicos das funções mentais ao realizar o cruzamento com o campo da história, o que originaria três perspectivas distintas: a psicologia coletiva, a psicologia específica e a psicologia diferencial, que tomariam caminhos distintos para criar uma interpretação do real. A psicologia coletiva, segundo Febvre, se dedicaria à pesquisa do que o homem deve ao seu meio social, enquanto a psicologia específica estaria relacionada à individualidade do ser social, e a psicologia diferencial se ocuparia de discutir as relações que um determinado indivíduo mantém com as particularidades individuais de sua fisiologia, aos acasos de sua estrutura e aos acidentes de sua vida social (FEBVRE, 1978). Com o intuito de explicitar esse contraponto paradigmático, inclusive o local do indivíduo na ciência histórica, Febvre reconhece a importância da ação e do legado dos personagens históricos, que, se no século XIX foram o centro das atenções dos historiadores, a partir do início do século XX com os *Annales*, tiveram sua ação relativizada. A ação do indivíduo na história e a autonomia do personagem histórico, para Febvre, seria fruto de um exercício social, que poderia ser nomeado de "obra histórica". Analisando sob outra perspectiva, a pretensão do historiador seria conhecer o indivíduo e sua relação com o grupo no qual está inserido (ibidem.).

Em *Martinho Lutero, um destino* (2012), Lucien Febvre, através de um minucioso exercício de crítica historiográfica e uma metódica pesquisa de

fontes, relata as ideias do pai da Reforma Protestante, aquele que foi considerado um "homem de seu tempo", e oferece um relato preciso do que se pode chamar de "história das mentalidades". Por meio desta perspectiva, é possível analisar a produção jornalística e literária de Roque Callage e traçar alguns apontamentos sobre o cronista.

As inúmeras perspectivas e olhares que Callage lança sobre Porto Alegre através de seu espaço no jornal, onde descreve com singular naturalidade e erudição sobre economia, cultura, política, modernidade, urbanização e diversos outros temas, implica a necessidade de avaliar com mais atenção o trabalho do colunista. Além das crônicas no Diário de Notícias, Callage escreveu para o Correio do Povo, também de Porto Alegre, e em diversos jornais do interior. O jornalista também produziu um grande número de contos e livros, como "Prosas de Ontem", "Escombros", "Terra Gaúcha", "Rincão" "Quero-Quero", "No Fogão do Gaúcho", e foi um dos fundadores da Associação Riograndense de Imprensa e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Atualmente é o patrono da 35ª cadeira da Academia Riograndense de Letras (MACHADO, 1975).

A relação de Roque Callage com outros intelectuais da capital do Rio Grande do Sul também pode ser explorada quando observamos sua produção literária e jornalística sob o prisma da história das mentalidades. Sandra Pesavento, em *O imaginário da cidade* (1999), escreve pontualmente sobre as relações entre os diversos literatos, professores e jornalistas em Porto Alegre, suas aproximações e modos de representar a cidade e a si próprios dentro da urbe. Nas ocasiões de sociabilização entre os membros desta elite culta, o nome de Callage é constantemente encontrado quando a pauta é especificamente a cidade de Porto Alegre. A transição que o colunista realiza, de obras mais próximas ao regionalismo para as crônicas urbanas onde retrata as transformações da urbe, é a prova indelével da multiplicidade do autor (PESAVENTO, 1999).

Por fim, ao pensar o imaginário social de Georges Duby e a relação com as crônicas de Callage, não se pode deixar de notar a preocupação que o medievalista francês tem ao desmistificar o conflito entre cultura erudita e cultura popular. A dificuldade em conceituar com exatidão o termo "cultura popular" envolve um exercício muito mais complexo que apresentar sua face frente à dualidade com uma cultura considerada "erudita". Cultura, segundo Duby (2011) passa por diversos entrecruzamentos e interferências, e estreitar o pensamento ao conflito entre as polaridades "popular" e "erudito" seria demasiado simplista e limitado. Compreender o imaginário de uma sociedade passa, deste modo, em assimilar que sua representação ocorre na intersecção destas polaridades "populares" e "eruditas". Compos-

to por um conjunto de relações que atuam na representação de uma cultura, e por se tratar de uma elaboração coletiva, o imaginário social torna-se o depositório das memórias e relações entre os indivíduos de uma comunidade (DUBY, 2011).

As crônicas publicadas em jornais são um terreno fértil para a compreensão deste hibridismo que ajuda a compor o imaginário social. A coluna de Callage do dia 16 de agosto de 1925, onde ele parabeniza o 42º aniversário da Livraria do Globo, revela como o imaginário social é representado em um lugar de sociabilidade:

> A Livraria do Globo, da firma Barcellos, Bertaso & Cia., é hoje uma parte integrante de Porto Alegre e talvez a expressão mais forte do seu progresso e da sua civilização. Injustiça seria, portanto, que *A Cidade* a esquecesse no comentário habitual que nesta coluna é feito sobre assuntos e coisas da cidade, mormente neste momento, em que a referida casa, ao comemorar 42 anos de existência, inaugura vários e espaçosos pavilhões no seu grande e novo edifício. Nenhuma outra casa, nenhum outro centro de atividade e de trabalho, reflete tão bem como ela o desenvolvimento de Porto Alegre. De modo algum seria exagero dizer-se que, num espaço de tempo relativamente curto, a Livraria do Globo logrou sobrepor-se ao próprio meio (CALLAGE, 16/08/1925).

Em outra crônica, de 15 de março de 1925, é possível encontrar a aproximação entre o "popular" e o "erudito" quando o colunista defende a necessidade geográfica de ter uma casa de espetáculos acessível no centro da cidade. A intenção de construir um teatro municipal em um ponto elevado de Porto Alegre não foi bem recebida por Callage, que elencou as dificuldades de acesso ao Teatro São Pedro:

> Se algum dos membros da comissão mencionada pudesse imaginar o sacrifício que se faz para subir a Ladeira e assistir a um espetáculo no São Pedro, certo modificaria imediatamente a sua opinião. Porque não é só a gente que tem carro ou automóvel que frequenta o teatro. Há em maioria o público de recursos modestos, o público que não tem nada disso, mas que gosta também de assistir o espetáculo; e esse público barato é quem, no geral, sustenta as poucas companhias que nos visitam. (...) Um teatro municipal deve sempre estar localizado no ponto mais central da cidade, onde a cidade esteja mais desenvolvida, mais intensificada, mais cidade. (...) O que queremos é um teatro, mas colocado aqui

> na *city*, no grande centro da cidade, em local onde deve, de fato, ser edificado (CALLAGE, 15/03/1925).

Inúmeras crônicas poderiam ser apresentadas para demonstrar este hibridismo entre as culturas "populares" e "eruditas", e devido ao fato do imaginário social ser uma representação coletiva, as estradas que separam imaginário social de representação social encontram-se muito próximas. A necessidade, portanto, de estudos mais dedicados e aprofundados torna-se imperativa para a delimitação precisa da área de análise de ambos os conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de trabalhar com diversos pressupostos, tais como "história da sensibilidade", "representação social", "imaginário social" e "história das mentalidades", revela um amplo espectro de caminhos prováveis para construir o corpo metodológico de uma pesquisa. Os resultados das análises apresentadas no desenvolvimento deste artigo são apenas incipientes, mas é possível perceber algumas situações positivas referentes ao emprego dos conceitos de Corbin, Chartier, Duby e Febvre.

A perspectiva que a "história das mentalidades" oferece para compreender as relações que determinado agente social apreende em sua época e seu meio é de grande valor quando se analisa um corpo documental constituído por crônicas, colunas de jornais e reportagens. O modo como o cronista percebia a urbe não pode ser dissociado das referências e relações que ele mantinha com as pessoas de similar recorte temporal e espacial, de suas sociabilidades. As inúmeras crônicas que Roque Callage escreveu na coluna *A Cidade*, entre 1925 e 1931, podem ser analisadas subjetivamente através de conceitos como "representação social", "representação coletiva" e "luta simbólica"; as facetas do cronista revelam-se diversificadas quando ele apresenta os diversos olhares que faz da cidade. Quando se percebe que as "representações" não são discursos neutros, mas conceitos carregados de práticas e ideologias predispostas a inculcar autoridade e legitimar escolhas, a leitura de crônicas como a qual onde é discutida a decadência da formalidade dos trajes no Teatro São Pedro, abre novas perspectivas de compreensão.

A "autoridade" com a qual Callage discorre sobre as vestimentas – talvez aqui seja possível notar a "legitimação" decorrente do capital simbólico adquirido dentro do determinado campo intelectual onde se insere – ajuda a compreender a maneira como o cronista cria a representação de si frente às pessoas que se faziam notar em trajes inapropriados para os

espetáculos no teatro. Esta representação criada por Callage e presente em diversas de suas crônicas, só é visível quando analisamos o corpo documental e compreendemos as delimitações de Chartier, de Bourdieu e Durkheim acerca do conceito de "representações sociais".

As descrições nas crônicas de Callage, onde se encontram alegorias referentes às intempéries climáticas, odores e barulhos, são de grande riqueza de detalhes e muitas vezes leva o leitor a experimentar tais sensações. A história das sensibilidades também se aproxima do imaginário social, principalmente ao configurar as "imagens" possíveis de se criar da cidade e do "outro" através dos sentidos de tato, audição, paladar, visão e olfato. Esta gama de recursos metafóricos e descritivos que o cronista emprega, colabora para a formação de uma cidade imaginada, onde a percepção sensorial, não apenas da coluna, mas dos transeuntes da cidade, seus moradores e mesmo visitantes, forma uma imagem que não se aparta da cidade real, mas a complementa. O papel que Callage desempenha na formação de um imaginário social, onde, conforme Duby é constituído pelas relações dos indivíduos de uma sociedade, também é de relevante importância quando se utilizam crônicas como documentos de pesquisa. A relação do cronista com a capital, o modo como "vê" a cidade e a representa em sua coluna, colabora com a criação uma Porto Alegre imaginada.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu /Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Sobre a televisão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CALLAGE, Roque. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 15/03/1925.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 16 ag. 1925.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 10 nov. 1926.

_____. *Diário de Notícias.* Porto Alegre, 26 ag. 1927

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 30 jun. 1928.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *À beira da falésia*: a história entre as incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002a.

_____ *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002b.

CORBIN, Alain. Do limousine às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean Pierre.

SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa:* o Sistema totêmico da Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FEBVRE, Lucien. *História e psicologia*. Uma visão de conjunto. In: MOTA, Carlos Guilherme. Lucien Febvre. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Martinho Lutero, um destino*. São Vicente: Ed. Três Estrelas, 2012.

MACHADO, Propício da Silveira. *Roque Callage, vida, obra e antologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade.* Imagens literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade. 1999.

Recebido em 12/02/2021

Aprovado em 16/04/2021

CURSO DE URBANISMO, 1960: DOCUMENTO ENGAJADO NA DISPUTA PELO CAMPO DISCIPLINAR

URBAN PLANNING COURSE, 1960: DOCUMENT ENGAGED IN THE DISCIPLINARY FIELD DISPUTE

Bruno Cesar Euphrasio de Mello[1]

RESUMO

Este artigo aborda a luta corporativa dos arquitetos para fazer do Urbanismo um domínio de sua exclusiva atuação profissional a partir do documento Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul 1960. Exploram-se aqui duas hipóteses: i) de que o documento em pauta abriga um discurso opaco, pois, em suas páginas, escondem-se disputas, intrigas e conflitos ali não explicitados; ii) de que, de fato, ele é um texto engajado, concebido com o objetivo de delimitar o Urbanismo como campo disciplinar submetido à Arquitetura. Para compreender o documento em questão – e a disputa que dele emerge –, foi realizada uma leitura crítica, interna e externa a ele, inserindo-o no seu "espaço de experiência" e em seu "horizonte de expectativas" (KOSELLECK, 2006). O artigo apresenta o contexto em que está imerso o documento e discute, em seus termos e na articulação com as polêmicas nas quais está implicado, a disputa pelo controle do Urbanismo.

Palavras-chave: Documento. Ensino. Urbanismo. Historiografia. Porto Alegre.

ABSTRACT

This article addresses the architects corporate struggle to make Urban Planning a domain of their exclusive professional practice from the document Urban Planning Course by Faculty of Architecture of the University of Rio Grande do Sul 1960. Two hypotheses are explored here: i) that the document in question contains an opaque discourse, because in its pages, disputes, intrigues and conflicts hidden there are hidden; ii) that, in fact, it is an engaged text, conceived with the objective of delimiting Urbanism as a disciplinary field submitted to Architecture. In order to understand the document in question - and the dispute that emerges from it - a critical reading was carried out, internal and external to it, inserting it in its "space of experience" and in its "horizon of expectations" (KOSELLECK, 2006). The article presents the context in which the document is immersed and discusses, in its terms and in articulation with the controversies in which it is involved, the dispute for control of Urbanism.

Keywords: *Document. Teaching. Urban Planning. Historiography. Porto Alegre.*

1 Arquiteto e Urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor de Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

INTRODUÇÃO

> Os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. (KOSELLECK, 2006, p. 102)

Em 2020, o documento *Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul 1960*[2] completou 60 anos. Redigido visando à reorganização do curso (retomado, após breve interrupção em 1958), ele reúne as diretrizes que orientaram sua nova estrutura didática e de admissão, além de trabalhos que ilustram o produto da formação oferecida. Coincidentemente, neste mesmo ano de 2020, também aniversariou a lei que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), sancionada em 2010. Essa lei regulamentou, de maneira assertiva, o vínculo legal hoje existente entre o exercício profissional da Arquitetura e do Urbanismo. Cabe lembrar que, no Brasil, o domínio do Urbanismo nem sempre foi exclusivo a uma profissão (LEME, 1999; MELLO, 2019). O que houve, isto sim, foi sua progressiva aproximação ao rol de atribuições privativas de arquitetos.

Este artigo aborda a luta corporativa dos arquitetos para fazer do Urbanismo um domínio de sua exclusiva atuação profissional. Exploram-se aqui duas hipóteses: i) de que o documento em pauta abriga um discurso opaco, pois, em suas páginas, escondem-se disputas, intrigas e conflitos ali não explicitados; ii) de que, de fato, ele é um texto engajado, concebido com o objetivo de delimitar o Urbanismo como campo disciplinar submetido à Arquitetura. Para considerá-las, propõe-se uma exegese do documento *Curso de Urbanismo*, articulando seus conteúdos ao contexto de sua elaboração.

"Nenhum documento faz emergir sentido dele mesmo" (FARGE, 2017, p. 92). Por isso, ao analisar o documento que aqui nos ocupa, foi preciso afastar-se dele o suficiente para não o repetir simplesmente. Do que ele trata explicitamente? O que oculta? Foram essas as questões iniciais que nos animaram a estudá-lo.

Para compreendê-lo, foi feita então uma leitura crítica, interna e externa ao documento, inserindo-o no seu "espaço de experiência" e em seu "horizonte de expectativas". A propósito dessa dualidade, o trabalho apoiou-se teórica e metodologicamente em Koselleck (2006), para quem "experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro" (KO-

2 Por questão de concisão textual, daqui por diante nos referiremos ao documento apenas como Curso de Urbanismo.

SELLECK, 2006, p. 308). A disputa pelo controle do Urbanismo que emerge do texto só pode ser entendida levando-se em consideração tal articulação temporal.

Para seguir adiante, é necessário ainda definir o sentido de campo disciplinar[3], termo referido na segunda hipótese apresentada anteriormente, articulando-o ao conflito que buscamos compreender. Do documento *Curso de Urbanismo* (como nas ações que encerra e testemunha), de pronto emerge uma disputa por aquilo que Barros (2014) chama de "campo disciplinar". Segundo esse autor, um campo disciplinar se constitui com base nos seguintes atributos: campo de interesses; singularidades; campos interdisciplinares; aspectos expressivos; metodológicos; teóricos; oposições e diálogos interdisciplinares; interditos; rede humana; e olhar sobre si. Destes, nos referiremos brevemente a um que nos parece central ao debate aqui proposto: a singularidade.

Ela pode ser compreendida como aquilo que a torna "realmente única, específica, e que justifica a sua existência – em poucas palavras, aquilo que define a disciplina em questão por oposição ou contraste em relação a outros campos disciplinares" (BARROS, 2014, p. 22). A construção dessa singularidade, submetida a uma rede de saberes já existente, encerra lutas com campos disciplinares já estabelecidos. Como refere Barros (2014, p. 23), "pode-se dizer que o processo de surgimento de um novo campo disciplinar adquire, por vezes, muito mais a aparência de uma verdadeira luta que se dá no interior da arena científica do que a aparência de um parto". Ele propõe que eles surgem "de certos desdobramentos de um campo disciplinar já existente, ou que se desprenda desse campo original adquirindo identidade própria, ou mesmo que o novo campo disciplinar se forme a partir de elementos dispersos oriundos de vários outros" (BARROS, 2014, p. 24). Propomos aqui que a singularidade do campo disciplinar Arquitetura-e-Urbanismo não surgiu por desdobramento, desprendimento ou reunião de elementos dispersos. No caso em pauta, o esforço empreendido por professores da Faculdade de Arquitetura (FA) foi estender ao Urbanismo os atributos de outro campo disciplinar, o da Arquitetura, visando a controlar seu exercício e sua formação profissional.

Como refere Koselleck (2006, p. 98), "sem conceitos comuns não

3 Necessário destacar que a definição da Arquitetura e do Urbanismo como disciplina ou como campo é objeto de ambiguidades e de polêmica. Rovati (2013), por exemplo, ao pesquisar as propostas de programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Planejamento Urbano e Regional, reconhece a diversidade de formas como eles se autodenominam: pertencentes a um "campo disciplinar", a um "campo do conhecimento", como parte de um "saber" ou simplesmente de um "campo" ou de uma "disciplina".

pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política". Por essa razão, no plano conceitual, a palavra Urbanismo é central para a experiência de que trata este trabalho. São seus atributos que estão em disputa.

Finalmente, este artigo não faz uma análise diacrônica do fenômeno, isto é, não analisa o uso do vocábulo Urbanismo ao longo do tempo. Posiciona-o no tempo do documento abordado, tentando articular o texto ao seu contexto imediato, sem obliterar, como referido, a articulação experiência-expectativa.

A seguir, exporemos o contexto em que está imerso o documento e, logo após, o apresentaremos e discutiremos em seus termos e na articulação com as polêmicas nas quais está implicado.

1 O CONTEXTO

A FA da Universidade do Rio Grande do Sul surgiu da fusão dos cursos de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) e do curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia (EE) de Porto Alegre. Criada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (BRASIL, 1950), a FA foi efetivamente instalada apenas em janeiro de 1952 (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953a), ano em que ocorreu também a primeira reunião de sua Congregação e de seu Conselho Técnico Administrativo (ROVATTI; PADÃO, 2002; MELLO, 2019).

A década de 1950 foi um tempo dedicado, sobretudo, à organização da instituição. Inicialmente, a FA funcionou precariamente. Não dispunha de seu próprio espaço físico e seu funcionamento dependia da ajuda de outras unidades, como, por exemplo, da cessão de funcionários da EE e da Faculdade de Ciências Econômicas. A construção de sua sede definitiva só foi concluída em 1958. Seu regimento interno somente foi aprovado pelo Conselho Universitário em 1955, após anos de debate (MELLO, 2019). Registre-se ainda que, por esses anos, o curso de Arquitetura aplicou o currículo que correspondia ao "padrão federal", representado pelo modelo de ensino adotado na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro (MELLO, 2019). Já no que tange ao ensino de Urbanismo, é preciso lembrar que o IBA ofereceu um curso entre 1947 e 1949. Pioneiro no Estado, esse curso diplomou apenas uma turma, composta por três engenheiros – Francisco Riopardense de Macedo, Nely Peixoto Martins e Sérgio Corrêa. Seus professores foram dois engenheiros, Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Farias, e um bacharel em Direito, Waldemar Lubke (MELLO, 2019).

Na FA, a primeira reunião da Congregação, ocorrida em 2 de setembro de 1952, aprovou a redação do art. 2º do projeto de regulamento, no qual constava que a instituição manteria os cursos de graduação em Arquitetura e em Urbanismo. O curso de Urbanismo, diferentemente do que aconteceu com o de Arquitetura, não passou a funcionar imediatamente. Sobre esse ano de instalação da FA, em relatório encaminhado ao reitor da Universidade, João Baptista Pianca (diretor interino da Faculdade) mencionou que, naquele ano, apenas o curso de Arquitetura funcionou, embora existissem interessados em cursar o de Urbanismo. Referiu ainda que, persistindo "a falta de acomodações, não vejo possibilidade do seu funcionamento [do curso de Urbanismo] tão cedo, mesmo porque o seu corpo docente está incompleto, tendo sido nomeados apenas dois professores" (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953a, p. 5).

Em 1953, o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA) solicitou a Pianca a imediata criação do curso de Urbanismo, pedido acompanhado de uma nominata de interessados (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953b). Tal proposta foi aprovada no mesmo ano pela Congregação e encaminhada ao reitor (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1953b). No início de 1954, o diretor reuniu-se com o reitor para discutir o funcionamento do curso de Urbanismo. Com a concordância do Conselho Técnico Administrativo, Congregação da FA e da reitoria, Pianca tomou então as medidas necessárias ao seu funcionamento. Buscou informações e indicações junto a universidades brasileiras, solicitando programas das cadeiras[4], regulamentos e provas de habilitação (MELLO, 2019).

Em 18 de fevereiro de 1954, o trabalho realizado com vistas ao funcionamento do curso foi apresentado à Congregação e aprovado. Na mesma reunião, recomendou-se que a direção tomasse "as providências necessárias para o começo imediato do curso de Urbanismo" (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1954a, p. 3).

O curso foi instalado em 1954 e, nesse primeiro ano, teve 14 candidatos. Ele adotou, provisoriamente, "os programas da Faculdade de Arquitetura de Belo Horizonte, até que esta colendíssima Congregação se manifeste sobre o assunto" (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1954b, p. 1). O curso de Urbanismo, cabe ressaltar, de graduação, tinha dois anos de duração e o currículo exibido no Quadro 1.

4 É frequente que os documentos administrativos e o Curso de Urbanismo façam referência a "cadeiras", para aludir ao que hoje chamamos de matérias ou disciplinas escolares. Adotaremos o termo, mesmo que arcaico e já sem uso corrente, para distingui-lo do debate sobre o campo disciplinar proposto pelo artigo.

Quadro 1: Currículo do Curso de Urbanismo, FA, 1954a.

ANO	MATÉRIAS
1º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública
2º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Evolução Urbana II 3. Arquitetura Paisagista 4. Organização Social das Cidades 5. Administração Municipal

Fonte: Mello, 2019.

A falta de professores sempre foi um problema. No relatório relativo aos anos 1955-56, consta a afirmação de que, "apesar de grande necessidade, ainda não foi possível a creação (sic) do corpo de ajudantes do Professor Catedrático" (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1956, p. 3). Por conta dessa e de outras dificuldades, em 1958 o curso foi temporariamente suspenso. No ano seguinte, foi retomado a partir de uma reorganização do currículo, das cadeiras e seus conteúdos (MELLO, 2019). Essas mudanças marcaram sua segunda fase. Nessa nova etapa, o estudo do Urbanismo era declarado como uma "formação complementar do arquiteto" (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966, p. 1), e só dele. Esta proposta de restringir o acesso ao curso apenas a arquitetos, posteriormente derrotada, diferia da experiência do IBA no período 1947-1949 – cujo curso estava disponível para engenheiros e arquitetos. Nesse contexto de reorganização do curso de Urbanismo, retomado após sua breve interrupção no ano de 1958, que o documento *Curso de Urbanismo* foi redigido e publicado.

2 O DOCUMENTO

2.1 Breve descrição do suporte físico, data, autores e organização do conteúdo

O documento mede 21,4 x 22 centímetros, tem 55 páginas, encadernação brochura, capa e contracapa sem orelhas. O papel da capa da edição que consultei, já acastanhado e com as cicatrizes do tempo, lombada desgastada, parece ter gramatura 180g. O miolo é de papel couchê fosco, aparentemente de gramatura 90g. O formato do suporte físico assemelha-se a um álbum ou a uma cartilha.

A definição da data da publicação é problemática. Na capa e na folha

de rosto aparece o ano de 1960, data assumida pelo sistema de biblioteca da UFRGS como o da publicação. Entretanto, ao fim do documento, consta que a impressão "foi concluída em 2 de junho de 1961" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960). Supomos então que o material foi discutido e redigido ao longo de 1960, mas impresso em 1961.

Outro problema é a definição de seu(s) Autore(s). O mesmo trecho que alude ao ano de impressão cita que a publicação foi organizada pelo Departamento de Urbanismo da FA, diagramada pelo professor Francisco Riopardense de Macedo e pelos alunos arquitetos Marcos David Heckmann e Leo Ferreira da Silva e impressa nas oficinas da Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960).

É, portanto, uma publicação do Departamento de Urbanismo, mas que não informa de maneira clara quem a organizou e redigiu. A menção é apenas aos responsáveis por sua diagramação. Em que medida esses mesmos professor e alunos participaram da elaboração do conteúdo? Eis uma pergunta que não encontra resposta no documento.

Os destinatários do documento eram, supomos, os arquitetos interessados em complementar sua formação para exercerem profissionalmente o Urbanismo. Contudo, o texto dialogava também com outros campos disciplinares na tentativa de definir os contornos do Urbanismo como lugar de saberes e fazeres bastante semelhantes aos da Arquitetura – e distantes da Engenharia.

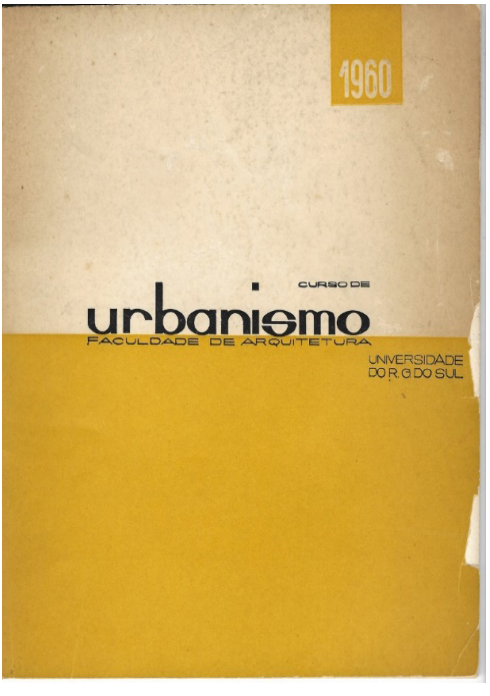
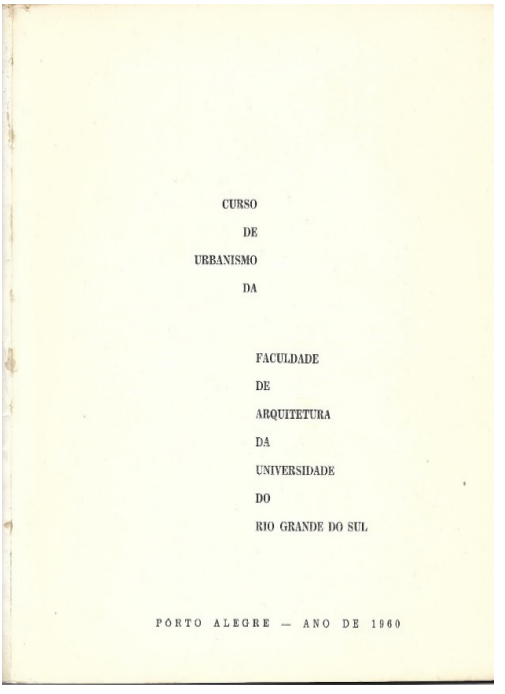


Figura 1: Capa da publicação Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.

O documento está assim organizado: Prefácio (p. 07), Parte 1: histórico (p. 09 a 13), Parte 2: o programa das cadeiras (p. 15 a 32), Parte 3: temas propostos (p. 33 a 55).


CURSO
DE
URBANISMO
DA

FACULDADE
DE
ARQUITETURA
DA
UNIVERSIDADE
DO
RIO GRANDE DO SUL

PÔRTO ALEGRE — ANO DE 1960

Figura 2: Folha de rosto da publicação Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.

A página 5 do documento apresenta a seguinte lista de professores do curso e cadeiras por eles ministrada: Edvaldo Pereira Paiva (Teoria e Prática dos Planos de Cidades); Demétrio Ribeiro (Evolução Urbana); Nely Peixoto Martins (Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana); Adalberto Carvalho (Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública); Roberto Veronese (Organização Social das Cidades); Francisco Riopardense de Macedo (Arquitetura Paisagista); Waldemar Lubke (Administração Municipal). É evidente o vínculo de alguns desses professores à experiência precursora do Curso de Urbanismo do IBA, notadamente Paiva e Lubke (professores), Martins e Macedo (diplomados).

2.2 Prefácio

No prefácio, o documento dirige sua primeira crítica ao padrão federal de ensino de Arquitetura, o currículo da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil, tomado como referência para o ensino autônomo de Arquitetura em todo o país. Segundo o texto, ele refletia "as precárias condições de um exercício profissional ambíguo e se reporta a programas acadêmicos superados" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7).

A superação dos programas acadêmicos decorria, em alguma medida – continuava a publicação – das alterações pelas quais passava a profissão de urbanista. Ele já não era aquele profissional "compelido a palmilhar sozinho o campo das ciências que intervêm na análise e interpretação dos fenômenos que interessam à urbanística" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7). Substituía-o "uma equipe de sociólogos, economistas, sanitaristas, engenheiros, etc., onde a tarefa de coordenação,

síntese e planejamento cabe, via de regra, a um profissional cuja necessária formação coincide, em sua natureza, com a do arquiteto" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7).

Por essa razão, era necessário distinguir claramente "as diferentes formações do arquiteto e do engenheiro", bem como eliminar "a distinção entre arquiteto e urbanista" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7). Não era mais possível, afirma o texto, diferenciar atividades idênticas, "a planificação e composição de urbanismo" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7). Ou seja, planejar e compor (esta última atividade estreitamente vinculada à singularidade do arquiteto) eram compreendidos como sinônimos. Logo, deveriam ser realizados por um profissional específico, o arquiteto, distinto do engenheiro.

Reconhecia-se, é verdade, que o Urbanismo era um domínio para o qual convergiam profissões variadas. Entretanto, o arquiteto deveria ser, por sua "natureza", o coordenador das equipes, liderança essa conferida por seu processo de formação que o capacitaria a sintetizar dimensões e conhecimentos variados. Era essa a habilidade necessária ao exercício do Urbanismo – e ela pertenceria somente aos arquitetos.

Finalmente, o prefácio afirma que naquele momento de revisão do primeiro ano de funcionamento do curso, "em sua terceira tentativa de organização no Rio Grande do Sul [referência aos cursos da década de 1940 do IBA e da primeira experiência na FA], torna-se oportuno o debate sobre sua estruturação, sua relação com o Curso de Arquitetura, com as demais especialidades afins e com o panorama profissional" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 7).

A partir dessa argumentação, evidencia-se que a profissão de urbanista estava em disputa. Havia uma elaborada argumentação que a aproximava da Arquitetura. Mas o documento não se limitava a propor um modelo de ensino baseado em um "espaço de experiência" (KOSELLECK, 2006), a partir de uma descrição histórica. Ele prescrevia um "horizonte de expectativas" (KOSELLECK, 2006): o Urbanismo era um domínio destinado ao arquiteto. Planejar e compor, em Arquitetura ou Urbanismo, eram – e deveriam ser – atividades idênticas.

2.3 Parte 1: histórico

O histórico está subdividido em três tópicos: (i) Antecedentes, (ii) O novo curso e (iii) Modificações no exame de admissão.

Inicialmente, o tópico *Antecedentes* recupera a experiência do Curso de Urbanismo do IBA do Rio Grande do Sul (1947-1949), curso que diplomou

apenas uma turma, como já referido. Menciona que um dos problemas enfrentados pelo corpo docente daquele curso foi o da organização dos exames de admissão. Segundo o texto, as cadeiras exigidas pelo padrão federal (Sociologia e História da Arte) apresentavam lacunas: "não permitiam uma adequada verificação das condições dos candidatos" e "seus programas continham mínimos aspectos relacionados diretamente com as futuras tarefas dos alunos" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11). Para corrigi-las, os professores modificaram tais programas e seus conteúdos, buscando relações "mais íntimas entre elas, através de trabalhos práticos comuns" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11).

Outra iniciativa adotada na década de 1940 foi a tentativa de relacionar suas atividades às "necessidades de nossos organismos urbanos", isto é, aos "órgãos" do poder público municipal e estadual. A relação entre os estudos e a prática profissional se dava por meio dos temas dos trabalhos das cadeiras, como, por exemplo, "projetos de centros residenciais, como o da Vila Ferroviária de Santa Maria, e de pré-planos de cidades, como o feito para a cidade do Rio Grande" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11). A propósito deste tema, há uma nota de esclarecimento:

> A origem de tal experiência foi o nosso conhecimento dos métodos de ensino de Urbanística aplicados nas escolas de Arquitetura da Inglaterra. Em seus cursos, a teoria é estritamente vinculada à prática real. Os estudantes executam pessoalmente as diversas etapas do estudo de organismos urbanos daquele país, dentro da orientação estabelecida pelo Ministério de Urbanismo. Fazem inquéritos (*surveys*) e analisam e interpretam os resultados. Executam projetos reais e são colocados em estrita ligação com os órgãos de planificação. (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11)

O texto refere ainda que o programa de ensino adotado pelo curso incluía poucos aspectos teóricos e práticos buscados noutros países, dedicando atenção aos estudos desde uma perspectiva local. Ao assim proceder, "a teoria era ligada à prática, não uma prática de laboratórios, mas a da vida real, a dos problemas urbanos reais" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 11).

A seguir, o texto cita que entre o encerramento do curso de Urbanismo do IBA e o início do novo, já na FA, transcorreram cinco anos. Em seu breve funcionamento de quatro anos, "não puderam ser aplicadas as experiências já obtidas no curso anterior e todos os aspectos negativos, já citados, se fizeram presentes" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO

SUL, 1960, p. 12). A adoção do padrão federal, além de falhas na organização do curso, resultou "em total fracasso, obrigando a direção da Faculdade a extingui-lo" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 12). Toda essa experiência demonstrava que "somente novos programas e, principalmente, novos métodos de trabalho, em suma, uma orientação nova, o mais possível desligada do chamado 'padrão federal', seria capaz de fazer funcionar um curso desse tipo" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 12).

No tópico *O Novo Curso*, o texto destaca que, durante 1958, uma comissão designada pela direção da FA apresentou relatório que sugeria três medidas para sua reformulação: a organização do quadro de professores a partir de concurso de títulos, atividades didáticas e exercício profissional do Urbanismo; reorganização do exame de admissão; reforma no programa das cadeiras. Sobre o conteúdo do exame de admissão, a proposta era a de criação de uma nova cadeira, o Planejamento, além de revisão total do conteúdo de Sociologia e História da Arte, conteúdos já correntes no exame de admissão.

Para reforma dos programas das cadeiras, foram três os "princípios básicos" adotados: reduzir os conteúdos teóricos ao estritamente necessário à formação do aluno, abolindo aspectos de mera erudição e não aplicáveis à realidade local; eliminar as repetições de assuntos nas diversas cadeiras, estabelecendo uma relação mais íntima entre elas; oferecer temas práticos que pudessem sofrer a intervenção de várias ou todas as cadeiras do curso. Cada professor contratado para ministrar aula no novo curso encarregou-se de aplicar aqueles princípios na reforma do programa e conteúdo de sua cadeira. Eles foram, depois, remetidos ao Departamento de Urbanismo, onde também sofreram modificações.

O tópico *Modificações no Exame de Admissão* alude à reforma das condições de admissão ao curso. O processo seletivo anterior contava apenas com as cadeiras Sociologia e História da Arte. Seus programas eram tão genéricos que a relação com o curso era inexistente. Esse tipo de exame "não facilitava a escolha dos mais capazes, dos que tinham mais dons ou melhor disposição para o estudo do urbanismo" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 13). Para alterar esta situação, foram adotadas duas medidas: a modificação dos conteúdos destas cadeiras, relacionando-os mais diretamente à cidade e ao urbanismo, e – a modificação que me parece mais importante – a inclusão de uma prova de Planejamento. Essa inclusão "veio preencher uma sentida lacuna, de uma disciplina que permitisse observar a capacidade de cada candidato no terreno da composição e planejamento dos espaços" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO

SUL, 1960, p. 13). Sua inclusão alicerçava-se no reconhecimento de que "tal capacidade não pode ser adquirida durante o Curso, onde, quando muito, poderá ser aperfeiçoada" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 13). Ou seja, o candidato deveria acessar o curso já sabendo realizar a "composição e planejamento de espaços".

A inclusão desse último conteúdo havia sido sugerida dois anos antes, em 1958, por comissão composta pelos professores Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Fernando Lunardi. Na ocasião, eles recomendaram que a prova tivesse caráter eliminatório, mas recuaram ante a oposição da Congregação (MELLO, 2019).

Percebe-se que a palavra Planejamento não dizia respeito à condução de processos sociais, políticos e governamentais de gestão e transformação das cidades. Tratava-se, isto sim, de uma prova de *projeto* (ou de *composição*, como era comum a ele referir-se à época), atividade relacionada ao campo disciplinar da Arquitetura.

Essa prova buscava restringir o acesso ao curso apenas aos arquitetos. Não surpreende que seus propositores, nesse segundo momento, tenham sido Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, enfáticos defensores da autonomia da Arquitetura em relação à Engenharia. Mesmo não sendo de caráter eliminatório, como ambos propuseram, o fato de constar como uma das provas de admissão já criava uma imensa dificuldade aos engenheiros (MELLO, 2019). A prova de Planejamento significou, portanto, uma forma tácita de exclusão dos engenheiros do curso.

2.4 Parte 2: o programa das cadeiras

Nesta parte, o documento expõe a revisão dos programas das seis cadeiras do curso e a reorganização do currículo. Uma alusão geral sobre as alterações adotadas antecede a menção a cada uma delas. O documento cita que as mudanças propostas resultaram de preocupações de duas ordens: de uma parte, com a redução do conteúdo ao fundamental e necessário, levando em conta as sucessivas etapas do ensino e o fato de que o curso acolheria profissionais já diplomados – essa ação respondia criticamente aos programas do "padrão federal", considerados desnecessariamente extensos e que repetiam cadeiras ensinadas no curso de graduação em Arquitetura; de outra, à necessidade de definição mais precisa do conteúdo de cada cadeira.

Trataremos a seguir da descrição de cada uma delas. Mas, daremos atenção também aos parágrafos prévios, os quais citam as mudanças realizadas sem mencionar os novos programas propriamente ditos.

2.4.1 Teoria e Prática dos Planos de Cidades

Seu programa anterior era criticado por sua "exagerada extensão, resultante de suas intromissões no campo de outras cadeiras do Curso" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 17). Outro aspecto considerado negativo era "seu forte caráter tecnicista, sempre focalizando ângulos relacionados com atividades da Engenharia" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 17).

A reestruturação do ensino do curso de Urbanismo buscava "uma sucessiva ampliação dos conhecimentos, porém relacionando-os, cada vez mais, com os trabalhos práticos" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Pretendia partir "do particular para o geral, da análise dos elementos componentes das aglomerações urbanas para sua reestruturação e planificação integral" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Por essa razão, "o volume de material teórico vai sendo reduzido à proporção que avança o Curso, de tal maneira que no último semestre não mais existem aulas teóricas" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18).

Essa cadeira, que parte da análise à síntese, funcionaria como "cadeira tronco" ao longo dos quatro semestres de duração do curso. Como está anotado no material de apresentação, "esse papel somente pode ser exercido através dos sucessivos trabalhos práticos, até chegar ao momento no qual todo o Curso passe a funcionar em torno de seu tema prático" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Assim, todas as demais cadeiras deveriam funcionar a partir e em torno desta, considerada capital para o exercício da profissão de urbanista.

O programa referia ainda que, no 1º semestre, seria "feita, além da exposição teórica, uma análise de um tema comum (um núcleo urbano existente, ou parte dele) onde serão aplicados os princípios apreendidos na parte teórica" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). Seria ainda "executado o projeto de uma pequena unidade residencial" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 18). No 2º semestre, haveria dois temas práticos: "o primeiro constante de projeto de uma 'unidade funcional', em terreno livre, e, o segundo, [...] o tema comum a todas as cadeiras, a reestruturação de uma 'unidade' funcional existente" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). No 3º semestre, o "estudo da planificação" deveria ser "aprofundado através da crítica a exemplos existentes" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). Haveria "dois temas práticos [ou seja, projetos], referentes à planificação de núcleos satélites" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). No 4º semestre, não haveria aulas teóricas. Os alunos elaborariam o

"pré-plano" de uma cidade. Essa era uma cadeira de projeto, em torno do qual as demais do curso deveriam orbitar.

2.4.2 Evolução Urbana

O documento cita que o estudo da evolução urbana tinha "por finalidade ressaltar a historicidade dos fenômenos urbanos" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). Contudo, a "documentação pura e simples ou a erudição histórica não correspondem ao papel da matéria num Curso voltado essencialmente ao propócito (sic) de armar o urbanista para o trato de problemas novos" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 19). A compreensão profunda da historicidade do fenômeno urbano seria "a melhor defesa contra a adoção de fórmulas ou soluções mecânicas que, pelo prestígio de sua novidade, ameaçam o livre desenvolvimento da inteligência e dos futuros profissionais" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20).

O programa da cadeira foi mantido em sua cronologia. "Nessa sequência, porém, é dada a preferência às épocas cuja história geral é mais conhecida do estudante e principalmente aquelas que se relacionam mais vivamente com a formação de nossa cultura" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20). Em síntese, ela pretendia "fornecer ao estudante uma visão ampla e segura do essencial da evolução, contribuindo a finalidade principal do Curso que há de ser formar profissionais conscientes de sua participação na história de seu tempo" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20).

As aulas práticas seriam dedicadas "a debates orientados pelo professor e as sabatinas de aferição do aproveitamento" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20). Os conteúdos propriamente ditos obedeceriam a duas sequências: "uma relativa à evolução da vida urbana e ao desenvolvimento do urbanismo nas diversas épocas da história universal, e outra relativa ao processo de povoamento e de urbanização do Rio Grande" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20). Essa segunda parte, referente ao Estado, serviria de "preparação da parte histórica do Expediente Urbano realizado pelos alunos na Cadeira de Urbanologia-Estatística" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 20).

2.4.3 Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana

Uma das alterações em relação ao programa do curso anterior foi a "redução do número de pontos [ou de conteúdos], que baixou de 30 para 20; vantagem que não foi só quantitativa, como poderia parecer à primei-

ra vista, porque os pontos eliminados são lecionados em outras cadeiras e até com mais profundidade" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 21).

Como cita o documento, nessa cadeira "não há propriamente aulas teóricas e formais, onde o professor faça dissertações; o que há são aulas teórico-práticas em que o assunto do ponto é de imediato aplicado no tema prático na mesma aula ou logo na seguinte" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 21).

Essa era uma cadeira que buscava capacitar o estudante a recolher e associar os dados necessários à intervenção na cidade. Por esse motivo, os conteúdos ministrados nos dois primeiros semestres do curso perpassavam pela geografia, geologia, clima, vegetação, estatística, demografia, dentre outros.

No 3º semestre, seriam realizadas "aulas teórico-práticas ligadas ao trabalho prático de Expediente Urbano relativo ao tema comum a todas as cadeiras; as aulas práticas serão as de preparo do Expediente Urbano" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24).

No 4º semestre, seriam oferecidas as mesmas aulas teórico-práticas. Entretanto, as aulas práticas seriam referentes às "tarefas de acabamento do Expediente Urbano do semestre anterior" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24).

2.4.4 Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública

A justificativa da importância desta cadeira, conforme o documento, é que:

> se ao planejar uma cidade, ou um grande bairro, o urbanista estudar profundamente o lançamento das futuras rêdes de águas e de esgotos, o sistema viário e sua pavimentação, etc., terá, quando executado o seu plano, facilitado enormemente o trabalho dos especialistas que se encarregarão dos projetos definitivos dêsses trabalhos e [...] terá tornado mais barato o custo de sua execução. (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24)

Seu programa estava dividido em duas partes. A primeira, "que trata da Técnica Sanitária, é um resumo das cadeiras afins lecionadas nos cursos de engenharia e de arquitetura" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24). A segunda "trata dos Serviços de Utilidade Pública" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24). Essa última, acom-

panharia "o trabalho geral de composição a ser executado de acordo com o programa de trabalho fixado pelo Departamento de Urbanismo" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 24). Necessário mencionar o detalhamento e a profundidade que a cadeira dava às diversas ações públicas sobre o espaço urbano.

2.4.5 Arquitetura Paisagista

Também, aqui, o documento criticava o "padrão-federal", argumentando que ele não se referia, em nenhum momento, "à composição urbana no seu mais amplo aspecto, isto é, como organização de todos os elementos componentes da cidade nas realizações da arte urbana ou arte cívica" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28). E continuava:

> [...] ao contrário disto, insiste na exclusiva referência ao verde urbano, ao jardim, à flora, à fitogeografia, esquematizando toda a cadeira à aplicação da jardinagem na arquitetura urbana e, afora isto, faz rápidas referências ao conceito de cor, às cores primárias, secundárias e complementares (item 1), como o faria um programa de Física do 2º ciclo do Curso Ginasial, ou se demora no enunciado de títulos de interesse botânico tais como Hileia Amazônica, Hileia Extra-Amazônica, Pinheiros, Caatingas, Faixa Marítima, etc. (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28).

Essa concepção acabou por dissociar essa cadeira da cidade, tratando-a apenas como "técnica de arborização da área urbana e efeitos que desta arborização podem ser obtidos numa cidade existente através de um projeto feito por agrônomo ou botânico" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28). Esse programa, concluía o documento, "seria razoável numa escola de agronomia; é inconsistente numa Faculdade de Arquitetura" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 28).

Como forma de superar essas limitações, a revisão curricular fez com que ela passasse a "acompanhar o desenvolvimento da cadeira de Teoria e Prática dos Planos de Cidades, visto que tem o maior peso de responsabilidades na composição do espaço aberto" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 29). O "espaço verde" seria tratado junto aos espaços abertos da composição de Urbanismo na cadeira de Teoria e Prática dos Planos de Cidades.

Nos três primeiros semestres do curso, seriam ministrados conteúdos diversos. No quarto, não seriam lecionadas aulas teóricas. Todos os estudantes deveriam trabalhar no tema "pré-plano de uma cidade" (UNI-

VERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 30). Essa era uma cadeira que buscava capacitar o estudante a elaborar projetos de espaços abertos, aproximando-os do projeto arquitetônico e urbanístico.

2.4.6 Administração Municipal

Não há, na apresentação desta cadeira, como nas demais, um preâmbulo que discuta suas alterações em comparação à organização anterior, posicionando sua importância no currículo. Sua descrição se circunscreve ao seu programa, organizado em quatro capítulos: Introdução, História e organização, Administração, Obras Públicas e Serviços de Utilidade Pública. Ela pretendia capacitar o estudante a compreender e trabalhar junto à administração pública. Destaque-se a divulgação das diversas ações possíveis no espaço da administração municipal.

2.5 Parte 3: temas propostos

Na terceira e última parte do documento, são expostos sete trabalhos dos alunos do curso: (i) Estudo analítico do projeto da Praia de Belas, do arquiteto Moacyr Moojen Marques; (ii) Análise da Praça Senador Florêncio, do arquiteto Leo Ferreira da Silva; (iii) Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul, do arquiteto Celso Carneiro; (iv) Centro de unidade vicinal, do arquiteto Nestor Ibrahim Nadruz; (v) Acesso a um cemitério, do arquiteto Moacyr Moojen Marques; (vi) Praça Cívica (Candelária), do arquiteto Marcos Hekmann; (vii) Praça Gomes Jardim (Guaíba), do arquiteto Fernando Gonzales. Cada um deles está revelado em extensão e detalhamento variados, contando uns com algumas páginas e outros com apenas uma. Todos os trabalhos trazem imagens – diagramas, esquemas gráficos, mapas, croquis, plantas baixas ou perspectivas. Importante notar que são veiculados apenas trabalhos de arquitetos diplomados, alunos ou ex-alunos do curso. À quase totalidade dos trabalhos – exceção é o Expediente Urbano da Cidade de Caçapava do Sul – está associada uma explicação da cadeira onde foi elaborado. Descreveremos brevemente os trabalhos a seguir.

2.5.1 Estudo analítico do projeto da Praia de Belas

O tema do trabalho realizado pelo arquiteto Moacyr Moojen Marques foi proposto no ano de 1959 pela cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. São dedicadas cinco páginas à sua apresentação, o maior espaço dado dentre todos os sete. Refere o documento que os exames da cadeira "são sempre desse tipo [...] com a intenção de observar o adiantamento dos

alunos e sua compreensão total dos problemas urbanísticos" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 35). O trabalho analisa o projeto de Edvaldo Pereira Paiva e Carlos Maximiliano Fayet para o bairro Praia de Belas, Porto Alegre, elaborado em 1954/1955. Neste trabalho, Marques faz comentários acerca de cinco aspectos. O primeiro, sobre o conceito de Unidades de Habitação, ao qual corresponde a organização de "superquarteirões" e de "centros de interesse" ou "centros de bairro" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 36). Avalia que seria necessário prever centros de bairro mais bem estabelecidos, onde "a ação do urbanista, na composição plástica dêsses 'centros'" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 36), regulando a altura dos edifícios, criando visuais e tratando-os paisagisticamente conferiria maior qualidade à proposta. No segundo, reflete sobre o sistema viário, considerado perfeito e eficiente. No terceiro, discorre sobre os superquarteirões. Marques imagina o novo bairro "como um imenso parque, no qual os blocos estariam compostos segundo suas características plásticas, aproveitando a vista para o rio e levando em conta todos os fatores funcionais e de composição" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 37). Zoneando as residências, os edifícios e os centros, de outra forma seria possível, segundo ele, tirar maior partido da natureza circundante. O quarto aspecto menciona que a área do Parque da Ponte de Pedra – ao norte do conjunto – seria melhor aproveitada se fosse ali localizada a Cidade Universitária, a qual emprestaria ao futuro bairro um "imenso número de valores, plásticos e arquitetônicos" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 37). O quinto aborda as áreas verdes, ao que propõe seu aumento junto às zonas de habitação, melhorando a relação visual e efetiva entre parque e residências. Ao fim, conclui, com uma referência à posição de um homem qualquer, que poderia ser descrita como estando "no quarteirão Z, quadra Y, lote 30, edifício X, apartamento 72, 7º andar", alusão clara à descrição que Lúcio Costa faz à descrição de um endereço qualquer em sua proposta para o Plano Piloto de Brasília (BRAGA, 2010, p. 174). Acompanha o texto de Marques um conjunto de esquemas gráficos.

Figura 3: Esquema gráfico do trabalho. Estudo analítico do projeto da Praia de Belas, de Moacyr Moojen Marques, p. 36

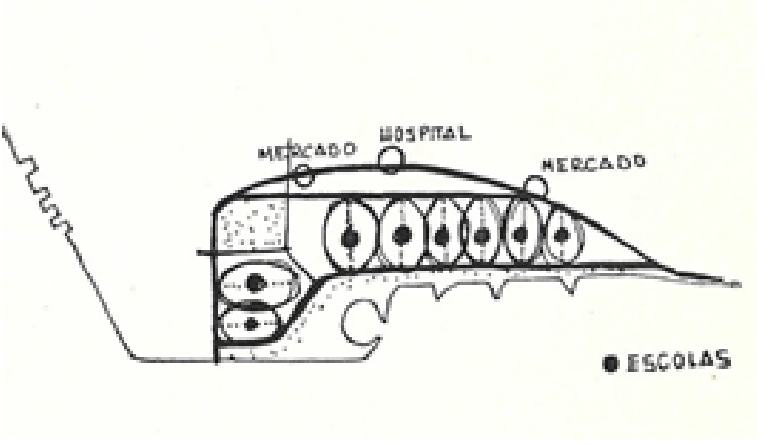
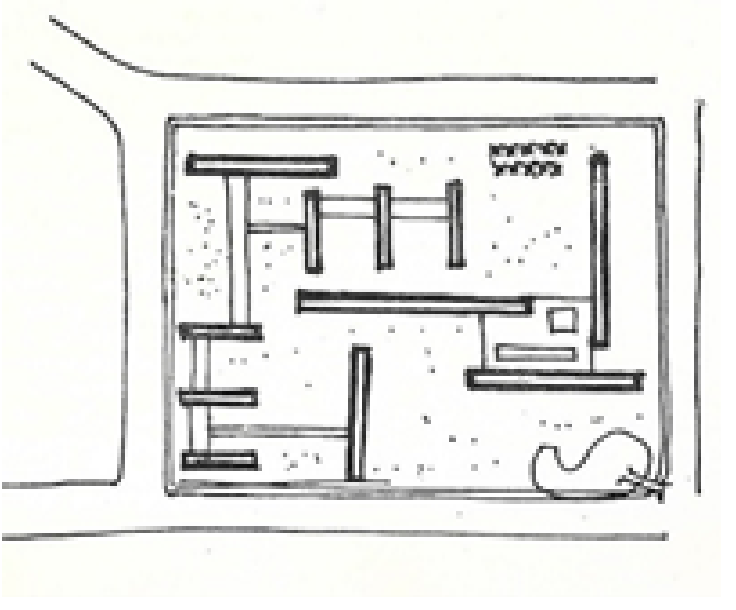


Figura 4: Croqui de um superquarteirão do trabalho. Estudo analítico do projeto da Praia de Belas, de Moacyr Moojen Marques, p. 37



2.5.2 Análise Praça Senador Florêncio

O trabalho elaborado pelo arquiteto Leo Ferreira da Silva corresponde ao primeiro tema da cadeira Arquitetura Paisagista, a qual consistia na análise de um espaço aberto urbano do centro da cidade: a Praça Senador Florêncio, mais conhecida como Praça da Alfândega, Porto Alegre. Segundo o documento, o aluno "desenvolveu importante e precisa apreciação de todos os fatores que tornam a praça frequentada e dos que poderiam torná-la uma obra de arte" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 40). Sua análise atenta para "as leis de composição e as condições de uso" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 40) e divide-se em dois eixos. O primeiro, relativo ao Espaço, em que avalia o plano de fachadas, o volume e a altura dos edifícios vizinhos, além da continuidade espacial entre esses elementos. Ao fim desta breve análise, Silva conclui que, "apesar dos inconvenientes apontados, o espaço é belo, sobrepondo-se os fatores positivos aos negativos" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 42). O segundo eixo, Uso e Composição, avalia a disposição dos elementos e seu funcionamento. Faz aqui uma discussão detalhada da Praça da Alfândega, fundamentalmente da disposição das partes do programa de necessidades.

Figura 5: Planta de situação do trabalho Análise da Praça Senador Florêncio, de Leo Ferreira da Silva, p. 40.

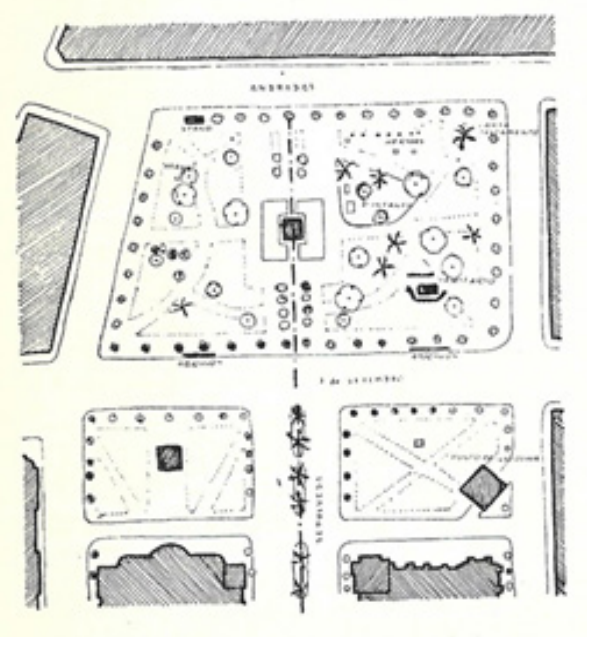
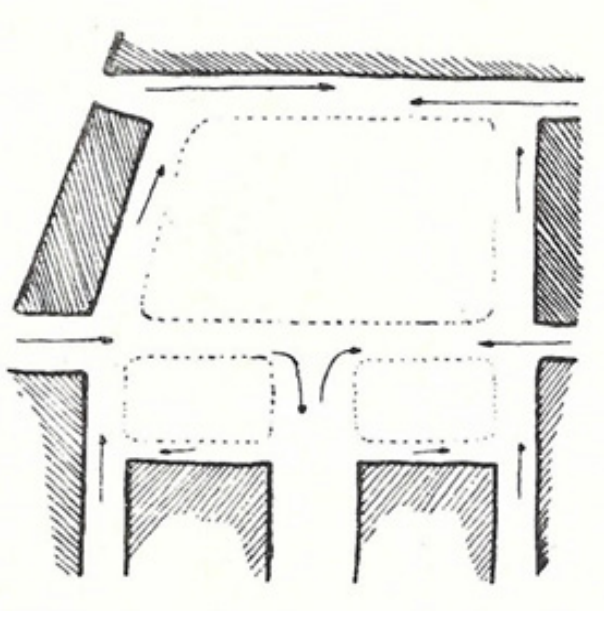


Figura 6: Esquema gráfico do trabalho Análise da Praça Senador Florêncio, de Leo Ferreira da Silva, p .41.



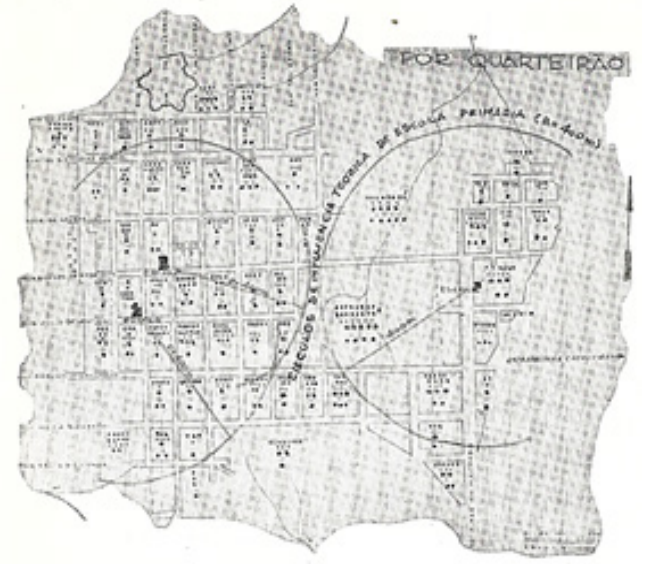
2.5.3 Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul

Neste trabalho, elaborado pelo arquiteto Celso Carneiro, não há menção à cadeira em que ele foi elaborado. Entretanto, noutro momento – no trabalho de Heckman (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 54) – há referência de que os exercícios de Expediente Urbano eram elaborados em Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana. O trabalho desenvolvido por Carneiro mescla mapas da posição da cidade no Estado do Rio Grande do Sul com mapas de seu traçado viário, além de tabelas que destacam áreas de espaços verdes, aspectos demográficos e econômicos em uma perspectiva temporal. O texto trata da história da cidade, posiciona-a em relação ao sítio de implantação, sua topografia e traçado, discute o zoneamento de funções (áreas verdes, residências, cemitério, etc.), além de debater aspectos demográficos e econômicos, possibilidades de exploração do turismo, etc. Carneiro conclui o trabalho com 13 tópicos que reúnem a síntese de suas análises, que vão desde o reconhecimento de que a cidade apresenta-se "estacionária", a necessidade de formação de um "cinturão verde para abastecimento", de elaboração de projetos para extensão e execução de redes de infraestrutura urbana, dentre outros aspectos.

Figura 7: Localização de Caçapava do Sul no mapa do Rio Grande do Sul, trabalho Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul, de Celso Carneiro, p. 44



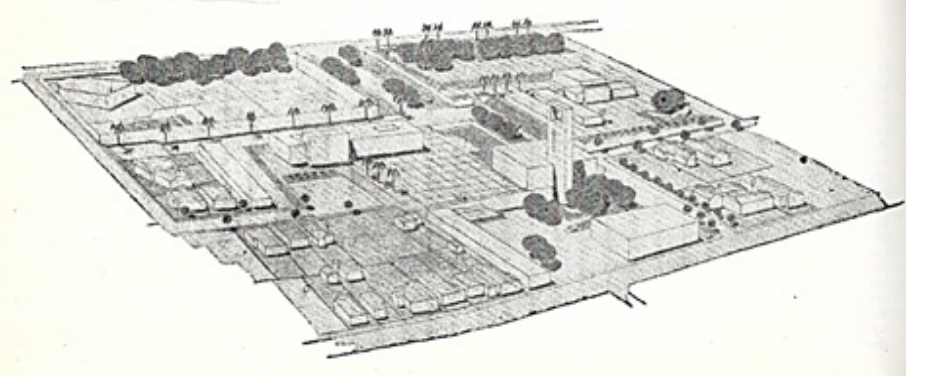
Figura 8: Mapa com os círculos de influência teórica de escola primária (raio de 400 metros), trabalho Expediente Urbano da cidade de Caçapava do Sul, de Celso Carneiro, p. 49



2.5.4 Centro de unidade vicinal

São apresentadas apenas duas imagens do trabalho do arquiteto Nestor Ibrahim Nadruz – uma planta de situação e uma perspectiva. Há referência de que este trabalho correspondia à primeira série da nova fase do curso. Seu detalhamento, como é possível verificar pelas imagens e pela pequena referência textual que o acompanha, é de um "Centro Cívico Comunal" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 50). O texto, que avalia o exercício de Nadruz, menciona que "o trabalho permitirá ao leitor a descoberta de nuances nas soluções, significativas de maior relação entre o urbanismo como técnica e o urbanismo como arte plástica" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 50).

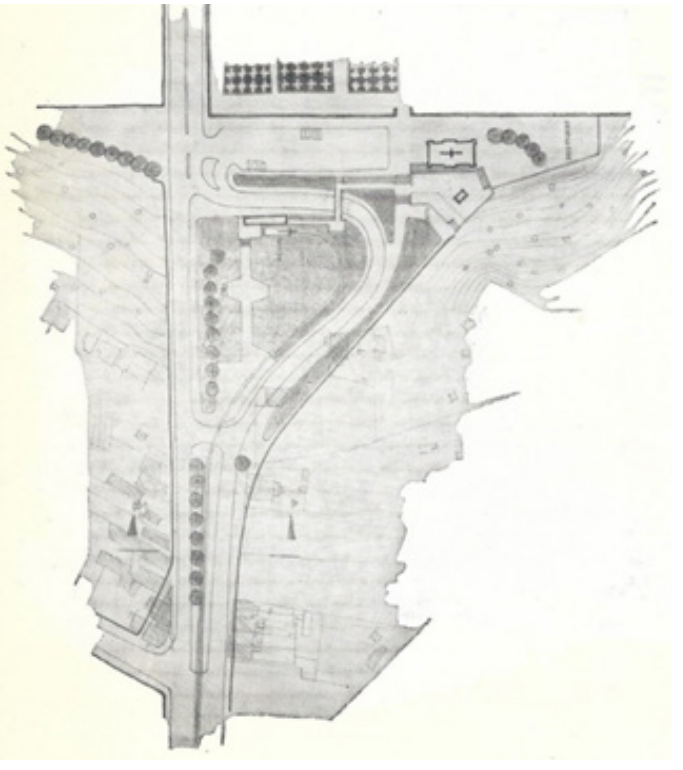
Figura 9: Perspectiva do trabalho Centro de Unidade Vicinal, de Nestor Nadruz, p. 50.



2.5.5 Acesso a um cemitério

Como no trabalho de Nadruz, o segundo trabalho do arquiteto Moacyr Moojen Marques está exposto em apenas poucas imagens – uma planta de situação, uma perspectiva e um corte. O texto que acompanha os desenhos refere que o tema proposto em Teoria e Prática dos Planos de Cidades foi o dos cruzamentos e acessos ao cemitério de Porto Alegre. Os desenhos contemplam soluções de desenho viário com a perspectiva e o corte, revelando mais claramente os diferentes níveis topográficos enfrentados pela proposta.

Figura 10: Planta de situação do trabalho Acesso a um cemitério, de Moacyr Marques, p. 52.



2.5.6 Praça Cívica (Candelária)

O trabalho elaborado pelo arquiteto Marcos Hekmann para Arquitetura Paisagista comparece com apenas uma planta de situação. O texto que a acompanha cita que o tema era de um "projeto de uma praça na cidade que cada aluno estava projetando" em outras cadeiras (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 54). O desenho aborda posição da vegetação, disposição do mobiliário urbano, desenho dos pisos.

2.5.7 Praça Gomes Jardim (Guaíba)

O trabalho elaborado pelo arquiteto Fernando Gonzales está apresentado em apenas um desenho – uma planta de situação. Refere o texto que o acompanha que ele representa "o tratamento de um detalhe do anteprojeto do Plano Diretor de uma cidade" (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 55).

Como balanço final dos resultados dos trabalhos realizados e expostos pelo documento, é necessário mencionar que eles articulam texto explicativo e desenhos técnicos de Arquitetura – esquemas gráficos, plantas baixas, de situação, cortes e perspectivas; há uma grande preocupação com a composição plástica e com aspectos físicos – visuais, relações de altura e volumetria, posição de vegetação, etc., além de vincular o trabalho do urbanista à arte e à criação do belo. Esses aspectos aproximam decisivamente o Urbanismo do campo disciplinar da Arquitetura, já que são elementos da composição arquitetônica, diferenciando-se dela apenas na escala (uma, do edifício, outra, da cidade).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissemos, no início deste artigo, que exploraríamos duas hipóteses. A primeira, de que o documento "Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul 1960" apresentava um discurso opaco, uma vez que a ele subjaziam disputas, intrigas e conflitos. A segunda, de que ele era um documento engajado. Isso fica claro quando o texto revela o esforço de construção das singularidades do campo disciplinar Urbanismo como competências análogas ao da Arquitetura. O documento representa, portanto, a tentativa deliberada de construir o perfil profissional do arquiteto-urbanista. Subjaz a toda a argumentação, reformulação das cadeiras, da prova de admissão, dos trabalhos dos alunos, a luta dos arquitetos para incorporar o Urbanismo ao seu campo disciplinar e de atuação profissional exclusivo.

Neste sentido, inserir o documento ao seu contexto torna possível compreender o manejo do conceito Urbanismo, revelando assim uma disputa por seus sentidos. A relação entre Arquitetura e Urbanismo precisava ser formulada na linguagem, pois a conquista do segundo também passava por isso. Como refere Koselleck (2006, p. 102), "diminui o conteúdo empírico presente no significado de muitos conceitos, enquanto aumentava proporcionalmente a exigência de realização futura contida neles". É por isso que o texto representava, além do espaço de experiência – a conjuntura com a qual dialogava – um horizonte de expectativas – o exercício profissional do Urbanismo como exclusividade dos arquitetos.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História, vol. I: Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BRAGA, M. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira, 2010.

BRASIL. Decreto nº 23.596, de 11 de dezembro de 1933. *Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. *Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 09 set. 2020.

FACULDADE DE ARQUITETURA. *Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli*, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953a.

_____ . *Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca*, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953b.

_____ . *Ata da 26ª reunião da congregação*, realizada em 18 de fevereiro de 1954a.

_____ . *Ata da 29ª reunião da congregação*, realizada em 26 de maio de 1954b.

_____ . *Relatório apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo Reitor Magnífico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo Professor Doutor Ney Chrysostomo da Costa*, Diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956.

_____ . Edital nº 33. *Concurso de habilitação*. 22f. Porto Alegre, 1960.

_____ . 1ª semana de estudos. *Relatório do Departamento de Urbanismo*. 4f. Porto Alegre, 1966.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEME, M.C.S. (coord). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FUPAM, 1999.

MELLO, B. C. E. *O urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino*. Canoas: Ed. da ULBRA, 2019.

ROVATI, J.F. *Urbanismo versus Planejamento Urbano?* Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.15, nº 1, p. 33-58, maio 2013. Doi: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p33.

ROVATTI, J. F.; PADÃO, F. M. (orgs). *Faculdade de Arquitetura: 1952 – 2002*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2002.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. *Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

Recebido em 11/01/2021

Aprovado em 15/07/2021

ENTRE OS EDIFÍCIOS TEATRAIS E O FAZER CÊNICO: UM PANORAMA HISTÓRICO DO TEATRO EM RIO GRANDE/RS

BETWEEN THEATRICAL CONSTRUCTIONS AND SCENIC PERFORMANCE: A HISTORICAL PANORAMA OF THEATER IN RIO GRANDE/RS

Lara Freitas de Oliveira[1]
Vivian da Silva Paulitsch[2]

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama histórico do teatro na cidade do Rio Grande/RS. Teve por objetivo compreender como eram as manifestações artístico-teatrais e os entrelaçamentos entre o fazer cênico e os edifícios teatrais do começo do século XIX à virada do século XX, a partir dos teatros Sete de Setembro e Politeama Rio-Grandense. Baseado nas relações entre memórias e materialidades, conclui-se que o meio cênico do município, em meio às suas particularidades, estava em consonância com o circuito artístico teatral nacional e internacional. Do mesmo modo, identificou-se que as tensões sociais alteraram tanto a arquitetura desses teatros quanto a dramaturgia expressa em seus palcos.

Palavras-chave: Teatro. Rio Grande. Arquitetura. História da Arte.

ABSTRACT

This article provides a historical overview of the theater in the city of Rio Grande/RS. It aimed to understand how the artistic-theatrical manifestations and the intertwining between the scenic making and the theatrical buildings from the beginning of the 19th century to the turn of the 20th century, starting with the theaters Sete de Setembro and Politeama Rio-Grandense. Based on the relationship between memories and materialities, it is concluded that the theatrical practices of the city, in the midst of its particularities, was in line with the national and international artistic circuit. Likewise, it was identified that social tensions altered both the architecture of these theaters and the dramaturgy expressed on their stages.

Keywords: *Theater. Rio Grande. Architecture. Art History.*

1 Graduada em Artes Visuais Bacharelado com ênfase em História, Teoria e Crítica na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista no Núcleo de Material Educacional Digital (MED) da Secretaria de Educação a Distância (SEaD) da FURG desde julho de 2017. Estou cursando o tecnólogo em Conservação e Restauro pelo Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG e a especialização em Arte e Mercado pela Unyleya.

2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (2000),é Mestre em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas.

INTRODUÇÃO

A partir de um trabalho interdisciplinar, unindo história social, da arte, da arquitetura e do teatro, este artigo apresenta um breve panorama histórico do teatro na cidade do Rio Grande/RS. O seu objetivo foi compreender como eram as manifestações artístico-teatrais e os entrelaçamentos entre o fazer cênico e os edifícios teatrais, do começo do século XIX à virada do século XX, a partir dos teatros Sete de Setembro e o Politeama Rio-Grandense. Além da busca pelos registros das primeiras manifestações teatrais, o artigo intenta reler o mundo do teatro rio-grandino sem pretender esgotá-lo, evidenciando a relevância cultural dos dois prédios mencionados para o circuito artístico-teatral do município.

Para tanto, além da revisão bibliográfica, foram utilizadas fontes documentais (jornais, panfletos e anúncios) e imagéticas (gravuras e fotografias), acessadas em acervos institucionais e pessoais. Os registros iconográficos foram importantes, tendo em vista o reconhecimento de elementos e tipologias arquitetônicas e modos de vida da sociedade rio-grandina.

O teatro é uma prática atemporal que transpassa culturas e locais, transformando-se a partir do desenvolvimento tecnológico e das inquietações e necessidades de seus públicos e atores cumprindo papel fundamental para a cultura, a memória e a identidade.

Portanto, tal prática é resultante do contexto no qual está inserida, o que a faz perfeitamente apta "a levar ao palco os temas e os problemas do modo de ser de nossa época, como já o fizeram em relação a quase todas as outras" (PAVIS, 2008, p.7). Desse modo, ao se pesquisar a respeito da mesma, acaba-se por olhar para além do ato cênico, interpretando, através de suas manifestações, uma época e uma comunidade.

Da mesma maneira que foi apontada por Bittencourt (2007), é a partir desses suportes que se pode, nos dias atuais, constatar a relevância do teatro para a vida de uma cidade, para a transmissão cultural, seu desenvolvimento e sua vida social.

1 O teatro no território brasileiro

Apesar de o começo da história do teatro brasileiro datar do século XVI e ter seu desenvolvimento intensificado no começo do século XIX, com a vinda da Corte Portuguesa, ele tem seu auge e intensa proliferação no Brasil durante o Império. Dessa forma, acontece uma ruptura no fazer teatral, pois os espetáculos teatrais:

> [...] estimularam a participação do espectador em uma cena não mais estabelecida pelos laços autoritários que o ligavam ao soberano, mas, sim, a um teatro visual imaginativo, que projetasse meios estéticos significativos coerentes com sua realidade. (LIMA, 2010, p. 3)

Ocorre quase que um resgate do período barroco, quando o teatro rompe com suas barreiras físicas e se expande no meio social (SIQUEIRA, 1996). A arte, nesse sentido, estaria presente no meio urbano: realidade e teatro se mesclam, transformando as próprias pessoas em atores sociais. Portanto, é nesse contexto que o "Brasil do século XIX – inspirado no olhar europeu e na ascensão da burguesia – intensificou a construção de teatros imponentes e em posição de destaque em relação ao tecido urbano existente: os teatros neoclássicos" (LIMA, 2010, p. 4).

Na esteira da afirmação de Bittencourt (2007), pesquisar a respeito das manifestações teatrais é pensar também a história social da arte e da arquitetura, ambos tópicos relevantes para a constituição da cidade e da identidade de seus habitantes. Destaca-se ainda a necessidade de cultivar a história artística da cidade do Rio Grande para que a mesma não se perca no esquecimento (MONTEIRO, 1946).

À vista disso, ao estudar-se sobre os edifícios teatrais brasileiros, tem que ser levado em consideração o contexto em que surgem essas edificações, compreendendo que as mesmas serão utilizadas tanto para apresentações cênicas quanto para dança e música. As construções tiveram que se adaptar com o passar dos tempos, para corresponder aos desejos das sociedades. Contudo, foi somente em 1830 que o teatro brasileiro apresentou "um sistema integrado por autores dramáticos, peças, atores e público" (FARIA, 2000, p. 344).

2 Rio Grande/RS e o Teatro

A cidade do Rio Grande fica localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul e caracteriza-se por ter uma história estreitamente ligada à sua localização no cenário portuário. Sua fundação remete ao século XVIII, período em que Portugal e Espanha lutaram pelo controle marítimo relacionado ao estuário da Lagoa dos Patos. Dessa forma, o município tem sua história relacionada às atividades comerciais e industriais voltadas às águas.

Nesse contexto, busca-se construir um panorama da história do teatro na cidade. Apesar de a sua presença no município vir de longa data, o começo de sua trajetória apresenta diversas lacunas, sendo possível recons-

truir de forma mais consistente essa história somente partir de 1832, com a construção do Teatro Sete de Setembro.

O registro mais antigo encontrado data de 1809, escrito por John Luccock, o livro **Notas** apresenta suas anotações de viagens. Ele descreve ter encontrado em Rio Grande, próximo à residência do governador, as ruínas do que outrora havia sido um teatro de madeira, possivelmente tendo sido destruído por um incêndio. Tanto Monteiro (1946) quanto Bittencourt (1996) apontam que a construção deveria datar do final do século XVIII; Bittencourt entende que possivelmente entre as décadas de 1780 ou 1790.

Após esses relatos, encontram-se registros em 1829 e no ano de 1830. Já no ano de 1834, o francês Arseine Isabelle passou pelo estado do Rio Grande do Sul e, em seu livro **Voyage à Buenos Ayres et Porto Alegre**, registrou que um teatro teria sido comprado na cidade do Rio Grande, informação corroborada por Monteiro (1939). Para mais, o autor também registra que, em ata da Câmara de 13 de fevereiro de 1833, consta:

> Concedeu-se licença a Luiz Ferran, mestre de musica do Batalhão de Infantaria e Artilharia desta Villa, para estabelecer um Teatro para divertimento publico, o que se lhe permitiu, no entanto que esta Camara o participe ao Exmo. Governador da Provincia (MONTEIRO, 1946, s/p.).

Esses são os únicos registros encontrados até o momento da presença do teatro na cidade até a inauguração do Sete de Setembro, no ano de 1832. No período da Revolução Farroupilha – aproximadamente de 1835 a 1845 –, Bittencourt (1996) acredita que, como a cidade não foi ocupada, as atividades teatrais se mantiveram, embora em menor frequência. Já Monteiro (1946) aponta que, em agosto de 1840, o teatro da cidade se encontrava fechado para apresentações. De qualquer forma, ao final do conflito, a província recebeu a visita de D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Sendo assim, o:

> [...] o jornal O Rio-Grandense relata que em 12 de novembro de 1845, às oito horas da noite, "o Imperador e toda a sua comitiva saem do Paço e entre alas com mais de trinta mil luzes [velas e lampiões] dirigem-se ao Teatro 7 de Setembro", onde a companhia dramática de Frutuoso Dias encenava a peça Almançor ou O Último Rei do Algarve, de Serpa Pimentel. (BITTENCOURT, 1996, p. 127, grifo do autor)

A sociedade rio-grandina teve constante participação e influência no circuito artístico teatral, principalmente com a edificação do Sete de Setembro. Habitualmente, iniciavam-se as noites de apresentações com a *ou-*

verture ou, então, abertura, na qual a orquestra era o foco principal, tocando algumas melodias. Após isso, dava-se início aos espetáculos que, em sua maioria, eram divididos em atos, e, dependendo do número, eram apresentadas mais de uma peça. Para finalizar o evento, poderiam ser feitas declamações de poesias, bailados, saraus musicais ou pequenas esquetes, por exemplo.

As apresentações propiciavam o contato com pessoas, pensamentos e culturas de outras regiões do país e do exterior, as quais retratavam diversos temas dos interesses do público em cada período. Não obstante a isso:

> Para além de sua função de divertimento, os teatros eram vistos como instrumentos ao aprimoramento civilizacional, sinônimos de progresso e lazer instrutivo. A afluência a esses espaços apresentava-se, outrossim, como um indicador de bom gosto e de elevado status social fundamental às camadas emergentes tão carentes de símbolos de prestígio e de afirmação de sua identidade. (BITTENCOURT, 2008, p. 47-48)

Desde a metade do século XIX, as sociedades dramáticas começaram a surgir em solo rio-grandino. Entende-se que nelas, talvez hoje semelhantes ao que ocorre nas "companhias teatrais", reuniam-se pessoas para produzir espetáculos, muitas vezes, a partir de peças já criadas pelos dramaturgos. Muitas foram as sociedades e as associações atuantes na cidade; algumas de vida mais duradoura, outras mais efêmeras, porém todas figuras da história do teatro local.

Faria (2000) aponta que o teatro brasileiro sofreu uma ruptura em 1865. A partir desse período, ocorre uma hegemonia nos palcos dos novos gêneros teatrais, principalmente o teatro cômico e musicado, ramificado nas operetas, mágicas (chamada pelos franceses de "*féerie*") e revistas de ano. A comédia teve grande receptividade do público, porém decepcionou os intelectuais habituados ao drama do romantismo e do realismo que, praticamente, somem dos palcos e gostos populares.

Nesse período, "o teatro popularizou-se e, embora o gala obrigatório tivesse sido abolido, o cuidado no vestir persistia" (BITTENCOURT, 1996, p. 124). Porventura, pode-se aventar que essa popularização na cidade do Rio Grande teve seu ápice com a construção do anfiteatro Albano Pereira, inaugurado em 01 de janeiro de 1876. O mencionado teatro já teria, em sua concepção espacial, maior amplitude social que o Sete de Setembro. Posteriormente, essa construção seria o Politeama Rio-Grandense, o qual trocou sua localização, construindo uma nova casa de espetáculos, inaugurada em 1885.

Os teatros construídos em meados de 1830, focados nas camadas mais abastadas, viram-se expandindo suas plateias para se ajustar às novas dinâmicas sociais. Sendo assim, "a segunda metade do século XIX foi então marcada por um maior acesso das camadas menos favorecidas a essas casas de espetáculos "(BITTENCOURT, 2007, p. 8). Exemplo disso é o Politeama Rio-Grandense.

Durante um bom tempo, os teatros não continham cadeiras, sendo de responsabilidade dos espectadores levá-las para assistirem às apresentações e, após encerrado o espetáculo, as carregarem de volta a suas casas. Desse modo, aqueles que optavam por deixar suas cadeiras nos teatros estavam dispostos a perdê-las. O próprio teatro já tratava de deixar registrado: "Os Snrs. que vierem ao espectaculo, tenham a bondade de virem prevenidos de cadeiras, pois que o abaixo assignado nem empresta e nem aluga" (MONTEIRO, 1939, s/p.).

O fim do século XIX teve o teatro essencialmente como forma de entretenimento. Além do teatro musicado, cabe ainda destacar a comédia de costumes realizada com recursos farsescos . Na virada do século, ainda eram apreciadas as óperas, principalmente pela vinda dos artistas europeus que encenam textos de Shakespeare e as tragédias clássicas.

Portanto, dentro da dramaturgia, encontram-se o teatro dramático, teatro ligeiro musicado (zarzuelas, operetas e revistas) e teatro lírico. Ocorriam ainda apresentações musicais e danças cênicas, as quais não eram muito comuns. Para mais, Bittencourt elaborou um exímio panorama de dramaturgos nascidos ou residentes na cidade do Rio Grande. Ademais, ainda cita cerca de 150 obras idealizadas por eles:

> Compõem a importante lista os nomes de: Manoel José da Silva Bastos (1825-1861), Bernardo Taveira Junior (1836-1892), Apolinário Porto Alegre (1844-1904), Luís Canarin Júnior (1847-1917), Artur Rodrigues da Rocha (1859-1880), Revocata Heloísa de Melo (1860-1945), Artur Pinto da Rocha (1862-1930), Julieta de Melo Monteiro (1863- 1928), Alexandre Fernandes (1863- 1907), Alberto Correia Leite (1871-1898), Antenor de Oliveira Monteiro (1872-1948), Frederico Carlos de Andrade (1878-1940), João Crisóstomo de Freitas (1882-1950), Ernani Guaragna Fornari (1899-1964), Antônio Gomes de Freitas (1899-1946), Arnold Coimbra (1902-1951), Érico Cramer (1906-1978), Coriolano de Araújo Benício (1911-1984), Guedes Coutinho, Álvaro Delfino, Carlos Alberto Minuto e outros. (BITTENCOURT, 2001, p. 143-145)

Além dos dramaturgos nascidos na cidade do Rio Grande, a mesma ainda contava com um grande número de artistas estrangeiros que passaram a morar no município e a atuar em seu cenário artístico teatral. Entre eles, o artista português Bastos Guerra (Agueda, 1878/Rio Grande, 1964), que teve presença marcante especialmente nas décadas de 1920 a 1940, atuando como pintor, escultor, teatrólogo, cenógrafo, figurinista e diretor, além de ser um dos fundadores da Companhia Lírica Dramática "Guarani".

3 O Teatro Sete de Setembro e seu pioneirismo

O Teatro Sete de Setembro é um marco para a cidade do Rio Grande e para o estado do Rio Grande do Sul. Ele pode ser considerado o primeiro teatro construído em alvenaria, dessas localidades, e possuía um estilo arquitetônico distinto das construções da época. Ficava localizado em um ponto privilegiado da cidade, na Rua do Príncipe, atualmente a Rua General Bacelar, com saída para a atual praça Júlio de Castilhos. Esses fatores faziam com que sua aparência se destacasse na cidade.

O edifício demonstra a transição da arquitetura tradicional luso-brasileira, presente em grande parte da cidade, para as inspirações neoclássicas. Do mesmo modo, ele é resultado da boa situação financeira da localidade, principalmente dos diversos comerciantes que estavam emergindo economicamente e das novas demandas de sociabilidades.

Com a construção desse edifício dedicado às artes cênicas, intensificam-se as manifestações teatrais na cidade e propiciou-se o circuito artístico do estado do Rio Grande do Sul. Além de servir para apresentações artísticas, o teatro ainda promovia bailes e era utilizado para atos de civismo. A partir da edificação do Sete Setembro, a cidade do Rio Grande passa a contar com um local apto a receber com comodidade tanto artistas quanto espectadores.

Para a construção do edifício, criou-se a "Sociedade Sete de Setembro", composta pelas famílias mais abastadas da cidade que, posteriormente, viriam a ter seus camarotes exclusivos no teatro. Isso faria com que grande parte do espaço interno da edificação fosse dedicado aos camarotes, tornando-o praticamente um teatro semiprivado. Para arcar com os custos da construção, a sociedade vendeu ações a 100 mil réis.

Além disso, foi adquirido um terreno do Cônego Francisco Ignacio da Silveira – vigário da Matriz de São Pedro – que ficava localizado, na época, na rua Direita com fundos para a antiga praça da Quitanda, atual praça Júlio de Castilhos. A escritura foi lavrada no dia 31 de outubro de 1831 e as obras se iniciaram. Por fim, o teatro foi inaugurado em 7 de setembro de 1832. A respeito do evento, o jornal "O Noticiador" registrou que:

> [...] as 6 horas da noite, em novo Theatro desta Villa 7 de Setembro se apresentou a insigne Peça de Antonio Xavier de Azevedo, intitulada – O Bom Amigo –; anteriormente tinha recitado um Elogio o Sr. Carlos Antonio da Silva Soares, o qual foi aplaudido por todos os assistentes, o que deu provas de ter contentado o respeitável Público; Seguindo-se o Hymno Nacional, e os Vivas expressados pelo Presidente da Camara Municipal, e respondidos com energia e satisfação por todos os assistentes. (JORNAL O NOTICIADOR, 1832)

Monteiro (1935) relata ainda que a noite de inauguração se encerrou com uma jovial e graciosa pantomima e com a farsa intitulada "o casamento por gosto" , a qual foi elogiada pelo engraçado enredo e boa execução dos atores. O Noticiador relata ainda que, nos intervalos dos atos, ouvia-se uma música sofrível de sons harmoniosos. Ao término da notícia, é citado o grande prazer que assolava a localidade, pela nova construção, e são citados a mobilização e o esforço da sociedade criada para que tal obra pudesse ser realizada.

Não se tem muitos registros visuais do prédio original do Sete de Setembro. Segundo Bittencourt, até 2007, o único documento encontrado seria uma gravura de autor desconhecido, datada de 1847. Porém, a partir dos registros em jornais, pode-se compreender como seria sua estrutura. Assim sendo, a edificação do teatro possuía recuo frontal, diferente das demais construções presentes em seu entorno, e três pavimentos, sendo o último deles um sótão. O autor descreve:

> No primeiro pavimento existiam cinco portas; no segundo, cinco janelas e no terceiro, quatro janelas: duas frontais e duas laterais na forma de água-furtada. [...] O frontispício compunha-se, também, por quatro pilastras de ordem toscana dispostas ao longo do primeiro e segundo pavimentos, encimadas por um frontão triangular de inspiração neoclássica arrematado por moldura e coroado por um coruchéu. Acima das duas janelas do frontão destacava-se um elemento decorativo. [...] Na frente da construção estendia-se um pátio aberto por cerca de uns oito a nove metros do edifício. Nesse local, por ocasião de bailes à fantasia, eram feitas fogueiras, sobre as quais saltavam os foliões. Um muro em alvenaria com grades metálicas organizava o espaço e um portão dava acesso ao teatro. Os fundos do prédio não iam até o alinhamento da rua do Pito (atual rua República do Líbano); um galpão de madeira, utilizado para depósito, terminava a construção. Aos lados, em toda a sua extensão ficavam estreitos corredores para o arejamento da

plateia por meio de janelas aos fundos dos camarotes. (BITTENCOURT, 2007, p. 155 e 156)

Figura 1: Gravura do Teatro Sete de Setembro em 1847, de autor desconhecido.



Extraído de: Aspectos Brasileiros: meados do século XIX, Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.

No ano de 1844, anunciava-se a busca por pedreiros nos jornais para a construção de um muro nos fundos do Teatro, onde ficava localizada a praça. Bittencourt registra que, no ano de 1846, o "Jornal Ilustrado Ostensor", sediado na Corte, comentou o aspecto da edificação, o qual apontava ser "um edifício de boa arquitetura, com seu pórtico e um frontão triangular, anunciando que é esse lugar das honestas recreações da noite" (BITTENCOURT, 1996, p. 125). Desde a sua inauguração, o teatro era precariamente iluminado por velas de espermacete , conforme registro dos jornalistas da época. A iluminação ainda era um forte empecilho para os acontecimentos noturnos na cidade naquele período.

A partir da mesma década, o edifício passou por diversas reformas, que mudaram consideravelmente sua arquitetura original. As mesmas foram iniciadas em 1852 desde o seu interior, com a forração do teto da entrada do edifício, dos camarotes, do proscênio e das 46 colunas de cedro colocadas entre os camarotes.

Monteiro (1939) registra a busca por trabalhadores para executarem as obras, no anúncio é apontado que o tecido da forra-

ção do teto seria de algodão, com ornamentos em cor de ouro e o dos camarotes, branco com uma renda grega de cor carmesim na parte inferior e dois filetes cor de ouro junto a ela. Além disso, os camarotes e as laterais da entrada teriam sido pintados de rosa; os parapeitos, de encarnado; a bancada da plateia, da cor de canário; o proscênio, de branco, com ornamentos cor de ouro; as colunas de cedro, de branco e, por fim, a entrada da plateia teria sido forrada em madeira e pintada de branco.

Em 1855, reformas foram realizadas na parte externa do teatro e no entorno. O galpão em madeira, localizado ao fundo da edificação, foi demolido para dar lugar ao palco. Os jornais registram que:

> O theatro vae soffrer uma alteração que, dando maiores dimensões e commodidades á caixa, serve ao mesmo tempo para aformosear a praça de S. Pedro. Vimos o elegante e singelo desenho dessa obra, offerecido pelo habil artista Snr. Jóse Manoel de Lima que indicou esse melhoramento, e que está a cargo da obra [...]. O Sr. Lima, que tantas provas de interesse tem dado pelo nosso theatro, merece sinceros elogios por sua dedicação. (MONTEIRO, 1935, s/p.)

Conforme mencionado, além dessas alterações relacionadas ao palco, o prédio recebeu uma nova fachada, voltada para a Praça São Pedro. Foram trocados também os "panos de boca" ou cortinas; os novos foram pintados gratuitamente pelo artista Joaquim Lopes de Barros Cabral Feibi, professor da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Monteiro (1939) descreve que, através de duas cortinas encarnadas, estavam representados o Rio de Janeiro e o Brasil sobre um trono, recebendo a paz e o comércio. O mesmo jornal analisado pelo autor, no dia 20 de outubro de 1855, anunciou a reabertura do teatro com bailes *masqués* (baile de máscaras), nos dias 4 e 11 de novembro.

A década de 1860 iniciou-se com mais reformas. Uma das mais relevantes foi a instalação da iluminação a gás, inaugurada em 14 de dezembro de 1862, segundo registro do Diário do Rio Grande:

> Para o teatro desta cidade, acaba de chegar dos Estados Unidos um grande lustre. Esta elegante peça já foi despachada na alfândega, e já se acha no Teatro para ser colocada no seu respectivo lugar. Não é obra de primor, todavia, tem alguma arte e merece ser apreciado. Compõe-se de 58 bicos de gás divididos em três ordens de maior a menor, de modo que a primeira ordem tem 34 bicos, a segunda 16 e a terceira 8. Com um tão valioso auxílio, a par do importantíssimo

> melhoramento que está recebendo o nosso Teatro, não resta dúvida que ele se tornará, apesar de pequeno, digno de ser visitado, por todos aqueles que já têm visto e apreciado o que há de bom neste gênero. Podemos agora dizer sem nos envergonhar que a cidade do Rio Grande já tem um Teatro, não pelo seu tamanho, mas sim pelo luxo e gosto com que está arranjado. (DIÁRIO DO RIO GRANDE de 26 de fevereiro de 1864 apud BITTENCOURT, 1996, p. 129)

Em 1863, o teatro recebeu uma grande reforma nas grades e colunas dos camarotes. Nesse momento, também foram instalados novos acabamentos em carpintaria e realizadas pinturas. O teto foi descrito pelos jornais da época e registrado da seguinte forma:

> [...] em torno de um grande e rico florão, as sciencias, as artes, o comercio e a industria, são representadas sob figuras allegóricas. Uma grinalda de flores, circundava o tecto, servindo de cornija a 3ª ordem. Os camorotes foram forrados de papel, em que predominava o dourado. Foi augmentado o proscenio e reformados os camarotes e platéa. Dos camarotes também desappareceram os informes e desagradaveis brancos fixos. Cinco lindos e maneiros mochos de pallinha que se acham em cada camarote, promettem ao bello sexo uma certa commodidade, de que era privado. (MONTEIRO, 1939, s/p.)

No entanto, Monteiro (1939) aponta que os novos cenários, muito elogiados, foram pintados pelo artista Bernardo Braselli. Tudo isso foi apresentado para o público em 03 de abril de 1864. A companhia responsável pelos espetáculos foi a dos atores Lacerda e Areia, que apresentaram o drama *Cinismo, Ceticismo e Crença* e as comédias *Depois do Baile* e *Chalé de Cachemira*.

Apesar das recentes reformas e da reinauguração, entre os anos de 1865 e 1871, o teatro iniciou novamente grandes obras. Sobre o novo edifício, Augusto do Pinho (1869), citado por Bittencourt (1996) assim coloca:

> O Teatro Sete de Setembro, único que ali há, é um dos melhores edifícios do Rio Grande; a fachada principal, que está situada à Rua do Príncipe [hoje, rua General Bacelar], é simples mas airosa; à direita e à esquerda do vestíbulo há duas salas, em uma delas está um botequim bem provido e na outra um bilhar; por cima destes estabelecimentos acham-se colocados dois terraços, onde os frequentadores, nas noites acaloradas de espetáculos, vão gozar da brisa refrigerante

> [...]. O fundo do Teatro dá para um largo, e sua perspectiva é muito mais imponente e bela do que seu frontispício. [...] O salão dos espectadores é vasto, os bancos são forrados de palhinha e muito cômodos; nas três ordens de camarotes correm elegantes grades pintadas de branco e ouro; o palco é espaçoso e a pintura interna e externa está bem conservada; a iluminação, porém, da sala dos espectadores, é feita por um enorme lustre que dá muita luz, mas abafa e acanha o salão. (PINHO, 1869 apud BITTENCOURT, 1996, p. 130)

Como mencionado anteriormente, a iluminação a gás instalada se concentrava na colocação do grande lustre vindo dos Estados Unidos, e somente em setembro de 1878 essa viria a ser estendida para os camarotes. A entrada para o salão e para os camarotes igualmente sofreu modificações. Nesse mesmo ano, também foi expandido o espaço destinado à plateia, com a colocação de mais 110 cadeiras e diversas travessas . Em 1881, Artur Leonimo registra em suas anotações a péssima aparência externa do edifício que, até então, tinha se mantido bem conservada (BITTENCOURT, 2007).

Figura 2: Plateia do Teatro Sete de Setembro em 1926



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Em agosto de 1886, os locais no teatro são expandidos, sendo a última ordem de camarotes transformada em galerias, com capacidade para 300 pessoas. Já no ano de 1887, o empresário local, Fernando Bianchini, instalou-se no "Grande Hotel", localizado ao lado do Sete de Setembro. O hotel era responsável por hospedar as companhias de artistas que vinham se apresentar na cidade. Para expandir seus investimentos, em meados de 1895, o empresário aluga um dos salões do teatro e o transforma em um restaurante e bar, que são conectados a seu hotel por uma porta. A respeito disso, Monteiro, no ano de 1935, escreve que:

> [...] tinham porta e janella para a rua Direita e porta e janellas para o pateo e eram alugados, sendo que em 1895 onde hoje está a bilheteria, existia uma alfaiataria e o outro salão, à direita, era occupado por uma sala de refeições ou baar de propriedade do sr. Fernando Bianchini, que o ligará a seu Grande Hotel por uma pequena porta. Ao centro ficava uma grande porta com grade de ferro, substituida hoje por cortina de ferro. Na parte alta havia uma sótea que se comunicava com uma vasta sala, onde, nos intervallos, se reuniam os espectadores para fumar e conversar. Esta sala em 1910, quando da nova edificação em que foi transformada a sua fachada principal, foi adaptada para quartos alugados ao Hotel. O theatro compunha-se então de plateia e tres ordens de camarotes. (MONTEIRO, 1935, s/p.)

No ano de 1895, o teatro foi comprado da Sociedade Sete de Setembro pelo valor de 24:500$000 réis por Alfredo Corrêa Leite; a escritura da venda foi lavrada no dia 15 de julho. De julho a setembro do ano seguinte, o teatro passou por restaurações e pinturas, as quais foram realizadas por Ricardo Giovannini (Parma, 1853/Rio Grande, 1930), tendo sido reaberto em 10 de outubro do mesmo ano.

Nesse período, o teatro ainda não possuía serviços sanitários, o que era comum para as construções do começo do século XIX, todavia, não era mais aceito pela população, sendo considerada uma prática anti-higiênica, fazendo com que a mesma exigisse uma atitude do teatro e a construção de mictórios. No ano de 1899, o teatro é revendido para Bianchini, que:

> [...] aumenta a sala de refeições, demolindo paredes do teatro, e constrói dois grandes arcos que permitiam maior comunicação com o Grande Hotel. Por essa ocasião, a terceira ordem de camarotes foi transformada em galeria. O Teatro passa a se adaptar às novas realidades, dando à população maior acesso aos espetáculos. (BITTENCOURT, 1996, p. 131)

Até o ano de 1910, a edificação do Sete de Setembro funcionou exclusivamente como teatro. Todavia, em 5 de outubro desse mesmo ano, a "Empreza Francisco Machado" se estabeleceu no local com o cinema. Nesse contexto, passaria a ser arrendado para atuar ora como cinema, ora como teatro. Registra-se ainda que, por determinado momento, ele ainda teria sido denominado de "Cine Parisiense" e, posteriormente, no ano de 1926, de "Cine Independência".

Já no ano de 1911, a "Rio Grande do Sul Revista Ilustrada", produzida pelo fotógrafo Amílcar Fontana, registra que não iria colocar imagens do Teatro Sete de Setembro por não haver "importancia alguma sua edificação e ser o frontispício um grande portão de ferro."

Apesar de não terem sido encontradas fotografias que retratem a abóbada presente no Teatro Sete de Setembro, através dos relatos de Mauro Guerra (Rio Grande, 1948), a respeito de seu pai, o artista Bastos Guerra, conclui-se que o Teatro Sete de Setembro possuía pinturas interiores, as quais teriam sido renovadas na primeira metade do século XX – entre as décadas de 1920 e 1930 –, pelo artista. Segundo Mauro Guerra (2020), a:

> [...] obra de grande vulto que [ele] realizou, foi a pintura da cúpula do Teatro 7 de Setembro (antigo), trabalho realizado durante o período de seis meses, afrescos e retratos de compositores clássicos ali foram pintados. Mas durante a demolição do teatro, lamentavelmente não tiveram o cuidado de preservar e guardar as pinturas. (GUERRA, 2020, s/p.)

Em 1º de janeiro de 1947, a "Empreza F. Cupello & Cia. Ltda" assume a instituição da "Empreza F. S. Gaudio" e idealiza a reedificação do Sete de Setembro a partir da demolição do antigo edifício e da construção de uma nova casa de espetáculos, visando atender aos moldes mais modernos existentes no país. A empresa ainda aponta terem sido gastos na nova obra dois milhões de cruzeiros, o que, segundo ela, demonstra a confiança que a empresa tem na cidade. Sendo assim:

> A nova construção [...] foi realizada sob um plano de magnífica estrutura arquitetônica, possuindo o edifício duas faces, uma de acesso à rua General Bacelar e a outra de saída à praça Júlio de Castilhos, e ambas traçadas em estilo sóbrio, mas elegantíssimo, constituído de linhas simples, mas de grande beleza. (BLOG PAPAREIA, s/p.)

A obra foi de responsabilidade do construtor Horacio Rocha e, segundo a empresa idealizadora, contava com mobiliário da melhor quali-

Figura 3: Cine-Teatro Sete de Setembro.



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense

dade para seus objetivos. As poltronas eram confortáveis e anatômicas, além de dispostas de forma a tornar possível aos espectadores visualizarem a tela ou o palco, com facilidade e sem prejudicar o espetáculo.

Para mais, o pano de boca foi adquirido da loja de decorações "Casa Nunes", localizada no Rio de Janeiro, e as passadeiras, os tapetes e os tecidos de revestimento interno, como cortinas, foram adquiridos na indústria local, Companhia União Fabril. A respeito dos aparelhos instalados para a reprodução cinematográfica, era utilizado um conjunto de projetores Brenkert, com lanternas de alta intensidade e aparelhos de som Klang-Filme.

Assim o Teatro Sete de Setembro encerrou sua trajetória, ao final da década de 1950, para dar lugar à construção do novo Cine-Teatro Sete de Setembro, inaugurado em 15 de novembro de 1949.

4 Politeama Rio-Grandense: um teatro plural

Ainda que as histórias dos teatros Sete de Setembro e Politeama Rio-Grandense apresentem semelhanças, há que se destacar inicialmente suas distinções, começando por suas origens. O conhecido Politeama recebe, em sua fundação, o nome de "Anfiteatro Albano Pereira", em homenagem a seu idealizador, o empresário e artista equestre Albano Pereira (Coimbra, 1839/ Rio Novo, 1903). Antes da construção do anfiteatro, junto a sua família, ele era proprietário e diretor de um circo, o qual já havia se apresentado duas vezes em um barracão armado na Praça Sete de Setembro, em Rio Grande.

No ano de 1875, o artista e sua companhia, denominada "Circo Universal", realizavam apresentações na Praça Conde d'Eu, em Porto Alegre/ RS. Sendo muito aclamado pelo público, o empresário acaba por desmanchar o toldo, a fim de realizar o feito de erguer um circo fixo na mesma praça. Desse modo, de maio a agosto do ano de 1875, foi erguido um "pavilhão soberbo", o qual teve como mestre de obras Manuel Afonso Rios. A obra, propriedade exclusiva de Albano Pereira, custou mais de oito contos

de réis e contava com 32 metros de circunferência, dois salões de entrada, salas de bebidas e cafés, um palco de dez metros por sete e uma cavalariça para até 30 animais. Além disso, a obra:

> [...] contava com três ordens de cadeiras, uma de camarotes com 32 divisões e cinco assentos por unidade em plano suspenso, com as arquibancadas em sete ordens, comportando mais de mil pessoas. (DAMASCENO, 1956, p. 161-162).

Após a inauguração, no dia 13 de agosto, a companhia realizou diversas apresentações, atraindo grande público. Entretanto, seus dias de glória começaram a declinar e, em outubro do mesmo ano, o público já era escasso.

Enquanto essa história se desenrolava em Porto Alegre, Albano Pereira já construía sua trajetória na cidade do Rio Grande. Retornando de uma viagem a Montevidéu, com o intuito de contratar artistas para seu circo, que iria inaugurar em agosto, o empresário, no dia 29 de julho de 1875, declara à imprensa que iria, nesse mesmo dia, requerer licença para construir em Rio Grande um circo similar ao que estava sendo erguido em Porto Alegre. Caso fosse cedida a licença, o empresário garantiu que as obras iriam começar imediatamente e o edifício perduraria por, no mínimo, quatro anos. No dia 21 de setembro de 1875, a Câmara do Rio Grande autorizou o funcionamento da casa de espetáculos:

> Consta na Ata e Termos da Câmara de Vereadores do Rio Grande de 21 de setembro de 1875 op. 68-69 que o Sr. Albano Pereira requereu licença para o estabelecimento de um circo na cidade pelo prazo de quinze anos, que seria construído próximo à Praça Municipal (hoje Praça Xavier Ferreira), entre o Mercado Público e o antigo prédio já demolido da Associação Comercial (hoje Câmara do Comércio). Foram-lhe concedidos, entretanto, somente quatro anos, com a condição expressa de ser demolido se, antes desse prazo, a Câmara resolvesse aumentar o edifício do Mercado. (BITTENCOURT, 1996, p. 132)

No dia 18 de outubro de 1875, foram iniciadas as obras. Localizado então entre o Mercado Público e a Câmara do Comércio, o circo-anfiteatro foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1876. Monteiro (1937) afirma que a apresentação foi muito concorrida e aplaudida. A partir dessa data, o teatro iria funcionar às nove horas, nas terças e quintas-feiras e também aos finais de semana, apresentando a *Companhia de Cavalinhos e Pantomimas* e apresentações dramáticas e líricas.

A construção em madeira era simples e com cobertura de telhas de zinco. Em novembro de 1879, Albano Pereira solicitou mais oito anos de funcionamento, mas só lhe foram concedidos dois. Entretanto, as atividades foram interrompidas precocemente, após cinco anos, por um forte temporal, ocorrido no dia 19 de julho de 1881, que derrubou a então recente construção.

Figura 4: Fotografia panorâmica da cidade do Rio Grande em que se encontra o Anfiteatro Albano Pereira



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1070782596616392&set=g.1509648409266249&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 15 out. 2020.

O prédio foi reconstruído novamente em madeira, com sua reabertura realizada em dezembro do mesmo ano. O *Jornal Local Diário do Rio Grande*, de 22 de dezembro de 1881, comenta a nova construção, denominada Politeama Rio-Grandense:

> Tivemos hontem ocasião de visitar elegante edifício, propriedade do infatigável artista Sr. Albano Pereira. As notáveis reformas porque acaba aquelle estabelecimento, e nas quaes dispensou o respectivo proprietário avultada soma, garantem-lhe a primasia entre todos os theatros da província. A solidez da obra e o esmero e capricho com que foi executada, colocam-n'o em condições de offerecer ao público commodidades superiores a qualquer outro edifício d'aquella natureza. E digno de encomios o Sr. Albano Pereira pelos grandes sacrifícios a que se expôz para dotar nossa cidade com um theatro nas condições em que se acha o Politheama Rio-Grandense. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 1881, p. 1-2)

Figura 5: Fachada do Politeama Rio-Grandense



Fonte: <https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com/2018/08/teatro-politeama.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Todavia, depois de apenas três anos, o teatro não era mais capaz de oferecer segurança ao público e aos artistas, tendo em vista sua deterioração. Nesse contexto, foi condenado à demolição, em 1883, mas somente em 1884 tal ação foi concretizada. Ainda nesse ano, Albano Pereira, agora junto a Antônio Marques de Oliveira Rey, mobilizaram-se para a construção de um novo teatro, na Rua Andradas esquina com General Câmara.

Sendo assim, em 18 de setembro de 1884, os irmãos e engenheiros Ricardo e Emílio Calcagno solicitaram à Câmara da cidade a aprovação do projeto de edificação. Com as devidas autorizações, as obras iniciaram. Porém, elas não estavam sendo realizadas como deveriam, ocorrendo intervenção da Câmara, a qual mandou peritos verificarem e redigirem as orientações do que deveria ser alterado para funcionamento do teatro.

Em 10 de fevereiro de 1885, foi solicitada a autorização para funcionamento da casa de espetáculos e, já no dia 13, a mesma foi concedida, após análise de uma comissão de empreiteiros. Por fim, o Politeama Rio-Grandense, já em um novo edifício, teve sua inauguração nas noites dos dias 15, 17 e 22 de fevereiro daquele ano, com a realização de bailes à fantasia em decorrência do Carnaval. Monteiro (1937) afirma ainda que o teatro abriu suas portas para os Clubes Saca-Rolhas, Diogenes, Terríveis, Congo e Minas. As cadeiras da plateia eram móveis, de forma que o edifício pudesse ser utilizado para outros fins, como os citados bailes de carnaval, por exemplo. O mesmo formato era utilizado para apresentações circenses, nas quais a plateia era transformada em picadeiro, e os espectadores ficavam localizados nos camarotes e nas galerias.

O novo teatro era construído em alvenaria e estilo eclético (CHING, 1999). Ficava alinhado às construções em seu entorno; entretanto, destaca-se por suas grandes dimensões, bem superiores ao já existente Teatro Sete de Setembro, sendo esta outra característica que os diferenciavam. O edifício apresentava dois pavimentos e dois pequenos pátios gradeados ao lado:

> No primeiro, sete portas davam acesso à construção. No segundo, duas janelas e um caixilho de madeira em arco pleno ao centro da fachada e quatro janelas laterais. Encimavam a construção cornijas em semicírculo, coroadas por quatro pinhões, e ao centro, a Lira de Orfeu aludia às atividades artísticas no edifício. (BITTENCOURT, 2007, p. 174)

Com seus dois pavimentos, o teatro tinha capacidade para 1600 pessoas, o que demonstra a amplitude social do local, distinto do Sete de Setembro, o qual era um espaço menor, mas de maior requinte. Isto deixava a cidade do Rio Grande com duas casas de espetáculo.

Em 1886, o edifício passa a ser propriedade exclusiva de Marques Rey, pois Albano Pereira retornaria para Porto Alegre. Ele se despede através da imprensa da cidade do Rio Grande, no dia 21 de agosto. Damasceno (1956) registra que, no ano de 1887, em parceria com Cândido Ferraz, o artista realizou apresentações no Teatro Variedade, em Porto Alegre, com a "Companhia Equestre, Ginástica, Acrobática, Equilibrista, Malabarística, Mímica e... Bufa". Com seus variados tipos de apresentações, a companhia foi considerada perfeita, excepcional e agradável. Cabe destacar o espetáculo que contava com 80 crianças integrantes, ricamente vestidas (DAMASCENO, 1956).

Diferente do Sete de Setembro, o Politeama Rio-Grandense não sofreu praticamente nenhuma grande reforma. Bitencourt (2007) ainda afirma que, ao término de 1930, ele ainda mantinha grande parte de suas primitivas características da reconstrução de 1885. A revista *Rio Grande do Sul Revista Ilustrada* registra, no ano de 1911, discorre que o teatro contava com excelentes picadeiros e cenários variados. Afirma-se ainda que, além das companhias equestres e de ginástica, o teatro recebia companhias dramáticas de óperas e operetas e, pensando nestas, é que seu interior foi recentemente reformado, buscando receber, com melhor comodidade, o público.

No ano de 1913, Marques Rey arrendou o teatro para a firma Gaudio & C. Nesse mesmo ano, o advento do cinema chega ao Politeama, com a instalação do "Victol Cinema", no dia 15 de agosto. A partir disso, o espaço começa a ser chamado de "Cine-Teatro Politeama" – tal como ocorre com o Teatro Sete de Setembro – e conta com sessões de fita cinematográficas que custavam 500 réis o lugar (MONTEIRO, 1937). Já em 1937, Monteiro (1937) afirma que o edifício pertence aos herdeiros de Rey e parte à firma Gaudio & C.

Foi idealizada ainda pelo empresário Fluvio Salvado Gaudio, a construção de um novo edifício para o Cine-Teatro Politeama, com seis pavimentos de responsabilidade dos engenheiros construtores Spolidoro &

Cia. No entanto, o projeto acabou não sendo realizado.

Figura 6: Fachada do Politeama Rio-Grandense vista da direita.



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Com a chegada da década de 1950, o prédio acabou novamente ficando em situação precária. Com as atividades cada vez mais decadentes, o Cine-Teatro fecha efetivamente suas portas em 1953, e a edificação restante é demolida em 1955, para a expansão do Colégio Joana d'Arc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste artigo consistiu em demonstrar a ligação do teatro com a história rio-grandina, por meio dos entrelaçamentos entre o fazer cênico e os dois edifícios teatrais, bem como refletir sobre não ser possível analisar as práticas cênicas sem compreender o contexto em que elas estão inseridas. O mesmo se aplica para os edifícios teatrais: é necessário compreender o seu entorno, suas trajetórias, seus públicos e seus idealizadores, sendo a arquitetura o resultado de diversas significações e possuinte de simbologias.

Dessa maneira, buscou-se aqui, através de uma revisão bibliográfica, contextualizar partes de uma grande e complexa narrativa teatral da cidade do Rio Grande, sem buscar esgotá-la, mas, ao contrário, provocando

novas repercussões. Nesse sentido, notou-se que não basta compreender isoladamente o contexto da cidade, mas as referências, inspirações e relações que ela estabeleceu com o circuito artístico de outras localidades, seja no âmbito nacional ou internacional. Assim, compreendeu-se, através das fontes consultadas, que o cenário teatral encontrado na cidade durante os séculos XIX e XX dialogava com o restante do país e com a Europa.

Do mesmo modo, identificou-se que as tensões sociais repercutiram tanto na arquitetura quanto na dramaturgia dos palcos rio-grandinos. Estas refletem nas produções, modificando as condições de acesso, a distinção na disposição das plateias e camarotes e os gêneros teatrais. A exemplo, cita-se a grande efervescência das comédias de costumes em detrimento das tragédias e dramas.

Portanto, a partir de todos aspectos abordados, pode-se aventar a possibilidade de que Rio Grande marcou a história do teatro no estado do Rio Grande do Sul. Esse destaque fica a cargo dos dois teatros construídos, Sete de Setembro e Politeama Rio-Grandense, os quais atraíam e recebiam com comodidade artistas de renome nacional e internacional, principalmente no decorrer do século XIX. Além disso, a partir de 1840, o circuito teatral local passa a contar com a presença marcante das diversas sociedades dramáticas do próprio Rio Grande do Sul.

Ao final do século XIX e começo do XX, a cidade sofreu modificações em seus teatros para abrigar a nova tendência: o cinema. Foram construídos diversos edifícios destinados especialmente a esse fim, do mesmo modo que foram adaptados os teatros ou até mesmo demolidos e reconstruídos – como o Sete de Setembro –, para se adequarem às novas demandas. Atualmente, esses locais, tanto os teatros quanto os cine-teatros e cinemas, estão descaracterizados[3]. Em sua maioria, foram transformados em espaços comerciais, que não mantiveram grande parte de seus atributos originais, sendo possível identificar apenas resquícios do que um dia eles foram

REFERÊNCIAS

AGORA JORNAL DO SUL. *As artes no passado*, Edição especial 6 cadernos 250 anos de Rio Grande, p. 10-11, 19 fev. 1987.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. Apontamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX. *Biblos*, v.8, p. 117-137, Dep. de História,

3 Para registro, o único local que ainda funciona com seus objetivos originais é o Cine-Teatro Avenida, o qual atualmente denominado Teatro Municipal, localizado na Avenida Major Carlos Pinto, 312, bairro Cidade Nova.

FURG, Rio Grande, 1996.

_____. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade*: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande). 1.ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

_____. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade*: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional. 2.ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

_____. Os primeiros teatros do Rio Grande do Sul (século XVIII-primeira metade do XIX). In: *XXIV Simpósio Nacional de História* – ANPUH, 2007. História e Multiplicidade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo, 2007.

CHING, Francis D. K. *Dicionário visual de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1956.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. *Anúncios*, p. 1-2, 22 dez. 1881.

FARIA, João Roberto. Um sólido panorama do teatro brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, v. 44, p. 342-346, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30101>. Acesso em: 17 set. 2020.

LIMA, Evelyn. F. W. *Espaço e Teatro.* Do edifício teatral à cidade como palco. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

_____. Arquitetura teatral no Brasil: da Colônia às formas contemporâneas. *Textos do Brasil*, n. 16, p. 84-115, Brasília, 10 maio 2010. Disponível em: <http://www.unirio.br/espacoteatral/arquivos/anexo/artigos/arquitetura-teatral-e-cidade>. Acesso em: 10 set. 2020.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 5 jul. 1935.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 4 jul.1935.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: o Polytheama. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 4 dez. 1937.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: o Polytheama. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 5 dez. 1937.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 12 abr. 1939.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal*

O Tempo, Rio Grande, 13 abr. 1939.

_____. Coisas de Teatro I. *Jornal Rio Grande*, Rio Grande, s/p., 19 ago. 1946.

_____. Coisas de Teatro II. *Jornal Rio Grande*, Rio Grande, s/p., 21 ago. 1946.

_____. Coisas de Teatro III. *Jornal Rio Grande*, Rio Grande, s/p., 24 ago. 1946.

O NOTICIADOR**.** *Interior Rio Grande*, n. 70, p. 01, 10 set. 1832.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RIO GRANDE DO SUL REVISTA ILUSTRADA *Theatros*, anno I, n. 7, p. 164, jun. 1911.

SIQUEIRA, Sônia. *A teatralidade do Barroco*. 2.ed. São Paulo: Centro Cultural Teresa D'Avila, 1996.

STUDIO, MLO. *Theatro 7 de Setembro*. Youtube, 28 jun. 2011 (2'20 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7CfTgfYFSWA. Acesso em: 20 nov. 2020.

Recebido em 13/02/2021

Aprovado em 31/05/2021

TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS GEOGRÁFICAS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA NA COLÔNIA DE PESCADORES Z3, PELOTAS/RS

GEOGRAPHICAL TRANSFORMATIONS AND PERMANANCIES IN THE PROCCESS OF HUMAN OCCUPATION AT COLÔNIA DE PESCADORES Z3, PELOTAS/RS

Gustavo Maciel Gonçalves[1]
Ana Paula Neto de Faria[2]

RESUMO

Na trajetória histórica de ocupação do espaço geográfico, alguns elementos permanecem e se acumulam no território e na paisagem, enquanto outros sofrem transformações ou desaparecem. Esse fenômeno condiciona a evolução histórica dos grupos sociais e pode ser compreendido a partir da análise de diferentes períodos históricos. Este artigo apresenta um estudo e informações sobre fenômenos histórico-geográficos relacionados à Colônia de Pescadores Z3, uma vila de pescadores de Pelotas/RS, buscando dar visibilidade à sua história geográfica e cultural. Os principais procedimentos adotados foram: a) consulta à outros trabalhos que tratam do local; b) mapeamentos e levantamentos fotográficos do território e da paisagem local em diferentes períodos temporais e c) análise e interpretação dos mapeamentos, levantamentos e fotografias. Apresentam-se como resultados alguns aspectos vinculados à trajetória de ocupação do território e de produção da identidade estética e cultural da comunidade pautadas por seus condicionantes ambientais, sociopolíticos e econômicos: a) a origem e a trajetória de ocupação do território por diferentes grupos; b) as características do local e as limitações territoriais impostas por fatores ambientais, c) sociopolíticos e d) socioeconômicos; e as considerações sobre e) a evolução das formas urbanas da localidade, e sobre f) o seu ambiente cultural. Ao fim, são feitas considerações gerais sobre o trabalho, buscando-se problematizar de forma crítica a situação na qual se encontra a comunidade atualmente.

Palavras-chave: Ocupação Territorial. Geografia Histórica. Ambiente Cultural. Colônia de Pescadores Z3.

1 Arquiteto urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAUrb/UFPel). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS).

2 Arquiteta urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora adjunta e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

ABSTRACT

In the historical trajectory of the geographic space occupation, some elements remain and accumulate in the territory and landscape while others transform or disappear. This phenomenon conditions the historical evolution of the social groups and can be understood through the analysis of different historical periods. This paper presents a study and compiles information about historical and geographical phenomena related to Colônia de Pescadores Z3, a fishing village in Pelotas/RS, in order to give visibility to its geographical and cultural history. The main procedures adopted were: a) consultation of other papers that treat about the locality; b) mappings and photographic survey from different periods and c) analysis and interpretation of the mappings and photography. The results presented are related to the trajectory of territory occupation and the production of the cultural and aesthetical identity. These factors are seen through the local environmental, sociopolitical and economic conditioners: a) origin and trajectory of territory occupation by different groups; b) features and territory limitations imposed by environmental, c) sociopolitical and d) socioeconomic factors; and considerations about e) the local urban form evolution; and about f) the local cultural environment. At the end, general considerations about the paper are made, in order to problematize in a critical way the situation that the community happens to face nowadays.

Keywords: *Territory Occupation. Historical Geography. Cultural Environment. Colônia de Pescadores Z3.*

INTRODUÇÃO

A conexão entre estudos geográficos e históricos é bastante reconhecida na literatura no que toca as tentativas de compreensão das dinâmicas urbanas de ocupação do território e de produção de identidades estéticas e culturais sobre a paisagem. É bastante reconhecido por diversos autores que o espaço geográfico é multidimensional, no sentido de que é produzido historicamente pelas características ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais de cada sociedade. O espaço pode ser posto como um subproduto do tempo (SANTOS, 1986, p. 32) onde a sedimentação de ações despendidas em diferentes momentos históricos moldam o espaço-território e a paisagem (*ibid*., p. 31).

Para Raffestin (1993, p. 152-153), o território é estabelecido através de uma relação de poder e posse de um indivíduo ou grupo sobre um espaço e é delimitado e, portanto, determinado, por uma fronteira visível ou invisível. Essa fronteira, que em certos casos pode se configurar como um limite intransponível, é organizada por algum tipo de vínculo do indivíduo ou do grupo com o espaço, podendo essa vinculação ser de cunho social, econômico, político ou cultural (RAFFESTIN, 1993 p. 152). Ao fixar-se na essência política do conceito de território, Souza (2000) propõe que existiria uma imbricação deste com as noções de autonomia (*ibid*., p. 80) e de desenvolvimento (*ibid*., p. 100). Daí, o autor faz a pressuposição de que um

mesmo espaço pode ser territorializado por diferentes grupos em diferentes momentos (*ibid*., p. 94), a depender das modalidades de poder exercidas sobre o espaço geográfico e a concepção de desenvolvimento preconizada na relação de poder (SOUZA, 2000, p. 100-101).

A noção de paisagem, por sua vez, estaria mais voltada para um conjunto de formas que, em determinado momento, demonstram as heranças correspondentes às sucessivas relações entre o humano e a natureza (SANTOS, 2006, p. 66). Portanto, a paisagem é muito vinculada aos aspectos estéticos que são produzidos pela ocupação humana do espaço geográfico, normalmente moldados pela cultura e pela visão de mundo dos grupos sociais (TUAN, 1980, p. 91). Para Claval (1999, p. 63), a cultura é a totalidade de comportamentos, atitudes e preferências ambientais, saberes, técnicas, conhecimentos e valores acumulados e transmitidos de uma geração a outra. Portanto, o ambiente cultural tem a ver com os aspectos relacionados à humanização da paisagem que não são meramente físicos, mas que são carregados de significação histórica e cultural, de simbolismos e de identidades.

Parte dos estudos conduzidos neste trabalho se alinha com uma das formas de estudar a dinâmica urbana, o território e a paisagem, que é pelo viés da Geografia Histórica[3]. As visões que vinculam essa área ao fenômeno urbano priorizam uma compreensão baseada na contextualização de aspectos históricos desde as transformações e permanências inerentes ao processo de evolução das formas urbanas (NETTO *et al*., 2014, p. 32).

As noções destacadas apontam que, no processo de apropriação humana do espaço, as trajetórias da natureza e as trajetórias humanas moldam os padrões socioespaciais da ocupação do território e definem social e culturalmente a produção do espaço-lugar e da paisagem. Ao admitir-se a relação entre espaço e tempo, pressupõe-se que é possível identificar, observar e analisar aspectos dinâmicos do território e da paisagem a partir das transformações e permanências que neles se sedimentam. Cada permanência pode ser interpretada como o resultado de um processo, o qual acontece, por um lado, de forma espontânea, informal e pacífica, ou, por outo lado, formal, imposta, ou conflituosa. Ainda que tal processo seja inerente ao passado, ele resulta na demarcação dos limites espaço-temporais do território e na fisionomia da paisagem do presente, predispondo a evolução urbana histórica para um caminho futuro.

A partir dos entendimentos supramencionados, foram produzidas e compiladas informações acerca da história geográfica da Colô-

3 A escola inglesa de Morfologia Urbana, que tem como precursor o geógrafo M. R. G. Conzen (1907-2000), é pioneira nessa área de estudos.

nia de Pescadores Z3, Pelotas/RS, uma vila de pescadores situada às margens da Laguna dos Patos. O trabalho se baseia no objetivo de visibilizar a história geográfica local, associando-a a aspectos ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

1 Origem e trajetória de ocupação por diferentes grupos no "Arroio Sujo"

Na pesquisa realizada por Anjos *et al.* (2004a, p. 21-22; 2004b, p. 11), aponta-se que a atividade pesqueira junto ao estuário e à costa interna da Laguna dos Patos teria seus primeiros registros em meados do século XIX, quando os pescadores nativos detinham a posse e o controle de todas as etapas da produção[4]. Na segunda metade do mesmo século, a atividade pesqueira viria a ser marcada pela influência portuguesa, tanto no sistema de técnicas e práticas quanto em aspectos socioculturais: "Com a vinda dos pescadores portugueses originários da *Póvoa do Varzim*, houve a introdução de novas técnicas produtivas, trazendo consigo as primeiras mudanças significativas nos processos de produção." (ANJOS et al. 2004b, p. 11).

Por iniciativa da Marinha do Brasil, em 4 de janeiro de 1912 instaurou-se a Lei Federal Nº 2.544, a qual, dentre outras determinações, instituiu as Zonas de Pesca (Zs) nas costas litorâneas brasileiras e as colocou sob a tutela do Ministério da Agricultura (FIGUEIRA, 2009, p. 38). Um conjunto de motivações levaram à estratégia de ocupar o território litorâneo nacional com colônias de pescadores, a saber: a organização das cadeias produtivas e os contingentes populacionais associados, a preocupação com a exploração predatória dos recursos marítimos e a própria defesa do território (MALDONADO, 1968 *apud* ANJOS *et al.*, 2004b, p. 13). A concepção era a de que agrupamentos em comunidades costeiras desenvolveriam conhecimentos das regiões litorâneas do país, podendo, assim, serem instrumentos de elaboração e aplicação de estratégias de defesa nacional. (FIGUEIRA, 2009, p. 39)

É nesse contexto que surgiu a Zona de Pesca 3 do Rio Grande do Sul, a qual foi fundada em 29 de junho de 1921 (DELAMARE, 2017, p. 30), e tem como vila-sede a Colônia de Pescadores Z3, uma comunidade de pescadores profissionais artesanais[5] situada na zona rural do município de Pelotas,

4 Para uma contextualização mais ampla sobre os antecedentes históricos das ocupações costeiras no litoral brasileiro, de um modo geral, e no estuário da Laguna dos Patos, em específico, ver Maldonado (1968), Anjos *et al.* (2004a), Anjos *et al.* (2004b) e Figueira (2009).

5 Pescadores profissionais artesanais são aqueles registrados junto aos Sindicatos de Pescadores e que realizam as atividades da pesca extrativa artesanal, ou seja, dotados de técnicas tradicionais e artesanais passadas de geração em geração (FIGUEIRA, 2009).

junto à Laguna do Patos (ver Figura 1). Embora aquele seja o nome mais conhecido da vila, existem outras designações que resumem o contexto do seu território: a "Colônia de São Pedro", nome original da comunidade que remonta à identificação com o padroeiro católico ou o "Arroio Sujo", nome popular correspondente a um dos arroios às margens do qual se assenta a vila.

Figura 1 – Localização da Colônia de Pescadores Z3 dentro da estrutura urbana de Pelotas/RS.



Fonte: software Google Earth, adaptado pelos autores.

Conforme coloca Figueira (2009, p. 39), a ocupação do local se deu a partir da imigração de grupos advindos de diferentes localidades. Compareceram desde os primeiros anos da ocupação populações naturais de Pelotas e de outras cidades do estado como Piratini, Viamão, Rio Grande e Tapes, que fizeram sua morada em pequenas casas de madeira e palha (FIGUEIRA, 2009, p. 39). Foram marcantes para o processo de construção do grupo social e etnocultural existente hoje a imigração de pescadores catarinenses de cidades como Laguna, Itajaí e Florianópolis, que teria ocorrido sobretudo a partir de meados das décadas de 1940 e 1950 (*ibid.*, p. 39). Na década de 1970, houve um numeroso aporte de pessoas que deixaram a Ilha da Feitoria (situada a uma hora a norte de barco da Colônia de Pescadores Z3) para o local, em função da dificuldade no acesso à serviços básicos na ilha (*ibid.*, 39-40). Delamare *et al.* (2015, p. 240) também destacam um movimento bastante significativo, durante a década de 1990, de grupos advindos das zonas urbanas periféricas e rurais de Pelotas para a Z3. Isso teria sido motivado, por um lado, pelo considerável grau de desemprego na cidade em decorrência da crise da indústria de doces em conserva e, por

outro lado, pela sequência de boas safras para a atividade da pesca extrativa (DELAMARE *et al*. 2015, p. 240).

Os dados socioeconômicos levantados nos Censos Demográficos do IBGE (2003; 2011) apontam que, na área referente à vila-sede, a população residente por setores censitários diminuiu de 2.291 pessoas em 2000 para 2.198 em 2010. A mesma dinâmica ocorreu para o percentual de domicílios ocupados que passaram de 87,51% em 2000, para 84,21% em 2010 (IBGE, 2003; 2011). Em contraponto à esses dados, a área ocupada por formas construídas e a expansão da malha urbana do núcleo aumentou significativamente nesse período, como será demonstrado mais adiante. Infere-se que essa discrepância seja explicada pelo perfil sazonal da população local durante os períodos de defeso[6], principalmente durante a safra do camarão.

No processo de ocupação urbana da Colônia de Pescadores Z3, as dimensões ambiental, política, econômica, social e cultural se mostram claramente imbricadas no espaço. O território compreende a formação e a transformação do núcleo físico-espacial, que têm sido condicionadas, sobretudo, a) pelas características impostas pelo ambiente natural de suporte, b) pelas suas limitações territoriais sociopolíticas e ambientais e c) pelas características e crise do sistema socioeconômico da pesca extrativa artesanal. A localidade é abordada nessa pesquisa pois entende-se que os três aspectos mencionados possuem condicionantes que têm produzido impactos negativos sobre a reprodução da vida social e dos valores culturais e históricos locais. Trata-se de uma comunidade em que ainda se pode observar as relações entre a paisagem natural, a cultura e as identidades históricas e onde a regulamentação urbana oficial ainda não se faz presente. Na sequência, serão caracterizados aspectos correspondentes à cada uma das três dimensões mencionadas e à como elas tornaram a moldar os padrões da ocupação territorial e de transformação dos ambientes urbano e natural.

2 Características do ambiente natural de suporte

A porção de terras que compreende a vila encontra-se em uma zona ambientalmente sensível de interface com a Laguna dos Patos, carente de possibilidades adequadas de expansão territorial. As características geomorfológicas e biogeográficas da costa interna da Laguna, sobretudo nas imediações onde se assenta o núcleo, podem ser categorizadas em diferentes ecossistemas interdependentes com características de dinâmica, fun-

6 Período de defeso é aquele em que a atividade da pesca é controlada ou vetada, de acordo com as épocas de reprodução dos organismos aquáticos.

ções ambientais e capacidades de absorção de impactos bastante específicas. A seguir, dispõe-se a categorização do sistema ecológico contíguo à Z3 segundo o que apontam Faria *et al.* (2013, p. 116-117) e Delamare *et al.* (2015, p. 243-244):

a) As faixas de praia estendem-se paralelamente à linha de orla e são cobertas por areia litorânea com presença de conchas marinhas em processo ameno de variação de largura, com sedimentações em alguns pontos e erosões em outros.

b) Sucedendo essas áreas, existem zonas de banhado que se estendem entre as areias e as dunas. Essas superfícies são periodicamente inundadas e têm sua dinâmica influenciada pela sazonalidade das chuvas e pelas variações de nível da lagoa e dos cursos d'água que nela desembocam.

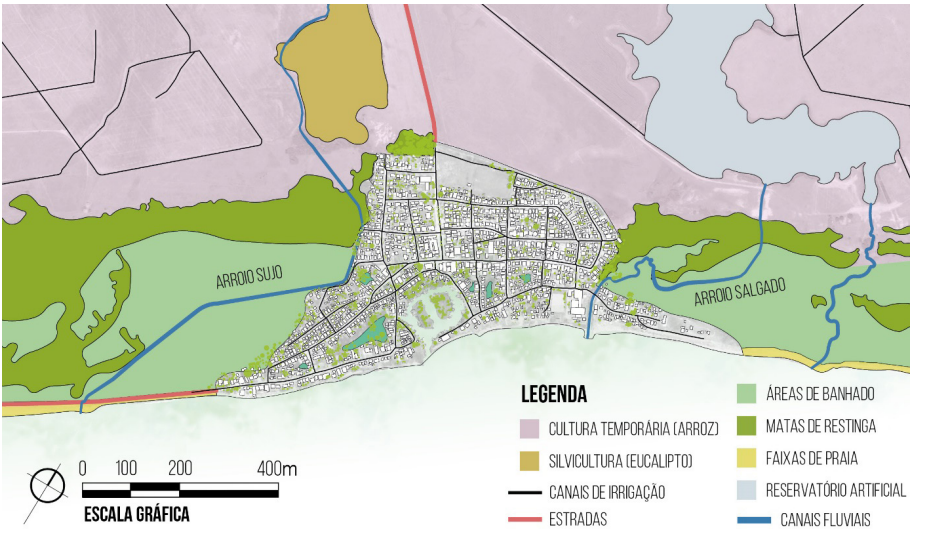
c) A área de dunas subsequente possui perfil inclinado em direção à lagoa, cuja estruturação física é fixada por matas de restinga com vegetação arbórea típica do litoral gaúcho. Estas últimas estão em processo de enriquecimento e diversificação e de expansão territorial no sentido sudoeste-nordeste e se estendem, a sudoeste, próximas à faixa de praia.

d) Para além do mato nativo se estendem, até a Serra do Sudeste, os campos litorâneos em maior altitude, com solos em condições de umidade mais baixas e sem variações significativas nos níveis topográficos. Os campos são mais predominantemente utilizados para a cultura de arroz irrigado, a silvicultura e a pecuária bovina.

e) Além disso, a vila é intermediada por dois canais fluviais: o Arroio Sujo, a sudoeste e o Arroio Salgado a nordeste.

Como demonstra o Mosaico Urbano-Ambiental produzido para a situação de 2018 (Figura 2), a quase totalidade do território do núcleo fica sobre áreas correspondentes às dunas fixadas por matas de restinga, aos banhados e às faixas de praia e adjacentes ou entrecortadas pelos canais fluviais.

Figura 2 – Mosaico Urbano-Ambiental de 2018 da Colônia de Pescadores Z3.



Fonte: os autores.

3 Limitações territoriais sociopolíticas e ambientais

O núcleo urbano da Colônia de Pescadores Z3 surgiu com a ocupação irregular da área adjacente à lagoa, dentro dos limites de uma propriedade rural. A posse de terras da comunidade foi regularizada somente em 1965 através de um acordo entre o proprietário e o Sindicato de Pescadores de Pelotas, ficando definido o território pertencente à comunidade, entre os dois arroios (FARIA *et al.*, 2013, p. 118).

O tipo de regularização realizada incitou uma conjectura societal e política, vigente até hoje, em que a administração local e o acesso à terra são predominantemente intermediados pelo Sindicato, o qual é composto pelos próprios residentes da vila. Portanto, a organização político-jurídica se dá, em grande parte, através de processos de posse coletiva, autogestão comunitária e ocupação informal do território. A regulamentação urbana oficial ainda não se faz presente e a Prefeitura de Pelotas, que reconhece a comunidade, tem contemplado apenas algumas demandas mais localizadas, como o atendimento paliativo de problemas de infraestrutura vinculados à enchentes, por exemplo.

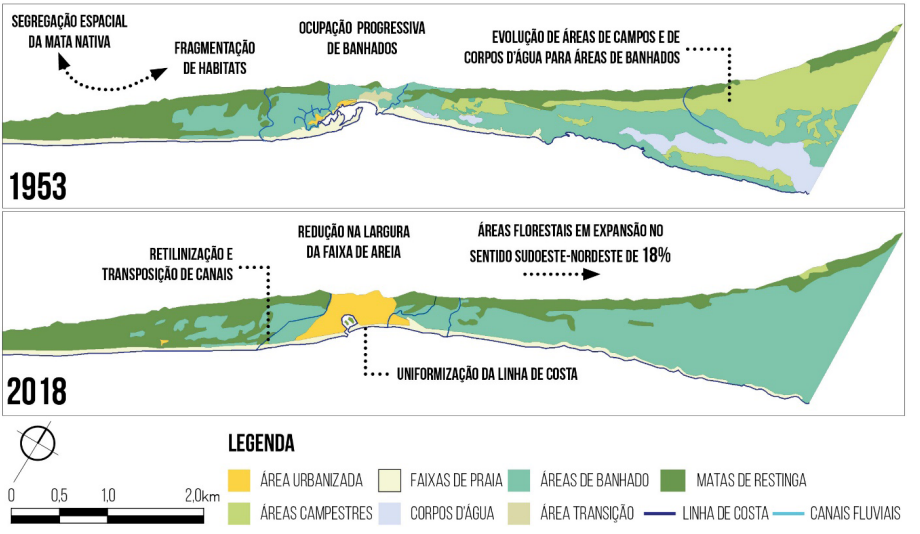
A demarcação atual do limite territorial da comunidade a noroeste, resultante do acordo entre o Sindicato e o proprietário, é desenhado por um cercado de madeira para além do qual se estende a propriedade voltada à agricultura, silvicultura e pecuária. Os proprietários, a princípio, não

possuem interesse em vender parcelas de suas terras, de forma a possibilitar oportunidades qualificadas para a expansão territorial do assentamento. Dessa forma, as possibilidades de expansão urbana ficaram restritas às invasões em áreas inundáveis e não aproveitáveis junto à orla, que não são objeto de fiscalização por parte dos proprietários. Dos impedimentos político-jurídicos à expansão territorial do núcleo resultou uma dinâmica de crescimento interno que tem sido pautada pela ocupação cada vez mais densa da área disponível, hostilizando as funções ambientais e a capacidade resiliente dos ecossistemas costeiros.

A ocupação das faixas de areia com demarcação de lotes, além de comprometerem a função do ecossistema, estabelecem o bloqueio do acesso público à orla. Na faixa de banhados, a criação de quadras fragmenta sua continuidade, mantendo os diferentes corpos inundados ilhados entre si, com exceção do banhado central, o qual foi aberto para a lagoa para possibilitar a criação do atracadouro. Esse padrão de ocupação ocasiona a interrupção das funções ambientais do ecossistema, o surgimento de problemas de saneamento e a oportunização de alagamentos no ambiente urbano. Quanto à faixa de dunas, a sua excessiva densificação é precedida pela remoção sistemática de vegetação arbórea junto ao núcleo, interrompendo a continuidade espacial da mata e a manutenção da flora nativa e da fauna silvestre associada. Esse fator também hostiliza a infraestrutura de suporte da área urbanizada, já que a vegetação previne a ocorrência de erosões e deslizamentos das dunas.

Na Figura 3, encontra-se um mapeamento de uso da terra e hidrografia em dois tempos (1953 e 2010). A partir desses mapas é possível identificar a trajetória dos principais elementos naturais e de como foram transformados, seja pela ação antrópica, seja pela sucessão natural dos ambientes. Fica evidente que, em sua trajetória dinâmica, a urbanização tem se mostrado como um impeditivo para a manutenção das funções ambientais dos ecossistemas, impedindo a continuidade espacial dos banhados e da mata nativa em expansão e motivando o aterro, a transposição e a retificação dos canais fluviais, dentre outros aspectos já mencionados.

Figura 3 – Mapas de uso da terra e hidrografia da Colônia de Pescadores Z3.



Fonte: adaptado de Delamare *et al.* (2015, p. 242).

Além desses fatores, a lógica espacial de organização da pesca extrativa artesanal molda a dinâmica urbana e a ocupação do território pelo fato de que o grupo social necessita manter-se o mais próximo o possível da orla, buscando a minimização das distâncias entre a Laguna e suas atividades de beneficiamento e comercialização do pescado. As limitações territoriais de cunho sociopolítico e as condições de proximidade com a orla impostas pelas atividades econômicas podem ser identificadas como corresponsáveis pela pressão desempenhada pelo sistema urbano sobre os ecossistemas costeiros. A ausência de áreas apropriadas para a expansão territorial resulta em aspectos como a alteração desordenada da paisagem urbana, a densificação excessiva e a coabitação familiar consequente do déficit habitacional. Essa última situação fica evidente na dinâmica de crescimento interno, na qual uma das únicas possibilidades que restam aos moradores é a densificação para dentro das áreas dos quarteirões existentes. A lógica de ocupação averiguada tem sido, cada vez mais, a da construção de várias casas dentro do mesmo lote e a de abrir pequenas vielas dentro dos quarteirões originais para o acesso à unidades nos fundos dos lotes.

4 Características e limitações do sistema socioeconômico local

A atividade da pesca extrativa permeia toda a dinâmica econômica da Colônia Z3. A grande maioria da população ocupada se utiliza dela para o seu sustento, seja de forma direta ou por meio do beneficiamento

do pescado. Como resultado, a atividade desdobra seus efeitos para o contexto social, pois mesmo com o surgimento de tecnologias para captura em massa, os pescadores ainda se utilizam das técnicas artesanais geracionais, diferenciando seus métodos daqueles da pesca industrial.

As atividades produtivas no local, no entanto, tem percebido entraves à sua reprodução. Nas últimas duas décadas, a extração pesqueira artesanal no estuário da Laguna dos Patos vem sofrendo um sério declínio, pois os volumes capturados têm vindo a alcançar valores muito baixos. A necessidade de respeitar os períodos de defeso, a redução dos volumes de peixe entrando na Laguna em decorrência da pesca industrial e de outros problemas ambientais, bem como o próprio crescimento populacional da vila são obstáculos à sustentabilidade do sistema socioeconômico vigente, tornando a implicar no empobrecimento da comunidade. Sobre esse cenário de crise, Anjos *et al*. (2004b, p. 12) colocam:

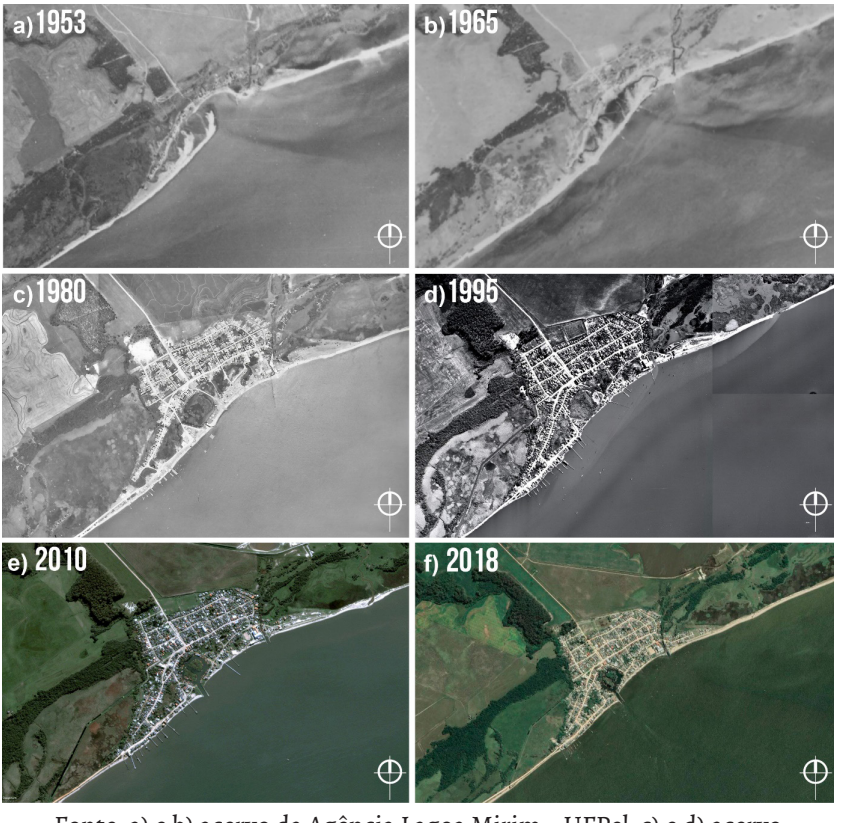
> Em 1989, surge o IBAMA pela lei nº 7.735 de 22 de fevereiro, com o objetivo de solucionar os problemas ambientais que a expansão da atividade trouxe consigo. O Estado passa a definir políticas com base no "desenvolvimento sustentável", incorporando uma série de restrições que afetam diretamente os pescadores artesanais: maior rigor quanto ao período de defeso, limite mínimo de comprimento e peso dos peixes, restrições sobre aparelhos de pesca, etc. O que cabe destacar é que a fiscalização concentra sua atuação próxima à costa, onde ocorre o trabalho dos pescadores artesanais, já que a fiscalização em oceano gera um custo maior, o que, mais uma vez, acabou sempre por beneficiar a pesca de grande porte, principal responsável pelos desequilíbrios ambientais gerados. (ANJOS *et al*., 2004b, p. 12)

A pesquisa de Figueira (2009, p. 71-72) aponta diversas situações associadas à crise da pesca extrativa artesanal no quadro social da Z3, como o desenvolvimento de estados depressivos e de baixa-autoestima dos moradores (sobretudo das mulheres) e as ocorrências de casos de violência doméstica, de tráfico de drogas e de dependência química. Essa situação implica, inclusive, no desinteresse de parte da população, principalmente dos mais jovens, pelas práticas culturais tradicionais e pelos saberes populares geracionais (FIGUEIRA, 2009, p. 13), ou seja, pela especificidade do seu ambiente cultural. No item 6, mais detalhes serão demonstrados sobre a questão cultural.

5 Evolução urbana: transformações e permanências sobre o território

Nesta seção do trabalho, maior destaque é atribuído à demonstração da história da ocupação do território físico e das implicações ambientais, sociopolíticas e socioeconômicas (discutidas nos itens anteriores) sobre a dinâmica de transformação dos ambientes natural e urbano. Uma avaliação da trajetória da evolução urbana do núcleo urbanizado da Colônia de Pescadores Z3 foi realizada através da confecção e análise de um conjunto de mapeamentos da vila em diferentes estágios ao longo do tempo, de acordo com o material ao qual se obteve acesso: imagens aéreas de 1953 e 1965, aerofotogrametrias de 1980 e 1995, e mapas de satélite de 2010 e 2018 (Figura 4).

Figura 4 – Conjunto de mapeamentos da Colônia de Pescadores Z3: a) fotografia aérea de 1953; b) fotografia aérea de 1965; c) aerofotogrametria de 1980; d) aerofotogrametria de 1995; e) mapa de satélite de 2010 e f) mapa de satélite de 2018.



Fonte: a) e b) acervo da Agência Lagoa Mirim – UFPel; c) e d) acervo da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Pelotas; e) e f) obtidos através do software Google Earth.

Em um primeiro momento, foi feito um levantamento do sítio físico encontrado em 2018, no qual foram mapeados os diferentes elementos da estrutura urbana (formas construídas, limites dos lotes e quadras, sistema viário e vegetação alta). A partir desse levantamento foram sobrepostos os mapas dos anos anteriores e removidas as edificações que, em cada um dos estágios temporais, ainda não haviam sido construídas. Somente a partir da aerofotogrametria de 1980 foi possível visualizar com precisão as formas construídas e o sistema viário. Por isso, a base temporal utilizada para a análise compreendeu os seguintes anos: 1980, 1995, 2010 e 2018, mantendo-se um intervalo constante de quinze anos entre os três primeiros estágios e completando-se a avaliação com o levantamento de 2018. Os mapeamentos resultantes estão resumidos na Figura 5, onde são apresentadas, para cada estágio, as áreas ocupadas por formas construídas e a taxa de ocupação dos quarteirões. Destaca-se que os cálculos das taxas de ocupação foram feitos a partir da base espacial de 2018 em relação às anteriores, para que fosse possível fazer a comparação. Na sequência, será apresentado um resumo dos aspectos históricos vinculados às transformações e permanências geográficas no processo de ocupação do território na Colônia de Pescadores Z3.

5.1 Período 1953-1980

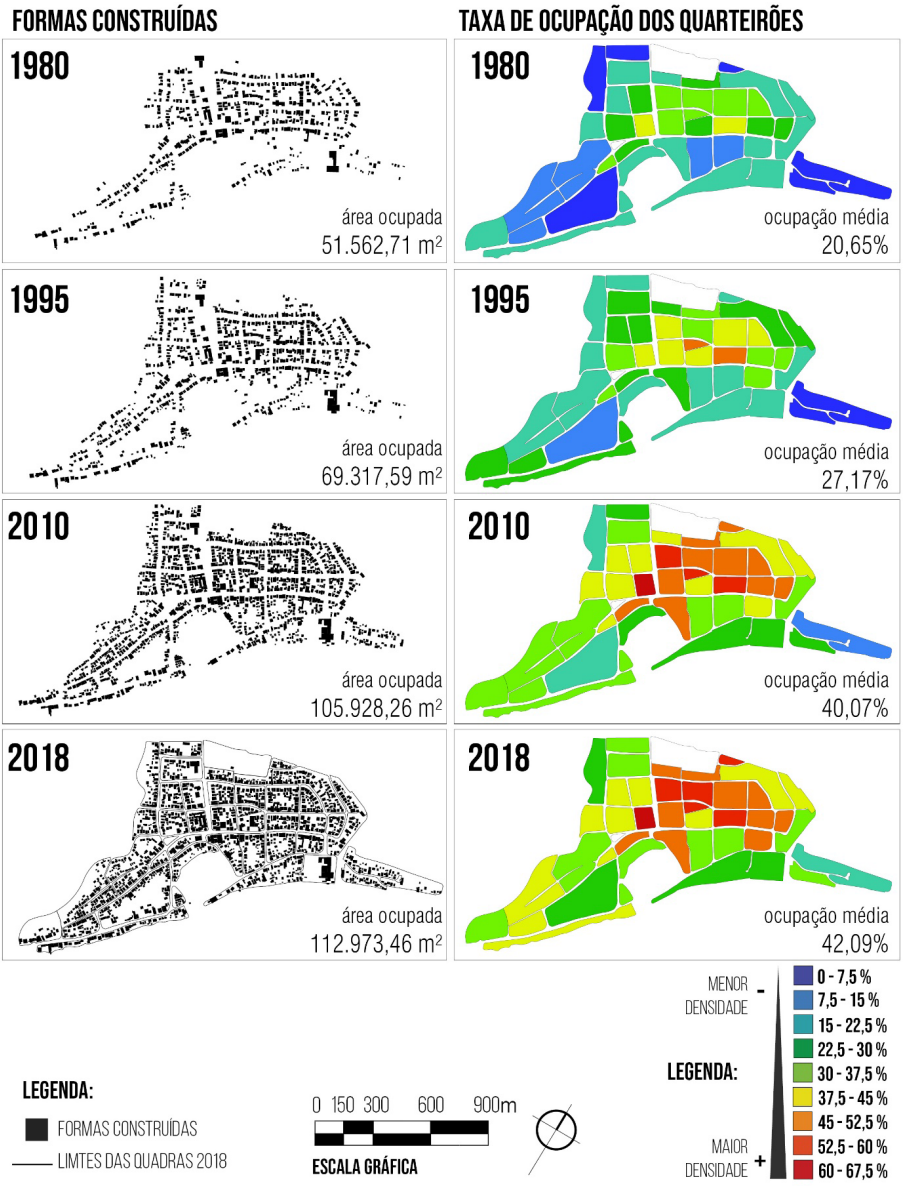
O mapa da configuração das formas construídas de 1980 demonstra que a maior parte das edificações ficava na parte mais alta, apoiando-se sobre a faixa de dunas fixadas. Pode-se inferir que a construção era mais facilitada nessa área pela regularidade observada no traçado viário. Através do mapa de 1953 constante na Figura 4, pode-se identificar que essa área seria correspondente ao princípio do assentamento.

Na situação averiguada em 1980, a forma construída localizada na extremidade noroeste ainda era o Santuário de Nossa Sra. de Navegantes, uma pequena igreja construída coletivamente na década de sessenta pelos moradores da vila e com recursos doados por eles. Seguindo a tradição portuguesa, a igreja foi construída no topo da duna, tangenciando a principal via do assentamento e no ponto mais alto e de maior visibilidade possível.

Foi somente em 1978 que foi aberta, sobre a faixa de praia, a atual estrada de acesso à vila (FARIA *et al*., 2013, p. 125), pela extremidade sudoeste, a qual percorre grande parte da orla, desde o Balneário dos Prazeres, passando pela praia do Totó. Esta foi aberta para substituir a outra estrada que vinha do bairro Areal, passando pelos campos litorâneos, mais afastada da lagoa. A degradação e a carência de manutenção da ponte sobre o Arroio Cotovelo (por onde passava a antiga estrada) e o interesse dos moradores

da Z3 em ter um acesso à vila direto pela orla, onde estavam localizadas as peixarias, salgas e galpões, parecem ter constituído motivações para a troca.

Figura 5 – Evolução das formas construídas urbanas e das taxas de ocupação dos quarteirões.



Fonte: os autores.

Na aerofotogrametria de 1980 fica bastante evidente a orientação horizontal e a continuidade da faixa de banhados que divide uma ocupação mais voltada à atividade pesqueira junto à faixa de praia e uma outra ocupação mais consolidada acima, sobre a faixa de dunas, voltada à habitação. Já nesse ano é possível perceber a irregularidade do desenho dos caminhos sobre a faixa de banhados que conecta as duas áreas. A ocupação sobre áreas de banhado parece ficar restrita ao longo da via orientada do centro urbano em direção à orla a sudoeste, onde se localizam as peixarias e salgas e o novo acesso. Os dois arroios dentre os quais se situa a vila, nessa época, possuíam o desenho de seu curso natural meandroso se aproximando do assentamento (ver Figura 4). A taxa média de ocupação dos quarteirões nessa época era de 20,65%, com uma área total de 51.562,71 m² ocupada com as edificações.

5.2 Período 1980-1995

O processo de densificação do solo ocupado no centro urbano, na área mais alta, e de consolidação dos quarteirões nessa mesma área fica bastante evidente quando se compara as realidades de 1980 e 1995, com o início da ocupação do limite a noroeste. Houve nesse período o incremento de formas edificadas em todas as áreas, sobretudo na faixa de banhados próxima da orla. O incremento de áreas ocupadas por construções é relativamente baixo, com uma ocupação média dos quarteirões passando para 27,17%.

Ainda que o banhado central pareça ter permanecido conservado, nota-se um acréscimo bastante significativo de construções e consolidação dos quarteirões sobre os banhados a leste dele. Ademais, fica evidente, na aerofotogrametria de 1995, a relação direta entre o avanço da ocupação sobre o banhado a sudoeste, em direção ao Arroio Sujo, e a transposição e retificação de sua morfologia original, para desembocar na lagoa em um ponto mais distante da vila, possibilitando a expansão do núcleo no sentido centro-sudoeste. A concentração de atividades socioeconômicas vinculadas à pesca, ao beneficiamento e à comercialização do pescado nessa área, bem como a abertura da nova estrada junto à orla são fatores motivadores desse padrão de ocupação do território.

5.3 Período 1995-2010

Na situação averiguada em 2010, observa-se que houve um incremento considerável na densidade de ocupação por formas construídas desde o ano de 1995. A taxa de ocupação média dos quarteirões sobe para

40,07%, praticamente o dobro do que foi averiguado em 1980. Isso pode ser explicado pela sequência de boas safras da produção pesqueira no estuário da Laguna dos Patos dos anos noventa e nas taxas de desemprego nas áreas centrais da cidade que motivaram a migração de muitas pessoas interessadas viver da atividade da pesca.

Foi em meados dos anos 2000 que foi aberta a Divinéia, o atracadouro-baía aberto no banhado central da vila. O nome foi adotado carinhosamente pela população como referência à uma novela que estava ao ar na época. A motivação para a abertura tem a ver com o fato de que, até então, os barcos eram atracados em estacas de madeira em "laguna-aberta", ficando à deriva de situações climáticas muitas vezes indesejadas e perigosas (FIGUEIRA, 2009, p. 82) como ventanias e rebojos. Essas situações foram contornadas com a possibilidade de se conservar as embarcações no atracadouro. Essa ação antrópica, em conjunto com as outras alterações do ambiente natural, constituiu-se como um problema para a morfodinâmica da linha de costa (DELAMARE *et al.*, 2015, p. 247), implicando em prejuízos para os ecossistemas locais e para as situações de alagamento já recorrentes no local.

No intervalo entre 1995 e 2010, prosseguiram e foram reforçadas as dinâmicas observadas no intervalo temporal anterior. Observa-se que no cenário de 2010, consolidou-se a ocupação junto ao Arroio Sujo a sudoeste e na faixa de areia da Praia do Junquinho a nordeste. Além disso, torna-se aparentemente massiva a densificação dos quarteirões na parte mais alta, sobre as dunas fixadas.

5.4 Período 2010-2018

Entre 2010 e 2018, prosseguiram as dinâmicas observadas no intervalo temporal anterior. Maior destaque é atribuído às construções se estendendo cada vez mais a nordeste, sobre a faixa de areia da Praia do Junquinho, muito próximas à orla. A imagem de satélite de 2018 demonstra que essa área, provavelmente por ainda não possuir uma ocupação consolidada, ainda possui uma faixa de areia relativamente larga. Nas demais áreas, sobretudo na metade sul em relação à Divinéia, observa-se uma ocupação progressiva das faixas de areia, diminuindo sua largura, bem como uma tendência na demarcação de lotes individuais, interrompendo o acesso físico e visual à lagoa.

Ainda que esse último intervalo seja temporalmente incongruente com os anteriores, o incremento das taxas de ocupação dos quarteirões já se mostram bem menores em relação aos períodos anteriores. Não é inten-

ção desse artigo estabelecer relações de causalidade entre os fatos, mas a partir dos levantamentos realizados se pode traçar a consideração de que as problemáticas socioeconômicas e territoriais tem resultado em impactos bastante significativos sobre o perfil demográfico da comunidade. O mesmo parece estar acontecendo para o ambiente cultural, fator esse que será alvo da próxima seção.

6 O ambiente cultural e paisagístico, suas transformações e permanências

Da intensa vinculação entre a atividade pesqueira, essencialmente vinculada às características e feições do meio ambiente natural, e a reprodução da vida social da comunidade surgem atributos culturais e estéticos muito específicos. O ambiente cultural é baseado em um conjunto de saberes-fazeres populares que vão desde as técnicas de carpintaria naval e construtivas artesanais, passando pelos eventos do cotidiano e os modos de apropriação do espaço pelas pessoas até as preferências decorativas, retratando motivos aquáticos e náuticos, e o uso de cores intensas e combinações cromáticas contrastantes, incluindo os barcos, as casas, a vegetação plantada e o vestuário da população. Na Figura 6, são organizados dois levantamentos fotográficos, um referente à 2000 e o outro à 2018, a partir dos quais se pode inferir sobre aspectos culturais e estéticos que permanecem e se transformam na paisagem.

A população tem apreço por um estilo de construção simples, porém, bem trabalhado. As casas de lata, hoje já inexistentes, são um retrato disso. As habilidades de carpintaria naval artesanal são também empregadas na construção das casas e galpões. Além das técnicas construtivas em madeira, lembrando a tradicionalidade da construção de embarcações, surgem elementos decorativos como lambrequins, mostrando o orgulho dessa habilidade. São recorrentes os vitrais coloridos e outras peças relacionadas ao elemento água, retratando peixes, garças, insetos, timões, etc.

Nos espaços que delimitam o público e o privado aparecem os pequenos alpendres para abrigar os afazeres cotidianos, a pavimentação do entorno das casas com conchas marinhas, pequenas cercas coloridas e muitos arbustos floridos e flores. Esse saber-florir e esse saber-decorar podem ser identificados nos entornos imediatos das edificações, em relação aos quais fica aparente o entusiasmo das pessoas em construir os símbolos do lugar. É entendido que estes componentes estéticos, refletidos nas preferências ambientais das pessoas, são fortemente regidos pelos seus saberes-fazeres populares.

Figura 6 – Conjuntos de imagens relacionadas ao ambiente cultural da Z3 dos anos 2000 e 2018.



Fonte: os autores.

Merece destaque a questão da similaridade entre sistemas de reprodução do trabalho da agricultura familiar e da pesca extrativa artesanal, de modo que toda a família é envolvida no sistema de produção (ANJOS *et al*., 2004a, 26). Isso implica, dentre outros fatores, na divisão do trabalho por gênero, resultando em modos específicos de apropriação do espaço urbano pela população. O homem tende a realizar os trabalhos voltados aos barcos e a pesca, permanecendo, portanto, mais nos espaços junto à orla. A mulher tende a assumir os trabalhos vinculados à limpeza e beneficiamento do pescado, ocupando normalmente os espaços mais próximos ao espaço doméstico. Essa divisão torna a condicionar a definição de territorialidades diversas dentro do espaço urbano, os quais abarcam diferentes tipos de grupos e de atividades.

A comunidade se apropria dos espaços de rua para desenvolver atividades relacionadas à pesca como o conserto e a confecção de redes, a construção de barcos, a limpeza e beneficiamento dos pescados e a secagem do peixe ao sol. São comuns as aglomerações em rodas de conversa nos barcos, junto ao atracadouro central e à frente das casas. Comparecem também as brincadeiras infantis, o lazer da população nas ruas e na lagoa e a presença recorrente dos animais de estimação, e dos silvestres, associados aos ecossistemas lagunares.

O imaginário local tem muita referência com a religiosidade simbolizada pelo sincretismo religioso, de modo que o espaço urbano é tomado de elementos estéticos representativos da crença católica, principalmente, e também das religiões de matriz africana. Daí resultam as tradicionais festas populares, que ocorrem em variadas datas durante o ano, como a Festa do Peixe e do Camarão, o Festival de Cultura da Colônia Z3, e as festas dedicadas a São Pedro e a Nossa Sra. de Navegantes.

A morfologia da ocupação urbana, constituída por um crescimento urbano não planejado, se caracteriza por um traçado sinuoso, principalmente nas bordas do assentamento. A branda sinuosidade do traçado é responsável pelos padrões visuais e perceptivos oferecidos pela paisagem urbana, composta de visuais fechadas pelos elementos construídos à médias distâncias (ver Figura 6). Esses padrões visuais foram sendo constituídos no processo histórico de ocupação espontânea do território e é possível identificar que a organicidade do traçado urbano tendeu a um recrudescimento à medida que se aproximou mais das áreas naturais de mais difícil ocupação, como é o exemplo dos banhados da zona sudoeste.

As tipologias edilícias são preponderantemente vinculadas à escala residencial e comercial de pequeno porte. Elas se caracterizam pela predominância de edificações térreas, com telhados aparentes em duas águas e frontão paralelo à testada do lote, com pequenos alpendres para o aces-

so principal. Comparecem também os galpões de madeira ou de alvenaria com ou sem revestimento, sobretudo na zona de orla, em diferentes alturas, a depender do porte das embarcações e instrumentos armazenados.

Entre 2000 e 2018, o aumento da população acarretou também no incremento do número de edificações por lote e das áreas totais ocupadas pelos estoques edificados, adensando os elementos antrópicos da paisagem. No entanto, identificou-se que esse incremento não alterou significativamente a estrutura da paisagem (ver Figura 7) pelo fato de que as novas construções tenderam à serem implantadas nos fundos dos lotes e por não ter havido alteração substancial da tipologia edilícia. Como foi visto, observou-se também uma nova tendência de demarcação de limites de lotes com cercados na zona de orla, o que tem constituído as longas faixas com o acesso público à orla impedido.

Figura 7 – Conjuntos de imagens relacionadas à estrutura da paisagem da Z3 dos anos 2000 e 2018. Acima, a panorâmica visual da orla para ambos os anos e abaixo, uma ampliação das imagens.



Fonte: os autores.

Ainda que tenha sido observada a transformação e o desaparecimento de alguns elementos no período entre 2000 e 2018, os principais atributos de ordem estética e cultural que caracterizam o grupo social, sejam eles materiais ou imateriais, parecem ter permanecido. Permanecem a reprodução dos saberes-fazeres artesanais na paisagem, a maioria dos elementos vinculados às preferências decorativas, os modos tradicionais de apropriação do espaço urbano pelas pessoas, bem como os principais atributos morfológicos e tipológicos do tecido urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às vésperas do centenário da Colônia de Pescadores Z3, espera-se que este trabalho possa ter contribuído para visibilizar um pouco da história geográfica da comunidade e as situações nas quais se encontra. A partir da produção e compilação de informações a respeito da história geográfica da localidade, foram pontuados e conectados eventos do processo histórico de ocupação do território, priorizando-se aspectos ambientais, políticos, econômicos e sociais e culturais.

Por um lado, a comunidade se constitui de uma riqueza etnocultural, simbolizada pelas influências gaúchas, catarinenses e portuguesas, pela sua paisagem de elementos baseados nos saberes-fazeres populares geracionais, pelas preferências decorativas artesanais e pelas tradições e técnicas vinculadas à pesca artesanal, as quais têm permanecido presentes na paisagem. Por outro, ela sofre com a crise da pesca no campo econômico e com a crise habitacional e socioambiental decorrentes das limitações sociopolíticas do seu território.

A maior preocupação sinalizada nessa pesquisa se refere às problemáticas de ordem ambiental, política, habitacional e socioeconômica que, para além das influências perversas que exercem sobre o território, também podem estar produzindo impactos preocupantes sobre o ambiente cultural, e, consequentemente, sobre a valorização da cultura e sobre a reprodução do tecido social. A população tem buscado, de diversas formas, resistir à essa situação, o que tem possibilitado a permanência da maioria dos elementos culturais e estéticos da paisagem.

No entanto, é entendido que a manutenção e a continuidade dos modos de vida tradicionais e das tipicidades culturais e estéticas da comunidade, frente às situações discutidas, constituem-se como uma necessidade no planejamento territorial. Acredita-se que o poder público poderia desempenhar um papel mais eficiente nesse aspecto, mediando as relações entre os diferentes atores envolvidos e buscando alternativas ao quadro problemático.

Por fim, o estudo evidencia a importância da pesquisa histórico-geográfica aplicada ao território, à paisagem e ao planejamento territorial. Como se pressupunha, a partir da compreensão das transformações e permanências naturais e humanas no processo histórico de ocupação do território e de produção de identidades estéticas e culturais sobre a paisagem, foi possível traçar um conjunto de considerações quanto ao passado e ao presente, as quais estão operando sistematicamente para a produção do futuro.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos, *et al*. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. *Revista Sociedade em Debate*, v. 10, n. 3, p. 9–42, 2004a.

ANJOS, Flávio Sacco dos, *et al*. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, UNISC. *Anais eletrônicos.* Santa Cruz do Sul, 2004b, p 1-25. Disponível em: https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/08.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

DELAMARE, Tatiane Oliveira, *et al*. Dinâmica de uso da terra e alterações na linha de costa lagunar: estudo em uma Colônia de Pescadores de Pelotas, RS, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*. v. 15, n. 2, p. 237-248, 2015.

DELAMARE, Tatiane Oliveira. *Zoneamento Geoambiental da Colônia Z3 - 2º distrito de Pelotas (RS)*. 2017. 127 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

FARIA, Ana Paula Neto de, *et al*. Planejamento integrado: conexão espacial e visual entre a paisagem natural e urbana. In: ROCHA, Eduardo *et al*. *[Entre]Cruzamentos: ensaios sobre a cidade na contemporaneidade.* Pelotas: Ed. Universitária da UFPel, 2013, p. 115-136.

FIGUEIRA, Michel Constantino. *Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural*. 2009. 157p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000.* Resultados do Universo Agregados por Setor Censitário. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2003. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 12 novembro 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Resultados do Universo Agregados por Setor Censitário. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2011. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 12 novembro 2020.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MASSEY, Doreen Barbara. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NETTO, Maria Manoela Gimmler, *et al*. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. *Paisagem e Ambiente*, n. 33, p. 29-48, 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Espacio y Metodo*. Barcelona: Geocrítica, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: INÁ, Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia. Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

Recebido em 08/09/2020

Aprovado em 11/12/2020

DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA DE PORTO ALEGRE REVELADAS PELO ROMANCE "OS RATOS", DE DYONELIO MACHADO.

DIALOGUES BETWEEN GEOGRAPHY AND LITERATURE: PERMANENCES AND TRANSFORMATIONS IN THE URBAN LANDSCAPE OF PORTO ALEGRE REVEALED BY THE ROMANCE "OS RATOS", BY DYONELIO MACHADO.

Jéferson Soares Morais[1]

RESUMO

A paisagem é uma das categorias de análise que a Geografia utiliza para estudar o espaço. Esse conceito pode ser apreendido a partir de duas perspectivas: uma de caráter denotativo, com suas formas físicas cumprindo um papel objetivo, capaz de ser apreendido por qualquer sujeito; a outra de caráter conotativo, referente ao conteúdo dessas formas e que contém inúmeros significados, garantindo o caráter subjetivo da paisagem. Esse campo subjetivo se apresenta por meio das representações e é por essa via que se encontra um ponto em comum entre a Geografia e a Literatura – dois saberes científicos que utilizam representações para interpretar e traduzir o mundo à sua maneira. Pensando nesta intersecção, foi traçado o objetivo de analisar a paisagem urbana de Porto Alegre do início do século XX utilizando as descrições contidas na obra "Os Ratos" de Dyonelio Machado. A metodologia consiste na análise de trechos da obra, considerando as categorias do método geográfico: *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*. As principais permanências reconhecidas foram no âmbito estrutural – principalmente no que tange às relações econômicas e sociais desiguais – com as formas e funções da paisagem se transformando de maneira mais dinâmica, se adaptando às mudanças oriundas do processo histórico. Concluiu-se que a proposta de analisar a paisagem de um tempo histórico – bem como sua transformação – com o auxílio de uma obra de ficção é possível. Pelo caráter lúdico e estético e pela aproximação com a realidade concreta, as obras de ficção se mostram como uma ferramenta didática com grande potencial.

Palavras-chave: Geografia. Literatura. Paisagem. Representações. Porto Alegre. Dyonelio Machado.

ABSTRACT

The landscape is one of the categories of analysis that Geography uses to study space. This concept can be apprehended from two perspectives: one of a denotative character, with its

1 Licenciado em Geografia pela UFRGS e mestrando em ensino de Geografia pela UFRGS. Educador popular no pré-vestibular popular Dandara dos Palmares.

physical forms perform an objective role, capable of being apprehended by any subject; the other of a connotative character, referring to the content of these forms, which contains numerous meanings, guaranteeing the subjective character of the landscape. This subjective field is presented through representations and it is through this path that a common point is found between Geography and Literature - two scientific pieces of knowledge that use representations to interpret and construe the world in their way. Thinking about this intersection, the objective was to analyze the urban landscape of Porto Alegre from the beginning of the 20th century, from the descriptions contained in the work "Os Ratos" by Dyonelio Machado. The methodology consists of analyzing excerpts from the work, considering the categories of the geographic method: form, function, structure, and process. The main permanence recognized was in the structural sphere - mainly about unequal economic and social relations - with the forms and functions of the landscape changing more dynamically, adapting to the changes arising from the historical process. It was concluded that the proposal to analyze the landscape of historical time - as well as its transformation - with the help of a work of fiction is possible. for the playful character and the approximation with concrete reality, fiction works are shown as a didactic tool with great potential.

***Keywords**: Geography. Literature. Landscape. Representations. Porto Alegre. Dyonelio Machado.*

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu a partir da pesquisa desenvolvida no mestrado em ensino de Geografia, na qual é proposto pensar e enxergar a Geografia em obras literárias. Entende-se que as obras propiciam um rico potencial de aprendizagem, já que desenvolvem temas do cotidiano utilizando uma estética literária, que a Geografia pode explorar para trabalhar diversos conceitos. Neste artigo, foi traçado o objetivo de pensar o conceito de paisagem para a Geografia utilizando como fonte a obra "Os Ratos", do escritor gaúcho Dyonelio Machado. A obra conta a história de Naziazeno, um funcionário público de classe média que está em dívida com o leiteiro e sua saga para conseguir os 53 mil réis que irá quitá-la. O livro inteiro narra as 24 horas de Naziazeno neste percurso pela cidade de Porto Alegre. Entende-se que as descrições contidas na história, podem dizer muito sobre a paisagem da zona central de Porto Alegre do início do século XX.

No início do artigo é abordada a relação entre Geografia e Literatura, e como este diálogo pode potencializar a construção de conhecimento. Na sequência são apresentadas as referências sobre o conceito de paisagem para a Geografia que sustentaram o trabalho e por fim, foi analisada a paisagem de Porto Alegre do início do século XX, a partir das descrições contidas na obra, utilizando como ferramenta metodológica de análise a matriz de categorias do método geográfico defendida por Milton Santos (1985): *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*.

1 Geografia e Literatura

O objeto de estudo da Geografia é o espaço. Este, seguindo o conceito elaborado por Milton Santos (2006), "[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (SANTOS, 2006, p. 39). Ou seja, o espaço compreende a noção de totalidade, englobando uma infinidade de relações em diferentes escalas, desde o local até o global. Devido à dimensão do seu objeto de estudo, a Geografia é reconhecida por sua habilidade em dialogar com outras disciplinas:

> O recurso a outras áreas científicas tem sido, desde há muito, uma prática na Geografia. Porém, quase sempre áreas, cuja afinidade ninguém questiona. Quantas vezes a Geografia Física recorreu aos postulados da Geologia, da Biologia, da Física ou da Química. E a Geografia Humana quantas vezes utilizou como contramoldes a Sociologia, a História, a Economia ou a Antropologia? Inúmeras. No entanto, áreas como a Literatura, a Psicologia ou as Artes, têm sido pouco utilizadas, ainda que nos transmitam outros modos de percepcionar o(s) território(s). Isto é, o mesmo objeto pode ser olhado e entendido de formas diversas que não se excluem, antes se completam (CRAVIDÃO; MARQUES, 2000, p.24).

Unindo a capacidade de dialogar com outras áreas que a Geografia tem, com a liberdade que a arte permite em representar e interpretar o mundo, é encontrada nesse diálogo uma trilha para enfrentar as inquietações que motivaram esse trabalho, ao enxergar a Literatura como uma aliada para potencializar o pensamento geográfico. Antes de procurar encontrar essas possibilidades de diálogo, é importante a reflexão sobre o ponto que ambas possuem em comum: a habilidade de representação do mundo. Representar é uma palavra que no português pode ter diferentes significados, desde o utilizado para designar o ator em uma peça teatral, a pintura de uma cidade, um advogado que atua judicialmente pelo réu ou até um vereador que defende os interesses de um grupo social. O comum em todos os exemplos é que "[...] a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado" (CHARTIER, 1991, p. 184) e ao mesmo tempo "[...] é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa" (CHARTIER, 1991, p. 184) que substitui/simboliza o representado. A mesma ideia pode ser aplicada a um mapa ou livro que procura representar alguma porção do espaço, mas que não é o espaço representado.

Assim, tanto a Geografia quanto a Literatura trabalham com representações do mundo, cada uma de acordo com sua epistemologia. E é nesse ponto que percebemos a intersecção entre os dois saberes e a riqueza de conhecimento que esse encontro pode gerar. Nesse sentido "[...] os textos literários apresentam-se como um rico material a ser apreciado por nós geógrafos, pois eles evocam a alma dos lugares e o cotidiano das pessoas" (BARCELLOS, 2009, p.41) enfatizando que:

> O sentido de humanidade tem que ser colocado em devir-outro para podermos ter uma compreensão melhor do que somos no/com o mundo. É isso que a arte tem como sua grande potencialidade de nos fazer sentir, de instigar a pensarmos além do que entendemos ser o certo e o óbvio de nós mesmo e do mundo (FERRAZ; CHAVEIRO; NUNES; SUZUKI, 2016, p. 322).

Na provocação em pensar além do óbvio, associado aos sentimentos que a arte estimula, existe a possibilidade de atrair o sujeito para o exercício de interpretação da realidade. A linguagem livre e flexível que a Literatura pode utilizar para descrever fenômenos e objetos, também contribui para o aumento das possibilidades de interpretação e representação do espaço, garantindo uma liberdade maior do que o determinismo característico das ciências:

> Ao projetar uma infinidade de imagens pelas "lentes" feitas de metáforas e analogias, a literatura concede uma estimuladora alternativa de fertilidade aos saberes - dentre eles o conhecimento científico - encorajando uma reflexão ainda mais intensa de suas questões (BARBOSA, 2013, p.149).

Há, portanto, nesse diálogo com a arte um caminho para se ampliar a atuação das ciências. Assim como Morin (2003) afirma que o sujeito é ao mesmo tempo produto e produtor social, na relação entre Geografia e Literatura, o real e a ficção também compõem uma via de mão dupla: tanto a ficção é produto de elementos reais, quanto é produtora da realidade através das representações que constituem o imaginário[2], pois:

> A literatura brasileira incorpora em várias de suas obras mais relevantes elementos de interpretação histórica e ge-

2 "Entende-se por imaginário um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas construíram para si, dando sentido ao mundo" (PESAVENTO, 2004, p. 43).

> ográfica do país em formação. Apropriada pela crítica literária, a ideia de "formação" ganha eficácia explicativa em duas direções aparentemente opostas, mas na realidade complementares: a literatura, ao mesmo tempo, é formada e transforma o chão social, cultural, histórico e geográfico sobre o qual nasceu, e que lhe conforma organicidade e sentido. É formada, pois incorpora problemas de seu tempo e de seu espaço; transforma, pois, cria e cimenta identidades locais, regionais e nacionais, impondo-se como representação coletiva que funda práticas e vínculos culturais e sociais (ARAÚJO, 2003, p. 2).

Nesse processo dialógico de inter-relações sociais, culturais, históricas e geográficas, o imaginário da população é produzido. Sendo assim, a ficção literária não é só uma simples reprodutora da realidade espacial que permite uma abordagem alternativa para a descrição do espaço. Ela é também construtora de significados. Através da sua representação, ela permite a construção de imaginários geográficos que são materializados de diversas formas. É aí que a realidade e ficção se confundem e a literatura evidencia seu poder sobre as pessoas. Nesse sentido, é importante reconhecer que uma mesma história pode ser contada de diferentes formas, de acordo com o ponto de vista dos envolvidos. Caso contrário, existe o risco de ter a interpretação manipulada por determinados discursos que não contemplam todas as realidades do espaço representado.

Conforme a intencionalidade e o poder de disseminação das imagens sociais acerca do espaço, as mesmas acabam se concretizando em estereótipos. Por exemplo: uma pessoa que não conheça determinado local pessoalmente, mas o conhece através de livros, vai ter a sua representação geográfica do local construída por essas referências. Se esses livros utilizarem uma narrativa degradante sobre o local, é provável que o leitor crie uma representação de degradação desse local e das pessoas que lá vivem, ignorando as outras narrativas e perspectivas sobre o local, fortalecendo estereótipos e preconceitos. Desse modo a literatura pode servir para construir ou defender um poder hegemônico. Entretanto, a literatura também pode servir como uma arma para a desconstrução de estereótipos e do *status quo*, trazendo narrativas que questionem e contrastem com o discurso dominante ao criticar as estruturas sociais e políticas.

Através das palavras, grupos sociais que são invisibilizados e silenciados cotidianamente, podem ganhar poder e visibilidade, expondo as suas realidades ao resto da população com o objetivo de ganhar apoio na luta por justiça social. Não à toa, a história mundial está repleta de casos em que ditaduras e grupos privilegiados censuraram (e ainda censuram) obras

literárias por revelar fraquezas em sua estrutura e denunciar injustiças sociais, evidenciando ainda mais a proximidade que a literatura possui com o imaginário, produto e produtor do espaço.

Nesse sentido, é fortalecida a ideia do quanto a geografia pode ampliar o alcance da sua interpretação, já que a estética literária pode carregar uma infinidade de simbolismos através das ferramentas linguísticas que proporcionam ao autor a liberdade de representar o espaço através da subjetividade do próprio olhar. Considerando a multiplicidade de visões e representações, terá a geografia um campo fértil para investigar. A comunicação entre a universidade e a sociedade ganham um ponto de união, onde a linguagem se torna a ferramenta para a popularização da ciência.

2 Paisagem

Partindo do pressuposto que todos os sujeitos e indivíduos são únicos e ao mesmo tempo parte de um conjunto social, reforça-se a ideia de que esses sujeitos são produtores e produtos do espaço em que estão inseridos (MORIN, 2003). Da mesma maneira, as formas como os sujeitos e os grupos sociais se expressam no espaço, também possuem esse caráter duplo de produto/marca, produtor/matriz[3]. O conceito geográfico que dá conta dessa expressão espacial é a paisagem. De acordo com Milton Santos (2006), "a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza" (SANTOS, 2006, p. 66). Ou seja, a paisagem é como um recorte do espaço capaz de expressar através de suas formas uma infinidade de informações, tanto do campo material, quanto do campo imaterial - através dos simbolismos contidos nesse conjunto.

Por se tratar de representações, a interpretação da paisagem serve como um canal de comunicação entre pessoas, que de acordo com sua bagagem cultural, vão enxergar significados distintos. Essas diferenças simbólicas podemos entender como marcadores culturais que representam significados relacionados a práticas e conhecimentos de culturas múltiplas. Nessa linha, entendemos que essas marcas e marcadores estão diretamente associados à identidade cultural dos grupos sociais que representam. Por entendermos que no mundo não há um grupo social e sim múltiplos, concluímos que essas marcas e marcadores também o são, evidenciando

3 "É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc." (BERQUE, 1984, p. 86).

o caráter múltiplo da paisagem. Logo, a percepção dos interlocutores é fundamental para a interpretação simbólica. No livro "Metamorfoses do Espaço Habitado" (1988), Milton Santos enfatiza que essa percepção não se faz apenas pelo sentido da visão, mas por todos os sentidos do corpo humano (SANTOS, 1988). Desse modo, é importante uma estruturação metodológica para observação científica dessa paisagem.

No livro "Espaço e Método" (1985), Milton Santos indica quatro conceitos metodológicos para a análise da paisagem: *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*. Individualmente servem para analises parciais, porém associados dão conta da totalidade do espaço, como aponta Milton Santos (1985):

> *Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p.69).

Utilizando, portanto, a matriz de categorias do método geográfico, são interpretadas as descrições da paisagem da Porto Alegre do início do século XX presentes na obra. Pela lente desses quatro conceitos, foi possível a aproximação de uma análise mais profunda da paisagem, já que as descrições não só apresentam a forma física, mas indicam elementos referentes ao conteúdo da paisagem da época, possíveis de identificar quando relacionados ao contexto da narrativa e também aos próprios pensamentos e percepções da personagem em relação à cidade.

3 Leitura da paisagem pelas descrições

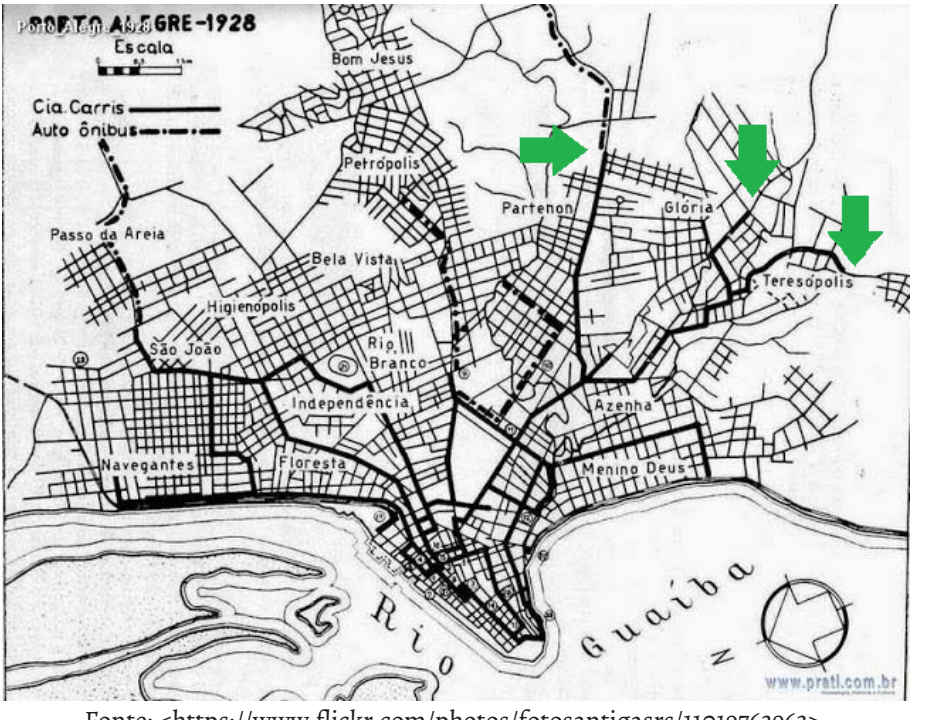
Os espaços que contêm a trama são: o arrabalde, o bonde, o centro da cidade e o bairro Independência, que se localiza próximo ao perímetro da zona central.

O arrabalde é o local onde Naziazeno reside. Não possui maiores detalhes de sua localização como ruas ou referências específicas, apenas indica que se localiza próximo ao final da linha do bonde: "O bonde já se acha no fim da linha. No fim da linha, duas ou três quadras dali, é um amontoa-

do de carroças de leiteiro e de carretas de lenha na frente dum armazém. Os leiteiros e os lenheiros tomam cachaça naturalmente" (MACHADO, 2004, p.9). As características do arrabalde são rurais, dadas a descrição da vizinhança com árvores onde "as sombras têm uma frescura que cheira a ervas úmidas" (MACHADO, 2004, p.6), além de vizinhos que criam animais e cultivam hortas em suas casas.

Como mostra o mapa da figura 2, Naziazeno reside possivelmente em algum dos três bairros indicados no mapa pelas setas verdes. Partenon, Glória ou Teresópolis, que nessa época possuíam características rurais, se encontravam na periferia da cidade (arrabalde) e continham o final de uma linha de bonde.

Figura 2 – Mapa de Porto Alegre em 1928 com as linhas de bonde.



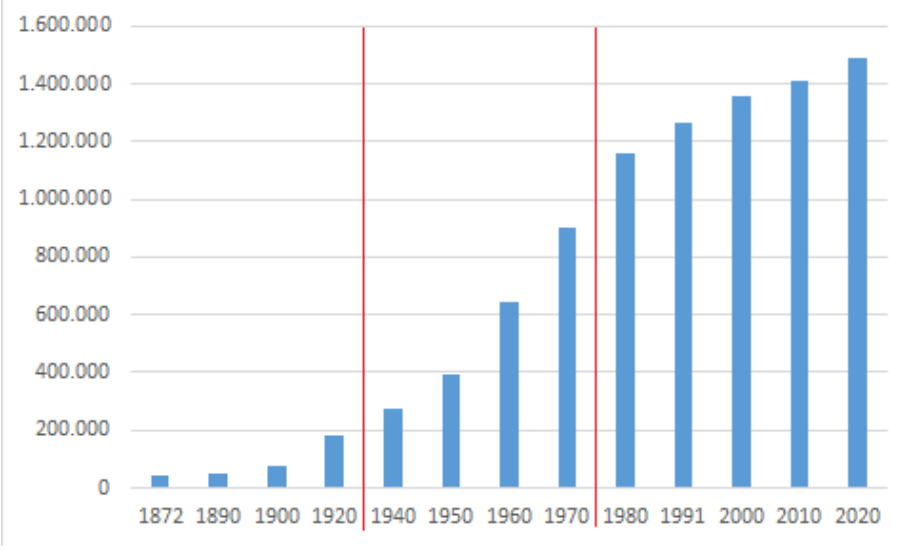
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11019763963>. Acesso em: 12 set. 2020. Marcações em verde feitas pelo autor que destacam o final das linhas dos bondes.

No mapa podemos comparar o tamanho da cidade com o atual, onde em menos de 100 anos, há um crescimento urbano intenso, tanto que regiões periféricas nessa época, atualmente são consideradas localizações centrais e dispõem de boa infraestrutura urbana, como por exemplo os bairros Rio Branco, Azenha e Menino Deus. É importante enfatizar que

essa localização dos bairros Rio Branco, Bela Vista, Higienópolis, Bom Fim e Cidade Baixa, no início do século XX, eram redutos da população negra, que tinha seu principal núcleo entre os atuais bairros do Bom Fim e Rio Branco - a Colônia Africana. Com os processos segregacionistas e de "limpeza" (vide o bairro Higienópolis) étnica, as populações negras foram removidas para regiões mais periféricas da cidade, como principal exemplo, citamos o bairro Restinga, criado nos anos 1960, em uma região distante e praticamente isolada do centro da cidade.

O crescimento da cidade estava correlacionado com o processo de industrialização, urbanização e o crescimento populacional. A figura 3 traz o gráfico da população de Porto Alegre entre os anos de 1872 e 2010. O gráfico foi dividido três partes para exemplificar a análise desse crescimento urbano:

Figura 3 – Gráfico da população de Porto Alegre entre 1872 e 2020



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920,1940, 1950, 1960,1970, 1980,1991, 2000 e 2010. A população de 2020 é uma estimativa do IBGE.

Na primeira parte, entre 1872 e 1920, a população cresce 4 vezes mais, passando de 44 mil pessoas para 179 mil, representando um crescimento de aproximadamente 300% em 48 anos.

Na segunda parte, entre 1920 e 1970, a população cresce 5 vezes mais, passando de 179 mil para 903 mil, representando um crescimento de aproximadamente 400% em 50 anos.

Na terceira parte, entre 1970 e 2020, esse crescimento desacelera, com a população passando de 903 mil para 1.488.000, representando um crescimento de aproximadamente 64%.

Essa dinâmica mostra como a primeira metade do século XX intensificou a ocupação urbana de Porto Alegre, estando relacionada ao movimento migratório do campo para a cidade (êxodo rural), motivado pela industrialização e urbanização dos centros urbanos e mecanização do meio rural. Isso ficou explícito na história pelo próprio Naziazeno ser um desses migrantes oriundos do meio rural, quando descreve as lembranças da infância, trazendo o imaginário de um campo idealizado, de uma vida melhor do que a possível na cidade.

Para facilitar a leitura da paisagem, seguiremos os passos de Naziazeno na mesma linha temporal abordada na obra. Ela se caracteriza pelo seguinte roteiro, também representado pela figura 4:

Manhã: Saída do arrabalde, chegada no centro e ida até a repartição onde trabalha - nas docas do cais Mauá;

Meio-dia: das docas segue até o mercado. Do mercado vai ao bairro Independência;

Tarde: volta do bairro Independência para o centro. Nessa parte a história se passa no entorno do largo dos Medeiros (rua da praia com a rua da ladeira);

Crepúsculo: a história se passa entre as cercanias do mercado e do largo dos Medeiros;

Noite: volta para o arrabalde;

A história inicia com Naziazeno sendo cobrado pelo leiteiro a quantia de 53 mil réis. Essa situação envergonha Naziazeno em frente a sua vizinhança, que pelas descrições se trata de uma área com características rurais, localizada na periferia da cidade de Porto Alegre por volta dos anos de 1920 e 1930.

Já na primeira cena percebemos uma relação incomum se compararmos com o contexto atual em que vivemos. Não existe mais a figura do leiteiro, que possui uma relação com os clientes onde ele porta uma cópia da chave das casas para entrar e deixar o leite sem acordar os moradores. E nessa mudança de relação social existem inúmeras variáveis estruturais e funcionais, desde o fato de hoje existirem técnicas de refrigeração, comunicação e transporte muito mais dinâmicas que a da época em questão, até a população atual ser quase dez vezes maior, ocasionando uma reconfiguração enorme nas atividades e relações socioeconômicas.

Figura 4 – Mapa com o percurso de Naziazeno



Elaborado por Débora Grando Schöffel. Fonte: (SCHÖFFEL, 2016).

Naziazeno parte de manhã cedo para o centro, com o objetivo de conseguir os 53 mil réis, fato que atormenta a cabeça do protagonista durante o romance inteiro. O imaginário dele é tão marcante na história, que só a projeção de quitar a dívida, transforma a paisagem da própria residência simples onde ele reside:

> Quando, depois de "pagar" o leiteiro no portão, ao pé da "escadinha", "entra" de novo em casa, as janelas estão cheias de luz, a toalha enxovalhada da mesa resplandece, o café com leite tem um cheiro doméstico, que lhe lembra a sua infância (MACHADO, 2004, p. 22).

Naziazeno chega pela manhã no final da linha do bonde, que se localiza na praça XV. Nas primeiras reflexões de Naziazeno, percebemos o quanto os cafés são espaços centrais na dinâmica social porto-alegrense, sendo mais do que um local de alimentação, tendo a função de pontos de negócio. "Naquele ambiente comercial e de bolsa do mercado, quantos lutadores como ele!... Sente-se em companhia, membro lícito duma legião natural" (MACHADO, 2004, p. 15) que vive diariamente a batalha da sobrevivência. No café próximo ao mercado ele procura Duque, que é descrito na trama como um sujeito ágil, esperto e com faro para negócios, "o corretor da pobreza" (MACHADO, 2004, p. 16) e uma das suas esperanças para con-

seguir o dinheiro. Entretanto, não o encontra.

O mercado a que Naziazeno se refere, é o Mercado Público de Porto Alegre, um exemplo evidente da paisagem como um recorte espacial que condensa várias temporalidades, como podemos analisar na comparação entre as paisagens na figura 5.

Figura 5 – Mercado Público



Comparação de imagens do Mercado Público na década de 30 e nos anos 2000. Fontes: <https://www.facebook.com/FotosAntigasPortoAlegre/photos/a.568023149908927/936414369736468/?type=3>; <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_secao=194> Acesso em 12 de set. 2020.

Na comparação das imagens é possível ver a sobreposição de temporalidades, com a permanência da *forma* e *função* do mercado público, mas com a modificação no entorno do mesmo. O aumento de arranha céus caracterizando a intensa urbanização, o aumento do número de pessoas e as mudanças no transporte, evidenciado pelos ônibus e pela transformação da praça Parobé em terminal Parobé, caracteriza mudanças drásticas nas *formas* e nas *funções* da paisagem. Naziazeno segue procurando duque enquanto caminha pelo entorno do mercado:

> À medida que se aproxima do centro, vai encontrando caras graves, em indivíduos relativamente novos, bem vestidos, rápidos e preocupados. Fazem uma estranha ronda através dos bancos, dos cartórios, etc. Parecem andar sempre prontos pra uma festa, o rosto bem escanhoado. Estão simplesmente trabalhando — "negociando". Seus rostos, bem de perto, têm uma cor de insônia e um arco machucado em torno dos olhos. Há mesmo uma espécie de concentração melancólica do olhar que lhes dá um vago ar de velhice. O seu trabalho "rende". Naziazeno os "vê" à tardinha, depois de chegarem à casa — essas casas novas, higiênicas, muito claras. A mulher é um ser delicado e lindo. Recosta-se no espaldar da cadeira onde "ele" está sentado. E

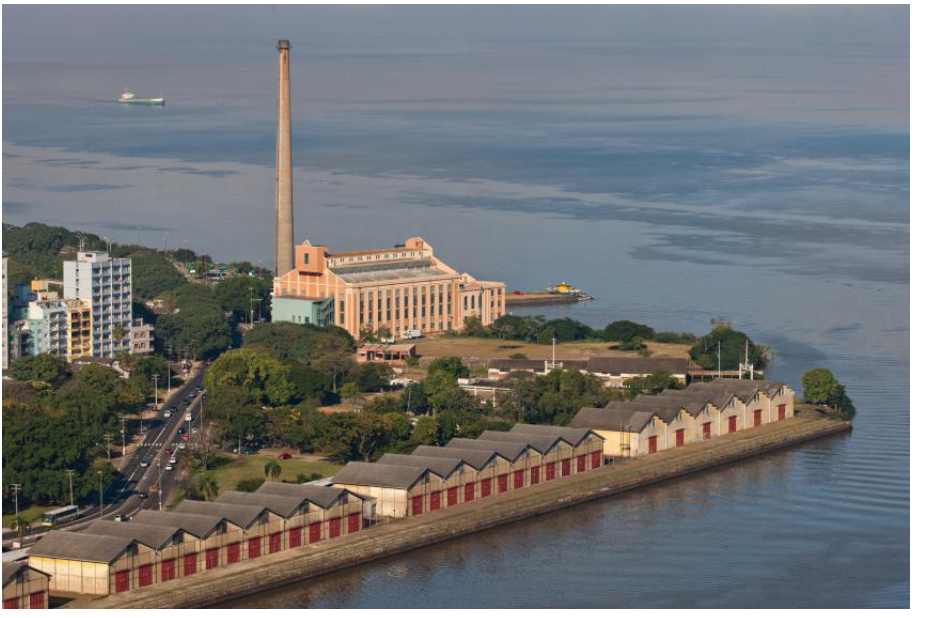
> um e outro sorriem para os filhos, corados e loiros nas suas roupinhas claras..." (MACHADO, 2004, p. 22-23).

A percepção de Naziazeno sobre os "homens de negócio" do centro da capital descreve a tensão presente no centro dos negócios da cidade, normais para uma sociedade estruturada na competição capitalista. Uma mudança *estrutural* da paisagem atual em relação a da época, é a presença da mulher na vida econômica da cidade. Na história só há descrição de uma mulher na rua ou em ambientes comerciais e de negócios, indicando o espaço dominado pelo gênero masculino. As descrições femininas na história ficam reservadas aos ambientes domésticos. Apesar da desigualdade entre os gêneros ainda ser algo presente e determinante nas relações econômicas e sociais, é notável a conquista de espaço pelo gênero feminino. No mesmo trecho à uma referência étnico-racial aos homens bem-sucedidos, que são cercados por filhos loiros em roupas claras, evidenciando o racismo da *estrutura* social.

Não encontrando Duque, Naziazeno decide ir ao seu trabalho com o intuito de conseguir um empréstimo com o Diretor da repartição onde trabalha. Como funcionário público de baixa importância, cumpre funções administrativas de contabilidade ligada à controle de gastos públicos, que não demandam muita pressa, já que Naziazeno está com trabalho de dez meses atrasado. "A repartição fica lá no fundo, num sobrado. Todo aquele recinto foi-se alterando aos poucos, invadido pelas 'obras' " (MACHADO, 2004, p. 19). A repartição fica no atual Cais Mauá (figura 6), nas proximidades da praça da alfândega e da usina do gasômetro e as obras citadas são as da construção do mesmo, que iniciou em 1911 e teve seu o último trecho finalizado em 1927. O cais é um exemplo da permanência da *forma* com alteração da *função*, já que desde 2005 não possui atividades portuárias e a mesma *forma* agora possui *função* cultural, sendo protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Ambiental (IPHAN) e contendo um potencial turístico que mobiliza interesses para sua revitalização e transformação em espaço cultural e comercial.

Para sua tristeza, o diretor não se encontra na repartição, com isso Naziazeno "encaminha-se para o mercado, para esse café da esquina, de que o Duque fez o seu campo de ação, a sua bolsa" (MACHADO, 2004, p. 22), com o objetivo de encontrar Duque. Chegando ao café da esquina do mercado, não enxerga o Duque, porém encontra Alcides. Durante a conversa, Alcides sugere que Naziazeno volte à repartição para tentar o empréstimo como diretor enquanto ele vai jogar no bicho pelos dois.

Figura 6 – Trecho do cais próximo à usina do gasômetro.



Fonte: <https://fotospublicas.com/parabens-porto-alegre-pelos-seus-243-anos/porto-alegre/> acesso em 12 de set. 2020.

De volta à repartição, o diretor passa por ele dentro do carro em direção às obras. Aqui chamo a atenção para a posição social do diretor, que anda de automóvel, algo restrito para uma pequena elite na época. Naziazeno vai atrás do diretor, porém o mesmo nega o empréstimo questionando: "Tenho eu porventura alguma fábrica de dinheiro?..." (MACHADO, 2004, p. 29). Diante dessa negativa, o protagonista retorna ao mercado e encontra Alcides novamente no café Nacional próximo ao mercado – café movimentado na época, que possuía duas sedes, sendo a outra no largo dos Medeiros (rua da Praia esquina com a rua da Ladeira). Alcides então o oferece para cobrar uma dívida de 100 mil réis no bairro Independência, desse dinheiro sairá um empréstimo para Naziazeno. É meio dia e Naziazeno direciona-se a pé – pois não tem dinheiro e não se quis pedir a Alcides a quantia para o bonde – encarando o forte sol do verão porto-alegrense:

> Treme o ar, toda a rua treme com o calor, tremem as casas, como um pedaço de paisagem submarina, ondulando através da água movediça. As habitações têm colorido. Pequenos jardins. Bairro elegante. Naziazeno disfarça o cansaço, porque tem uma esperança. Segue o trilho estreitíssimo e quebrado da sombra das casas na calçada, bem junto das paredes. Toda a rua está balizada num lado e noutro por

> uns blocos metálicos, dum brilho sombrio: limusines em descanso. O "sujeito" mora no número 357. É o fim da rua, lá no alto (MACHADO, 2004, p.32).

De acordo com as descrições, o bairro Independência é habitado por parte da elite que migrou da região central, onde se localizava nas proximidades da rua da Igreja (atual rua Duque de Caxias). Por isso a diferença na descrição desse bairro, que possui limusines estacionadas e a arquitetura imponente, que ainda hoje se manifesta através dos palacetes remanescentes no bairro. Andrade, o sujeito que Naziazeno foi cobrar, reside no final da rua. Ao se aproximar do destino, escuta uma música clássica que vem de um dos palacetes, indicando o quanto a elite porto-alegrense consome a cultura europeia. Ao chegar no número da residência, identifica que a mesma é mais simples que as construções da vizinhança. Ao abordar Andrade, o mesmo afirma que quem deve a quantia à Alcides é Mr. Rees, subgerente do New York Bank, localizado na rua Sete de Setembro. Naziazeno então retoma sua saga em direção ao centro.

O calor é intenso devido à estação do ano, à hora do dia e também ao fato de que nessa região, "a cidade não tem árvores. A rua é um bloco inteiriço de granito escaldante" (MACHADO, 2004, p. 38) que faz com que ele se sinta mal, principalmente por não ter almoçado. Na figura 7 podemos observar que não há árvores na avenida Independência, indicando que a organização da paisagem urbana estava mais preocupada com a estética do concreto, do que em manter uma relação harmônica com a natureza, muito apropriado às ideias de progresso e urbanização que dominavam a política porto-alegrense no início do século XX.

Figura 7 – Palacetes do bairro Independência

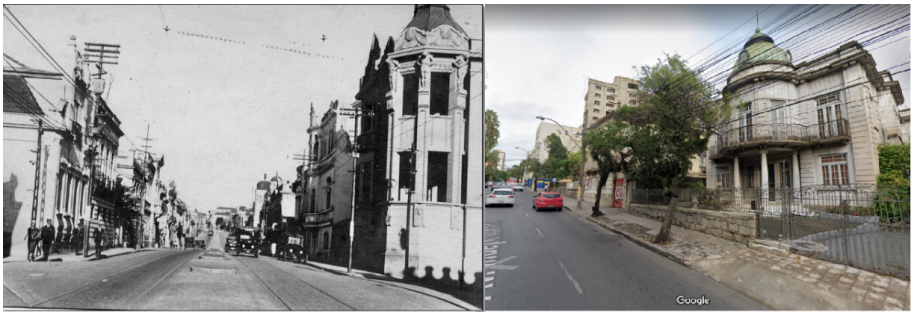


Imagem da avenida Independência em 1930 com casarões, carros e até mesmo mão inglesa e do Google Street View ilustrando um dos muitos palacetes remanescentes do bairro. Fontes: http://antigaportoalegre.no.comunidades.net/fotos-1921-1940 e Google, acesso em: 13 set. 2020.

Mr. Rees está em viagem, então não consegue a quantia. Decide ir até a rua da ladeira, em busca de algum conhecido que lhe empreste alguma quantia para almoçar, já que se sente bastante debilitado devido às andanças e ao forte calor.

A rua da Ladeira na época é uma rua de grande movimentação na cidade, tanto que na pressa de encontrar alguém, "na interseção duma travessa conhecida como o centro da jogatina, dos cabarés e das pensões chiques, [...] por um pouco não abalroa um cidadão baixote, de passo pausado, que desembocava tranquilamente na Ladeira" (MACHADO, 2004, p.43). Esse cidadão baixote por acaso é um conhecido e aproveitando a situação, Naziazeno já lhe pede um trocado para almoçar, o cidadão:

> Ainda com a mesma atitude retraída e a cara fechada, mete a mão no bolso da calça. Tira a carteira do dinheiro. Abre-a: as notas estão divididas pelos seus valores, em compartimentos especiais. Escolhe uma cédula de cinco mil-réis e passa-a a Naziazeno. — Até amanhã — e desce pausadamente a Ladeira, virando-se lentamente para um lado e outro, como que observando sem pressa e sem tempo... (MACHADO, 2004, p. 43).

O fato do cidadão baixote possuir carteira, é uma distinção social já que a maioria da população não possui esse item e faz as transações tirando o dinheiro dos bolsos. O caminhar tranquilo também o diferencia dos demais, que andam rapidamente e ansiosos – tal como ratos – atrás de dinheiro. Essa comparação com ratos é uma metáfora presente em todo o livro e é uma maneira de Dyonelio criticar a estrutura social da época, que faz com que seres humanos ajam como os ratos - animais desprezados que andam desesperados pela sobrevivência nas entranhas da cidade.

As imagens da figura 8 retratam o mesmo ponto da rua, como podemos identificar pelo prédio remanescente na esquina. A diferença na altura das construções, na quantidade de automóveis estacionados e no número de pessoas no fundo das imagens, são as mais marcantes. As funções das formas que ali permaneceram também se alteraram, não sendo mais uma referência em casas de jogatina, cabarés e pensões chiques.

Figura 8 –Rua da Ladeira, atual General Câmara



Imagens da rua General Câmara na década de 30 e em 2019, disponível no Google Street View. Fonte: <https://www.facebook.com/OldPortoAlegre/photos/rua-da-ladeira-atual-general-c%C3%A2marad%C3%A9cada-de-1930/416199415113803/> e Google. Acesso em 11 de set. de 2020.

Apesar de estar quase desmaiando de fome, decide arriscar os 5 mil réis que recebeu na roleta localizada aos fundos de uma tabacaria. Na primeira tentativa aposta no número que decidira jogar na próxima vez que entrasse em um jogo de roleta e ganha 175 mil réis! Dinheiro suficiente para quitar a dívida com o leiteiro, entretanto acredita que com habilidade pode multiplicar esse dinheiro. Passa a tarde na roleta e perde o dinheiro ganho. Quando sai da roleta - não sabe que horas são pois não possui relógio – "muitas casas de comércio já estão fechadas. A luz do dia é mortiça. O calor abrandou. Com o caminhar, um pouco de vento, uma certa aragem lhe vem à cara e refresca-a." (MACHADO, 2004, p. 53). Decide ir então a uma rua comercial tentar um novo empréstimo para quitar sua dívida. Pela descrição se trata da atual rua Voluntários da Pátria, antigamente chamada de Caminho Novo:

> Desemboca numa avenida. Os edifícios, altos, têm uma faixa de luz, alaranjada e distante, sobre os últimos andares. O estrépito dum bonde que desce enche dum ruído duro o ar silencioso. Atravessa a avenida. Poucas casas abertas. A bem dizer, apenas os armazéns. Continua andando. Já se avistam esses pavilhões compridos, antigos trapiches, que avançam agora na areia do recalque, como ainda há bem pouco nas águas do rio (MACHADO, 2004, p. 53).

A referência dos "antigos trapiches, que avançam na areia do recalque", reforça a ideia de urbanização, com as antigas *formas* sendo substituídas pelas novidades da modernidade. Chega em uma grande casa atacadista que está fechando e aborda o proprietário. O mesmo se nega a ajudar,

dando a entender que é porque Naziazeno já lhe deve um vale, mesmo que o proprietário negue e afirme que apenas não pode lhe conceder a quantia. Naziazeno retorna às proximidades do mercado. Na paisagem, enxerga "aquele penacho de fumaça escura que se ergue meio dobrado sobre o céu pesado de vapores são as 'obras'. A fumaça é da usina" (MACHADO, 2004, p. 57). A fumaça a que Naziazeno se refere é devido a usina térmica ainda não ter a grande chaminé, referência na paisagem porto-alegrense. Ela foi finalizada em 1937, após a escrita do romance. Sua construção se deu para diminuir os gases que invadiam o centro da cidade, gerando desconforto e reclamações da população. A figura 9 mostra a usina antes da construção da chaminé comparando com a sua *forma* atual.

Figura 9 – Usina do gasômetro



Imagens da usina do gasômetro na década de 1930 sem a chaminé e ao lado da casa de correção, antiga cadeia. No canto direito da imagem pode-se ver as torres da igreja das Dores. Na direita da figura imagem da usina atualmente, sem a cadeia e com muitos prédios, que impossibilitam a visualização das torres da igreja. Fontes: < http://historiasgaucha.blogspot.com/2015/10/casa-de-correcao-e-usina-do-gasometro.html> e < https://www.correiogravatai.com.br/cotidiano/turismo/2020/01/25/a-porto-alegre-dos-gauchos-tambem-e-destino-turistico.html>.

Chegando no mercado encontra Alcides e em outra mesa visualiza Duque conversando com Mondina, um rábula[4]. Alcides e Naziazeno chamam Duque para a mesa e lhe contam a situação de Naziazeno. Ele sugere que vão até um agiota conhecido. Alcides vai sozinho ao agiota enquanto Naziazeno se junta a mesa de Duque e Mondina. Encontram posteriormente Alcides no café Nacional do largo dos Medeiros, contando que o mesmo conseguiu o empréstimo com o agiota, entretanto Alcides informa que o agiota encerrou os empréstimos temporariamente. Nesse momento Duque deixa Alcides e Mondina no café e leva Naziazeno a outros agiotas, mas todas as tentativas fracassam:

4 "Rábula. *Sm.*1 Advogado chicaneiro que embaraça as questões com os artifícios que a lei lhe faculta. 2 **Aquele que advoga sem ter formação em Direito**" (MICHAELIS, 2015).

> Àquela ideia de que vai chegar em casa com as mãos abanando, Naziazeno sente um gelo, ao mesmo tempo que a sua cabeça se enche dum turbilhão. Tocam-se em direção ao café. A penumbra da tarde, aquela sombra que cresce, progressivamente cresce, põe-no nervoso. Mesmo a sua náusea passou: ele está agora todo trepidação inquieta outra vez. Pergunta ao Duque:
> — Você tem alguma ideia?
> — Vamos abordar o Mondina (MACHADO, 2004, p.67).

Naziazeno é atormentado por seus problemas financeiro durante a trama inteira e a passividade dele em arranjar uma maneira de conseguir o dinheiro nos mostra o quanto as pessoas das classes menos abastadas não enxergavam uma maneira de reverter a situação. O fato de Naziazeno continuar jogando quando ganhou os 175 mil réis, parece indicar que aquela situação pareceu para ele uma maneira de subverter essa lógica e por isso decidiu apostar todas as suas fichas. Não por acaso os jogos de azar são responsáveis por inúmeras falências e não ignora o fato de que há um vício relacionando tais atividades. A penumbra da tarde anunciando a noite só potencializa o nervosismo de Naziazeno.

Retornam ao café e Duque sugere o seguinte plano: Mondina emprestaria 180 mil réis para resgatar um anel de bacharel - que Alcides diz ser do seu avô - na casa de penhores. Fariam isso para posteriormente vendê-lo por maior valor numa joalheria da rua do Rosário (atual rua Vigário José Inácio). Naziazeno então vê sua esperança renascer, apesar de ser quase 19h e as atividades comerciais estarem praticamente encerradas. O grupo então sai em direção à loja de penhores localizada na rua da Ladeira:

> É preciso apurar: ali no centro já quase não se encontra mais nenhuma casa aberta. A cidade está despovoada. Uma que outra caixeirinha retardatária. Os bondes mesmo ficaram mais raros, mais espaçados. É uma pausa na vida urbana. O fim... (MACHADO, 2004, p. 78).

A única descrição feminina relacionada ao ambiente comercial é referente à "caixeirinha retardatária", provavelmente oriunda do largo da Quitanda, localizado próximo à praça da Alfândega e que tem na sua história a presença de intenso comércio, com a maior parte dos vendedores sendo negros e negras (VIEIRA, 2017). Sobre a percepção que Naziazeno tem da cidade no tardar da noite:

> São quase oito horas no relógio do café. Pequenos grupos de homens vêm aparecendo nas portas, vêm entrando devagar. Outra fase na vida da cidade se inicia. A noite refrescou. Mas, a despeito do ar quase frio, aparecem ainda muitos linhos. Numa mesa ao lado da deles, um sujeito lê tranquilamente um jornal (MACHADO, 2004, p. 79).

A vida noturna da cidade na época não é citada na obra, entretanto o fato de ter movimentação próximo ao café e de "outra fase na vida da cidade iniciar", é um indício de que a rua da Praia é um dos pontos Boêmios da cidade na época. Apesar de não conseguirem empenhar o anel na joalheria por um preço maior, Duque convence Mondina a confiá-lo o valor de 300 mil réis - mais uma quantia de 120 já que tinha desembolsado 180 para desempenhar o anel - que o mesmo se compromete a realizar a transação no dia seguinte, devolvendo as respectivas quantias a Mondina e a Alcides. Naziazeno então recebe um empréstimo de Duque e se encaminha para casa com um valor superior ao que devia ao leiteiro. A partir desse ponto não temos mais notícias se a transação de fato ocorreu e Mondina recebeu seu dinheiro ou se foi um golpe de Duque e Alcides.

Naziazeno pega o bonde em direção ao arrabalde. Chegando em casa:

> A porta do comedouro vai-se abrindo (entra-se diretamente do pátio para a "varanda"). Senta-se à mesa sem toalha, no seu pequenino trabalho, a mulher ergue uma cara pálida, triste e atenta. É tarde (são nove horas). Naziazeno não quer que ela se assuste. Daí essa precaução. Abre a porta devagar, empurrando-a com os embrulhos. Tem um sorriso branco no meio do rosto escuro (está com uma barba de dois dias) (MACHADO, 2004, p.81).

Naziazeno chega com a quantia para o leiteiro e no caminho, com a diferença, consegue comprar queijo e manteiga, um brinquedo para o filho e ainda retirar o sapato da esposa que estava retido pelo sapateiro. Está contente por estar com o dinheiro e fica imaginando a cena dele entregando a quantia ao leiteiro. Adelaide, sua esposa, o sugere que deixe o dinheiro em cima da mesa para o leiteiro pegar pela manhã, assim ele pode descansar por mais tempo. Naziazeno concorda já que teve um dia bastante desgastante. Entretanto, a cabeça de Naziazeno não descansa e o mesmo não consegue dormir por lembrar das situações vividas no seu dia e pelo desespero em imaginar que os ratos podem roer os 53 mil reis deixados em cima da mesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho considera-se que há um rico campo de possibilidades para a construção da aprendizagem em Geografia a partir do diálogo com a Literatura, se constituindo em uma potente ferramenta a ser explorada didaticamente, capaz de exercitar o pensamento geográfico dos alunos para além da memorização de conceitos.

Corroborando com as referências sobre esse diálogo, foi possível identificar essa riqueza de possibilidades ao utilizarmos a obra "Os Ratos", de Dyonelio Machado, como fonte para ler a paisagem geográfica da área central da cidade de Porto Alegre. A partir das descrições contidas na obra e utilizando a matriz de categorias do método geográfico, foi possível perceber além do que as imagens da época nos apresentam, associando-as com as informações do cotidiano do início do século passado que estão descritas na história, enriquecendo o conhecimento sobre a cidade. A comparação entre temporalidades diferentes de um mesmo espaço, permite identificar mais facilmente a atuação do *processo* histórico agindo sobre as *formas*, *funções* e *estruturas* sociais.

Em relação às *formas*, percebe-se o quanto elas se modificaram nesses quase cem anos, estando submetidas às mudanças trazidas pela urbanização e pelo aumento populacional da cidade, bem como pelo avanço das técnicas. Os edifícios e os meios de transporte e comunicação sofreram as modificações mais intensas. A mudança nas *funções* das formas remanescentes é marcante, já que a maior parte dos prédios antigos não possui a mesma função da época tratada pela obra. A usina do gasômetro e o cais do porto deixaram de ter suas funções originais ligadas a produção energética e ao transporte fluvial e atualmente possuem função turística e cultural; os palacetes remanescentes não servem mais como residências familiares - já que são muito onerosos para o contexto atual - dando lugares à espaços culturais e comerciais.

Comparada com as formas e as funções, a *estrutura* possui a característica menos dinâmica. Por se referir à maneira como a sociedade se organiza, está muito associada às significações que a sociedade compreende acerca das relações sociais, diretamente implicadas pela moralidade e pelas ações políticas dos atores sociais. Com isso, a estrutura tem um caráter de conservação, já que as pessoas que ocupam os espaços de poder, tendem a manter os privilégios gerados por tal organização, enquanto que as mudanças necessitam de grande esforço e movimentação por parte daqueles que ousam mudá-las, inseridas em uma arena de intensas disputas políticas. A própria mudança na estrutura técnica segue essa lógica de manutenção social, disponibilizando ferramentas mais elaboradas para a conservação

do *status quo*. São várias as semelhanças estruturais da época com a atualidade, embora a obra enfatize a desigualdade econômica e social - próprias do sistema capitalista, que tem o poder de equiparar seres humanos a ratos que buscam desesperados a sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Regina. Do Sertão aos Pampas O território da literatura nacional no século XX. *Terra Brasilis*. 4 - 5 | 2003.

BARBOSA, Gabriel Túlio de Oliveira. Veredas metodológicas: a "palavra" geográfica em Guimarães Rosa. In: SUZUKI, Júlio César; DA SILVA, Valéria Cristina Pereira. *Imaginário, espaço e cultura:* geografias poéticas e poéticas geografias. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

BARCELLOS, Frederico Roza. Espaço, lugar e Literatura – O olhar geográfico machadiano sobre a cidade do Rio de Janeiro. *Espaço e Cultura.* UERJ, RJ, n. 25, p. 41-52, jan. 2009.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura.* Ed. UERJ, 1998, Rio de Janeiro.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991, p. 173-191.

CRAVIDÃO, Fernanda D.; MARQUES, Marco. *Literatura e Geografia:* outras viagens, outros territórios. Emigrantes de Ferreira Castro. Cadernos de Geografia. Coimbra, n.19, p. 37-47, 2000.

FERRAZ, Cláudio Benito; CHAVEIRO, Eguimar Felício; NUNES, Flaviana Gasparotti; SUZUKI, Júlio César. Geografias, imagens e literaturas: diálogos possíveis. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. P. 309-330, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais (1872/2010). *Sinopse do Censo Demográfico 2010.* Disponível em: < https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

MACHADO, Dyonelio. *Os Ratos.* São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 7ª reimpressão. 2004.

MICHAELIS. *Dicionário Online de língua portuguesa*. Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=jLZo>

Acesso em: 01 de jul. de 2020.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina, 8a ed. 128p. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado,* fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. *A Natureza do Espaço:* Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHÖFFEL, Débora Grando. *Os ratos e os rastros*: a construção da realidade urbana através das palavras. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2016.

VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970):* geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2017.

Recebido em 16/09/2020

Aprovado em 11/12/2020

AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: DESTAQUE PARA A BROMBERG & CIA.

THE UNIVERSAL EXHIBITIONS: HIGHLIGHT FOR BROMBERG & CIA.

Janete Rocha Machado[1]

RESUMO

As exposições universais reuniram o que o século XIX entendeu como modernidade: o progresso, a partir do desenvolvimento da ciência e a liberdade conceituada como livre mercado. Grandes laboratórios exibicionistas, as exposições universais buscavam mostrar o que os países haviam feito de progresso industrial, mostrando suas máquinas e seu avanço tecnológico. O caráter universal das exposições se ajustava a um projeto político evidenciado também no século XIX, aliando nacionalismo e burguesia. Organizadas como expressão do progresso tecnológico, as exposições estiveram conectadas com festas e calendários nacionais e foram programadas como momento de encontro entre nações. Como as grandes vedetes das exposições eram sempre as máquinas, tornou-se rapidamente conhecido o nome "Bromberg & Cia.", por se tratar de uma das maiores empresas de importação e representação de maquinário alemão, importante para a implantação das primeiras indústrias no Rio Grande do Sul. Partindo desse pressuposto, o objetivo da pesquisa é analisar algumas dessas exposições, com ênfase na participação da Importadora Alemã Bromberg & Cia., sediada nas cidades de Porto Alegre e Hamburgo.

Palavras-chave: Exposições Universais. Modernidade e progresso. Bromberg & Cia.

ABSTRACT

Universal exhibitions brought together what the 19th century understood as modernity: progress, from the development of science and freedom conceptualized as a free market. Large exhibitionist laboratories, the universal exhibitions sought to show what countries had made of industrial progress, showing their machines and their technological advancement. The universal character of the exhibitions was in line with a political project that was also evident in the 19th century, combining nationalism and the bourgeoisie. Organized as an

1 Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Licenciada e Bacharel em História e Turismo pela mesma instituição. Especialista em Rio Grande do Sul: História, Memória e Patrimônio pela Faculdade Porto-Alegrense/FAPA. Desenvolve pesquisas relacionadas à urbanização e desenvolvimento dos bairros de Porto Alegre. Procura entender também as relações entre empresários e políticos oriundos da indústria e do comércio no Rio Grande do Sul. Pesquisa, especialmente, os negócios Bromberg & Cia. Atua, principalmente, nas seguintes linhas de investigação: História do Rio Grande do Sul; Imigração; Imagens e Cultura Urbana; Empreendedorismo; História e Memória.

expression of technological progress, the exhibitions were connected with national parties and calendars and were programmed as a meeting between nations. As the great stars of the exhibitions were always machines, the name "Bromberg & Cia." Quickly became known, as it is one of the largest companies of import and representation of German machinery, important for the implantation of the first industries in Rio Grande do Sul. Based on this assumption, the objective of the research is to analyze some of these exhibitions, with emphasis on the participation of the German Importer Bromberg & Cia., Based in the cities of Porto Alegre and Hamburg.

Keywords: *International Exhibitions. Modernity and progress. Bromberg & Cia.*

INTRODUÇÃO

Inseridas no contexto da expansão do capitalismo industrial, as exposições universais representaram a modernidade a partir da segunda metade do século XIX. Elas foram lançadas com o objetivo de apresentar ao grande público os principais produtos do engenho humano. Desde as primeiras edições, as exposições tiveram por objetivo educar e entreter as massas, estimulando sua crença no progresso científico e tecnológico. As cidades-sedes das primeiras exposições, como Londres e Paris foram os epicentros dessa modernidade. Nesses locais, os expositores tinham o objetivo de apresentar ao público os novos produtos, os quais eram classificados de forma metódica e científica, semelhante a um museu ou a uma enciclopédia.

Com o propósito de representar esse mundo moderno e avançado, as exposições integravam um composto de espetáculos artísticos, descobertas, inovações em várias áreas, tais como ciência, engenharia, indústria, tecnologia, etc. Era um tipo de vitrine de exibição dos recentes inventos disponíveis ao mundo pelo sistema da fábrica.

Se, para os organizadores, geralmente governos nacionais em associação com municipalidades e organizações privadas, as exposições eram úteis para afirmar projetos geopolíticos em escala global, para os expositores (industriais, comerciantes, produtores rurais, etc.) eram boas oportunidades para fazer negócios e divulgar seus produtos e serviços, incentivando o consumo enquanto hábito cultural. As exposições universais serviam desta forma, para expandir redes mercantis, naturalizando o comércio como base das relações internacionais e a produção industrial como base do desenvolvimento social e econômico.

Importante lembrar que no final do século XIX e início do XX os países imperialistas da Europa disputavam mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para sua indústria. Havia um domínio das potências da época sobre as nações menores. Esse avanço protagonizado

pela Inglaterra e França exigia administração racional de seus territórios com relatórios constantes da situação política e das riquezas naturais de cada possessão. Os eventos promovidos pelas instituições britânicas e francesas, as pioneiras no negócio, contribuíram para sedimentar nesses países o conceito de grandes exposições públicas, capaz de abranger ampla variedade de produtos industriais.

As exposições ganharam importância como eventos de afirmação no plano internacional daqueles países que as sediavam, contribuindo para promover sua imagem no exterior. Assim, a capacidade de sediar um evento como uma exposição universal, tornou-se um indicador de prestígio e poder político. Além da projeção internacional, o interesse dos países em sediar uma exposição se sustentava pelas expectativas de benefícios vinculados à realização do evento, incluindo aumento de receitas para o setor de serviços, geração de empregos e benefícios para a infraestrutura da região.

Em 1901, Geralt (1995, 27) apresentou suas ideias sobre essas exposições. Segundo ele, a primeira vantagem e a mais importante que se tira das grandes feiras consiste em um crescimento formidável do comércio exterior. As exposições se configuravam como um meio prático oferecido aos industriais de revelar os progressos e afirmar sua superioridade. Da mesma forma que elas se firmavam como um elemento de propaganda excelente, melhor que os prospectos, os anuários e os viajantes do comércio. No entendimento desse autor, as exposições universais eram decisivas, pois elas eram capazes também de agir sobre o espírito da clientela possível e de produzir uma profunda impressão sobre o comprador do estrangeiro, que era posto em contato com o produto, permitindo-lhe examinar e comparar os produtos que ele ignorava e ignoraria sempre sem elas.

Desta forma, Geralt (1995, 27) apresenta o ponto de vista econômico como sendo uma questão central a ser percebida nos eventos expositivos. Da mesma forma ele cita outros elementos que ajudam a entender as exposições. Anuários, viajantes e propagandas serviam como discursos que informavam sobre produtos, riquezas e objetos reunidos e mostrados ao público. O objetivo nestes eventos era mostrar o progresso industrial, econômico e a superioridade das potências europeias da época. Esse autor associava, portanto, as exposições ao aumento do comércio internacional. E, para que as Exposições Universais cumprissem seu projeto "mercantil," era preciso que elas fossem também internacionais, sendo necessária a integração de várias nações de continentes diversos, naturezas diferentes e estágios de desenvolvimento industriais também variados.

Para Eric Hobsbawm (1998, p. 36), "nos anos 1880, a Europa, além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e

transformava o mundo, era, de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa". E, nesse período, somente uma economia estava efetivamente industrializada – a inglesa – e consequentemente dominava o mundo. Hobsbawm (1998, p. 47) observa ainda que "era na tecnologia e em sua consequência mais óbvia, o crescimento da produção material e da comunicação, que o progresso era mais evidente. A maquinaria moderna era predominantemente movida a vapor e feita de ferro e de aço". Importante salientar que os eventos expositivos tornaram-se um meio de contato entre os países industriais e os fornecedores de bens primários, entre metrópole e colônia. No entendimento do autor (HOBSBAWN: 1996, p, 57), este desejo de integração entre as várias regiões do mundo, entre as potências europeias e o "restante" do mundo acabou por acelerar a concentração de capitais e de poder de decisão entre poucas nações.

Ainda segundo Hobsbawn (1996, p. 58), a era dessa vitória global foi iniciada e pontilhada pelos gigantescos novos rituais de autocongratulação, as Grandes Exposições Internacionais, cada uma delas encaixada num principesco monumento à riqueza e ao progresso técnico, como o Palácio de Cristal em Londres (1851), o qual exibiu um número crescente e variado de manufaturas, atraindo turistas nacionais e estrangeiros em quantidades astronômicas.

E, nesse cenário, a maior inovação industrial, excetuando-se os campos científicos, foi provavelmente a produção em massa de maquinaria. A tecnologia tinha uma base cientifica, e é surpreendente como as inovações eram tão rápidas e amplamente adotadas. A inovação mais notável na distribuição foi a loja de departamento, introduzida pioneiramente na França e na Grã-Bretanha, e que começava a penetrar também na Alemanha.

Na análise de Sandra Pesavento (1997, p. 15), as exposições universais fizeram circular não só as mercadorias, mas também as ideias em escala internacional, pois elas foram elementos de difusão das imagens, ideias e crenças pertinentes ao *ethos* burguês. Neste sentido, elas procuraram passar as noções de que empresários triunfavam porque eram competentes, o progresso era necessário e desejável.

Desta forma, as exposições representaram, na época, a internacionalização do capitalismo como sistema e a universalização do imaginário de uma classe em ascensão. É importante salientar que, já a partir do final do século XIX, essa modernidade foi desejada por grupos sociais que tinham por meta participar dessa rota de progresso. E para cumprir esta meta de apanhar o *trem da história*, nada mais indicado do que participar daqueles verdadeiros espetáculos da modernidade, ou seja, as exposições

universais.

A Torre Eiffel em Paris e o Palácio de Cristal em Londres configuraram-se como símbolos visíveis do avanço tecnológico e foram construídos para serem exibidos nas feiras mundiais, apresentando ao mundo a apoteose da técnica da construção em ferro e cristal. Para Pesavento (1997, p. 179), a Torre Eiffel, foi o símbolo da modernidade dos novos tempos. A ideia era construir cada vez mais alto, um tipo de Babel dos tempos modernos. Assim como a construção de ferro com o Crystal Palace, parecia ter chegado ao seu ápice.

Na América do Sul, as exposições de Buenos Aires (1910) e Rio de Janeiro (1922) marcaram época nesse cenário de modernidade. Buenos Aires, por ser a capital e a mais desenvolvida cidade da Argentina. No Brasil, o Rio de Janeiro representava o acesso a esse novo tempo originário da Europa. Após as reformas urbanísticas e sanitárias, o Rio de Janeiro tornou-se uma cidade cosmopolita, onde as pessoas com maior poder aquisitivo incorporavam padrões que elas supunham serem europeus. A nova imagem do Rio, planejada por Pereira Passos (1902 – 1906), tinha por objetivo dar ao Brasil características mais modernas, fugindo da visão de atraso, de país escravocrata. E para fazer tais reformas, a inspiração veio justamente da cidade de Paris.

Daí a necessidade de o Brasil ingressar nessas *ondas* de progresso, as quais implicariam em maiores avanços em todos os ramos produtivos. Nesse sentido, as exposições universais convertiam-se também num eficaz meio de propaganda das potencialidades do Brasil, atraindo as atenções de compradores e investidores estrangeiros (PESAVENTO, 1997, p. 101). E foi assim que a exposição internacional se transformou em um catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas. A exposição funcionava para seus visitantes como uma janela para o mundo. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico e o longínquo (PESAVENTO, 1997, p. 45), características bem pertinentes à participação do Brasil.

O Rio Grande do Sul também soube aproveitar esse momento de modernidade. O estado gaúcho foi escolhido para sediar algumas feiras, pois, se destacava por representar uma diversificada base econômico-social, que visava o mercado interno brasileiro, fato que lhe daria o título de "celeiro do Brasil". Segundo Pesavento (1991, p. 35), ficou no passado a ideia de um estado exclusivamente agropastoril, embora esta tenha sido a imagem fixada ao longo da história e reafirmada nos livros didáticos. Ainda, segundo a historiadora, o gaúcho com seus símbolos culturais, como o cavalo, o churrasco e o chimarrão ficaram no imaginário do Rio Grande.

Ao longo dos anos, paulatinamente, estruturou-se uma ordem urbano-industrial, com a presença de grandes empreendedores, a maioria de origem alemã, a qual é preciso recuperar. Havia um projeto regional do PRR, Partido Republicano Rio-Grandense, que se consolidou no poder no período da República Velha (1889 – 1930), constituído sob os princípios ideológicos do Positivismo, os quais contemplaram a indústria gaúcha e seus empresários. O partido exerceu influência nas condições de organização da classe industrial do Rio Grande do Sul.

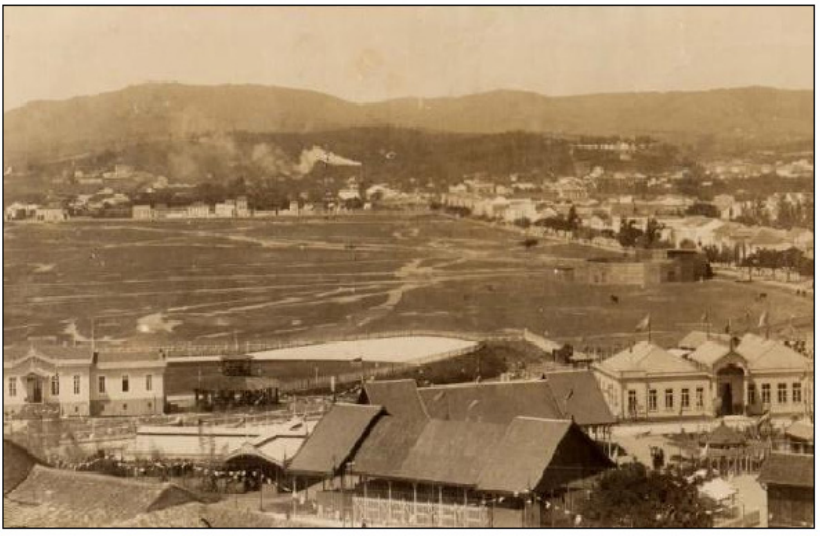
O Partido Republicano Rio-Grandense viabilizou uma proposta política reformista e modernizante para o estado, atraindo as novas camadas médias urbanas, como os novos comerciantes de Porto Alegre. O partido trouxe para si, igualmente, uma classe em ascensão, como os executivos, entre eles, banqueiros e industriais. Destacam-se nesse último grupo os gestores da Bromberg & Cia, empresa responsável pelos negócios de importação de maquinário alemão, fundamental para a estruturação das primeiras indústrias no Rio Grande do Sul.

1 As grandes exposições: destaque para a BROMBERG & CIA

Polo de atração para os imigrantes, o Estado do Rio Grande do Sul mostrava ao mundo uma economia estável, a qual não dependia das incertezas do mercado internacional, como as flutuações do café paulista. Parte desse desenvolvimento econômico gaúcho estava associada ao comércio praticado pelos imigrantes, entre eles, os alemães. "Ante o que chamava uma crise geral que atravessava o país, com o café enfrentando a superprodução, com a deflação, o Rio Grande do Sul postulava para si uma posição diferenciada inaugurando com brilho a sua exposição do fim do século" (PESAVENTO, 1997, p. 227). A origem citadina de alguns desses imigrantes foi decisiva para escolherem Porto Alegre como destino final, local onde desenvolveram atividades relacionadas ao comércio e também à indústria.

Marcou época a exposição que ocorreu em Porto Alegre no ano de 1901. O local do evento foi o Campo da Redenção (atualmente Parque Farroupilha) e serviu para mostrar à sociedade o final de uma era e o início de outra, mais moderna e tecnológica. Com uma forte conotação política, a feira simbolizou, na época, uma matriz de orientação positivista e republicana. "Com esse evento, os gaúchos assinalavam a solidez e a excelência do regime republicano no país e festejavam o domínio regional do Partido Republicano Rio-Grandense, consolidado e vitorioso após a Revolução Federalista de 1893-1895" (PESAVENTO, 1997, p. 226).

Fig. 1: Imagem da Exposição de 1901/Porto Alegre



Fonte: Fototeca Sioma Breitman/Museu de Porto Alegre
Joaquim Felizardo

Na imagem acima (fig.1), pode-se observar à direita o pavilhão do município de Porto Alegre, à esquerda o pavilhão da apicultura e no mesmo plano o velódromo. No lado superior direito o antigo Circo das Touradas e ao fundo, à esquerda, o Campo da Redenção e o Colégio Militar. Nesse evento estavam representados sessenta municípios, mais de dois mil expositores e cerca de oitenta mil itens expostos entre produtos, animais e equipamento. O Rio Grande do Sul apresentou um pavilhão só de máquinas, divulgando, entre outros, o nome da Importadora alemã Bromberg & Cia[2]. "*Para proporcionar aos industriaes sul-americanos o ensejo de poderem convencer-se da capacidade extraordinária dos importados, a Bromberg fizera se representar, em todas as exposições argentinas e brasileiras, n'ellas exhibindo seus artigos*" (BROMBERG & Co., 1913, p. 143).

A Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul de 1901, também conhecida por Exposição Agroindustrial foi uma grande mostra não só de produtos agrícolas, mas também, e principalmente, de produtos industriais. Para Pesavento (1997, p. 43), as grandes vedetes das

2 As Empresas Bromberg & Cia. integraram, no passado, um dos maiores complexos de importação e exportação de maquinário alemão, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e filiais espalhadas pela América do Sul. Permeada por uma história de empreendedorismo, a qual remonta aos primeiros negócios na cidade de Hamburgo na Alemanha, no século XIX, a empresa foi o resultado de uma gestão familiar oriunda de imigrantes alemães sediada em Porto Alegre. ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

exposições universais foram sempre as máquinas, os novos inventos e os produtos recém-saídos das fábricas, cujo consumo se buscava difundir e ampliar mundialmente.

O objetivo dos diretores da Bromberg & Cia. ao participar dessas feiras era o de ampliar as vendas, reforçando os contatos entre produtores e consumidores, especialmente para viabilizar o comércio de novas máquinas. As feiras funcionavam como um eficiente esquema publicitário cujo propósito era o de divulgar os produtos e assim expandir os negócios do grupo. Por meio dos catálogos distribuídos nas exposições era possível conhecer as empresas, seus produtos e serviços.

Em 1910, a Bromberg & Cia. também esteve presente na Exposição Universal de Buenos Aires. Cerca de vinte pavilhões foram erguidos nos terrenos da feira. Vários jovens arquitetos italianos, os quais estabeleceram carreiras de sucesso na cidade, trabalharam vários estilos, incluindo a *Art Nouveau*. Este estilo desempenhou um papel importante nos projetos de muitos dos edifícios, pois estava presente na paisagem arquitetônica da cidade moderna de Buenos Aires. Cada pavilhão dessa exposição apresentou um tema diferente. No prédio da agricultura e pecuária, era possível visitar e conhecer algumas atividades agrícolas e produtos de várias partes do país.

No pavilhão da indústria, localizado onde é hoje a Avenida Del Libertador, ficavam as máquinas industriais, muitas das quais nunca haviam sido vistas antes na Argentina. Os pavilhões das ferrovias e dos transportes terrestres atraíram os visitantes. Nesse ambiente era possível conhecer, não só os automóveis mais modernos da Europa, mas ainda os iates, aviões, locomotivas, carruagens, vagões e os locomóveis, cuja marca Lanz conquistou fama universal devido à qualidade e perfeição. "*Os locomoveis Lanz expostos pela firma Bromberg & Cia. na Exposição Universal de Buenos Aires (1910) receberam os mais altos diplomas de honra e dois Grands Prix*" (BROMBERG & Co., 1913, p. 214).

A Bromberg & Cia. possuía filiais em vários países da América do Sul, incluindo a Argentina. A sede da empresa ficava na cidade de Buenos Aires. Essa filial foi preponderante para a participação da Bromberg & Cia. no evento. Para isso, os engenheiros construíram os pavilhões onde se organizaram as exposições das máquinas e das ferramentas. As filiais no Brasil, sediadas em Porto Alegre, também enviaram seus produtos para expor nessa feira. Outras mostras apresentaram, igualmente, os produtos comercializados pela Bromberg & Cia. É importante reforçar que a companhia era referência em maquinário para indústrias que surgiam e cresciam naquele período.

Devido ao grande interesse pelo maquinário alemão, e empresa foi

convidada a participar de outras feiras pelo Brasil, incluindo as exposições agropecuárias e industriais realizadas no Rio Grande do Sul. Em 1905 a Bromberg & Cia. participou da feira de Bagé, local onde também possuía filiais. Em Porto Alegre, além da grande exposição de 1901, outras feiras ocorreram em três momentos distintos: 1909, 1910 e 1912, e caracterizaram-se por serem exposições agropecuárias.

A feira de 1912 realizou-se no antigo arrabalde do Menino Deus e se chamou II Exposição Agropecuária Estadual. As Empresas Bromberg & Cia marcaram presença neste evento com pavilhão construído especialmente para a exposição. A firma expôs alguns de seus produtos e aproveitou para divulgar, por meio de seu catálogo, parte de seu maquinário, tais como: tratores, arados, capinadeiras, ceifadeiras, prensas, motores, moinhos, máquinas para beneficiar madeiras, materiais para instalações hidráulicas e elétricas e os locomóveis. Na imagem a seguir (fig.2) pode-se visualizar a parte interna de um dos pavilhões da Bromberg & Cia. na Feira do Menino Deus em 1912. A fotografia também possibilita um entendimento de como estavam distribuídos os maquinários dentro do salão da empresa.

Fig. 2: Imagem interna do pavilhão da Bromberg na exposição de 1912.



Fonte: BROMBERG & Co., Hamburgo, 1913, p. 152.

O terreno da exposição foi adquirido pelo governo do Rio Grande do Sul, com o propósito de sediar periodicamente outras feiras. Segundo dados do Boletim Técnico da Secretaria de Estado das Obras Públicas de 1912: *"As installações da exposição de maio de 1912 receberam mais amplitude do*

que as da precedente, e as dimensões do terreno permitirão dar aos futuros concursos estadoaes a importância maior e necessária ao ampliamento da indústria rural do Estado" (BOLETIM, 1912, p. 127). Ainda conforme o mesmo boletim, os pavilhões das máquinas agrícolas foram os que mais se destacaram*: "A divisão das machinas agrícolas foi a mais importante em valor e o imenso adiantamento que patenteia é certamente o critério mais seguro da valorização da lavoura rio-grandense e do maior afluxo de capital que a vae vivificando"* (BOLETIM, 1912, p. 127).

Consta também nos informes desse boletim, que o pavilhão da Bromberg & Cia. foi muito procurado nessa feira, devido ao interesse do público pelos novos produtos importados, as novidades da época oriundas da Europa: *"A exposição das diversas casas importadoras, como Bromberg & Cia, Behrensdorf & Cia, Alliança do Sul, Lima & Martins, Faria & Cia, foi a parte mais visitada da Exposição, e a sua importância instructiva era merecedora da área espaçosa que lhes foi concedida"* (BOLETIM, 1912, p. 128).

Pelo reconhecimento do maquinário exposto nas feiras era comum a Bromberg & Cia. receber prêmios, conforme documento da época: *"Em todas ellas a firma mandou construir edifícios e pavilhões próprios para os seus artigos e inúmeros são os prêmios e distincções honrosas que dão testemunho da superioridade e capacidade das machinas e ferramentas expostas"* (BROMBERG & Co., 1913, p. 143).

Fig. 3: Álbum da II Feira Agropecuária Estadual/1912



Fonte: Revista do Mez, 1923.

A imagem acima (fig.3) permite uma mostra da variedade de produtos disponibilizados pela empresa, produtos esses importados de indústrias sediadas na Alemanha. O contato era feito por meio da cidade de Hamburgo, onde os diretores da Bromberg & Cia. tinham contatos. Entre esses produtos destaca-se: locomóveis, motores a querosene, moinhos de vento, máquinas para madeireiras, materiais para instalação hidráulica e elétrica, arados, tratores, prensas, além de outros já citados no texto.

Às vésperas de seu terceiro mandato, e empreendendo campanha para assumir novamente a presidência do Estado, Borges de Medeiros se fez presente na Exposição de 1912. Importante salientar que no quinquênio 1913 a 1918, o governo de Borges destacou-se, período em que foram intensificadas as obras do palácio do governo, do porto da capital, de diversos colégios e também da Biblioteca Pública. Borges iniciou a expansão dos transportes, organizando uma rede de estradas, promovendo a estatização de serviços públicos, como o transporte ferroviário e obras portuárias, até então a cargo de companhias internacionais.

Fig. 4: Borges e família no Parque de Exposições/1912.



Fonte: Revista do Mez, 1923.

Na figura 4, é possível identificar a entrada de Borges de Medeiros e de sua família no Parque de Exposições de 1912. Diante do acontecimento importante que era uma exposição, as visitas de políticos e personalidades faziam parte da agenda daqueles eventos. No detalhe (canto direito da

foto), sinalizado com uma seta vermelha, vê-se o pavilhão construído para sediar os produtos da Bromberg & Cia. Importante destacar a presença (já citada) dos locomóveis da marca Lanz que eram comercializados pela empresa.

2 Os locomóveis Lanz: atração nas exposições

Desde os primórdios das atividades do homem, sempre houve a necessidade de substituir a energia humana e animal pela das máquinas, a fim de facilitar o trabalho. Durante séculos, o homem utilizou-se também da energia proveniente da força da água e do vento. A partir do momento em que foi preciso maior potência para movimentar as máquinas, cada vez mais complexas, passou-se a utilizar a pressão do vapor formado a partir da água fervente. Após muitas experiências, chegou-se a desenvolver o motor a vapor, e, para viabilizar esse tipo de energia, era necessária uma caldeira geradora de vapor, uma fonte de calor, a fornalha e o combustível. Originalmente, o combustível era lenha, mas era escassa e de baixo teor de calorias, precisando ser descartada após pouco tempo.

Havia outra fonte de energia de baixo custo e abundante, que era o carvão mineral. A partir dele era possível desenvolver motores a vapor de alta potência, ligados a caldeiras de grande porte, alimentadas por fornalhas com excelente capacidade de queima de combustível. Porém, surgiu um problema: como fazer o transporte do carvão até a fornalha? Assim, construíram-se as primeiras instalações perto da boca da mina. Mas, em algumas situações, o problema do transporte continuou, e, para resolvê-lo, surgiram as ferrovias com seus trens tracionados por locomotivas a vapor, as quais possibilitaram o deslocamento do material.

A locomotiva se compõe de dois motores a vapor, montados, um de cada lado de uma caldeira com fornalha incorporada, tudo montado sobre rodas. A potência dos motores a vapor era transmitida às rodas, movimentando o conjunto e tracionando grande número de vagões, transportando pessoas e cargas em grandes distâncias e a baixo custo. A partir da ideia das locomotivas, surgiu o locomóvel, "carro-chefe" dos negócios da Bromberg & Cia., produto que não podia faltar nas exposições.

Em síntese, o locomóvel é uma máquina térmica que gera energia mecânica, transformando-a em elétrica, utilizando diversos tipos de combustíveis. Ele é constituído, basicamente, de fornalha, caldeira e máquina a vapor. Os locomóveis eram comercializados, especialmente, pelas filiais localizadas na Argentina e no Brasil, e distribuídos para toda a América do Sul.

Fig. 5: Locomóvel da marca alemã Lanz.



Fonte: BROMBERG & Co., Hamburgo, 1913, p. 224.

Uma das fornecedoras das máquinas era a empresa alemã Heinrich Lanz, situada na cidade de Mannheim, Estado de Baden-Württemberg na Alemanha. A empresa, que surgiu em 1859, dirigida por Heinrich Lanz, foi a maior fábrica de máquinas agrícolas no continente europeu, empregando milhares de trabalhadores. Na figura 5 é possível identificar um locomóvel Lanz conduzindo debulhadoras (também da marca Lanz) direto da fábrica com destino à estação em Mannheim, local onde estavam as lojas Bromberg na Alemanha.

Em outra imagem (fig. 6), vê-se mais um locomóvel Lanz conduzindo uma carroça de caldeiras que ficou atolada no meio do caminho, na região rural de Buenos Aires. Observa-se a importância da pequena locomotiva no serviço de socorro aos trabalhadores rurais.

Na Exposição Mundial de Paris em 1900, a empresa Lanz apresentou em parceira com a Bromberg & Cia. os primeiros locomóveis. Naquele período, a fabricação de mais de dez mil locomóveis para a agricultura e a indústria sinalizavam o sucesso da produção em larga escala. *"O locomóvel Lanz (de 115 cavalos) podia descascar até 800 sacos de arroz por dia"* (BROMBERG & Co., 1913, p. 5). A força da máquina também movia as bombas nas granjas de arroz e impulsionava a água pela rede de canais. Publicações da época afirmam que os locomóveis eram o coração das fazendas e das indústrias gaúchas daquela época.

Fig. 6: Locomóvel Lanz importado pela Bromberg & Cia.



Fonte: BROMBERG & Co., Hamburgo, 1913, p. 144.

O Brasil e a Argentina, por meio das filiais da Bromberg & Cia, encomendavam os locomóveis diretamente da firma alemã. No ano de 1913, foram comercializados mais de 800 locomóveis. "*A firma Heinrich Lanz, a maior fabrica de locomoveis de toda a Europa, que é representada no Brazil e na Argentina exclusivamente pela casa Bromberg & Cia., fabrica principalmente locomoveis e debulhadeiras*" (BROMBERG & Co., 1913, p. 214).

Desta forma, percebe-se que os locomóveis marcaram época na história da mecanização da produção, especialmente do arroz, no Rio Grande do Sul. As máquinas em questão foram as responsáveis também pelo desenvolvimento da indústria madeireira no estado, pois foram comercializadas para o mercado das serrarias.

Igualmente conhecidos por "locomotivas estacionárias", eram de fácil instalação, o que viabilizava o uso e também maior lucratividade. Os locomóveis eram úteis ainda para a movimentação de cargas muito pesadas. Esse tipo de transporte servia para caminhos acidentados. Eles desapareceram do mercado brasileiro juntamente com as filiais da Bromberg & Cia. em torno da década de 1930, com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929).. Uma crise de dimensões gigantes iria abalar não só os alicerces da importadora alemã, mas também de outras empresas importantes no cenário econômico mundial. Porém, é preciso que se diga que os locomóveis foram sempre a maior atração da empresa nas feiras internacionais onde ela se apresentava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A particularidade universal das exposições foi uma marca distintiva do processo de mundialização industrial do final do século XIX e início do XX. As grandes feiras eram espaços de divulgação internacional daquilo que era produzido pelos países. A concorrência e as disputas no campo tecnológico se davam fundamentalmente entre as nações industrializadas. A Europa (especialmente Inglaterra e França) e os Estados Unidos capitanearam o modelo de exibição industrial universalizando também padrões, modelos científicos, invenções industriais e novas tecnologias. As exposições não eram universais apenas na forma, elas pretendiam universalizar-se também como modelo de ciência, economia e sociedade do mundo ocidental, projetando para o restante do mundo o padrão sobre o que era ser moderno.

As exposições internacionais marcaram época, eram grandes laboratórios de divulgação, não só de novos produtos, mas também de ideias e descobertas. Buscava-se exibir novidades, ou seja, tudo aquilo que os países mais desenvolvidos haviam feito de progresso industrial e tecnológico. Neste contexto, as máquinas eram a maior atração das feiras e tudo o que elas representavam em termos de avanço científico e desenvolvimento econômico.

Os pavilhões das feiras buscavam mostrar o que de melhor cada nação ali representada poderia oferecer ao público, fosse ele consumidor ou apenas visitante. As feiras eram internacionais, pois precisavam mostrar ao mundo um projeto de mercado e de desenvolvimento industrial. Com um perfil imperialista, os países que participavam das exposições buscavam mercados consumidores para suas mercadorias e novos fornecedores de matérias-primas. Cada país buscava trazer para o seu pavilhão a imagem de sua nação e o que de melhor ela representava. Os arranjos dos objetos nas exposições, assim como os próprios prédios faziam parte do espetáculo, onde a mercadoria passaria a ser o centro das atenções.

As primeiras participações do Brasil nas feiras internacionais foram tímidas e mostraram ao mundo um país dos trópicos, cujos atrativos estavam apenas nos produtos agrícolas. A seleção dos itens a serem enviados para as feiras era feita, anteriormente, por meio de exposições regionais e nacionais. Entre as amostras estavam o café (destaque), guaraná, açúcar, cacau, mandioca e fumo. Na Exposição de Paris, em 1889, o estande do Brasil chegou a incluir também um lago artificial com vitórias-régias, para que os visitantes pudessem ter uma experiência sensorial da flora tropical.

Com o tempo, as exposições do Brasil passaram a ter outro caráter, e o país procurou mostrar também seu potencial industrial, objetivando a atrair investidores e mercados externos. Nesse novo horizonte destacou-se

a exposição do maquinário da Bromberg & Cia., empresa alemã sediada em Porto Alegre. Uma vez que as máquinas eram símbolos do fetichismo da mercadoria e imagem do progresso capitalista, pois ela fascinava e se oferecia para ser admirada.

As máquinas apresentam-se, desta forma, como o invento que veio para diminuir o esforço do homem e proporcionar bem-estar, mas nunca para explorá-lo. Assim, as novas invenções tecnológicas e os produtos recém-saídos das fábricas eram as grandes novidades das feiras, pois eram associadas ao desenvolvimento industrial, cujo consumo era estimulado a partir das exposições internacionais. As exposições serviam para se exibir as mais complexas máquinas, e era isso que fazia os expositores representantes da Bromberg & Cia. nas mais diversas exposições, fora e dentro do Brasil.

A Exposição de 1901, sediada em Porto Alegre, foi o momento do Rio Grande do Sul apresentar, por meio das empresas Bromberg & Cia., seu pavilhão das máquinas e insumos para as indústrias recém-criadas. A empresa foi fundamental para o início do processo de industrialização no Rio Grande do Sul, pois entre os equipamentos importados da Alemanha, estavam as máquinas, essenciais para o desenvolvimento das primeiras indústrias no estado.

Além da empresa alemã, outras despontavam no cenário empresarial do estado. Segundo Pesavento (1997, p. 229), várias empresas, como a fábrica de charutos Poock ou a de fiação e tecidos União Fabril, a fábrica de chapéus Pelotense, a Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, as cervejarias Bopp, Sassen e Ritter, a metalúrgica Berta, com seus cofres, fogões e a fundição Becker com seus artefatos de metal, marcaram presença no cenário industrial do Rio Grande do Sul. É preciso salientar que a Bromberg & Cia foi a responsável pela importação do maquinário alemão, fundamental para fazer funcionar esses estabelecimentos citados acima.

Desta forma, a importação de artigos de metalurgia, como ferro, máquinas e ferramentas diversas (que vinham diretamente de Hamburgo na Alemanha), se mostrava um mercado bastante promissor diante da perspectiva do início do processo de industrialização no estado gaúcho. As novas indústrias que surgiam necessitavam de máquinas e outros equipamentos, os quais eram oriundos da Europa onde países como Alemanha e Inglaterra já haviam passado por sua segunda revolução industrial. E nesse contexto, as exposições universais tornaram-se fundamentais, não só para a divulgação dos novos produtos que surgiam com a modernidade, mas para pensar os séculos XIX e XX no que diz respeito não apenas à política ou à economia, mas às trocas culturais, bem como de identidades profissionais, artísticas, étnicas, regionais, coloniais e nacionais.

REFERÊNCIAS

ACERVO BENNO MENTZ. Instituto Delfos - Espaço de Documentação e Memoria Cultural.

ACERVO da Família Bromberg.

ACERVO da Fototeca Sioma Breitman. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

ALMANACK DO COMMERCIO – Rio Grande do Sul, 1920. *Edição de revista de Industria e Coomercio*: O Progresso. Livraria do Globo. Porto Alegre.

BLANCATO, V. *As forças econômicas do Estado do Rio Grande do Sul no 1º Centenário da Independência do Brasil*. Porto Alegre. Officinas Graphicas da Livraria do Globo. Barcellos Bertaso & C., 1923, s/p.

BOLETIM TECHNICO da Secretaria de Estado das Obras Publicas. Acervo DELFOS/PUCRS. 1912.

BROMBERG & Co., Hamburgo. Retrospecto 1863 – 1913. *Álbum Comemorativo aos 50 anos das casas Bromberg. E Bromberg & Cia*. Porto Alegre, 1913.

BUENO, E.; TAITELBAUM, P. Indústria de Ponta. *Uma história da industrialização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Buenas Ideias, 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850 – 1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GERTZ, René E. *Imigração e empreendedorismo industrial no Rio Grande do Sul*. *In:* Imigrantes empreendedores na História do Brasil: estudos de casos. Org. Claudia Musa Fay, Antonio de Ruggiero. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. *Exposições Universais, espetáculos da modernidade do século XIX*. Editora HUCITEC. São Paulo, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PESAVENTO,Sandra J. *Imagens da nação, do progresso e da tecnologia*: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista*, v.2, p.151-167. 1994.

PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da república*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.

PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris,* Rio de Janeiro, Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. *Rio Grande do Sul, 1890-1930: a ideia da indústria (com a palavra o empresário e o governo)*. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 4, n. 7, nov.1986, pp. 3-20.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

PESAVENTO, Sandra J. *De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização*. *In:* MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). Os alemães no sul do Brasil. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

REVISTA DO MEZ. *Número especial, dedicado a Colonia Allemã do Estado do Rio Grande do Rio Grande do Sul*. Acervo DELFOS/PUCRS, 1923.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

TAKEYA, Denise Monteiro. Europa, França e Ceará. Origem do capital estrangeiro no Brasil. Natal-RN. Editora Universitária UFRN, 1995.

Recebido em 15/01/2021

Aprovado em 24/06/2021

Documentação

JOÃO PINTO DA SILVA

Moysés Vellinho[1]

Excerto da conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 13 de novembro de 1951, por ocasião do transcurso do primeiro aniversário da morte de João Pinto da Silva.

Foi no agitado ano de 39 que João Pinto da Silva se afastou da província natal para sempre, pois durante os vinte anos bem contados, que decorreram de lá até sua morte, ele não mais regressaria ao Rio Grande. Da última vez em que esteve no Brasil, por fins de 48 e começos de 49, ele desejou rever a querência antes de voltar a seu posto em Genebra. Neste sentido chegou a comunicar-se com velhos amigos daqui. Seu estado de saúde, porém, que já então lhe inspirava os primeiros cuidados, havia de contrariar o projeto que certamente vinha sendo acalentado desde muito, mas que ele deixava sempre para depois, para ocasião que nem ele sabia bem quando fosse. O ilustre crítico, que era, no fundo, um sentimental, receava, talvez, o encontro com as emoções que a volta ao tempo perdido costuma libertar.

Quem conheceu de perto João Pinto da Silva e teve oportunidade de observar o ríspido pudor com que procurava recalcar as manifestações mais íntimas, não se recusará a admitir que esse mesmo pudor explicará, ao menos em parte, uma ausência aparentemente voluntária, mas que na verdade se tornava tanto mais irremediável quanto mais crescia em anos.

Porque o certo é que ninguém se devotou com mais constância do que ele ao estudo dos homens, dos fatos e das letras do Rio Grande do Sul. Toda a sua vida de escritor e homem de pensamento, aqui e fora daqui, pode-se dizer que foi consagrada ao empenho, não de exaltar gratuitamente a gente e a terra desta extremadura, senão de entendê-las e fazê-las entender. Se tantas vezes se deixava tentar por motivos alheios ao nosso ambiente histórico ou literário, isto prova apenas que ele era um espírito em busca de horizonte e que nas suas incursões por culturas estranhas, o que procurava era multiplicar seus dons de observação, aguçar seus instrumentos de pesquisa. Ele sabia que a medida e o peso dos nossos valores não podem ser convenientemente aferidos, sem o auxílio ou o contraste dos padrões universais. É realmente no trato de velhas culturas que nos havemos de emancipar da falsa posição em que habitualmente nos colocamos em face dos temas que nos são mais próximos. Sem o confronto de novos ângulos de observação, sem as cautelas de uma crítica isente e bem informada, arris-

1 Foi membro efetivo e presidente do IHGRGS.

camos de ficar emparedados dentro de uma obra de pura exaltação votiva.

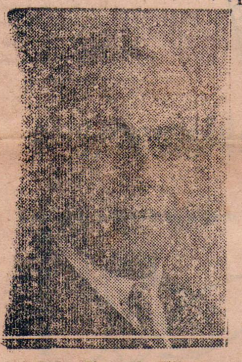
João Pinto da Silva não tinha nenhum entusiasmo pelos caminhos da rotina, particularmente nos domínios da história rio-grandense. Aqui sua obra é pouco numerosa, se considerarmos apenas a parte já publicada, mas essa escassez é compensada pela intensidade que dá às suas páginas de interpretação histórica um gosto vivo de polêmica.

A atividade crítica de João Pinto da Silva – podemos dizê-lo sem nenhum favor – marcou época no Rio Grande do Sul e projetou seu nome largamente no cenário intelectual do país. O ensaísta, que acompanhara tão de perto o movimento anterior à Semana de Arte Moderna, havia de conquistar, entre os círculos literários do Rio e dos estados, a autoridade que se costuma reconhecer em quem, como ele, soube sempre se conduzir no exercício da crítica com invulgar equilíbrio e isenção. Isenção e equilíbrio são realmente os traços que melhor o definem. Comedido, maneiroso, fiel ao meio termo, era, sem dúvida, um espírito severamente disciplinado, sempre em guarda contra excessos e destemperos.

Uma ocasião – eu mal comaçara a rabiscar os primeiros artigos – falei-lhe com entusiasmo de uma leitura que acabara de fazer: os poemas de Raul de Leoni. João Pinto ouviu-me e depois me deu um conselho do qual eu nunca mais me esqueceria: - "Agora, deixa sentar um pouco o teu entusiasmo, relê o livro e depois escreve as tuas impressões...". Esse devia ser o processo a que ele mesmo costumava obedecer. Note-se que não se tratava de uma prevenção contra os autores, mas de uma exigência disciplinar que o crítico se impunha a si mesmo. João Pinto era inimigo da pressa e entendia que as primeiras impressões são quase sempre perigosas. Isto não lhe tirava nada da simpatia com que procurava penetrar nos segredos da criação alheia. Os "novos" do tempo em que ele já era uma autoridade na crítica, os plumitivos de então, que hoje começam a envelhecer, serão os primeiros a depor sobre a estimulante acolhida que João Pinto lhes dispensava. Aí estão para comprová-lo suas numerosas páginas de crítica, nas quais ele não recusava, aos valores que iam surgindo, um lugar ao lado das figuras já realizadas da nossa literatura. Estas singulares virtudes de compreensão e cordura justificam plenamente a considerável influência que João Pinto da Silva exerceu sobre a vida espiritual da província naqueles bons tempos em que era possível descontar uma nesga de calçada na Rua da Praia para o encontro diário de meia dúzia de intelectuais.

1º ANIVERSARIO DA MORTE DE JOÃO PINTO DA SILVA

Palestra do escritor Moysés Vellinho no Instituto Historico



João Pinto da Silva

Transcorre, hoje, o primeiro aniversario da morte de João Pinto da Silva, o escritor rio-grandense cuja obra, de critica e de analise, ainda não teve, da Provincia do Rio Grande, a repercussão que lhe é devida. A unica "Historia Literaria do Rio Grande do Sul" que existe, devemo-la ao escritor illustre. Não é uma obra completa porque o proprio autor reconhecia-lhe algumas falhas e defeitos que só no futuro poderia reparar. O historiador, na época que a escreveu, estava muito proximo da maioria dos autores e dos fatos que apreciou, homens e episodios que devem ser vistos sempre sob a perspectiva do tempo. Sem essa demitação, nenhum escritor escapa aos equivocos e á precipitação dos juizos. Entretanto, tada disso invalidou a Historia Literaria do Rio Grande do Sul, que é hoje uma obra classica — um marco de partida para todo e qualquer levantamento que venhamos a fazer do nosso processo cultural.

João Pinto da Silva foi autor ainda de outros livros admiraveis, como, por exemplo, da "Provincia de São Pedro" e "Vultos de meu Caminho", de que chegou a publicar duas series. O primeiro, é uma interpretação da historia do Rio Grande. O angulo em que se coloca o historiador ressalta-lhe a honestidade da analise, pois João Pinto não fica, neste sentido, na função apenas do narrador. Entra no exame dos fenomenos e aponta-lhes as causas e as consequencias. Se pensou como Friedell que a historia tende a transformar-se em fabula e é de certa forma uma serva do patriotismo, não deixou, porém, de ressaltar sua responsabilidade de analista sereno e desapaixonado, ao dizer que era erro saturar de ilusões ou quase mentiras a memoria dos povos. "A realidade — disse ele — é que opera como os grandes, infaliveis estimulantes morais, sobre os agrupamentos humanos. Só a narração imparcial dos fatos será capaz de dar, com efeito, a cada um deles, a chave de si mesmo, isto é, o oportuno conhecimento de suas virtudes e defeitos, simultaneamente com a capacidade de aprimorar aquelas, corrigindo, atenuando estes". Para ele a historia não era aquela Biblia que Alfredo Ellis tambem condenou, sobre cujas paginas se embriagava o historiador. Não era aquele sentimentalismo nacional que coloca um acanhado espirito localista acima da verdade inconfundivel e serena.

Suas paginas de "Vultos de meu caminho", na primeira como na 2.ª series, reunem estudos sobre as grandes expressões da literatura sulamericana e da literatura européia, a provar o quanto era ecumenica a cultura de João Pinto. Em todos estes livros, se descobrem, além daquela subtileza e argucia do estudioso, a grande simpatia humana que lhe emprestou sempre a personalidade uma admiravel atmosfera de compreensão, isenta de particularismo e ressentimentos pessoais.

João Pinto publicou outros livros, além dos mencionados. Estreou como poeta, com os versos de "Estalactites", depois publicou um volume de cronicas sob o titulo de "Bolhas de Espuma", mais tarde um novo livro de critica "Fisionomia dos Novos" e deixou ineditos alguns volumes sobre "Tribunos e Publicistas do Rio Grande" e o 3.º de "Vultos de meu Caminho". Nos arquivos do escritor devem estar esses originais que necessitam aparecer, como valiosa contribuição ao ainda pequeno acervo literario da nossa Provincia.

João Pinto da Silva occupou diversos cargos públicos, como diretor do expediente da Secretaria de Obras Públicas, a convite do eminente e saudoso dr. Carlos Barbosa Gonçalves, en-

MEMORIA?

Método facilimo para aprender a decorar muito em pouco tempo. Peça folheto à "Mnemonica", Caixa Postal n. 4115, São Paulo.

tão presidente do Estado. Ainda a convite deste, que admirava seus dotes intelectuais e caráter impoluto, ocupou o cargo de oficial de gabinete de seu governo, cujo posto continuou desempenhando posteriormente durante o quinquenio da presidencia do dr. Borges de Medeiros. Eleito presidente do Estado, o dr. Getulio Vargas, foi por este nomeado secretario da presidencia, alta função que desempenhou até ingressar na carreira diplomatica, sendo substituido pelo dr. Luiz Vergara.

Foi, ainda, adido comercial junto às nossas Embaixadas em Madrid, Angorá e Paris, tendo assistido à invasão alemã a França, em cuja capital permaneceu até o final da ultima guerra. A morte veio surpreendê-lo quando exercia o cargo de nosso consul geral em Genebra, Suiça.

Natural de Jaguarão, o ilustre extinto, que colaborou em diversos dos principais jornais e revistas do Estado e do país, foi acatado historiador, crítico literario e ensaista. Antes de falecer, preparou importante trabalho literario que se ignora tivesse publicado, segundo "A Folha", de 18 de novembro de 1950, orgão que se edita em Jaguarão.

PALESTRA DO ESCRITOR MOISÉS VELLINHO

Hoje, à noite, em homenagem ao primeiro aniversario do falecimento do ilustre homem de letras, o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul, do qual é um dos fundadores, realizará em sua sede, à rua Riachuelo, às 20,30 horas, uma sessão solene, devendo falar, na ocasião, sobre a vida e a obra do provecto autor da "Provincia de São Pedro" o escritor Moisés Vellinho. A entrada é franca, tendo sido convidadas as autoridades e as figuras mais representativas de nossa intelectualidade.

AFONSO GUERREIRO LIMA

01/03/1870 – 06/10/1959

Alexandre Veiga[1]

A grave pandemia que desde março de 2020 vem assolando o planeta deixou em suspenso – quando não impediu de todo – que se realizassem diversos projetos em curso. Entre as propostas do IHGRGS, estava a comemoração de seu centenário e, por extensão, de seus membros fundadores, como é o caso do sesquicentenário do professor, escritor, ensaísta e expressivo intelectual gaúcho Afonso Guerreiro Lima.



Professor Affonso Guerreiro Lima

Nascido em Porto Alegre em primeiro de março de 1870 e falecido na cidade de Sapucaia do Sul no dia 6 de outubro de 1959, o professor Guerreiro Lima foi autor de diversas obras didáticas, que tinham como objetivo produzir conteúdos a serem ministrados nas escolas do estado. Guerreiro Lima foi membro fundador do IHGRGS, tendo participado ativamente de suas atividades ao longo dos anos em que integrou a diretoria da instituição, de tal modo que foi nomeado "Tesoureiro Perpétuo", como título honorifico. Vinha todos os dias de Sapucaia do Sul para trabalhar de modo voluntário.

Diplomado pela Escola Normal de Porto Alegre, ingressou no Magistério em 1889, sendo designado para servir em Lagoa Branca, município de Viamão. Trabalhou ali até 1892, quando passou a lecionar na Escola Brasileira, em Porto Alegre. Em 1910 foi designado para o Curso Elementar, anexo à Escola Complementar de Porto Alegre. Em 1913 excursionou a Montevidéu em comissão pedagógica. Em 1917 foi designado para lecionar na 1ª série da Escola Complementar, onde ministrou as cadeiras de Geografia, Cosmografia, Escrituração Mercantil e História da Civilização.

Em 1936 foi nomeado Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou até 1937, quando pediu exoneração. Em 1939 comemorou seu jubileu e, em 1941, foi aposentado com portaria de louvor. Durante toda a sua carreira o Professor Guerreiro Lima foi designado, várias vezes, para desempenhar importantes e honrosas missões que bem mos-

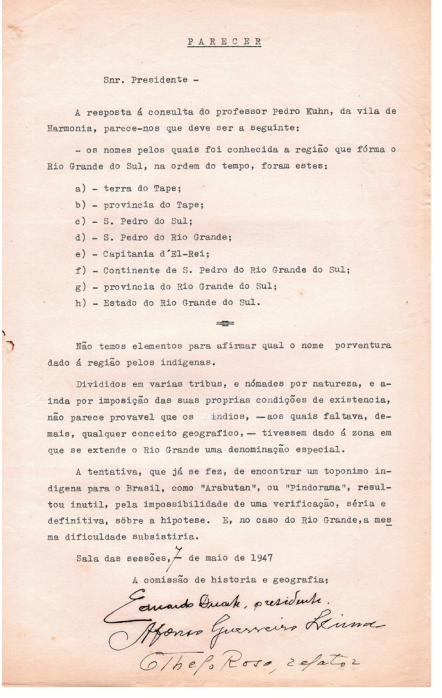
1 Historiador, arquivista, Mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela UFGRS, é servidor público do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

tram o alto conceito em que era tido pelos seus superiores.

O Professor Guerreiro Lima publicou 41 livros didáticos. Além desse material, publicou também diversos dicionários. Depois de deixar as atividades de magistério, dedicou-se ao trabalho no IHGRGS, onde ocupou vários cargos, destacando-se também na elaboração de pareceres e textos de conteúdo historiográfico.

Neste período, em que o emérito professor estaria completando seus cento e cinquenta anos, o IHGRGS dedica-lhe a seção "Documentos de Arquivo", publicando, na íntegra, um de seus mais belos trabalhos, o Atlas Escolar – Globo Terrestre, que desenhava para as classes iniciais a configuração territorial de nosso planeta. Certamente, o Seu Guerreiro – como carinhosamente lhe chamavam suas alunas da Escola Complementar – iria ficar satisfeito com a divulgação desse conteúdo.

Em 1982, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) instituiu o prêmio Afonso Guerreiro Lima, destinado a dar relevo a trabalhos de pesquisadores e historiadores do sul do país. No Rio Grande do Sul, o prêmio foi partilhado entre Miguel Frederico do Espírito Santo e Paulo Gilberto Fagundes Vizentini, hoje ambos membros efetivos do IHGRGS. A instituição do prêmio, a par de revelar novos historiadores, teve, também, o escopo de homenagear o professor, numa demonstração do quanto sua memória era considerada, passados mais de vinte anos de sua morte.



PARECER

Snr. Presidente –

A resposta á consulta do professor Pedro Kuhn, da vila de Harmonia, parece-nos que deve ser a seguinte:

– os nomes pelos quais foi conhecida a região que fórma o Rio Grande do Sul, na ordem do tempo, foram estes:

a) – terra do Tape;
b) – provincia do Tape;
c) – S. Pedro do Sul;
d) – S. Pedro do Rio Grande;
e) – Capitania d'El-Rei;
f) – Continente de S. Pedro do Rio Grande do Sul;
g) – provincia do Rio Grande do Sul;
h) – Estado do Rio Grande do Sul.

Não temos elementos para afirmar qual o nome porventura dado á região pelos indigenas.

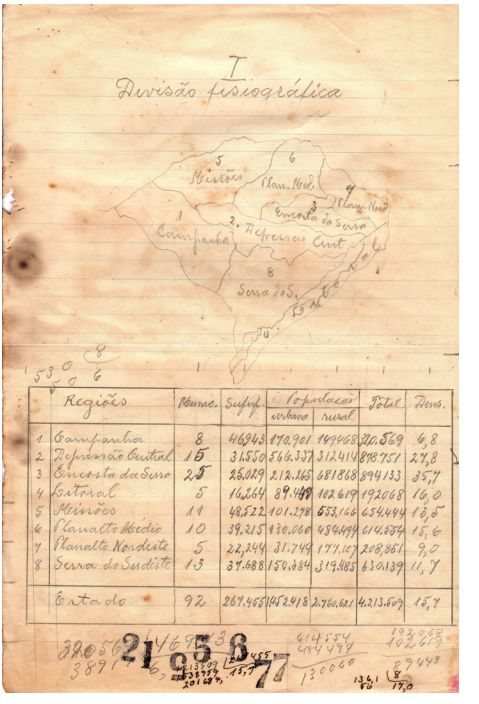
Divididos em varias tribus, e nómades por natureza, e ainda por imposição das suas proprias condições de existencia, não parece provavel que os indios, — aos quais faltava, demais, qualquer conceito geografico, — tivessem dado á zona em que se extende o Rio Grande uma denominação especial.

A tentativa, que já se fez, de encontrar um toponimo indigena para o Brasil, como "Arabutan", ou "Pindorama", resultou inutil, pela impossibilidade de uma verificação, séria e definitiva, sôbre a hipotese. E, no caso do Rio Grande, a mesma dificuldade subsistiria.

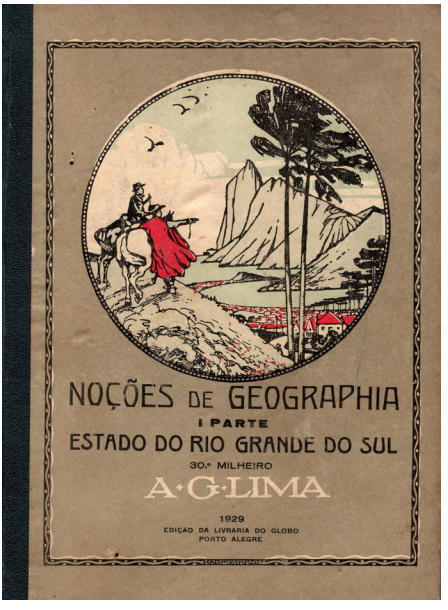
Sala das sessões, 7 de maio de 1947

A comissão de historia e geografia:

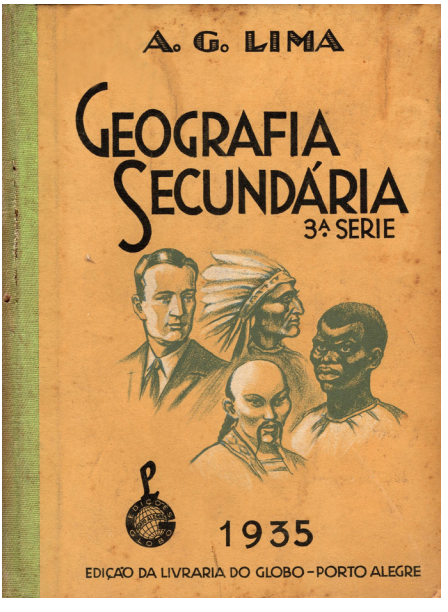
Eduardo Duarte, presidente.
Afonso Guerreiro Lima
Thesio Rosa, 2º adjunto

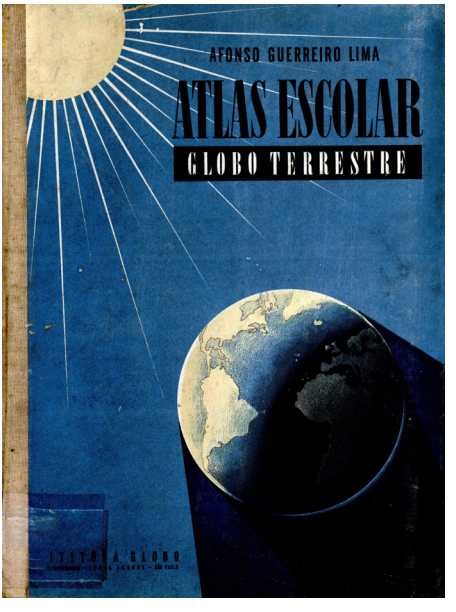


Alguns títulos das obras do prof. Guerreiro Lima:

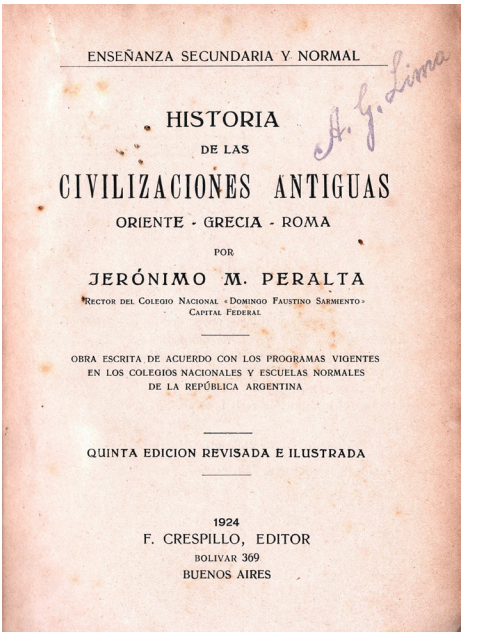


- Caderno de Contas – 1ª, 2ª e 3ª série;
- Manuscrito Brasileiro;
- Noções de Geografia;
- Geografia Secundária;
- Atlas Escolar do Brasil;
- Cronologia da História Riograndense;
- Problemas de Escrituração Mercantil;
- Reforma do Sistema Escolar Brasileiro;
- Pela Boa Vontade entre os homens.








ENSEÑANZA SECUNDARIA Y NORMAL

HISTORIA
DE LAS
CIVILIZACIONES ANTIGUAS
ORIENTE - GRECIA - ROMA

POR

JERÓNIMO M. PERALTA

RECTOR DEL COLEGIO NACIONAL «DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO»
CAPITAL FEDERAL

OBRA ESCRITA DE ACUERDO CON LOS PROGRAMAS VIGENTES EN LOS COLEGIOS NACIONALES Y ESCUELAS NORMALES DE LA REPÚBLICA ARGENTINA

QUINTA EDICION REVISADA E ILUSTRADA

1924
F. CRESPILLO, EDITOR
BOLIVAR 369
BUENOS AIRES

Projetos

É com grande satisfação que informamos o início de mais um importante projeto de preservação de bens culturais do nosso estado. Nos próximos meses serão desenvolvidas as atividades que compõe o projeto Criação da Oficina de Restauro do Palácio Piratini (PRONAC 180938), proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal com importante patrocínio do Banrisul. A Oficina de Restauro do Palácio Piratini, visa à recuperação de pequenas peças/elementos do Palácio, como balaustradas, pavimentação de pedras portuguesas, maçanetas, mobiliário, luminárias, para a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.



No âmbito das comemorações do Centenário do Palácio Piratini (2021) damos início a execução do projeto de Restauração do Mobiliário Histórico do Palácio Piratini (180836) proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal e com o decisivo patrocínio do Banrisul. O projeto tem como objetivo o restauro do 1º lote do mobiliário histórico pertencente ao acervo de bens móveis e integrados do Palácio Piratini, visando deter o avanço no processo de degradação que ameaça a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.



Confira os releases dos projetos no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br